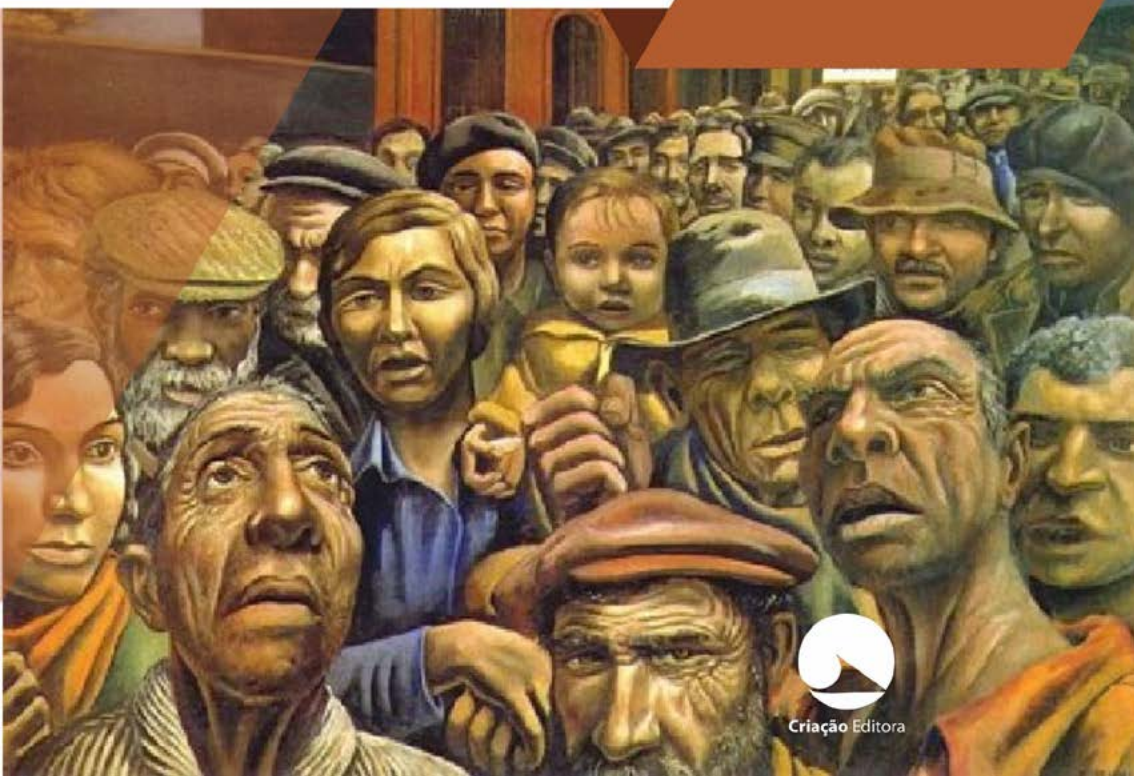


ANA PAULA LEITE NASCIMENTO
EVERTON MELO DA SILVA
(Organizadores)

Estudos e Abordagens em
Serviço Social&Educação



Criação Editora

CRIAÇÃO EDITORA

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes

Fábio Alves dos Santos

Jorge Carvalho do Nascimento

José Afonso do Nascimento

José Eduardo Franco

José Rodorval Ramalho

Justino Alves Lima

Luiz Eduardo Oliveira Menezes

Martin Hadsell do Nascimento

Rita de Cácia Santos Souza

Estudos e Abordagens em

Serviço Social&Educação

ANA PAULA LEITE NASCIMENTO

EVERTON MELO DA SILVA

(ORGANIZADORES)



Criação Editora

Aracaju | 2017

Copyright © 2017 by Organizadores

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, com finalidade de comercialização ou aproveitamento de lucros ou vantagens, com observância da Lei de regência. Poderá ser reproduzido texto, entre aspas, desde que haja expressa marcação do nome do autor, título da obra, editora, edição e paginação.

A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.619/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código penal.

Projeto gráfico: Adilma Menezes

Capa: ANTONIO BERNI. *Manifestación*, 1934. (Institution MALBA, Buenos Aires).

Catálogo – Claudia Stocker – CRB5-1202

Estudos e Abordagens em Serviço Social & Educação/
Ana Paula Leite Nascimento; Everton Melo da Silva
(Organizadores) - Aracaju: Criação, 2017.

ISBN 978-85-8413-176-1

282 p., il. 21 cm

1. Serviço Social 2. Educação 3. Política Social

I. Título II. Ana Paula Leite Nascimento (org.) III. Everton
Melo da Silva (org.) IV. Assunto

CDU 354:37

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
--------------	---

Clarissa Andrade Carvalho

EIXO 1: FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: revisitando alguns temas

1. O SERVIÇO SOCIAL COMO TRABALHO: processamento do debate brasileiro	15
---	----

Everton Melo da Silva

2. SERVIÇO SOCIAL, DIREITO(S) E EMANCIPAÇÃO HUMANA: notas introdutórias a uma viagem turbulenta	39
---	----

Paulo Roberto Felix dos Santos

3. TRAJETÓRIA RECENTE DO SERVIÇO SOCIAL	65
---	----

Laryssa Gabriella Gonçalves dos Santos

EIXO 2: POLÍTICA SOCIAL: aspectos teórico-conceituais e históricos

1. APONTAMENTOS SOBRE CAPITALISMO E POLÍTICA SOCIAL NO SÉCULO XX	87
--	----

Ingredi Palmieri Oliveira

2. "QUESTÃO SOCIAL" E POLÍTICA SOCIAL: verso e anverso da exploração capitalista	109
--	-----

Paulo Roberto Felix dos Santos

3. JUVENTUDES E CONDIÇÃO JUVENIL EM DISCUSSÃO: fundamentos conceituais, condições de existência e políticas públicas para as juventudes	137
---	-----

Ana Paula Leite Nascimento

Maria Helena Santana Cruz

4. ESTADO MODERNO EM TEMPOS DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: neoliberalismo e reforma/contrarreforma do Estado brasileiro	165
--	-----

Everton Melo da Silva

Adriana Carla de Jesus Pereira

Taires Vidal de Almeida

EIXO 3: EDUCAÇÃO NA CENA CONTEMPORÂNEA

1. EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A LÓGICA DAS COMPETÊNCIAS	195
--	-----

Laryssa Gabriella Gonçalves dos Santos

Maria Lúcia Machado Aranha

2. PATRIARCADO, GÊNERO, PAPÉIS SOCIAIS SEXUADOS E IDENTIDADES: em foco as relações sociais e os processos educativos que atravessam o cotidiano	219
---	-----

Ana Paula Leite Nascimento

Maria Helena Santana Cruz

3. EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: particularidades na Educação	247
---	-----

Ingredi Palmieri Oliveira

SOBRE OS AUTORES	277
------------------	-----

O cenário contemporâneo em muito nos desafia ao tecermos considerações sobre o Serviço Social brasileiro. O processo de maturação que se observa no interior da categoria, quer do ponto de vista da formação profissional, quer da sua intervenção na realidade social, é ritmado pelas profundas transformações ocorridas, na nossa sociedade, nos últimos 30 anos.

Em contexto de desumanização social, “nadando contra maré”, o Serviço Social edifica seu projeto profissional fundamentado na teoria social crítica, assentado no compromisso com a classe trabalhadora e orientado por um conjunto de princípios que indicam um projeto societário ancorado em valores ético-políticos emancipatórios referidos à liberdade, ao aprofundamento da democracia, equidade, combate ao preconceito e à discriminação e à defesa intransigente dos direitos humanos.

O livro que chega às nossas mãos amplia e qualifica esse processo com reflexões críticas sobre temas centrais à formação e ao exercício profissionais: Fundamentos do Serviço Social – Estado – Política Social – Educação.

Contudo, a escolha dos temas não é aleatória. Essa obra, organizada coletivamente, resulta da inquietação crítico-política de profissionais de Serviço Social, vinculados à docência e às demais instituições operadoras das políticas sociais, que compartilham do entendimento de que a reflexão sobre tais temas não se restringe a uma análise particularizada da profissão. Ao examinarem as mediações que conectam o

desenvolvimento da profissão às transformações da vida social, refletem sobre os limites e as possibilidades da profissão nesse momento histórico, empreendem uma refinada e consistente análise sobre as influências e rebatimentos que as respostas dadas pelo capital à própria crise têm gerado na vida social.

As análises aqui empreendidas e a reflexão que nos suscita sobre as mazelas da sociabilidade burguesa contemporânea amplificam a relevância dessa obra e fazem desta uma leitura necessária.

A Coletânea encontra-se dividida em três eixos de estudos e abordagens: **Fundamentos do Serviço Social: revisitando alguns temas; Política Social: aspectos teórico-conceituais e históricos; e, Educação na cena contemporânea.** A perspectiva histórico-crítica marxiana e a responsabilidade intelectual e política dos autores são o nexo entre os diferentes artigos que compõem cada um dos eixos.

O primeiro eixo **Fundamentos do Serviço Social: revisitando alguns temas** é composto de três artigos. No primeiro, *O Serviço Social como trabalho: processamento do debate brasileiro*, Everton Melo da Silva esboça sobre a natureza do Serviço Social enquanto trabalho a partir do pensamento de Marilda Iamamoto e das Diretrizes Curriculares de 1996. Neste polêmico debate, Iamamoto compreende a prática profissional do assistente social como trabalho e o exercício profissional inscrito em processos de trabalho. Assegura, ainda, num determinado momento de sua produção teórica, que *O processo de trabalho do assistente social tem objeto/matéria-prima, meios/instrumentos de trabalho e o próprio trabalho*. É nesse campo de afirmações em movimento que o autor delinea algumas notas sobre a compreensão do Serviço Social enquanto trabalho.

No segundo artigo, *Serviço Social, Direito(s) e Emancipação humana: notas introdutórias a uma viagem turbulenta*, Paulo Roberto Felix dos Santos esboça algumas problematizações que circunscrevem a relação entre o Serviço Social, a luta por direitos e o horizonte da emancipação humana. Nesse intento, convida o leitor a uma intrincada *viagem* em que primeiro é realizado um resgate dos *fundamentos da profissão* e, na particularidade da realidade brasileira, discute a relação entre *o Projeto Ético-Político Profissional e a luta por direitos*. O autor realiza uma in-

cursão aos fundamentos do direito, como expressão da forma jurídica que tem suas raízes nas determinações do modo de produção capitalista, constituindo-se por essência em um direito de classe. Operando o *caminho de volta*, expõe algumas mediações que considera possíveis na afirmação do projeto profissional tendo como campo tático a luta por direitos na construção de outra sociedade sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero.

Encerrando a reflexão deste eixo, o terceiro artigo *Trajetória recente do Serviço Social*, de Laryssa Gabriella Gonçalves dos Santos, versa sobre a trajetória recente do Serviço Social, considerando a renovação profissional como o pilar essencial do novo direcionamento teórico, político e ético da categoria. Além disso, a autora aborda sobre o novo perfil profissional da categoria, que vislumbrou um projeto profissional, distinto do direcionamento conservador estabelecido anteriormente.

No eixo 2, **Política Social: aspectos teórico-conceituais e históricos**, quatro artigos oxigenam a reflexão sobre a Política Social. No primeiro artigo, *Apontamentos sobre capitalismo e política social no século XX*, Ingridi Palmieri Oliveira centra a análise na relação entre o capitalismo, o Estado e a política social, particularizando as configurações assumidas pelos mesmos nos momentos de crise do sistema capitalista. Nessa perspectiva a autora evidencia os fundamentos e as funções de cunho político e econômico da política social, pontuando sua relação com o fundo público e contextualizando algumas experiências do século XX no Brasil e no mundo.

No segundo artigo “*Questão Social*” e *Política Social: verso e anverso da exploração capitalista*, Paulo Roberto Felix dos Santos expõe o plexo de questões que jungem em uma totalidade dinâmica e complexa a relação entre os fundamentos da denominada “questão social” e suas formas de enfrentamento por meio das políticas sociais. Apoiando-se na crítica marxiana apresenta o sistema de causalidades que denotam a questão social a partir da exploração da força de trabalho sob os auspícios do capital e da permanência da lei geral de acumulação capitalista, frente ao crescente pauperismo. Demarcando esse fenômeno a partir de suas determinações econômicas, mas também políticas,

expõe como, frente ao agudo pauperismo e o processo de rebeldia que marca a posição dos segmentos representativos do trabalho, tem-se a sistemática intervenção do Estado, por meio das políticas sociais, sobretudo no contexto do capitalismo monopolista. A partir dos desvelamento desses fundamentos problematiza que longe de se buscar uma melhor gestão e execução das políticas sociais, em que pese a sua importância, a tarefa precípua àqueles que almejam a superação das desigualdades sociais consiste na dissolução das relações sociais burguesas e a instauração do sistema baseado na relação entre os produtores livres e associados, em outras palavras, o comunismo.

O terceiro artigo, *Juventudes e condição juvenil em discussão: fundamentos conceituais, condições de existência e políticas públicas para as juventudes*, das autoras Ana Paula Leite Nascimento e Maria Helena Santana Cruz, traz para a arena do debate as juventudes, suas condições de existência e as políticas públicas para as juventudes. À luz do materialismo histórico dialético captaram que *as juventudes precisam ser consideradas como ser social que apresenta uma condição juvenil objetivamente e subjetivamente relacionada às determinações e contradições do real que atravessam seus cotidianos de vida e de existência*. Identificaram que *as juventudes, como sujeitos de direitos, demandam do Estado, através das políticas públicas, a garantia de acesso a serviços e ações para atendimento às necessidades recorrentes em seus cotidianos*.

O quarto artigo, *Estado moderno em tempos de crise estrutural do capital: neoliberalismo e reforma/contrarreforma do Estado brasileiro*, dos autores Everton Melo da Silva, Adriana Carla de Jesus Pereira e Taires Vidal de Almeida, instiga-nos a desenvolver uma reflexão sobre alguns elementos teóricos para compreender a particularidade do Estado brasileiro em tempos de crise estrutural do capital, a partir de pensadores da esteira da teoria social de Marx. Para compreender a crise estrutural, os autores abordam o processo histórico de constituição do capitalismo e do Estado moderno, e como este se moldou para atender as exigências do sistema do capital. Para garantir a expansão da acumulação do sistema do capital, principalmente no período dos “anos dourados”, exigiu-se um Estado interventor na relação entre capital e trabalho por meio da política salarial, política fiscal, políti-

cas sociais, entre outros mecanismos, que possibilitaram amortecer as crises cíclicas do capital e elevar as taxas de lucros de acumulação de mais valia. Com o esgotamento do período expansivo viabilizado pelas medidas econômicas keynesianas, associadas ao modelo fordista de produção e aos acordos com a classe trabalhadora, vivenciadas em alguns países centrais, a partir da década de 1970, a autoexpansão produtiva do capital entra em profundo recesso, culminado na crise estrutural da ordem sociometabólica do capital. Essas reflexões contribuem para o leitor entender a particularidade da reforma/contrarreforma do Estado brasileiro.

No eixo três - **Educação na cena contemporânea**, no primeiro artigo *Educação brasileira e a lógica das competências*, Laryssa Gabriella Gonçalves dos Santos e Maria Lúcia Machado Aranha demarcam que a noção de competência se alastra fortemente no contexto da reestruturação produtiva, com a nova proposta de organização do processo de trabalho, para responder as demandas do mercado. Assim, registram que a lógica das competências se espalhou no âmbito da educação mediante os documentos oficiais que regem o processo educativo. Nesse sentido, o trabalho teve o objetivo de apontar algumas considerações sobre as competências e sua inserção na área educacional.

No segundo artigo *Patriarcado, gênero, papéis sociais sexuais e identidades: em foco as relações sociais e os processos educativos que atravessam o cotidiano*, Ana Paula Leite Nascimento e Maria Helena Santana Cruz suscitam o debate sobre as conexões entre patriarcado, gênero, papéis sociais sexuais e identidades. Referenciadas pelo materialismo histórico dialético constataram que *os indivíduos vivenciam processos cotidianos que abarcam relações sociais, processos educativos, práticas sociais, políticas e educativas que, marcados pelas relações de gênero, classe, etnia, e, outras relações sociais e culturais, vão se construindo como sujeitos e vão acessando condições e experiências que se apresentam como construto de suas identidades sexuais e de gênero, bem como de suas subjetividades enquanto ser social.*

No terceiro artigo *Exercício profissional do assistente social: particularidades na Educação*, que encerra esse eixo e essa coletânea, Ingridi Palmieri Oliveira apresenta dados sobre a atuação profissional do

assistente social na política de Educação em Aracaju/SE, pontuando demandas e respostas. A autora faz uma breve exposição da política educacional brasileira na contemporaneidade, evidenciando as disputas de classe que a permeiam. Situa o exercício profissional do assistente social e sua vinculação com as políticas sociais, relacionando a educação enquanto campo de atuação do assistente social, expondo as demandas e as respostas deste profissional na educação.

Assim dispostos, os artigos nos conduzem por um competente itinerário analítico: dos temas fundantes do Serviço Social, alcançamos o processo de inserção profissional num campo sócio-ocupacional específico – a Educação.

Após a leitura desta obra, que recomendo a você leitor, não somos – nem estamos - mais os mesmos...

Chegamos dessa viagem capazes de desmistificar os processos de submissão material e ideológica da sociabilidade contemporânea orquestrados pelo capital e instigados a criar práticas profissionais – tanto no âmbito da formação como do exercício profissional – e sociais que transformem relações sociais de (re)produção que naturalizam as desigualdades sociais, a intolerância, a violência, o preconceito, as discriminações.

Por esse seu compromisso ético-político, esta obra torna-se importante não só para os profissionais de Serviço Social, os assistentes sociais, mas para todos àqueles que tramam suas ações cotidianas tendo como horizonte a construção de uma nova sociedade.

Aracaju, primavera de 2017.

Clarissa Andrade Carvalho

EIXO

1



Fundamentos
do Serviço Social:
Revisitando
alguns temas



O SERVIÇO SOCIAL COMO TRABALHO: processamento do debate brasileiro

EVERTON MELO DA SILVA

Introdução

Tendências teórico-metodológicas contemporâneas anunciaram a perda da “centralidade do trabalho”, proclamando o fim da “sociedade do trabalho”. Desde as últimas décadas, esta proclamação gerou um inconcluso debate nas produções acadêmicas, reflexo do irracionalismo e relativismo próprios da pós-modernidade.

O trabalho não é exceção a esse relativismo e simplificações. Um exemplo ilustrativo é o pensamento de Boaventura de Souza Santos ao apontar que “[...] mesmo admitindo que a classe operária continua a ter interesse na superação do capitalismo, não parece que tenha capacidade para levar a cabo.” (SANTOS, 2007, p. 40). Para este autor, a classe operária não é a classe revolucionária por excelência e, desse modo, o mesmo erradica a centralidade do trabalho na superação do modo de produção capitalista.

O cenário contemporâneo mostra uma debilidade de pertencimento da classe antagonica ao capital. Este processo de perda do senso coletivo é uma consequência também da entrada do neoliberalismo exacerbado atrelado ao processo de acumulação flexível do capital e à “[...] pós-modernidade [que] está intimamente relacionada a um novo tipo de hegemonia ideológica nesse estágio do capital globalizado.” (SIMIONATTO, 2010, p. 08).

Teóricos de diversas correntes, entre esses alguns que se denominam ou se denominavam marxistas, encheram as bibliotecas com te-

ses que afirmavam o fim do “mundo do trabalho”¹. De denúncias de insuficiências dos escritos e análises de Karl Marx aos embaraços teórico-semânticos, a categoria trabalho foi alvo de constantes reduções puramente ideológicas². Desta forma, “tornou-se frequente, nos meios acadêmicos, o discurso acerca do ‘fim do trabalho’, do ‘fim da sociedade do trabalho’, assim como a referência à ‘sociedade (ou economia) do conhecimento’ – discurso geralmente associado às várias ideologias ditas pós-modernas.” (NETTO; BRAZ, 2010, p. 50).

Por outro lado, apontamos, a partir de Granemann (2010, p. 03), que “[...] a exigência de modificações postas pelo capital não faz o trabalho perder a centralidade, [...]”. E,

[...] ao invés da substituição do trabalho pela ciência, ou ainda da substituição da produção de valores pela esfera comunicacional, da substituição da produção pela informação, o que se pode presenciar no mundo contemporâneo é uma maior inter-relação, uma maior interpenetração entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre atividades laborativas e as atividades de concepção, que se expandem no contexto da reestruturação produtiva do capital. O que remete ao desenvolvimento de uma concepção ampliada para se entender a forma de ser do trabalho no capitalismo contemporâneo, e não à sua negação. (ANTUNES, 2010, p. 178).

1 Conforme Lessa (2007), autores como Mallet (1963), Lojkin (1995), Belleville (1963), Gorz (1987), Piore e Sabel (1984) e Schaff (1990) defendem argumentos sobre o *fim da sociedade do trabalho*, com os adeuses ao proletariado, o primeiro em 1980 e o segundo nos anos 1990.

2 Exemplo disso está no uso dos termos “trabalho” e “emprego”, que na maioria das vezes são utilizados como sinônimos. Netto (2010, p. 50 – negritos originais) afirma que, “aqueles dois fenômenos (a redução da demanda de trabalhadores para a produção de bens materiais e o desemprego crescente) são perfeitamente compreensíveis quando se considera a dinâmica essencial da sociedade capitalista e, devidamente analisados, **não autorizam a desconsideração da centralidade do trabalho**. A redução do contingente de trabalhadores explica-se pelo formidável desenvolvimento das forças produtivas contemporâneas, que exponenciaram a produtividade do trabalho [...]; quanto ao extraordinário desemprego dos dias atuais, ele está diretamente ligado aos limites da sociedade burguesa [...]”.

As falácias sobre o “fim do mundo do trabalho” não passam de concepções e reduções da ideologia dominante, ancoradas pela ciência burguesa, onde os intelectuais disseminam, majoritariamente, as ideias da *sociedade tecnológica-informacional e a centralidade da linguagem na sociabilidade*³. Ancorado por Santos (2007, p. 32), compreendemos que “o capitalismo já há algum tempo vem tentando se ver livre do projeto civilizatório moderno devido à sua incompatibilidade histórica cada vez mais evidente com os valores centrais constitutivos desse projeto”.

A teoria social de Marx vem na contracorrente do pensamento pós-moderno, pois as concepções marxianas dão fundamentos para compreender as contradições presentes no sistema do capital. Por isso, a categoria trabalho deve ser refletida, uma vez que essa é a base da vida dos homens em qualquer sociabilidade, inclusive no modo de produção capitalista, pois a sociabilidade burguesa tem seu elemento fundante sob a forma do trabalho assalariado. Marx, conforme Mészáros (2011, p. 30, grifo original), “[...] é mais relevante hoje do que alguma vez já foi, pois apenas uma *mudança sistêmica* radical pode proporcionar a esperança historicamente sustentável e a solução para o futuro”. Ressaltamos também a necessidade de enfrentar as contradições presentes na atualidade, principalmente entre capital e trabalho:

O sistema do capital se articula numa rede de contradições que só se consegue *administrar* medianamente, ainda assim durante curto intervalo, mas que não se consegue *superar* definitivamente. Na raiz de todas elas encontramos o antagonismo inconciliável entre capital e trabalho, assumindo sempre e necessariamente a forma de *subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital*, não importando o grau de elaboração e mistificação das tentativas de camuflá-la. (MÉSZÁROS, 2006, p. 19, grifo original).

Se nas décadas de 1980 e 1990 é presente a discussão sobre o fim da centralidade do trabalho, o Serviço Social, na contracorrente do

3 O principal teórico dessa concepção é Jurgen Habermas, com a produção “Teoria da Ação Comunicativa I: racionalidade da ação e racionalização social”.

pensamento pós-moderno e ancorada pelo pensamento marxiano, resgata essa categoria em suas discussões e análises, principalmente, na leitura da sociedade. Após o currículo de 1982, afirmou-se o trabalho na compreensão do significado social da profissão, direcionando-o socialmente aos interesses da classe trabalhadora e assumindo a vertente crítico-dialética marxista como perspectiva teórico-metodológica.

Com as Diretrizes Curriculares de 1996, duas afirmações são inequívocas ao refletir particularidades da profissão: primeiramente, a “questão social”, como “[...] fundamento básico de sua existência [...]” (ABEPSS, 1996, p.04) e, em segundo lugar, a concepção do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática um processo de trabalho, especificando, através desta segunda reflexão, o exercício profissional como trabalho. A concepção de Serviço Social como trabalho e do exercício profissional inserido em processos de trabalho está fixada nessa estrutura curricular.

Nos “Pressupostos da formação profissional” das Diretrizes curriculares de 1996 são perceptíveis trechos que apontam para compreensão da natureza do Serviço Social como trabalho⁴, quais sejam:

O trabalho do Assistente Social é, também, afetado por tais transformações, produto das mudanças na esfera da divisão sócio técnica do trabalho [...]. A relação do Serviço Social com a questão social [...] é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho. O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social [...]. (ABEPSS, 1996, p.04, grifo nosso).

A partir desses pressupostos insurgiram discussões no interior da categoria profissional, na perspectiva de aprofundar e conferir outros desdobramentos a esse eixo de compreensão dos fundamentos da profissão, que culminaram em alvo de fecundas polêmicas.

4 Temos também no “Núcleo de fundamentos do trabalho profissional” dessas diretrizes compreensões que também corroboram com esta afirmação.

Marilda Iamamoto compreende a prática profissional do assistente social como trabalho e o exercício profissional inscrito em um processo de trabalho. Assegura ainda, num determinado momento de sua produção teórica, que o processo de trabalho **do** assistente social tem objeto/matéria-prima, meios/instrumentos de trabalho e o próprio trabalho. Isto é, “a insistência na questão social está em que ela conforma a *matéria-prima do trabalho profissional, sendo a prática profissional compreendida como uma especialização do trabalho, participe de um processo de trabalho*” (IAMAMOTO, 2006/1998, p. 59, grifo original). Essa passagem inconfundível caracteriza o Serviço Social como trabalho e alinha-se com as concepções das Diretrizes Curriculares de 1996.

No entanto, Gilmaísa Macedo e Sérgio Lessa são contrários à afirmação de Iamamoto (2006/1998) e das Diretrizes Curriculares (1996), projetando a discussão para dimensão filosófico-ideológica e sociológico-política, e não “simplesmente” da prática profissional e instrumental⁵. Essa polêmica se multiplicou em vários outros textos de autoria diversificada ao longo dos últimos anos e coloca em questão muito mais do que o uso de determinadas categorias. Ela reflete um debate que versa sobre as diferentes concepções sobre a natureza do Serviço social e as formas de apropriação da teoria social de Marx.

É nesse campo de afirmações em movimento que apresentamos como objetivo deste artigo refletir sobre o trabalho enquanto natureza do Serviço Social apresentada pelas Diretrizes Curriculares de 1996 e por Marilda Iamamoto (2006/1998; 2008/2007; 2011/1982)⁶.

5 Esses dois autores publicaram na Revista Temporalis, no ano 2000, artigos referentes a essa polêmica, quais sejam: “Aproximação ao Serviço Social como Complexo Ideológico” de Macedo e “Serviço Social e Trabalho: do que se trata?” de Lessa.

6 Ao referenciar Iamamoto utilizaremos o ano da obra utilizada para estudo deste artigo e, do lado, o ano da primeira edição da publicação, por exemplo: 2006/1998. Assim, os leitores podem compreender de forma clara e didática os argumentos da nossa exposição.

A relação entre trabalho e Serviço Social em Iamamoto e nas Diretrizes Curriculares de 1996

O debate Serviço Social como trabalho está localizado nas produções acadêmicas mais embasadas e densas, desde documentos legais, a exemplo das Diretrizes Curriculares, até publicações sobre os fundamentos do Serviço Social.

Desde a década de 1970, a revisão dos currículos do curso de Serviço Social tornou-se um *locus* de discussão sobre formação profissional, sob a primazia da democracia nos debates e da socialização das discussões, evidenciando o caráter coletivo da categoria profissional.

O projeto curricular de 1982 caracteriza-se como um “divisor de águas” do movimento de renovação profissional⁷, junto ao Código de Ética Profissional de 1986. Esse projeto fundamenta a formação a partir do **direcionamento social** da profissão aos interesses da classe trabalhadora, afirma o **trabalho na compreensão do exercício profissional do Serviço Social**, assim como a **vertente crítico-dialética marxista** como perspectiva teórico-metodológica privilegiada na formação profissional e enceta alguns apontamentos embrionários da **questão social** como substrato da profissão. No entanto, esse projeto deixou lacunas, a serem superadas posteriormente, em momentos de debate sobre o processo de formação profissional.

Isto posto, para além dos méritos que fundamentam o projeto de 1982, compreendemos um deslocamento posterior do debate que transita da compreensão da condição do caráter técnico especializado da profissão, inscrita na divisão sócio técnica do trabalho, para a condição de trabalhador assalariado do profissional, conforme a exposição abaixo:

7 “[A] conjuntura histórica do final dos anos 70 e início da década de 80 – pontuada por uma ‘grave crise econômica, acompanhada de rearticulação política da sociedade civil’ (1984:109) – colocou a revisão do currículo e da formação profissional como uma necessidade histórica, contextualizada pela crise da ditadura, pela reorganização da sociedade, pelas especificidades da universidade brasileira, deixando patente o esforço de tratar o exercício profissional no interior da dinâmica da sociedade brasileira nos anos 80.” (ABESS, 1996, p. 145).

Sendo o Serviço Social regulamentado como uma profissão liberal e dispondo o assistente social de relativa autonomia na condução do exercício profissional, tornam-se necessários estatutos legais e éticos que regulamentem socialmente essa atividade. Entretanto, essa autonomia é tensionada pela compra e venda dessa força de trabalho especializada a diferentes empregadores: o Estado (e suas distintas esferas de poder), o empresariado, as organizações de trabalhadores e de outros segmentos organizados da sociedade civil. O *significado social do trabalho profissional do assistente social* depende das relações que estabelece com os *sujeitos sociais que o contratam*, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade. Ainda que a natureza qualitativa dessa especialização do trabalho se preserve nas várias inserções ocupacionais, o *significado social de seu processamento não é idêntico nas diferenciadas condições em que se realiza esse trabalho porquanto envolvido em relações sociais distintas*. [...] Portanto, essas relações interferem decisivamente no exercício profissional, que supõe a mediação do *mercado de trabalho* por tratar-se de uma *atividade assalariada de caráter profissional*. (IAMAMOTO, 2008/2007, p. 214-215, grifo original).

Essa tese, hegemônica na profissão, é gestada, segundo Cardoso et al (1996, p. 30), pelo “[...] processo de desenvolvimento do Estado brasileiro, das estratégias de produção e acumulação capitalista e da luta de classes.”. Desse modo, a compreensão da natureza do Serviço Social, a partir da perspectiva histórico-crítica, compreende como um produto da síntese dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico⁸.

No trânsito da década de 1980 e 1990 são inegáveis os percalços ocorridos que influenciaram, direta ou indiretamente, o processo de revisão curricular. De modo ilustrativo, sintetiza-se as principais mudanças ocorridas:

8 Sobre as perspectivas endogenista e a histórico-crítica no Serviço Social, ver MONTAÑO, C. A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2009.

[Houveram mudanças na] produção com base na microeletrônica e na robótica projetando um futuro de fábricas sem operários; um crescimento sem precedentes do desemprego; um mercado globalizado; a terceirização; a ‘superação’ da dicotomia entre trabalho manual e intelectual através das novas formas de gestão da produção; a flexibilidade; um ‘novo sindicalismo’ assentado na idéia do final das clivagens entre capital e trabalho face ao fim do ‘socialismo real’, e de outras questões que mantêm estreita relação com estas, como a do Estado Nacional, do neoliberalismo, dos ‘novos’ movimentos sociais, etc. (SANTOS, 2000, p. 19).

Essas modificações estruturais rebatem negativamente no Serviço Social e em seu processo de revisão curricular. Alguns foram, por exemplo, relacionados à discussão sobre o pluralismo metodológico e a “crise do marxismo” – ambos colocando o marxismo em xeque, após a ascensão do pós-modernismo na academia, principalmente nas Ciências Sociais.

Todavia, de forma hegemônica, o marxismo é mantido no processo de revisão do currículo e reafirmado como base teórico-metodológica da formação e atuação profissional⁹, sem desconsiderar a pertinência do pluralismo profissional que, ademais, é garantido também no Código de Ética de 1993. No entanto, esse processo de revisão curricular parte do suposto de que a profissão “[...] expressa uma insuficiente apreensão do método crítico-dialético, cujas categorias não são apreendidas como modos de ser da realidade sócio-histórica.” (ABESS, 1996, p. 148).

Assim, entre 1993 a 1996, o Serviço Social se propôs a discutir, nesse processo de formulação do que viriam a ser as Diretrizes curriculares de 1996, os entraves conceituais e de intervenção profissional. Para revisar e

9 Ressalvamos aqui, que os textos da ABESS (1996) e Cardoso et al. (1996) não fazem referência às obras de Marx, percebemos uma abordagem sobre a teoria social crítica e a categoria trabalho, através de autores da tradição marxista.

subsidiar esse processo foram realizadas oficinas de âmbito local, regional e nacional¹⁰.

As Diretrizes Curriculares de 1996, além de expressarem princípios da formação profissional, aludem sobre a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e salientam núcleos de fundamentação, quais sejam: o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, o núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

É imprescindível abordar pontos centrais subjacentes às Diretrizes Curriculares de 1996: a compreensão da questão social e o “desenvolvimento do núcleo de fundamentação do trabalho profissional e sua inter-relação com os demais eixos propostos [...]” (ABESS, 1996, p. 15-16). Outro ponto que concerne a esse novo projeto é a “[...] afirmação da centralidade do trabalho [que, entretanto] irá desdobrar-se, nos anos posteriores, na discussão sobre trabalho e Serviço Social – reforçando a atualidade e vigor explicativo do marxismo diante das demais tendências do campo profissional.” (SANTOS, 2000, p.24).

Como fruto da reelaboração coletiva, foi se afirmando outra compreensão sobre a relação entre conhecimento, profissão e realidade, que evidencia “[...] a pesquisa das situações concretas [como] o caminho para a identificação das mediações históricas necessárias à superação da defasagem entre o discurso genérico sobre a realidade e os fenômenos singulares com os quais se defronta o profissional no mercado de trabalho.” (ABESS, 1996, p. 152). Outro campo esteve relacionado ao significado social do exercício profissional, reafirmando que, “o marco da redefinição profissional dos anos 80 foi o tratamento dispensado ao significado social da profissão, enquanto *especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho.*” (ABESS, 1996, p. 152).

.....
10 No processo de construção dessas diretrizes, a categoria discutiu e analisou, representada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e as unidades de ensino, ensejando, deste modo, preencher lacunas/superações deixadas pela historicidade da profissão.

Percebemos que a categoria trabalho insurge “[...] como o elemento central da realidade social e como componente constitutivo da prática profissional. [Assim, o Serviço Social] *deixa de ser* [tratado] *como uma prática social abstrata para configurar-se como trabalho profissional*.” No entanto, reconhece-se, dentro desse campo afirmativo, que ainda “[...] não foram extraídas todas as implicações desta condição no redimensionamento da compreensão da profissão e da formação profissional.” (ABESS, 1996, p. 162). Entendemos, de acordo com a formulação original da ABEPSS, que algumas sinalizações sobre a relação entre trabalho e Serviço Social deveriam ser especialmente problematizadas.

Ao avançar no debate de aspectos relacionados às condições e relações de assalariamento desses profissionais, um dos textos produzidos como subsídio para o detalhamento de alguns eixos das diretrizes e publicado nos Cadernos ABESS, de autoria de Isabel Cristina da Costa Cardoso (1996)¹¹, denominado “Processo de trabalho do Serviço Social”, faz algumas afirmações controversas neste universo de formulações que debate o Serviço Social como trabalho. Ela afirma, por exemplo, que o Serviço Social é trabalho produtivo:

A lógica capitalista – que também se faz presente através da modalidade de ação do Estado enquanto Estado-empresário – para alcançar os objetivos do processo de valorização, pressupõe sua difusão e reprodução de forma ampliada e não focalizada em uma única esfera econômica, como a industrial. Assim, não é o simples fato de se localizar em uma esfera de serviços que faz do trabalho do Serviço Social um trabalho improdutivo.”. (CARDOSO, 1996, p. 34).

Segundo Cardoso et al (1996, p. 17, grifo original), o avanço

.....
11 Este texto “Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate” é dividido em três partes principais, quais sejam: “Serviço Social e questão social” de Elaine Behring; “Processo de trabalho do Serviço Social” de Izabel Cristina da Costa Barbosa; e “Projeto de formação profissional em Serviço Social e universidade brasileira” de Ney Luiz Teixeira de Almeida. Além disso, a elaboração deste documento contou com a supervisão de Marilda Iamamoto.

[...] nos caminhos percorridos, suprimindo lacunas e enriquecendo as análises das particularidades históricas que incidem sobre o trabalho profissional. [...] apresenta um caminho analítico profícuo, *recolocando o estatuto profissional como uma especialização do trabalho*, o que não é uma preocupação nova.

Isso porque a tradição intelectual do Serviço Social, nesse caso na figura de Yamamoto, delineava, desde os anos 1980, esta tese. É preciso pontuar que o amadurecimento intelectual da profissão, a partir das obras marxianas, vem com Yamamoto, que “[...] sinaliza a maioridade intelectual da perspectiva da intenção de ruptura – ponto de inflexão no coroamento da consolidação acadêmica do projeto de ruptura e mediação para o seu desdobramento para além das fronteiras universitárias.” (NETTO, 2011, p. 275-276). Ela incorpora o pensamento de Marx tão fielmente às obras que “é *absolutamente* impossível abstrair [sua reflexão] da *consolidação* teórica-crítica do projeto de ruptura no Brasil.” (NETTO, 2011, p. 276).

A produção de Yamamoto marca uma ruptura no Serviço Social, do ponto de vista da utilização do pensamento de Marx. Se antes, com a apropriação ídeo-política do marxismo, o pensamento de Marx era utilizado para fins político-militantistas nas intervenções profissionais, a obra de Yamamoto irá analisar a base da sociedade capitalista – especificamente, o fundamento deste modo de produção – e situar o Serviço Social no interior destas relações sociais. Para a referida autora, compreender o significado do Serviço Social, implica entender, inicialmente, o movimento concreto das relações sociais capitalistas, para, em seguida, situar o significado da profissão na sociedade capitalista (IAMAMOTO, 2011/1982).

É nesta reflexão, elaborada por Yamamoto que aparece, pela primeira vez, a referência ao trabalho para explicar o significado do Serviço Social. Para ela, desde aquele momento, a profissão é uma especialização do trabalho coletivo inserida na divisão sócio técnica do trabalho capitalista (IAMAMOTO, 2011/1982). Em face disto, e também para compreender a exploração do trabalho como parte essencial da configuração das demandas sócio profissionais, é que a autora dedica

o primeiro capítulo desta obra à recuperação da discussão marxiana sobre o trabalho n'O Capital.

A tese de Iamamoto foi formulada a partir do pensamento marxiano compreendendo: “[...] *o significado social dessa profissão na sociedade capitalista*, situando-a como um dos elementos que participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas.” (IAMAMOTO, 2011/1982, p. 77, grifo original). Uma vez concebido o caráter peculiar que a profissão tem no sistema capitalista, a preocupação era situar o papel do Serviço Social no modo de produção vigente e uma de suas contradições centrais – o fato de responder a dois sujeitos historicamente distintos: o capitalista e o trabalhador¹².

A concepção da natureza do Serviço Social como trabalho era nítida no pensamento de Iamamoto antes mesmo das discussões iniciais da reformulação curricular de 1996. Com esse entendimento, situar-se-ão dentro do processo de produção/circulação do capital, conforme essa passagem:

Uma vez que o exercício do Serviço Social está circunscrito dentro do contexto referente às condições e situação de vida da classe trabalhadora, encontra-se integrado ao processo de criação de condições indispensáveis ao funcionamento da força de trabalho, à extração da mais-valia. Embora a profissão não se dedique, preferencialmente, ao desempenho de funções diretamente produtivas, podendo ser, em geral, caracterizada como um trabalho improdutivo, figurando entre os falsos custos de produção, participa, ao lado de outras profissões, da tarefa de implementação de condições necessárias ao processo de reprodução no seu conjunto, integrada como está à divisão social e técnica do trabalho. (IAMAMOTO, 2011/1982, p. 93)

.....
12 Para Iamamoto (2011/1982, p. 81, grifo original), o assistente social “*responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ao outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história.*”

O Serviço Social participa de parte das iniciativas que garantem a reprodução da força de trabalho que mantém o modo de produção capitalista. Isto posto, compreende-se o exercício profissional do assistente social como uma forma de trabalho socialmente determinada possibilitando, deste modo, que ele se reconheça enquanto trabalhador assalariado e sujeito de sua prática. Para a ABESS (1996, p. 163),

[a] assimilação da prática profissional como trabalho deriva do privilégio da produção social como eixo organizador da vida social. Isto significa que a produção social engloba: a produção de mercadorias e da vida material; a produção e reprodução das relações sociais; a produção e reprodução de formas de consciência e representação da vida social.

Nos argumentos subjacentes a este raciocínio, há uma articulação entre a prática profissional do assistente social e os elementos do processo de trabalho em Marx (objetos, meios de trabalho, atividade do sujeito, o produto), sobre trabalho coletivo e sua condição de assalariamento (ABESS, 1996; CARDOSO et al, 1996; IAMAMOTO, 2006/1998). Estes elementos são assim identificados e relacionados: o objeto do trabalho do Serviço Social seria as múltiplas expressões da questão social; os instrumentos de trabalho equivalem ao conhecimento teórico-político e técnicas de intervenção; e o próprio trabalho, que estabelece a ação orientada a uma finalidade, a capacidade teleológica, isto é, os “[...] objetivos e metas que o profissional pretende atingir provocando mudanças no objeto de trabalho em que se concretiza a direção social da profissão.” (ABESS, 1996, p. 162).

Seguindo essa argumentação, percebemos que há um “enquadramento” do Serviço Social como trabalho, em uma tentativa de estabelecer, em cada etapa do processo de trabalho, elaborado por Marx no capítulo V do Capital, consonâncias com a prática profissional do assistente social. Justifica-se que através do trabalho, o sujeito “[...] opera mudanças tanto na matéria ou no objeto a ser transformado, quanto no sujeito, na subjetividade dos indivíduos, pois permite descobrir novas capacidades e qualidades humanas.” (IAMAMOTO, 2006/1998, p. 60).

Essa formulação gerou repercussões negativas, principalmente no processo de construção, debates e revisões das Diretrizes Curriculares. Isso fica claro nas versões do núcleo de fundamentos do trabalho profissional (ABESS, 1996; RODRIGO; IAMAMOTO; WANDERLEY, 1999; RESOLUÇÃO CNE/CES-15/2002), que teve modificações substanciais ao tratar sobre a relação entre trabalho e o Serviço Social:

O conteúdo deste núcleo **considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social**. Tal perspectiva permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articulada aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: **o objeto ou matéria prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho – instrumentos técnicos e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potencialização da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho**. (ABESS, 1996, p. 377-378, negritos não originais).

Núcleo de fundamentos do trabalho profissional que **compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado**. Tais elementos encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em **que se insere**, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais ao exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas normatizadas por lei. [...] **O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, a inserção do Assistente Social nos processos de trabalho:** questão social, políticas e movimentos sociais, a dinâmica institucional e a formulação de projetos de pesquisa e

intervenção. (RODRIGO; IAMAMOTO; WANDERLEY, 1999, p. 352-357, grifo nosso).

Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, **que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho:** sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. (RESOLUÇÃO CNE/CES-15/2002).

Em decorrência dessas diferentes formulações descrevendo o núcleo de fundamentos do trabalho profissional, geraram-se equívocos sobre se o Serviço Social teria um processo de trabalho ou não; isto é, têm-se, pelo menos, três versões diferentes sobre este debate que se desdobraram em diferenciadas elaborações na reflexão teórica posterior¹³. Dessa forma, é necessário explicar que a última e decisiva posição a respeito esclarece que

[...] não existe um processo de trabalho do Serviço Social, visto que o trabalho é atividade de um sujeito vivo, enquanto realização de capacidades, faculdades e possibilidades do sujeito trabalhador. Existe, sim, um trabalho do assistente e processos de trabalho nos quais se envolve na condição de trabalhador especializado. (IAMAMOTO, 2008/2007, p. 429).

A terceira das obras de Iamamoto sobre esse debate, “Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social”, é enraizada também no pensamento de Marx, fazendo relação ao trabalho no capitalismo monopolista-financeiro, situando a profissão como trabalho improdutivo no processo de produção, consumo e circulação do capital. Percebemos que a sustentação da argumentação de que o Serviço Social é trabalho improdutivo está presente nas três

13 Devido ao reducionismo que o texto original das Diretrizes sofreu ao ser aprovado pelo CNE, não houve menção à relação entre processo de trabalho e o Serviço Social.

principais obras de Iamamoto (2006/1998; 2008/2007; 2011/1982), todas desenvolvidas com base nas principais obras marxianas. Vejamos:

Em caráter preliminar, poder-se-ia afirmar que o Serviço Social não é uma profissão que se inscreva, predominantemente, entre as atividades diretamente vinculadas ao processo de criação de produtos e de valor. [...]. Embora **a profissão não se dedique, preferencialmente, ao desempenho de funções diretamente produtivas, podendo ser, em geral, caracterizada como um trabalho improdutivo**, figurando entre os falsos custos de produção, participa, ao lado de outras profissões, da tarefa de implementação de condições necessárias ao processo de reprodução no seu conjunto, integrada como está à divisão social e técnica do trabalho. A produção e reprodução capitalista inclui, também, uma gama de atividades, que, não sendo diretamente produtivas, são indispensáveis ou facilitadoras do movimento do capital. São funções que, com o progresso da divisão do trabalho, se desmembram de outras, adquirindo uma existência independente, substantivadas como função específica de determinados agentes a que está diretamente encomendada. (IAMAMOTO, 2011/1982, p. 92-93, grifo nosso).

Ao se pensar esse trabalho em empresas capitalistas, ele tem um efeito na sociedade do ponto de vista da produção de valores ou da riqueza social, ao ser parte de um trabalhador coletivo. **O assistente social não produz diretamente riqueza** – valor e mais-valia –, mas é um profissional que é parte de um trabalhador coletivo, fruto de uma combinação de trabalhos especializados na produção de uma divisão técnica do trabalho. (IAMAMOTO, 2006/1998, p. 69, grifo nosso).

Contudo, **o trabalho do assistente social inscreve-se em outras relações que extrapolam o universo do capital na sua forma produtiva de mais-valia**. [...]. Também os ramos da divisão do trabalho em que o capital assume as formas de mercadorias e de dinheiro –, no comércio e nas atividades financeiras –, **o trabalho, a ele submetido, interfere no tempo de circulação do capital, acelerando**

a sua rotação, mas não atua na criação da mais-valia.
[...]. (IAMAMOTO, 2008/2007, p. 430, grifo nosso).

As observações de Iamamoto (2008/2007) apoiam-se em concepções mais densas, e esta, ao subscrever a concepção do Serviço Social como trabalho, apresenta algumas ressalvas. Um pressuposto inicialmente importante é a compreensão de que o processo de produção capitalista é constituído de dois momentos, que são interdependentes: o processo de trabalho e o processo de valorização. Considerando esse pressuposto, Iamamoto afirma que o Serviço Social reproduz a unidade contraditória entre trabalho concreto e trabalho abstrato¹⁴, mas, “*ela só se apresenta como questão essencial a ser elucidada na órbita da crítica marxista de economia política.*” (IAMAMOTO, 2008/2007, p. 215, grifo original). Nesse sentido,

esta condição sintetiza tensões entre o *direcionamento* que o assistente social pretende imprimir ao seu trabalho concreto – afirmando sua dimensão teleológica e criadora –, condizente com um projeto profissional coletivo e historicamente fundado; e os *constrangimentos inerentes ao trabalho alienado que se repõem na forma assalariada do exercício profissional.* (IAMAMOTO, 2008/2007, p. 214, grifo original).

Ademais, de acordo com a autora, o valor de uso do trabalho do assistente social é a sua resposta a uma necessidade social. As necessidades sociais – materiais e espirituais – estão condensadas nas múltiplas expressões da questão social e o valor de troca está expresso no salário que recebe por sua força de trabalho.

Nas formulações da ABESS (1996, p.164) comparece esta mesma compreensão onde, o valor de uso do trabalho do Serviço Social está “[...] condicionado pelas necessidades geradoras e pela sua qualificação, entendida como a habilitação para o exercício das funções sociais

.....
14 “É nesta condição de trabalhador assalariado que o assistente social se integra na organização do conjunto de trabalhadores afins, por meio de suas entidades representativas, e com a coletividade da classe trabalhadora.” (IAMAMOTO, 2008/2007, p. 215).

e técnicas que lhe são exigidas.”. E também na “Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate”: o valor de uso está “[...] relacionado às necessidades de controle e disciplinamento da reprodução social da força de trabalho” (CARDOSO et al, 1996, p. 34). Iamamoto (2008/2007, p. 414) elucida que, “o propósito deste segmento é indicar elementos para uma análise do trabalho do assistente social em tempo do capital fetiche, que considere suas particularidades e focalize as tensas relações entre projeto ético-político profissional e estatuto assalariado.”.

A compreensão do objeto/matéria-prima do trabalho do assistente social é concebida nas três principais obras de Iamamoto: *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, publicada em 1982; *Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional* publicada em 1998; e *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*, publicada em 2007.

Esse ponto deve ser problematizado, em decorrência do “enquadramento” do Serviço Social no processo de trabalho, com os elementos: matéria-prima/objeto, meios de trabalho, produto do trabalho e a atividade do trabalho. Isso não é aleatório e nem desvinculado do debate, como já percebemos até aqui. Esse “enquadramento” é nítido nas concepções de Iamamoto (2006/1998; 2008/2007; 2011/1982), sendo a precursora desse posicionamento e a mais utilizada para fundamentar o debate da natureza da profissão como trabalho, inclusive utilizada para a formulação das Diretrizes Curriculares. Passaram-se quatorze anos desde a primeira elaboração (intervalo entre a obra *Relações sociais e Serviço Social* e *Serviço Social na contemporaneidade*), e a autora mantém-se na mesma linha de argumentação, só que de forma didática e clara. Vejamos:

O objeto de trabalho, aqui considerado, é a questão social. [O] conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo Assistente Social ao longo do seu processo formativo são parte do acervo de seus meios de trabalho. [...] Não resta dúvida de que o trabalho do assistente social tem um efeito nas condições *materiais e sociais* daqueles cuja

sobrevivência depende do trabalho. Em outros termos, tem um efeito no *processo de reprodução da força de trabalho* [...]. (IAMAMOTO, 2006/1998, p. 62-67).

Após críticas contundentes diante dessa argumentação, Iamamoto (2008/2007, p. 421) mantém essa linha de compreensão: “[...] os componentes universais envolvidos na realização de todo trabalho –, qualquer que seja a sua natureza –, meios, objeto e o próprio trabalho –, também se repõem no trabalho do assistente social, ainda que sob condições determinadas”. Porém, com essa última argumentação, apreende-se que esse argumento foi colocado em segundo plano do debate, apesar da manutenção desse pensamento. Iamamoto editou diversas vezes a obra “Serviço social na contemporaneidade”, a mais polêmica diante da discussão do “enquadramento” dos elementos do trabalho com o Serviço Social, porém a autora nunca retirou essa parte da argumentação nas diversas edições.

Um conjunto de apontamentos e problematizações precisa ser mencionado. Obviamente que o presente artigo não tem a pretensão de exaurir a análise da discussão sobre a natureza da profissão definida como trabalho nas Diretrizes Curriculares e em Iamamoto (2006/1998; 2008/2007; 2011/1982). Pretendemos, outrossim, observar algumas tendências dessa discussão, respeitando também os limites estruturais de um artigo.

O debate sobre a natureza da profissão tem dois desdobramentos centrais e antagônicos: o primeiro que concebe o Serviço Social como trabalho, incorporando a discussão do trabalho improdutivo em Marx; e o segundo que nega a tese anterior, afirmando, portanto, que o Serviço Social não é trabalho – concebendo a profissão como um complexo ideológico, argumento igualmente embasado em Marx e também em Lukács.

Diante desse debate, Araújo (2008, p. 25) faz um apontamento que deve ser problematizado ao tentar propor uma mediação às formulações de Iamamoto e de Macedo e Lessa. Para ela, “[...] é necessário encontrar formas teórico-metodológicas de mediação entre um e outro construto, descobrindo e descortinando os elementos nevrálgicos que

os afastam ou podem afastar, que os unem ou podem unir, dialogando profundamente com as diferenças”. Entendemos que, por mais que as posições desses autores estejam solidificadas em Marx e nas obras marxianas, os autores captam de formas diferentes os fundamentos ontológicos do trabalho na sociabilidade capitalista, o que acaba refletindo no pensamento da natureza do Serviço Social. As teses de Iamamoto e de Macedo e Lessa se excluem, não podendo convergir devido às formas antagônicas de compreensão dos fundamentos da categoria trabalho. Por isso, concordamos com Lessa (2012, p. 81) que “[...] o que de fato está em jogo é a tese marxiana do trabalho enquanto categoria fundante do mundo dos homens. É isto, ao final das contas, o que está envolvido no atual debate acerca da relação entre o Serviço Social e o trabalho”.

Outro ponto a ser considerado: a apropriação da tese do Serviço Social como trabalho em torno das concepções de Iamamoto data dos anos 1980, sendo reforçada após a aprovação das Diretrizes Curriculares de 1996, ou seja, o argumento de que o Serviço Social é trabalho está há mais tempo no campo teórico-conceitual da categoria profissional e, talvez, esta familiaridade explique sua hegemonia na categoria profissional.

Aliás, é preciso mencionar que a tese do Serviço social enquanto complexo ideológico é recente na profissão. Antes de Macedo (2000) e Lessa (2000) não havia produções teóricas firmes a respeito e essa pode ser uma explicação possível para a não apropriação hegemônica desta categoria para definir a natureza da profissão.

Outro fator que pode explicar a hegemonia da natureza do Serviço Social como trabalho é a presença desta concepção no documento oficial da formação profissional do Serviço Social, as Diretrizes Curriculares de 1996; isto é, a tese que concebe a natureza do Serviço Social como trabalho é assumida oficialmente pela profissão, e por isso, é facilmente apropriada e discutida no âmbito acadêmico. Talvez o posicionamento, presente nesse documento, tenha se esboçado precocemente, uma vez que as Diretrizes assumem tal posição enquanto o debate ainda está em processamento, não havendo tempo suficiente para ajustar mediações na sua formulação.

Por mais que essa concepção esteja no interior da vanguarda profissional desde 1980, principalmente no projeto curricular de 1982 que afirma o trabalho na compreensão do exercício profissional, e por mais que a categoria profissional tenha debatido coletivamente este tema no processo de construção das Diretrizes, esses momentos não foram suficientes para uma apropriação e/ou problematização enraizada na perspectiva marxiana feita pela base profissional; isto pode explicar que os fundamentos e ajustes do debate não estejam sendo adequadamente incorporados nesse processo.

Um ponto ainda a ser esclarecido e aprofundado é a relação da categoria processo de trabalho com o Serviço Social, visto nas três principais produções de Yamamoto (2006/1998; 2008/2007; 2011/1982). Ao expor isso, obviamente que não retiramos os méritos que a tese de Yamamoto ofereceu ao Serviço Social, ao tentar explicá-lo no âmbito das relações sociais, seu significado social e a condição de trabalhador assalariado do assistente social. Essas reflexões são frutos das análises de Yamamoto (2006/1998; 2008/2007; 2011/1982) que contribuem impulsionando o campo da produção teórica. Exemplo disso é a problematização que a autora deixa ao tratar o Serviço Social como um trabalho improdutivo que, para ela, chama atenção para a necessidade de discutir e analisar o campo do trabalho produtivo e improdutivo sob a ótica marxiana.

Considerações finais

No processo de captação das principais tendências da compreensão da natureza do Serviço social como trabalho, ficou nítido o desdobramento de outros questionamentos a serem aprofundados posteriormente por outras pesquisas. Por outro lado, se problematizar a processualidade do debate do Serviço Social como trabalho é pertinente na atualidade para a natureza da profissão, compreender a retomada da teoria social de Marx parece-me ser mais emergencial neste momento. Pois, a categoria profissional se apropria das concepções de Marx, em grande parte, a partir de seus interlocutores, em uma leitura de “segunda mão”, se impondo como necessária a

apropriação dessas concepções e fundamentos recorrendo às devidas fontes marxianas. Muitas das categorias presentes nas obras de Marx ainda são insuficientemente compreendidas dentro do Serviço Social, implicando, por sua vez, em rebatimentos no processo de formação e atuação profissional.

Apesar dos avanços teóricos da vanguarda intelectual do Serviço Social, ainda se reproduz no conjunto da categoria profissional o “marxismo sem Marx”, não se superando inteiramente a apropriação epistemológica desta teoria social. Podemos dar como exemplos mais recorrentes na profissão as constantes dicotomizações entre teoria e prática e na incompreensão da dimensão e dos elementos constitutivos do projeto ético-político profissional.

Este projeto está filiado aos projetos societários de transformação da sociedade, isto é, tenciona uma “[...] ruptura com a ordem social vigente” (BRAZ, 2004, p. 57) e tem, como finalidade, a emancipação da classe trabalhadora, o fim de sua exploração. A persistência de uma leitura enviesada da teoria social de Marx e o modo, muitas vezes, equivocado como a categoria profissional apreende a unidade teoria-prática dificultam a percepção das mediações que materializam o projeto ético-político profissional, muitas vezes considerado utópico, no sentido pejorativo da palavra, como intencionalidades irrealizáveis.

Referências

ABESS. Proposta básica para o projeto de formação. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 50, ano XVII. mar. 1996.

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ARAÚJO, N. M. S. O Serviço Social como trabalho: alguns apontamentos sobre o debate. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 93, ano XXIX, p. 05- 28, mar. 2008.

CARDOSO I. C. da C.; GRANERMANN, S.; BEHRING, E. R.; ALMEIDA, N. L. T. de. Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. **Caderno ABESS**, São Paulo, nº 07, 1997.

GRANERMANN, S. **O processo de produção e reprodução social**: trabalho e sociabilidade. Especialização UNB-CFESS, 2010. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/15556754/1977807436/name/Texto_1_-_O_processo_de_producao_e_reproducao_social_trabalho_e_sociabilidade%5B1%5D.pdf>. Acesso em: dez. 2012.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. Proposta de Interpretação histórico-metodológica. In: IAMAMOTO, M. V. CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 33 ed. São Paulo: Cortez, 2011.p. 35 – 132.

LESSA, S. Serviço Social e trabalho: do que se trata? **Revista Temporalis**2, Brasília, ABEPSS, 2000.

MACEDO, G. Aproximação ao Serviço Social como complexo ideológico. **Revista Temporalis**2, Brasília, nº 2, mar. 2000.

MÉSZÁROS, I. **O século XXI**: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social pós-64. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011b. p. 117- 309.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RESOLUÇÃO CNE/CES-15/2002. Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social. In: **Assistente Social**: ética e direitos. 4 ed. CRESS 7ªR – RJ. 2002.

RODRIGO, M. B. M. P. IAMAMOTO, M. V. WANDERLEY, M. B. Diretrizes curriculares (Comissão de especialista). In: **Assistente Social**: ética e direitos. 4 ed. CRESS 7ªR – RJ. 2002.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. Dissertação (mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Pós-graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 2000.

_____. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMIONATTO, I. **As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política**. Especialização UNB-CFESS, 2010. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABFqIAJ/4-expressoes-ideoculturais-crise-capitalista-na-atualidade-sua-influencia-teorico-pratica>>. Acesso em: jan. 2013.

SERVIÇO SOCIAL, DIREITO(S) E EMANCIPAÇÃO HUMANA:

notas introdutórias a uma viagem turbulenta

PAULO ROBERTO FELIX DOS SANTOS

“Nosso terreno não é o terreno do direito (Rechtsboden), é o terreno revolucionário” (Marx).

39

Serviço Social, Direito(s) e Emancipação Humana

Introdução

A epígrafe que abre o presente texto reproduz uma elaboração de Marx (1987) em *A burguesia e contrarrevolução*. Apoiando-nos dessa formulação começamos esse ensaio de modo intencionalmente provocativo: *É possível estarmos ao lado do direito e da revolução?* Ora, se nos for permitido o uso da dialética, diríamos que *sim* e que *não*. Tal formulação pode, inicialmente, parecer ir de encontro à argumentação marxiana. Todavia, tentaremos demonstrar no texto que não é disso que se trata, mas sim de levantar, algumas problematizações acerca da luta por direitos, da qual o Serviço Social é partícipe, no âmbito da perspectiva da emancipação humana.

Para o intento do presente ensaio dividimos nossa exposição em quatro momentos. No primeiro item buscamos resgatar alguns pressupostos que particularizam a natureza do Serviço Social e, desse modo, a sua vinculação às determinações da expansão capitalista na idade dos monopólios. Após termos delineado o que constitui os fundamentos do Serviço Social, apresentaremos de modo sumário o que particulariza o Serviço Social brasileiro no âmbito da vinculação a um projeto profissional construído ao longo dos anos de 1980, atingindo a sua

maturidade na década seguinte e que ainda goza, na nossa perspectiva, de hegemonia no interior da categoria. Tal projeto, assumindo uma perspectiva crítica, tem na luta por direitos – de cidadania e direitos humanos, por exemplo – um ponto importante de apoio e sobre o qual se constroem estratégias político-profissionais.

No terceiro momento, considerando a vinculação desse projeto profissional à luta por direitos, a nossa exposição caminhará em demonstrar o que constitui os fundamentos do que temos como direito, a fim de perquirir suas determinações sócio-históricas e sua particularidade na sociabilidade do capital. Em seguida, entendendo a luta por direitos como um momento da emancipação política, constrangida, portanto, aos estreitos limites do horizonte burguês, nossa tarefa será problematizar qual a relação entre esse tipo de emancipação e a emancipação humana, tal qual esboçada por Marx, o que leva a ponderar qual o papel pode ser hipotecado à luta por direitos nesse processo.

Por fim, é preciso demarcar que se trata de um texto, como o próprio título já indica, com *notas introdutórias*. Isso porque, entendemos tratar-se de um debate ainda em aberto e que ainda carece de um tratamento mais rigoroso. Certo é que não se trata de uma discussão que se esgote no interior de uma profissão, ainda que dele não possamos nos furtar, mas que deve se circunscrever no horizonte daqueles que, como parte dos assistentes sociais, almeja uma sociabilidade livre do jugo do capital.

Serviço Social – natureza e significado sócio-histórico

O Serviço Social brasileiro amadureceu e, ao longo das últimas décadas, tem buscado fortalecer um projeto profissional que se articula a construção de outra sociedade. Para isso, considerando os limites da atividade profissional, assumiu na luta por direitos um ponto fundamental, não só de garantia de legitimidade social, mas também na direção em relação à esse outro projeto societário. Desse modo, esse item busca sinalizar qual a natureza dessa profissão e quais as determinações que a particularizam na sociabilidade capitalista.

O ponto de partida dessa viagem para tematizar alguns elementos que permitem apreender o significado sócio-histórico da profissão refere-se à necessidade de circunscrever o Serviço Social enquanto uma *especialização do trabalho da sociabilidade burguesa, de onde se inscreve na divisão social e técnica do trabalho social* (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982; NETTO, 2005; IAMAMOTO, 1998; MONTAÑO, 2007; YAZBECK, 2009). Sua natureza está radcada à intervenção sistemática operada pelo Estado, via políticas sociais, sob a égide do capitalismo monopolista, a partir de um conjunto de processos econômicos, políticos e sociais mediados pelas classes sociais. É, portanto, uma profissão cuja capacidade operativa está desenhada pela viabilização de respostas ao conjunto de necessidades sociais que se robustecem na relação entre aquelas classes, em face da chamada “questão social”¹.

A configuração do fenômeno denominado de “questão social” é gestada no capitalismo concorrencial, porém, as intervenções de cunho sistemático capitaneadas pelo aparato estatal só vão aparecer, de fato, na época do capitalismo monopolista, em fins do século XIX, compreendendo o período entre 1890 e 1940 (NETTO, 2005). São modificações que alteram, significativamente, às relações de trabalho, de modo que cresce a tendência de redução do trabalho vivo e incorporação de capital constante e ampliam-se técnicas de gestão da força de trabalho, de forma a aumentar a sua produtividade social.

Do ponto de vista econômico, há uma refuncionalização das “tarefas” do Estado que passa a assumir um elenco de atividades diretas e indiretas. Como *atuação direta*, são percebidos: a dinamização no que tange a investimentos nos setores menos rentáveis aos monopólios; muitas empresas que passam por dificuldades devido a intensa concorrência são “socorridas” pelo Estado, e que ao recuperarem sua sanidade financeira, são devolvidas ao setor privado; são notórios investimentos do setor público como subsidiário da iniciativa priva-

1 Aqui entendida como: “[...] um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 1998, p.27).

da e a tácita garantia de lucros aos monopólios por parte do Estado (NETTO, 2005).

Além das atividades mencionadas, Netto (2005) elenca outras que classifica como *atuação indireta* do Estado na garantia da manutenção dos monopólios, principalmente relacionadas às encomendas/compras efetuadas pelo Estado aos grupos monopolistas, de forma a garantir que os capitais excedentes tenham possibilidades de valorização. Além disso o autor elenca “os subsídios indiretos, os investimentos públicos em meios de transporte e infra-estrutura, a preparação institucional da força de trabalho [...]” (Ibidem, p.25).

Para garantir sua atuação, o Estado é demandado a atuar de forma que possa se legitimar social e politicamente, onde abre espaço para outros protagonistas sociais e políticos. Ao incorporar outros sujeitos no seu processo de legitimação o Estado alarga “sua base de sustentação e legitimação sócio-política, mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe organizar um *consenso* que assegura o seu desempenho” (Ibidem, p.27). Ao procurar sua legitimação o Estado também busca intervir nas expressões da “questão social”, pois, ao passo em que aumenta os lucros do capital na era dos monopólios, cresce exponencialmente a parcela que é depositada na faixa do pauperismo, o que representava um risco de rebeldia ao sistema capitalista.

É a através da implementação das políticas sociais que o Estado atuará de forma a preservar e controlar a força de trabalho (NETTO, 2005). Tal intervenção dá-se de modo privilegiado por meio de mecanismos elementares de *preservação e do controle da força de trabalho*, e simultaneamente, nos “serviços”, que “o Estado aciona, para reduzir o conjunto de óbices que a valorização do capital encontra na ordem monopólica”. Desse modo, “o Serviço Social não desempenha funções produtivas, mas se insere nas atividades que se tornaram acumulação e valorização do capital” (Ibidem, p.76).

A raiz da profissão está intimamente vinculada à necessidade de intervenção nas sequelas da “questão social”, especificamente, no período dos monopólios. Assim, é pelo processo de execução das políticas sociais, na época dos monopólios, que se abre solo fértil para a

compreensão da emergência da profissão. Para minimizar os efeitos dessa relação antagônica entre capital/trabalho, e do mesmo modo, garantir a lucratividade e expansão do capital, é que são implementadas as políticas sociais de modo que possam “assegurar as condições necessárias para o desenvolvimento do capitalismo monopolista e as consequentes concentração e centralização do capital, e não a mera correção dos efeitos negativos desses processos”. (MONTAÑO, 2007, p. 78). O Estado se enfrenta com a “questão social” por meio das políticas sociais, que, ademais da sua dimensão política, apresenta procedimentos técnico-operativos, donde são requisitados agentes especializados para sua formulação e execução. Aí está posto o mercado de trabalho para o assistente social como um dos agentes executores das políticas sociais.

A argumentação aqui desenvolvida sobre a emergência do Serviço Social, enquanto profissão, demandada a intervir nas sequelas da “questão social”, repousa na *perspectiva histórico-crítica*, compreendendo o surgimento da profissão como “produto da síntese dos *projetos político-econômicos que a operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente fração de classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à ‘questão social’*” (Ibidem, p.30, grifos do autor).

Cumprе ressaltar que atuação do assistente social, não vem, em sua imanência, atender aos interesses da classe trabalhadora, ainda que, por vezes, incorpore as demandas explicitadas pelos trabalhadores, e que se traduzem em respostas via legitimação do Estado, por meio das políticas sociais. Como descreve Montaña (2007, p.60) citando Iamamoto:

[...] as fontes de legitimação da demanda do Serviço Social não tem sido, ao longo da sua história, derivadas daqueles segmentos sociais que são particularmente o foco da ação profissional, mas dos segmentos que controlam as organizações onde atua o assistente social, e através dos quais procuram sedimentar sua influência sobre o conjunto da sociedade (IAMAMOTO, 1997 apud MONTAÑO, 2007, p.60).

Conforme o excerto acima, o assistente social é demandado não como vinculação a uma perspectiva da classe trabalhadora, mas, porque deve exercer funções de cunho ‘educativo’, ‘moralizador’ e ‘disciplinador’. Cumpre dessa maneira, pelo menos duas atribuições, que se entrecruzam. Por um lado, desenvolve atribuição de minimizar as refrações da “questão social” nas parcelas mais pauperizadas da classe trabalhadora, que compõem o exército industrial de reserva, de modo a disciplinar a *rebeldia em latência dessa classe*. Por outro, atua na preparação da (re)incorporação de parcela da classe trabalhadora no círculo do capital, através da garantia permanente de força de trabalho disponível ao capital – cada vez menos incorporada, é verdade. É nesse sentido, que a demanda atendida pelos assistentes sociais diz a respeito ao estrato da classe trabalhadora submetido às mais agudas consequências da submissão ao capital.

É certo que esse processo não se dá de forma nítida, ao contrário, é permeado por um conjunto de mediações que legitimam o Estado e ao mesmo tempo contribuem para a conservação do projeto societário burguês. Por isso, que inicialmente, quando da emergência da profissão, para tornar imperceptível a funcionalidade das políticas sociais e para que estas pudessem ser legitimadas pela população, o Estado recrutou, originariamente, pessoas outrora vinculadas às organizações filantrópicas. Com isso escamoteia-se o caráter “disciplinador” e “controlador do aparelho”, substituído pelo ideário de caridade, benesse, filantropia, outrora executado por mulheres bondosas que desempenham atividades de ajuda, caridade, filantropia (MONTAÑO, 2007).

Nesse terreno escorregadio onde se opera o trabalho profissional se entrecruzam a *essência* (“questão social”) e a *aparência* (problemas individuais), esferas nas quais se desenvolve a ação do assistente social, em que se mesclam o *público* e o *privado*. E é nesse campo, em que se constrói uma determinada concepção de sociedade, que é naturalmente desigual, amparada por um Estado promotor do bem comum e “das políticas sociais como instrumento de ‘reequilíbrio’, diminuição de desigualdades e, portanto, de redistribuição, visualiza-se, então, logicamente, o vínculo com a tese que entende a *gênese do Serviço Social* co-

mo a profissionalização da filantropia” (Ibidem. p.75, grifos do autor).

É a partir da compreensão da origem do Serviço Social e sua funcionalidade demandada pelo Estado, que se pode compreender quais os limites e possibilidades postos ao exercício profissional do assistente social. Destarte, é sob o desvelamento dos fundamentos que marcam a natureza da “questão social”, que se pode pensar a prática profissional conectada com a realidade social, sem a qual as respostas articuladas pela categoria, correm o risco de serem improfícuas.

Como vimos, a forma pela qual se busca intervir nas expressões da “questão social” assume na elaboração e execução das políticas sociais um momento privilegiado. Tais políticas são, via de regra, expressão de materialização de direitos que, sendo produto de intensas lutas de classes, encontra na forma jurídica uma guarita fundamental de institucionalização de demandas, do capital e do trabalho.

No processo de viabilização dessas políticas sociais, afirmando – ou, em alguns momentos, negando –, direitos, o assistente social não atua de modo neutro. Ao contrário, esse profissional assume um papel político, consubstanciando sua ação a partir não só do conjunto de recursos técnico-materiais mobilizados para dar respostas às demandas que lhes chegam, mas também incorpora determinadas visões de mundo, assume valores, posiciona-se politicamente. Isso, porque a atividade do assistente social é mediada por projetos profissionais que, por sua vez, estão associados a projetos societários. Na década de 1990, consolidou-se um novo projeto no interior da profissão no Brasil. É acerca desse projeto e de suas peculiaridades que abordaremos no item a seguir.

Serviço Social brasileiro e a construção do Projeto Ético-Político Profissional

Conforme nos lembra Netto (2006), os projetos profissionais não estão alheios aos projetos societários, ao contrário, eles são, ao mesmo tempo, expressões que envolvem as disputas no interior da sociedade e particularidades de cada corpo profissional. Nesse sentido, se nos projetos profissionais são partilhados princípios, valores, e se deter-

minam posicionamentos políticos, estes só podem ser apreendidos no movimento geral da sociedade da qual faz parte que, nas particularidades de uma sociedade de classes, representam necessária e simultaneamente, projetos das classes em disputa. Gozando de uma *relativa autonomia*, os projetos profissionais:

[...] *apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).* (NETTO, 2006, p.4, grifos do autor)

Foi na disputa entre projetos de profissão, que o Serviço Social brasileiro, nas últimas quatro décadas, empreendeu a hegemonia de um novo projeto profissional, expressando-se na consolidação do denominado *Projeto Ético-Político Profissional (PEPP)*. A dinâmica de emergência e constituição do PEPP é um processo, e ao mesmo tempo produto, de uma série de determinações histórico-políticas que, ao conformar a realidade brasileira de fins da década de 1970, se espraia pelo conjunto da categoria profissional.

De acordo com Abramides (2006), o projeto profissional que leva a cabo aquela tendência apontada por Netto (2010) como *intenção de ruptura* com o conservadorismo, articulando-se às demandas da classe trabalhadora, têm no III CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais), realizado na cidade de São Paulo, em 1979, seu marco público e coletivo, o conhecido *Congresso da Virada*. Circunscrito num caldo de cultura ídeo-político de efervescência das lutas da classe trabalhadora, certamente as origens do PEPP deita raízes nas lutas de interesses imediatos, acoplados à luta contra a ditadura e à construção da democracia em articulação aos interesses históricos expressos nas lutas anticapitalista, anti-imperialista e socialista (ABRAMIDES, 2006).

Somando-se aos determinantes histórico-políticos têm-se os determinantes que denotam o amadurecimento teórico da profissão. Nos períodos que seguem a emergência e consolidação do projeto profissional uma nova orientação teórica passa a hegemonizar os rumos da categoria: a *perspectiva crítico-dialética*, no âmbito da *tradição marxista*. O Serviço Social amplia sua massa crítica e se aproxima, ainda que inicialmente de modo enviesado, do marxismo. O ponto de alavanca dessa aproximação, de onde se verifica um *marxismo com Marx*, refere-se à publicação da obra *Serviço Social e Relações Sociais* (1982) de autoria de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho.

Um longo caminho marcou o amadurecimento do Serviço Social na sua relação com um novo projeto profissional, onde a década de 1990 é representativa. Nesse período foram aprovados os principais elementos de chancelam essa nova orientação teórico-política: a nova *Lei de Regulamentação Profissional* (8.662/1993); o novo *Código de Ética* (1993); e as *Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social* (1996). É nessa perspectiva que a luta por direitos se constitui como um mote fundamental de materialização do PEPP, seja na operacionalização do conjunto de políticas sociais às quais se vinculam os diversos profissionais, seja na agenda programática de lutas empreendidas pelas entidades representativas da categoria em conjunto com outros segmentos da classe trabalhadora.

A vinculação do Serviço Social à luta por direitos é estreita. Ainda que não seja possível atribuir a esse profissional a tarefa de garantir direitos, também não é possível retirar dele a condição de um trabalhador – majoritariamente assalariado – que se encontra na linha de frente na defesa de direitos. Como observa Netto (2008, grifos nossos): *“sob pena de perder a sua legitimidade social, o profissional do Serviço Social está no coração mesmo da luta por direitos”*. Pensemos como essa necessidade sócio-histórica se estabelece como princípios que norteiam o Serviço Social brasileiro. Como dissemos, um novo Código de Ética é promulgado na esteira da renovação profissional. Nesse documento, dentre outros, identificamos como princípios a “defesa intransigente dos direitos humanos” e o empenho na “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa com vistas à

garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras” (CFESS, 1993).

Notemos que os princípios anteriormente citados relacionam-se diretamente à luta por direitos, sejam eles tomados no sentido mais amplo como os direitos humanos, sejam aqueles clássicos relacionados aos de cidadania (civis, políticos e sociais). Trata-se de princípios que, em si, não necessariamente podem se chocar com a ordem do capital, podendo ser requisitados no âmbito dessa forma social. Todavia, ao se tomar a totalidade dos princípios que balizam o PEPP tem-se que eles buscam caminhar na direção de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero (CFESS, 1993), o que, nosso entender, só pode se realizar, efetivamente numa sociabilidade desprendida da dominação do capital. Assim, temos que aquela luta por direitos, da qual o PEPP é partícipe, e à qual fizemos remissão deve se encaminhar na direção da “construção de outra sociabilidade”.

A relação Serviço Social e direitos não é uma fortuita escolha profissional, mas trata-se de um atributo do qual a categoria não pode abrir mão, sob pena de pôr em risco a sua legitimidade social. Por isso, não se trata aqui de caminharmos numa falsa polêmica: *se deve o Serviço Social, na afirmação do se PEPP, envidar esforços na luta por direitos ou não*. Todavia, tal qual buscamos, no primeiro item, demarcar qual a natureza da profissão, cremos ser importante, para desatarmos os nós que costuram essa imbricada relação, tecer algumas problematizações no que concerne a natureza do direito, e tal qual o próprio Serviço Social, a sua particularidade na sociabilidade capitalista.

Direito e forma jurídica sob as determinações da forma mercantil-capitalista

Inicialmente, sinalizamos que estamos tratando aqui do direito enquanto um espaço jurídico mais amplo no qual se legitimam e se operacionalizam determinadas práticas sociais, por exemplo, na estruturação de uma legislação social que, por sua vez, interfere na execução de políticas sociais. Diríamos, então, que nessa linha o que estamos

demarcando como direito manifesta-se objetivamente na forma de direito(s). Para dar conta de sinalizar o que estamos apontando como direito(s), entendemos ser necessário apreender a sua natureza. Desse modo, continuemos na chave analítica que sustenta o presente texto: *a crítica marxiana*.

A partir da análise marxiana e de parte da tradição marxista, pressupomos o direito com sua estreita ligação com as sociedades de classes, cujos interesses estão vinculados, necessariamente, aos interesses da classe dominante. Como afirma Lukacs (2013, p.233): “o direito, surgido em virtude da existência da sociedade de classes, é por sua essência necessariamente um direito de classe: um sistema ordenador para a sociedade que corresponde aos interesses e ao poder da classe dominante”. Dessa forma, ainda que goze de relativa autonomia, as determinações que contornam o direito estão radicadas na existência de classes sociais.

Como apontamos, é o surgimento das classes sociais que estrutura as bases sobre as quais se apoia o fenômeno do direito. Todavia, com o desenvolvimento da sociabilidade capitalista o direito passa a constituir-se de um modo diferenciado. Se o direito é anterior ao modo de produção capitalista, é somente nesse sistema sociometabólico que ele – o direito – subordina-se à *forma jurídica*. Esta, por sua vez, tem suas raízes fincadas no desenvolvimento das *formas valor e capital*. Disso decorre que a relação que torna a vinculação do direito com a classe burguesa não está atrelada diretamente às especificidades dessa classe em si, mas às necessidades de autoexpansão do capital que têm na existência da burguesia, enquanto classe dominante, um ponto importante de apoio².

De acordo com um importante jurista russo Evgeni Pachukanis (2017) é somente quando se tem o processo de generalização da troca

.....
2 Não queremos denotar, por essa constatação, de que não há possibilidades de resistência *ao e no* direito. Basta, por exemplo, sinalizar as iniciativas de “teoria crítica do direito”, “direito achado na rua”, “direito alternativo”, dentro outros. Tampouco, ignoramos as “conquistas” possíveis para os segmentos do trabalho por meio do direito. O que estamos demarcando é que o direito enquanto uma esfera subordinada à forma jurídica, é expressão do capital, e tem nele a sua fundamentação, em que pesem seus diferentes conteúdos.

de mercadorias que é possível identificarmos o surgimento da forma jurídica. Ora, se essa hipótese estiver correta entendemos que o terreno sobre o qual devemos buscar os fundamentos da existência do direito, sintonizados com o método marxiano, situa-se na crítica da economia política, pela qual é possível identificarmos as particularidades da forma jurídica e sua funcionalidade no desenvolvimento capitalista.

Buscando perquirir alguns elementos indicados na crítica da economia política elaborada por Marx, relacionaremos como o direito, subsumido à lógica de acumulação do capital, subordina-se, por sua vez, à lógica da *forma jurídica* forjada nesse modelo societal. Para essa perspectiva nos fundamentamos a partir da provocativa apontada por Pachukanis (2017). Assim aponta o autor:

Se a análise da *forma mercantil* revela o sentido histórico correto da categoria sujeito e expõe as bases abstratas do esquema da ideologia jurídica, então o processo histórico do desenvolvimento da economia mercantil-monetária e mercantil-capitalista acompanha a realização desses esquemas sob a *forma da superestrutura jurídica concreta*. (PACHUKANIS, 2017, p.62).

Pachukanis ao formular uma original contribuição para pensarmos as determinações da forma jurídica na sociabilidade capitalista, apresenta um conjunto de analogias que a radica na forma mercantil. Essa forma, consubstanciada na existência de direitos e garantias, tem na própria existência do direito uma legalidade própria, cujas alterações da base econômica não refletem imediatamente nele – no direito –, dado que comporta uma *relativa autonomia*. Ressaltamos, todavia, que essa relativa autonomia não tem a capacidade de anular o primado da forma mercantil na totalidade social.

É a partir da necessidade de apreender a “anatomia da sociedade burguesa” [*bürgerliche gesellschaft*] que Marx (2013) passou a se debruçar no estudo da Economia Política. Isso implicou em apreender o movimento de uma sociabilidade particular que, subsumindo tudo a uma “enorme coleção de mercadorias”, transforma a todos em uma “objetividade fantasmagórica”. Desse modo, o pensador ale-

mão, a nosso juízo, conseguiu apreender não só os determinantes fundamentais do desenvolvimento da forma mercantil, representada pelo Modo de Produção Capitalista (MPC), mas também há nessa investigação importantes delineamentos que nos permitem apreender como com ela se relaciona uma determinada forma jurídica, que é ao mesmo tempo expressão e condição para o desenvolvimento daquela forma mercantil.

Ao tratarmos da generalização do processo de troca mercantil como uma das dimensões fundamentais do MPC, temos que a autonomia da forma-mercadoria só pode se revelar de modo aparente. Como nos lembra Marx (2013), elas – as mercadorias – não podem ir por si mesmas ao mercado e lá estabelecerem a troca. Elas precisam da ação dos seus possuidores, os *proprietários privados de mercadorias*. Estes, por sua vez, ao se defrontarem no mercado precisam estabelecer uma *relação volitiva e de equivalência*, sem as quais não é possível estabelecer o processo de troca. Essa condição faz com que eles estabeleçam uma relação jurídica ratificada por meio de um *contrato*, no qual, reconhecem as suas subjetividades jurídicas, enquanto *sujeito de direitos*. Todavia, longe de buscar no direito o caráter autoexplicativo da relação, devemos apreender que “o conteúdo dessa relação jurídica ou volitiva é dado pela própria relação econômica”, diz Marx (2013, p.159).

Sem querer entrar em uma polêmica se há uma teoria do direito em Marx, concordamos com a argumentação de Lima, ao apontar que:

A afirmação sobre a ausência de uma teoria do Direito em Marx é procedente e tal busca poderá ser em vão. Isso não significa que o direito e a teoria do Direito nada tenham a ganhar com Marx, ou melhor, não é impossível compreender o direito – o constitucional, de maneira específica – sob a ótica marxiana. Este é o ponto não enfrentado pelo lugar-comum a repetir incessantemente não haver teoria do Direito em Marx. E esta recusa bem que possui suas razões para existir! [...] Provocado pelo lugar-comum de especulações como as que abordei, é que penso ser perfeitamente possível uma abordagem marxiana do direito[...]. (LIMA, 2010, apud CASALINO, 2013, p.39)

Como indica Pachukanis (2017, p.119), ao tratar de *O Capital*, Marx traz “indicações muito mais para a compreensão do momento jurídico nas relações humanas do que qualquer tratado volumoso sobre teoria geral do direito”. Certamente, seria em vão apreendermos uma teoria do Direito em Marx, assim como o é buscar uma nova elaboração teórica de Economia Política. No legado marxiano não evidenciaríamos uma Teoria Geral do Direito, mas sim uma *crítica do direito*, como expressão da forma jurídica. Por outro lado, se a nossa afirmativa estiver correta, acreditamos que Marx dá pistas significativas acerca dos fundamentos da forma jurídica e da particularidade que o direito, como momento de uma totalidade social da qual a *forma política* – Estado – também é outra dimensão, para o processo de desenvolvimento e circulação do capital.

Para isso, partimos da hipótese, ancorada em Pachukanis (2017) de que o direito é expressão – não imediatamente posta – de uma determinada forma jurídica que é indissociável da forma mercantil, cuja maturidade é atingida sob os auspícios do MPC. Assim, pela sua relação direta ao processo de desenvolvimento do capital ele é burguês, interditando, portanto, qualquer possibilidade de existência de um *direito proletário*. O direito, por suas determinações é sempre um direito de classe, cujos interesses estão atrelados à expansão do capital. Por essa via que entendemos que a dissolução dos fundamentos da sociabilidade regida pelo capital dissolve, por seu turno, os fundamentos do direito, pressuposto fundamental para a existência de uma sociabilidade emancipada.

Ora, trata-se de uma das teses cujas consequências nos leva à seguinte questão: *sendo o direito, enquanto forma jurídica, expressão de relações sociais capitalistas, é possível pensarmos a luta por direitos como uma das mediações na luta pela emancipação humana?* E mais: *Se sim, poderia o Serviço Social, na direção à qual busca vincular o seu projeto profissional contribuir nessa perspectiva?* Para, minimamente, problematizar algumas dessas questões, sem a pretensão de esgotar o debate, ou mesmo estabelecer um *veredicto* quanto a essa discussão, cremos ser necessário, no percurso da nossa viagem, delinear alguns elementos que contornam o que estamos entendendo por emancipação humana. Sigamos!

A luta por direitos na dialética relação entre emancipação política e emancipação humana

Marx (2010) em um ensaio denominado *Sobre a Questão Judaica* (1843), dialogando com parte da tradição contratualista/jusnaturalista, põe em discussão uma questão que nos parece decisiva para pensar o limite da luta por direitos e a aposta no Estado: *a relação entre emancipação política e emancipação humana*. Neste pequeno ensaio Marx se posiciona de forma contundente em relação às limitações da emancipação política frente às determinações essenciais que a legitima, a existência do Estado. Para o autor, a despeito das questões que se levantava naquele momento, de quem deveria ser emancipado ou de quem deveria emancipar, o ponto nodal da discussão ainda não tinha sido apresentado. Eis que, numa expressão, ele buscar polemizar o ponto seminal da questão: “de que tipo de emancipação se trata? Quais são as condições que têm sua base na essência da emancipação exigida?” (MARX, 2010, p.36). Nesses termos, diz Marx, “a questão da relação entre emancipação política e religião transforma-se para nós na questão da relação entre emancipação política e emancipação humana” (idem, ibidem, p.38).

A discussão que Marx estabelece entre emancipação política e emancipação humana, e os limites da esfera do Estado, nos parece ser o *leitmotiv* das preocupações do autor nesse período. No mesmo período à elaboração de *Sobre a questão judaica*, Marx (2010b) escreve outro texto referente à situação dos trabalhadores da Silésia, denominado *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a Reforma Social”. De um prussiano* (1843)³. Contrariando a posição do “prussiano” que via na imaturidade política da região da Silésia, os problemas acerca da dificuldade da luta em face do aviltamento das suas condições de trabalho, Marx retrucará que não se trata de falta de aperfeiçoamento

3 Trata-se de resposta a uma publicação a Arnold Ruge, em face da revolta dos trabalhadores da Silésia, em que ele – o “prussiano” – aponta a incapacidade de o território alemão em compreender o significado desse evento, face à imaturidade do seu intelecto político. Assim, na resposta apresentada por Marx, este se vê às voltas novamente com os problemas da emancipação política e da emancipação humana, bem como dos fundamentos do Estado.

político, ao contrário, quanto mais aperfeiçoada a dimensão política, mais difícil se torna a compreensão da origem dos “males sociais”⁴. Nas palavras de Marx, “[...] O ‘prussiano’ atribui ainda à situação não política da Alemanha o fato de que o rei da Prússia encontre a causa do pauperismo numa falha de administração e de assistência e procure, os meios contra o pauperismo (MARX, 2010b, p.51).

Trata-se, a nosso juízo, de uma rica e contemporânea discussão, visto que, o prussiano vê que o problema para o agravamento da situação de miséria se referia a ausência de politicidade. Nesses termos, a solução é no campo da revolução política, via Estado. A contrapartida marxiana é radical. Se as causas desses “males sociais” é a própria existência do Estado, como ele é capaz de sanar essa problemática? Tratar-se-ia de um equívoco encaminhar essa solução via aparelho estatal. Ao contrário, a solução via Estado, como *forma política* de uma determinada base social, é a administração cíclica do próprio conflito, visto que a alternativa não se aponta para uma perspectiva radical, mas burocrática, organizativa. Assim, enquanto “ordenamento da sociedade”, rigorosamente, “todos os Estados procuram a causa em deficiências acidentais ou intencionais da administração e, por isso, o remédio para os seus males em medidas administrativas” (Ibidem). Por isso, Marx nos indaga: “Por quê? Exatamente porque a administração é a atividade organizadora do Estado” (idem, ibidem). Esta é a sua finalidade. Destarte, o Estado jamais encontrará no “Estado e na organização da sociedade” o fundamento dos “males sociais” (Ibidem).

Vemos aqui no “*jovem Marx*” uma posição bastante contundente em relação à possibilidade de erradicação daqueles males por meio da participação mais ativa no Estado. Para o autor, mesmo as posições mais radicais caíam na ilusão de apostar no Estado a possibilidade de resolução daqueles “males sociais”: “Até os políticos radicais e revolucionários já não procuram o fundamento do mal na essência do

4 Manteremos a expressão “males sociais” para sermos fiéis ao texto marxiano. Mas, temos a clareza de que se trata de uma das manifestações da, posteriormente denominada, “questão social”.

Estado, mas numa determinada forma de Estado, no lugar da qual eles querem colocar uma outra forma de Estado (Ibidem)”.

O equívoco essencial da aposta numa reforma do Estado está em não apreendê-lo por meio dos seus fundamentos. A primeira questão a ser posta não deve ser como tornar o Estado mais aperfeiçoável a serviço dos trabalhadores, mas sim o que é o Estado. Estamos convencidos de que esta instituição, por mais aperfeiçoada que seja, não pode eliminar as contradições da sociedade. Ao contrário, a contradição é a base de sua existência.

A chave analítica exposta por Marx está em compreender que os limites da emancipação política estão postos na viabilidade histórica de o próprio Estado conduzir essa via de emancipação, sem que isso implique na supressão do conjunto de contradições que subjazem a forma alienada de existência humana nessa sociabilidade. Decore daí uma constatação das mais contundentes que até hoje reverbera no conjunto de polêmicas que grassam entre aqueles que almejam uma sociedade emancipada.

Convém salientar que, a nosso juízo, nos escritos de Marx, desse período, em que ele aborda a discussão dos limites da emancipação política, ou se quiserem, da luta política por direitos, nos parece não haver uma crítica desqualificadora da importância de sua efetivação⁵. A crítica dirigida não parece se colocar ao conteúdo, mas à forma da emancipação nas suas determinações essenciais. Por isso, o próprio autor reconhece a validade desta forma de emancipação, ainda que expresse seus limites:

A emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui. Que fique claro: estamos falando aqui de *emancipação real*, de *emancipação prática*. (MARX, 2010, p.41, grifos meus).

.....
5 A rigor, a nossa hipótese inicial é a de que Marx, da sua juventude até os textos mais maduros, *nunca* desqualificou essa luta. Apenas, saturou de determinações cada vez mais radicais o limite objetivo dessa luta.

Nota-se, portanto, que a emancipação política por mais limitada que seja, cumpre uma determinada importância na luta social. Aqui, entendemos que Marx encerra uma relação dialética ao considerar a emancipação política como “um grande progresso”, e como “a forma de emancipação humana” dentro dos limites da ordem vigente, afinal não se trata de uma emancipação humana que se realiza no abstrato, mas de um *processo*, que só faz sentido tendo como fundamento as mediações da realidade presente. Todavia, não depreendemos da análise marxiana certo gradualismo, mas sim de um processo dialético que comporte rupturas radicais, dado que para o autor, é importante que não nos enganemos.

A emancipação política – e na qual circunscrevemos a luta por direitos – aprisionada como um fim em si mesmo, longe de romper com o estado de coisas que conformam a sociabilidade burguesa, o repõe nas suas determinações maduras. Por isso, a despeito da importância que a emancipação política assume nas particularidades do capitalismo, ela não deve se colocar como o objetivo último, se é esse estado de coisas que pretendemos derrubar. Desse modo, é importante deixar claro: “[...] *a emancipação política* não é por si mesma *a emancipação humana*” (MARX, 2010, p.46, grifos meus).

Como observa Marx: “[...] não tenhamos ilusões quanto ao limite da emancipação política” (2010, p.42). Por mais plena que ela se coloque, sempre se circunscreve nos limites dados pela própria forma política e jurídica a ela correspondente. Desse modo: “*A cisão do homem em público e privado*, o deslocamento da religião do Estado para a sociedade burguesa, não constitui um estágio, e sim a *realização plena da emancipação política*, a qual, portanto, não anula nem busca anular a religiosidade real do homem” (Ibidem, p.42, grifos nossos).

De acordo com Marx (2013b) a transição dos estreitos limites da emancipação política pressupõe uma revolução social. Mas, o que esta significa? Para Marx, uma revolução social se situa do ponto de vista da “totalidade”. Ela é nesse sentido, “[...] um protesto do homem contra a vida desumana, porque brota do ponto de vista do indivíduo singular real, porque a comunidade, contra cuja separação o indivíduo reage, é a verdadeira comunidade do homem, é a essência humana” (MARX, 2013b, p.162).

Por outro lado, quando o autor se remete aos limites da emancipação política, explicita que “a alma política de uma revolução consiste na tendência da classe privada, de influência política, a superar o seu isolamento do Estado e do poder” (Ibidem). Seu raio de atuação não se encaminha em direção à verdadeira comunidade humana, mas limita-se às determinações presentes na comunidade política: “A sua perspectiva é o Estado, uma totalidade abstrata, que subsiste apenas a partir da separação da vida real, que é impensável sem o antagonismo organizado entre a ideia geral e a existência individual dos homens” (Ibidem).

Desse modo, um efetivo processo de revolução social implica, a nosso ver, na esteira de Marx, a ultrapassagem dos limites da emancipação política, e, dentre outras dimensões, do próprio direito, a sua dissolução, a dissolução da contradição peculiar à sociedade burguesa, entre o indivíduo particular e sua condição humano-genérica, a efetiva emancipação humana:

[...] a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “*forces propres*” [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política. (MARX, 2010, p.54)

Em que pese uma determinada positividade no âmbito da realização da emancipação política, ela, em si, não pode se constituir como a emancipação humana, nos termos postos por Marx. Como aponta Iasi (2011, p. 187, grifos nossos):

A emancipação via direitos é ainda a *emancipação desviada*, uma vez que projeta para fora do ser a condição de sua igualdade. O direito nos marcos de uma emancipação política é a confissão que a dicotomia entre um ser individual e privado e um todo social externo aos indivíduos, na forma

de uma sociedade que se estranhou e voltou contra o ser social como força hostil que os domina, ainda não superada.

Refere-se a uma *emancipação desviada* e, a nosso ver, podendo até se constituir em forma *desviante*, dependendo das mediações que a agrupa, configurando-se sempre, como Marx (2010, p.39) pontua, em uma “forma parcial, meramente política que deixa de pé os pilares do edifício”. Em que consiste essa forma de emancipação e, ao mesmo tempo, revolução parcial? “Consiste no fato de que uma parte da sociedade civil se emancipa e alcança o domínio universal; que uma determinada classe, a partir da sua situação particular, realiza a emancipação universal da sociedade” (MARX, 2013c, p.162). Mas, ao fazer isso, a classe que realiza a revolução o faz com o intuito de manter seus particularismos de classe apresentando-o como de interesse universal. O que devemos almejar é uma “revolução radical”, que só se realiza a partir da “emancipação humana universal”, e que, a nosso juízo, não implica na plena realização de direitos, mas na sua extinção como um momento da particularidade histórica da humanidade: *a existência da sociedade de classes*.

Navegar é preciso... Viver também o é⁶!

Tendo esboçado, em linhas gerais, dados os limites desse texto, o que se constitui os determinantes da emancipação humana para Marx, o que está longe de se esgotar na viabilização de direitos, é preciso realizarmos o *caminho de volta*. Para isso fazemos o seguinte questionamento: É possível uma articulação entre Serviço Social e a luta por direitos na perspectiva da emancipação humana? É importante ressaltar que não apreendemos uma relação desconectada entre emancipação política e emancipação humana. Ao contrário, apreendemos essas duas dimensões como expressões articuladas. Todavia, como vimos, se há alguma relação, essa não pode ser interpretada como uma identidade,

6
Aqui, faço remissão ao poema do escritor português Fernando Pessoa, intitulado *Navegar é preciso*. No original tem-se o seguinte: “Navegar é preciso; viver não é preciso.”

o que implica pensar como elas se relacionam e se excluem ao mesmo tempo. Na particularidade do Serviço Social, essa aporia impele a categoria profissional a se colocar as seguintes questões: *Qual o horizonte estratégico defendido pelo projeto profissional hegemônico no Serviço Social? Quais as mediações histórico-políticas necessárias para acumular em direção a esse horizonte?*

Partilhando das preocupações acerca do limite da luta por direitos, fariamos o seguinte questionamento: *Ao considerar a luta por direitos nos estreitos limites da emancipação política, deveríamos abandoná-la?* Em comentário acerca da tendência que o capital tem de rebaixar o salário médio do trabalhador, Marx, em dado momento, fez a seguinte indagação “[...] isso significa dizer que a classe trabalhadora deveria renunciar sua resistência contra as ingerências do capital e abandonar suas tentativas de obter o melhor resultado possível das chances ocasionais de que dispõe para obter uma melhoria temporária?” (MARX, 2014, p.141) Ao que o autor responde: “Se o fizesse, ela [a classe trabalhadora] se degradaria a uma massa informe de homens famintos e arrasados, sem possibilidade de salvação” (Ibidem, p.141).

Ainda que extremamente limitadas, as lutas empreendidas no campo da emancipação política são, por sua própria natureza, expressões do movimento geral da sociedade capitalista, e só podem ser apreendidas levando-se em conta essas determinações. Não se trata de abandonar a luta por direitos, mas apreendê-la e conectá-la a um movimento mais amplo de transformação social, que se direcione com vistas à realização da emancipação humana. Não se trata aqui de assumirmos uma condição messiânica de delegar essa hercúlea tarefa aos limites de uma profissão; tarefa que, a nosso ver, só pode ser pensada no arco de um projeto societário alternativo ao modo de produção de capital e que só pode ser levado a cabo por sujeitos coletivos conscientes de sua tarefa histórica. Todavia, convém problematizar como, mesmo dentro desses limites, o Serviço Social, na direção do projeto que dispõe, pode contribuir nesse processo, o que nos impele a enfrentar o dilema de nos direcionar a um futuro – que se operacionaliza de forma projetiva, daí o caráter importante do projeto – partindo das mediações do tempo presente. Como nos lembra Montañó:

[...] um Projeto Profissional tem a intencionalidade de, sem pretender desconhecer as determinações sociais da profissão, dotar o Serviço Social de um protagonismo maior, de forma a ampliar o espaço de sua legitimidade em direção à ação que confirme e amplie os direitos sociais e as conquistas populares. Se o assistente social, individualmente e a partir de suas opções pessoais, não determina o sentido de sua prática (condicionada pelos determinantes macrosociais), o coletivo profissional, organizado conjuntamente em torno de um projeto profissional ético-político (determinando sua formação, seus temas de estudo e investigação, seu código de ética, suas normas institucionais, etc.), poderá ampliar em algum grau seu protagonismo na determinação parcial do sentido social de sua ação (MONTAÑO, 2006, p.149).

Nessa direção apontada pelo autor entendemos que uma leitura apropriada acerca da viabilidade estratégica da luta em torno dos direitos pode dotar de maior vitalidade o potencial efetivo do nosso projeto profissional, sobretudo na articulação com outros sujeitos que se alinhem na mesma direção. Trata-se de uma demanda que, buscando o rigor teórico na apreensão da realidade social permite potencializar as estratégias político-profissionais. Repetimos que não se trata do abandono em torno da luta por direitos, mas apreender os limites dessa luta e quais as mediações estratégicas das quais podemos nos valer.

Com isso, compartilhamos das preocupações de Behring e Santos (2009, p.17), de que: “Longe de negar ou desvalorizar as lutas memoráveis pela realização dos direitos, o que está em jogo é a capacidade de o segmento do trabalho construir um projeto político emancipatório frente ao capital, ou seja, lutar por direitos, mas ir além dos direitos”. E frente a esses desafios hodiernos “[...] é vital, no debate teórico-metodológico e ético-político no âmbito da profissão, assegurar a análise sob a perspectiva da totalidade, com apropriação dos fundamentos ontológico-históricos, para apreender o processo histórico real” (idem, ibidem).

É nessa perspectiva que entendemos que pode se circunscrever a luta por direitos no âmbito da agenda programática do Serviço Social brasileiro. Um movimento que se ponha no seio das lutas mais amplas

realizadas pelo conjunto dos trabalhadores no enfrentamento da sanha do capital. Compreendendo, portanto, que não se trata de um projeto neutro, mas que, necessariamente, articula-se a um projeto de sociedade, nos parece incontestado que, se é por uma sociabilidade emancipada que direcionamos a nossa perspectiva, a luta por direitos assume uma característica bastante peculiar nesse quadrante de crise do capital e virulentos ataques sobre os segmentos representativos do trabalho.

Nessa direção, entendemos que se torna fundamental o envolvimento individual e coletivo de todos aqueles que partilham dos princípios que orientam o PEPP do Serviço Social brasileiro, buscando imprimir uma direção crítica nas nossas intervenções profissionais, politizando o debate pela esquerda, buscando ampliar com os usuários e suas entidades representativas os espaços de discussão e denúncia acerca da precariedade com a qual tem se colocado o direcionamento das políticas sociais. Por outro lado, na condição de trabalhadores assalariados, nos impele a inserção em espaços de resistência, na organização sindical, bem como nos fóruns representativos da categoria profissional no âmbito dos CRESS, e articulação em tantos outros espaços e demandas políticas que busque alargar as fronteiras do possível, apoiando-nos em mediações político-estratégicas fundamentais com vistas na contribuição para a superação dessa sociabilidade.

Considerações finais

Entendemos que é na nessa trilha, legada pela história do nosso projeto, que podemos encontrar elementos que nutrem as nossas possibilidades estratégicas de resistência. Sim, temos que ter clareza da dramaticidade do momento em que estamos vivendo e da não banalidade dessa estratégia no campo do qual denominamos “resistência-ofensiva”. Nessa direção, temos pleno acordo com Mauro Iasi quando nos faz a seguinte provocação:

[...] Mas, poderiam argumentar alguns mais pragmáticos, uma vez que não estão dadas as condições de uma ruptura

revolucionária, o que deveríamos fazer? Com o risco de parecer cético, responderia: se não estão dadas as condições de uma ruptura revolucionária, nem objetiva (embora acredite que cada vez mais estas se apresentem mais desenvolvidas), nem subjetivamente, cabe a nós, naquilo que nos compete, desenvolver ações que possam preparar a necessária ruptura e, enquanto isso, resistir ao estranhamento e à exploração. Negar-se a encontrar formas que tornem as relações alienadas mais aceitáveis aos explorados e ao gênero humano subsumido ao estranhamento. Em poucas palavras, resistir ao estranhamento enquanto preparamos a emancipação (IASI, 2010, p. 79-80).

O momento requer, talvez mais do que nunca, serenidade para uma apreensão rigorosa de quais as mediações são possíveis no fortalecimento dos princípios que norteiam o nosso Projeto Ético-Político Profissional, e ousadia no enfretamento cotidiano dos processos que se contrapõem a esses princípios. Não queremos aqui uma atribuição moralista de responsabilização individual do conjunto dos profissionais. Notoriamente, esse processo é variável em extensão e profundidade de acordo com as condições objetivas da qual os diferentes profissionais dispõem. Daí a imperiosa necessidade de que essa empreitada se realize nas dimensões individual e, sobretudo, coletiva, na projetiva ética e sócio-política para a qual aponta o PEPP.

Por fim, gostaríamos de sinalizar que não se trata de um processo de fácil direcionamento. Lembremos que os projetos profissionais são indissociáveis dos projetos societários. Desse modo, é perigoso querer buscar no interior de uma profissão respostas que demandam a articulação com outros sujeitos coletivos e que ainda precisam ser pensadas e amadurecidas no desenrolar dos nossos processos históricos.

Não sendo a profissão passiva nesse processo, mas ao contrário, buscando incidir sobre a realidade profissional e social, de onde se projeta uma determinada auto-imagem, pensamos que é fundamental um exame rigoroso dos elementos que vem consubstanciando o nosso Projeto Ético-Político Profissional, em articulação com as demandas

da classe trabalhadora. E, para isso, reiteramos que é fundamental que tal exame implique em uma rigorosa crítica ontológica da realidade social, em sua processualística histórica, demandando da análise o manejo das categorias da crítica da economia política, a inserção dos sujeitos de classe nesse processo, e, nessa medida, quais as potencialidades estratégicas que a luta por direitos pode assumir com vistas à emancipação humana.

Referências

- ABRAMIDES, M. B. C. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.
- BEHRING, E.; SANTOS, S. M. Questão Social e Direitos. In: **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- CASALINO, V.G. **O Direito e a transição a forma jurídica na passagem do capitalismo ao socialismo**. Tese (Doutorado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) programa de pós-graduação do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. 471f.
- CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Resolução CEFESS n. 273, de 13 de março de 1993. Brasília, DF, 1993.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; Lima: Celats, 1982
- IAMAMOTO, M. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo. Editora Cortez. 1998.
- IASI, M. Trabalho: emancipação e estranhamento? In: LOURENÇO, E. A. S.; et al. (Org.). **Avesso ao trabalho II** – trabalho, precarização e saúde do trabalhador. São Paulo: Expressão Popular, 59-81, 2010.
- _____. O Direito e a luta pela emancipação humana. In: FORTI, V; BRITES, C. **Direitos Humanos e Serviço Social**: polêmicas, debates e embates. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **A burguesia e a contrarrevolução**. São Paulo: Ensaio, 1987.
- _____. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

____. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a Reforma Social”.** De um prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.

____. **O Capital.** Crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

____. Introdução. In: **Crítica da Filosofia do direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo, 2013b.

____. A necessidade e os limites da luta sindical. In: **Trabalhadores, uni-vos!** Antologia política da I Internacional. MUSTO, M. (org.) São Paulo: Perseu Abramo; Boitempo, 2014.

MONTAÑO, C. Um projeto para o Serviço Social crítico. In: **Revista Katálisis.** v. 9 n. 2 jul./dez. 2006 Florianópolis SC 141-157.

____. **A natureza do serviço social:** um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2005.

____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Saúde:** formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS: OMS: Ministério da Saúde, 2006.

____. **Intervenção realizada na Abertura da XIX Conferência Mundial da Federação Internacional dos Trabalhadores Sociais.** Conferência realizada em Salvador/Bahia, 2008. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/josepaulonetto.pdf>>. Acesso em: 05 Set 2017.

PACHUKANIS, E. **Teoria Geral do Direito e Marxismo.** São Paulo: Boitempo, 2017.

YASBECK, C. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TRAJETÓRIA RECENTE DO SERVIÇO SOCIAL

LARYSSA GABRIELLA GONÇALVES DOS SANTOS

Introdução

A trajetória do Serviço Social se consolida, no plano histórico, como uma profissão repleta de contradições, avanços e dilemas que fomentam o pensar profissional. Nessa perspectiva, o Serviço Social foi se legitimando enquanto profissão vinculada ao desenvolvimento sócio histórico, o que acaba implicando diretamente em qualquer reflexão que busque desvelar sua dinâmica teórico-prática. Nessas circunstâncias emergem vários processos indispensáveis para compreender a concepção atual da profissão, sendo a renovação profissional considerada o pilar essencial do novo direcionamento teórico, político e ético da categoria.

Assim, o texto está dividido em duas seções, além dessa introdução e das considerações finais. Na primeira seção, aborda-se aspectos da renovação recente da profissão, inscrevendo-a no contexto das mudanças societárias; na segunda, tematiza-se sobre o novo perfil profissional alcançado pela categoria.

A renovação profissional

Para compreender a renovação profissional é necessário esclarecer sobre o Movimento de Reconceitualização (1965), fenômeno próprio da América Latina. Conforme Netto (2005), esse movimento, de caráter contraditório e heterogêneo, foi um dos determinantes para a “erosão”

do Serviço Social Tradicional, tendo em vista que o mesmo era orientado pelos ditames burgueses, mediante a prática empiricista, reiterativa, paliativa e burocratizada. O movimento, encabeçado pelos países do Cone sul (Chile, Argentina, Uruguai), indagou-se fundamentalmente sobre questões referentes aos procedimentos operacionais, aos fundamentos teóricos, entre outras práticas firmadas no Serviço Social.

Nesse processo de questionamentos diante do caminho que a profissão trilhava, ocorreram alguns impedimentos para a continuidade do movimento, resultante no que Netto (2005) intitulou como “inconclusividade da reconceituação”. Esse momento de interrupção é marcado pela onda ditatorial presente nos países da América Latina, entre os anos 1960 e 1970, influenciada pelas determinações norte-americanas. Os regimes sufocaram qualquer tentativa democrática que ameaçasse o desenvolvimento capitalista e, dado o caráter crítico de parte dos questionamentos da reconceituação e do perfil de seus protagonistas, tais regimes operaram um bloqueio perante o movimento. Conforme reflexão de Netto (2005), dentro dos limites conjunturais, as provocações feitas pelo movimento resultaram em algumas conquistas: recusa do rótulo do Serviço Social como um profissional tecnicista, interlocução crítica com as ciências sociais, construção do pluralismo profissional, dentre outras.

A reconceituação ainda foi palco de equívocos como, por exemplo, a problemática aproximação à teoria marxiana, pois esta se deu através de leituras de “segunda mão”, em que a fonte original, os escritos marxianos, era ignorada, acarretando em interpretações errôneas/simplificadas desse referencial. Nas palavras de Yamamoto

[No] acercamento da Reconceituação aos múltiplos “marxismos”, constata-se que o personagem mais ausente é o próprio Marx. Em outras palavras: foi a aproximação a um marxismo sem Marx. O resultado foi um universo teórico presidido por fortes traços ecléticos[...]potenciado por uma herança intelectual e política de salientes raízes conservadoras e positivistas, da qual o Serviço Social é caudatário e contra a qual se insurgia o movimento de reconceituação. (1998, p. 211-212).

Além da ausência do próprio Marx nas análises, a ação profissional estava baseada em autores da tradição marxista, cuja produção estava voltada à militância política, como Mao, Lênin, Trotsky, dentre outros. É neste cenário de modificações significativas para o Serviço Social latino americano, que o Brasil se insere na dinâmica da reconceitualização. Entretanto, a aproximação brasileira a esse momento ocorreu, em princípio, por meio do legado conservador, sendo modificado posteriormente com a vertente da “intenção de ruptura”.

A realidade brasileira era palco da ditadura militar já desde 1964 e, portanto, antes mesmo da emergência da reconceitualização como tal. Como as demais ditaduras latino americanas, aqui também o golpe foi articulado a partir das necessidades do capital estrangeiro, especificamente o americano. O movimento ditatorial foi oriundo de um plano mais amplo: “[...] o processo de uma contrarrevolução preventiva implementada em escala mundial, com o objetivo explícito de travar e reverter as tendências democratizantes e progressistas [...]” (NETTO, 2009, p. 652).

O Estado passa por um momento de reforma que incide, de modo significativo, no trabalho dos assistentes sociais. O regime ditatorial possuía uma estrutura forte de investimentos em forças produtivas¹ que, por sua vez, repercutiam na configuração e oferta das políticas sociais e ampliavam a demanda por assistentes sociais em sua execução. Essa massiva inserção da categoria no mercado de trabalho, sob a ótica ditatorial, ocasionou a mudança no perfil profissional dos assistentes sociais indicando a direção predominante das novas formulações que surgiam com a “erosão” do Serviço Social Tradicional. Assim,

A prática dos profissionais teve de revestir-se de características – formais e processuais – capazes de possibilitar, de uma parte, o seu controle e a sua verificação segundo critérios burocráticos-administrativos das instâncias hierárquicas e, doutra, a sua crescente intersecção com outros profissionais. [...] sinteticamente, o

1 É preciso destacar o investimento em instituições universitárias nesse período, a partir do qual cresce absurdamente o número de estudantes de Serviço Social.

fato central é que no curso deste processo, mudou o *perfil* do profissional demandado pelo mercado de trabalho que as condições novas postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa faziam emergir: exige-se um assistente social ele mesmo “moderno” [...] (NETTO, 2004, p.123-grifos do autor).

O movimento de reconceituação deve ser pensado de modo articulado ao contexto desta argumentação, pois se no Brasil ele adquire características diferenciadas das que marcaram outros países, não se pode ignorar sua relevância para desencadear o processo de renovação profissional do Serviço Social brasileiro. Configurando-se de modo mais amplo que a reconceituação, o processo de renovação foi responsável por numerosas discussões que interferiram na formação e no exercício profissional, com desdobramentos até os dias atuais. A renovação pode ser definida como um

[...] conjunto de características novas que, no marco das restrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais².

Tratar desse processo é conectar-se com as conquistas que a categoria alcançou, mesmo considerando o momento político desfavorável, a ditadura militar. O contexto foi propiciador para as reflexões teóricas da categoria em nível nacional e latino americano, a consagração de fóruns, debates, seminários, entre outros espaços. As discussões saíram de um patamar consensual para dar lugar à provocação de polêmicas. A renovação suscitou:

.....
2 Ibidem, p.131.

a instauração do pluralismo teórico, ideológico e político no marco profissional, deslocando uma sólida tradição de monolitismo ideal;

a crescente diferenciação das concepções profissionais (natureza, funções, objeto, objetivos e práticas do Serviço Social), derivada do recurso diversificado a matizes teóricos-metodológicos alternativos, rompendo com o viés de que a profissionalidade implicaria uma homogeneidade (identidade) de visões e de práticas;

a sintonia da polêmica teórico-metodológica profissional com as discussões em curso no conjunto das ciências sociais, inserindo o Serviço Social na interlocução acadêmica e cultural contemporânea como protagonista que tenta cortar com a subalternidade (intelectual) posta por funções meramente executivas;

a constituição de segmentos de vanguarda, sobretudo mas não exclusivamente inseridos na vida acadêmica, voltados para a investigação e pesquisa.(NETTO, 1991, p.135 e 136).

A análise do período militar é fundamental para compreender essa situação do Serviço Social. O regime foi responsável por um desenvolvimento econômico nunca antes visto na história do Brasil: o país crescia entre 11% e 14% ao ano, segundo Behring e Boschetti (2010). Para atingir o escalão de desenvolvimento consideraram-se os altos investimentos internacionais nas indústrias, especialmente a de automóveis; criação de um sistema bancário-financeiro-monopólico; e estímulo às atividades agropecuárias voltadas para a exportação. Tal situação econômica excepcional foi resultante da política edificada pelos militares dando origem ao denominado “milagre econômico” (1969-1973).

Esse período próspero para o capital caracterizou-se, para a classe trabalhadora, como um período de contenção salarial, o que oportunizou a instalação de multinacionais, em virtude dos benefícios oferecidos pelo Estado e, sobretudo, da ampla disponibilidade de mão de obra barata. As autoras referenciadas ainda ressaltam que outra medida adotada pelo regime foi à criação de fundos, por exemplo, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que consistia numa poupança sustentada pelos próprios trabalhadores, que posteriormente serviu

para financiar a política habitacional. Foi notável a forte concentração de renda, o que ampliou o crescimento das desigualdades.

No plano político, os militares desenvolveram ações tortuosas para aqueles que atentassem contra o sistema. Prova disso foi à proibição da existência autônoma de sindicatos e partidos políticos, por exemplo, existia somente o Arena (governista) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB- oposição). É preciso salientar ainda a propagação dos Atos Institucionais³, que beneficiaram a política ditatorial. O ato mais polêmico que feriu os direitos da sociedade foi o AI n.5, que se referia à perda de direitos políticos, censura aos meios de comunicação, tortura, prisões, entre outros ataques às normativas do funcionamento democrático da sociedade.

O famoso milagre econômico já não tinha ânimo para manter as elevadas taxas de crescimento com a crise capitalista desencadeada nos anos 1970. Seu efeito disseminador se fez sentir sob a forma de refração dos investimentos estrangeiros, especificamente nos países que, como no caso brasileiro, tinham como fio condutor de sua política econômica o capital internacional.

O regime ditatorial foi manifestando sua “falência”, o que proporcionou um avanço para a categoria dos assistentes sociais, tendo em vista a lenta e gradual abertura política e o retorno processual das liberdades civis e organizativas que estimularam um acirramento das lutas sociais. Reativaram-se, em função disso, forças democráticas contrárias à ditadura, como o movimento operário-sindical que provocou manifestações nas indústrias automobilísticas monopolistas liderando o debate político ao reivindicar melhores condições de trabalho. Um dos destaques do período foi o parque industrial conhecido como o *grande ABC paulista*, em que os operários se articularam e fizeram uma dura oposição ao sistema, estimulando a adesão de múltiplos movimentos, seja dos demais operários, dos estudantes, das mulheres, dos negros, e outros sujeitos sociais insatisfeitos com o rumo que o país seguia.

3 Conjunto de normas desenvolvidas no regime militar que reforçaram o poder e dominação dos militares diante dos cidadãos.

A efervescência dos movimentos sociais mobilizou, de modo articulado, a categoria dos assistentes sociais que se organizava coletivamente, fortalecendo a realização de espaços representativos que discutiam/discutem os caminhos da profissão, seja na formação ou no exercício profissional, por exemplo, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). O III CBAS, intitulado também como *Congresso da Virada*, ocorreu em setembro de 1979, em São Paulo, organizado pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRAS)⁴, tendo como temática central “Serviço Social e Política Social”. Tal momento foi considerado um marco para o Serviço Social, tendo em vista a participação de estudantes, centrais sindicais e assistentes sociais, que criticavam o regime em voga.

Conforme Bravo (2009), a organização do evento foi cenário para alguns questionamentos como: a participação restrita dos estudantes, ausência de discussões com a categoria para a organização do congresso, análises fragmentadas das políticas setoriais e o fato dos homenageados do congresso serem dirigentes da ditadura militar. As problematizações foram discutidas por alguns docentes da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS)⁵ e pelos integrantes da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais e Pré-Sindicais (CENEAS), dentre outros participantes. Toda a situação foi reavaliada e deliberaram-se alterações na programação, sendo que o evento já estava em plena realização. As principais conquistas dessa movimentação resultaram em alterações no debate das políticas sociais, mudança dos homenageados que passaram a ser os trabalhadores e, por fim, uma mesa final com representantes sindicais e de movimentos sociais.

O evento enfatizou o caráter político da profissão, muitas vezes sufocado pelo processo ditatorial, em virtude da posição que os profissionais ocupavam. Os sinais de desconforto e indignação perante o

4 De acordo com o CFESS foi com a aprovação da lei 8662/93, que revogou a 3252/57, as designações passaram a ser Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS).

5 No ano de 1998 a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) passa por uma modificação na nomenclatura para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

sistema, esboçados por alguns sujeitos da categoria, acarretaram em retaliações profissionais e, como em muitos outros casos existentes fora da categoria, em medidas truculentas e perseguições. Tomando esse contexto como ponto central na avaliação da conjuntura, mas ao mesmo tempo, fazendo uso do processo de “abertura política”, o congresso direcionou o seu posicionamento contrário aos referenciais conservadores, vinculando assim a postura profissional às forças democráticas e, especialmente, à classe trabalhadora, historicamente explorada e dominada pelo grande capital.

Pode-se dizer que nesse momento ímpar da história nacional, reconheceu-se a participação ativa dos sindicatos de outras categorias, bem como dos assistentes sociais. A categoria passou a se identificar enquanto classe trabalhadora, que vende a sua força de trabalho para o capital. Neste processo foi importante o papel dos sindicatos dos assistentes sociais na linha de frente de mobilizações da categoria. Estes se construíram de modo articulado à organização das centrais sindicais, especialmente da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A questão central foi que

O III CBAS deve ser compreendido nos marcos da conjuntura sócio-histórica do período, ou seja: as grandes mobilizações operárias e da classe trabalhadora na luta por um sindicalismo classista, na organização do movimento popular e na própria reorganização político sindical da categoria dos assistentes sociais em âmbito estadual e nacional. (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p.729).

Outra força política participante nessa luta foi o movimento estudantil, sobretudo o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS). Na análise de Braz (2009) este obteve um enorme ganho com o panorama favorável, oportunizado pelo contexto do “Congresso da Virada”. Primeiro a articulação entre as entidades profissionais da categoria e as entidades estudantis; segundo, a influência teórico-política, que ofereceu um horizonte para os caminhos do movimento.

A inquietação do movimento estudantil diante do evento foi instigada e fundamentada por acontecimentos realizados em nível interna-

cional, especificamente as mobilizações políticas ocorridas na França de 1968⁶, que foram propagadas mundialmente, induzindo assim a conjuntura nacional. Ademais, os desdobramentos político-partidários foram perceptíveis⁷. Desta forma o saldo do evento foi totalmente positivo para os estudantes, em virtude da articulação com as entidades profissionais, que é mantida até os dias atuais, considerando a parceria entre CFESS, CRESS e ENESSO⁸ nas múltiplas discussões suscitadas pela categoria.

É inegável a colaboração do III CBAS na trajetória recente do Serviço Social. Prova disso são os elementos problematizados anteriormente, como instrumentos fortalecedores da renovação profissional, sendo a ruptura com o tradicionalismo o seu alvo principal. Um novo perfil profissional surge, com novo direcionamento teórico, ético e político. A profissão se insere em outro estágio de amadurecimento, sobretudo no que diz respeito à perspectiva crítica da sociedade. O Serviço Social se põe como objeto de pesquisa, oportunizando conhecer suas fragilidades e contradições.

Isso se dá em função da legitimidade crescente do referencial teórico oriundo da tradição marxista que, conforme amplamente consolidado na produção bibliográfica da área, formulou a tendência conhecida como “*intenção de ruptura*”, Netto (2004). Tal vertente é considerada um divisor de águas na história do Serviço Social brasileiro, tendo em vista que a mesma se consagrou na busca por novas perspectivas teóricas e práticas que vislumbassem uma dimensão crítica na formação e no exercício profissional. Considerando que a história do Serviço Social é fruto da luta coletiva da categoria, mas também depende da conjuntura histórica que a sociedade vivencia, foi com o declínio do regime ditatorial, e o quadro profissional desenvolvido nos 1960, 1970 e 1980 que se desencadeou o terreno propício para a “*intenção de ruptura*”.

6 Revolta estudantil na França que ultrapassou a esfera desse movimento, ampliando o seu alcance para outros setores da sociedade.

7 Neste momento, o MESS estava hegemonizado por militantes e concepções oriundas do Partido dos Trabalhadores (PT).

8 Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social.

Frente ao caminho trilhado por essa tendência é necessário situar o contexto dos anos 1980, caracterizado pela “avalanche” democrática e pela reinserção da classe operária no cenário político, que oportunizou a agitação de movimentos sociais e centrais sindicais na luta pela redemocratização da sociedade brasileira. Tal momento foi relevante para aflorar o “caráter político” da profissão, asfixiado no período ditatorial, e ganhou espaço na conjuntura democrática, promovendo reflexões sobre as classes e camadas sociais; foi nesta situação que o Serviço Social passou a posicionar-se ao lado da classe trabalhadora.

Não é somente pelas manifestações e conquistas democráticas, como a Constituição de 1988, que a década de 1980 é recordada. De acordo com Behring e Boschetti (2010) tal período caracterizou-se também por uma estagnação econômica, tendo em vista a crise do “milagre”: o país passou a ser cenário de taxas inflacionárias altas e grandes endividamentos por parte de empresas privadas. O Estado brasileiro ficou responsável por boa parte desta dívida, tendo que estabelecer cortes para reparar o prejuízo provocado pelas empresas. Assim, uma das áreas mais afetadas foi a social.

Os efeitos da crise do endividamento foram muitos: empobrecimento generalizado da América Latina, especialmente no seu país mais rico, o Brasil; crise dos serviços sociais públicos num contexto de aumento da demanda em contraposição a não expansão dos direitos; desemprego; agudização da informalidade da economia; favorecimento da produção para a exportação em detrimento das necessidades internas.⁹

Tais efeitos negativos recaíram sobre as políticas sociais que já possuíam e, neste momento, amplificaram seu caráter seletivo e fragmentado. Embora as políticas sociais tenham regredido nesse momento, a Constituição Cidadã avançava no debate democrático com propostas inovadoras, especialmente no campo das políticas da saúde, previdência e assistência, formatando a seguridade social.

.....
9 Ibidem, p. 139.

Com esse breve panorama da década de 1980 pode-se compreender minimamente o que Netto (2004) explicita sobre a vertente de ruptura: sua constituição não foi um processo linear, sem “tropeços” no caminho; ela foi composta de três situações distintas: a emergência, a consolidação acadêmica e o espraiamento sobre a categoria. No que diz respeito à emersão dessa perspectiva, a mesma vem desde os anos 1970, tendo como protagonistas alguns profissionais da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. O elemento fulcral nesse momento da perspectiva de ruptura foi à elaboração, por esta equipe, do “Método Belo Horizonte”. Este apontava uma condenação ao Serviço Social Tradicional e seus procedimentos desprovidos de perspectiva crítica. O método

[...] foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo; envolvendo todos estes, ele coroou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro projeto profissional, abrangente, oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive do conjunto de suportes acadêmicos para a formação de quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social. (NETTO, 2004, p.276- 277).

A continuidade desse processo é interrompida pela demissão dos principais protagonistas, o que leva ao “congelamento” da proposta de ruptura.

A consolidação acadêmica progride com a reforma universitária de 1968 e a implementação crescente de novos cursos de graduação e pós-graduação desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão, fatos que facilitaram, a interação dos assistentes sociais com profissionais de outras áreas. Por fim espraiou-se, nessa concepção, a busca por um horizonte intelectual maduro, que direcionasse os caminhos da formação e do exercício profissional.

Para além dessas contribuições, foi por meio desta vertente que se oportunizou a aproximação da profissão à teoria marxista sob a ótica crítica, ultrapassando os equívocos da primeira tentativa, gestada no

contexto da reconceitualização latino americana e, no caso brasileiro, na primeira fase (emersão) da intenção de ruptura. Nesta fase de espraio para a categoria, iniciada na segunda metade dos anos 1980, foi possível entender a realidade por meio das formulações marxistas que buscam compreender o modo de ser e de constituir-se do ser social. Era necessária ao Serviço Social a vinculação a

[...] uma teoria que reproduza, da maneira mais aproximada possível, a lógica, o movimento e o vir-a-ser da realidade. Teoria essa que vise representar, no plano do pensamento, a atividade prática, que se coloque vinculada à vida real e que seja sustentada por uma razão “inclusiva”, capaz de dirimir as dificuldades historicamente presentes na profissão quanto à relação teoria- prática. (GUERRA, 1997, p.18).

Iamamoto foi primeira autora a “beber da fonte” clássica da tradição marxiana no debate brasileiro, abrindo o leque de contribuições para o amadurecimento da categoria, o que a faz avançar na análise teórico-metodológica e na preocupação com o direcionamento da prática profissional.

Desta forma, as reflexões sobre essa tradição foram sendo reorientadas por meio de teóricos fiéis ao pensamento de Marx como Gramsci, Lukács, Mandel, dentre outros. A concepção desse pensamento possibilita pensar o real a partir do todo, considerando as contradições e mediações que perpassam a realidade concreta. A incorporação dessa linha teórica proporcionou olhar o Serviço Social de outra forma, como um produto construído coletivamente pelos sujeitos, encarando o estereótipo da caridade.

Assim a profissão construiu, à luz da teoria social crítica, uma nova imagem que, segundo Ortiz (2010), está atrelada à defesa dos direitos, salientando que a luta em prol dos direitos requer posicionamento e o reconhecimento de mediações para obter um desempenho propositivo na atuação profissional. É nessa direção que a apreensão dessa perspectiva influencia diretamente à formação profissional sendo que

[...] o projeto profissional em vigor é materializado a partir da conjugação de diversas dimensões, as quais envolvem

desde o efetivo reconhecimento da teoria social crítica, como substrato teórico e político cultural capaz de sustentá-lo, até a organização política da categoria [...] (ORTIZ, 2010, p.197).

Compreende-se, desse modo, a relevância de uma apropriação coerente da teoria citada, com a finalidade de enriquecer a capacidade teórico-metodológica, articulada com as outras dimensões. Tais fatores abordados sobre a perspectiva de ruptura, sintetiza-se que tal vertente foi a desencadeadora de um novo perfil profissional, a ser implantado a partir dos anos 1980, e que se percebe como hegemônico até os dias atuais.

Um novo perfil profissional

A luta por uma nova direção no Serviço Social, um perfil profissional distinto da realidade do período ditatorial, foi oportunizada, como dito anteriormente, devido à organização política dos assistentes sociais, às transformações teóricas, ao fortalecimento do movimento democrático, dentre outros. É nessa perspectiva que foi possível traçar uma nova tendência para a categoria, que vislumbrou um projeto profissional, distinto do direcionamento conservador estabelecido anteriormente.

Nessa concepção, a profissão é compreendida na dinâmica das relações sociais, a construir um projeto plural, tendo como pilar o compromisso com a classe trabalhadora. Foi no cenário dos anos 1980 que se instituiu o currículo de 1982, sob o comando da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), sendo aprovado pelo Conselho Federal de Educação mediante parecer 412/82. O currículo mínimo de 1982 respondia aos anseios renovadores da profissão, considerando também as exigências da situação histórica em que o país se encontrava.

Tal currículo foi fruto do desvelar da “intenção de ruptura”, em que se superou a neutralidade afirmada pela profissão, apresentando explicitamente sua vinculação com os interesses da classe trabalhadora. É nessa conjuntura

[...] que parcela qualitativamente significativa de professores e alunos começa a discutir, nas Unidades de Ensino, a formação profissional em relação às exigências da sociedade brasileira, no marco dos projetos das classes fundamentais. Expressa-se, pois, um amplo e heterogêneo movimento docente e discente de questionamento à qualidade e perspectiva dessa formação especializada frente aos desafios apresentados por nossa sociedade. Neste sentido questiona-se o direcionamento da formação profissional, seus objetivos e conteúdos, critica-se a estrutura curricular e a pedagogia do ensino. Enfim, coloca-se em debate a função social da formação profissional, enfatizando sua importância no desenvolvimento de uma prática consciente e consequente no interior das relações de classe na sociedade brasileira. (BONETTI; CARVALHO; IAMAMOTO, 1984, p. 109).

Embora o currículo de 1982 tenha sido responsável por várias conquistas no direcionamento político profissional, o mesmo se tornou alvo de permanentes avaliações da categoria. Questionavam-se problemáticas como a sobreposição da dimensão teórico-metodológica sob a técnico-operativa e, principalmente, a desconecta relação entre os profissionais que estavam na academia fundamentados pelo referencial marxiano e os assistentes sociais que se encontravam no campo, sendo que estes interviam na realidade desarticulados da perspectiva supracitada.

Outra discussão apontada, por Barroco (2006), refere-se ao trato da ética nesse período. Essa não se desenvolveu teoricamente de modo adequado nos anos 1980 já que a reflexão ética, fundamentada na nova orientação teórica marxista, apresentou-se simplificada e, neste sentido, carente de mediações. A representação dessa ética foi exposta no Código de Ética de 1986, reduzindo-a aos interesses de classes, sendo influenciada pelo currículo vigente de 1982.

Isso significou afirmar que a categoria, orientada pelo Código de 1986, teve suas intervenções e reflexões vinculadas ao projeto da classe trabalhadora implicando em algumas indagações frente a esse direcionamento, pois o compromisso ético afirmado era com uma classe, e não com os valores.

Na medida em que o compromisso e as classes não são tratados em suas mediações em face da ética profissional, o Código não expressa uma apreensão da especificidade da ética; em vez de se comprometer com valores, se compromete com uma classe, o que é o mesmo que afirmar que tal classe é, *a priori*, detentora dos valores positivos, o que configura uma visão idealista e desvinculada da questão da alienação. Ao não estabelecer as mediações entre o econômico e a moral, entre a política e a ética, entre a prática política e a dimensão política da prática profissional, o Código reproduz as configurações tradicionais da ética marxista. (BARROCO, 2006, p.177- grifos da autora).

Com esse processo permanente de avaliações sobre as insuficiências do currículo de 1982, somado às exigências do desenvolvimento histórico brasileiro e das demandas por ele colocadas à profissão, fez-se necessário repensar a formação do assistente social e, conseqüentemente, o exercício profissional. Esse processo é evidenciado, sobretudo com o advento da década de 1990, caracterizada pela ofensiva neoliberal¹⁰ articulada ao conjunto mais amplo de respostas do capitalismo à crise atravessada desde os anos 1970. Em face das metamorfoses nos anos 1990, se consolida o que ficou conhecido entre os assistentes sociais como *Projeto Ético-Político Profissional (PEP)*. Esta consolidação foi ocorrendo ao mesmo tempo em que, por meio deste ideário, foram sendo modificados os parâmetros normativos da formação e do exercício profissional.

Para materialização de qualquer projeto necessita-se da ação humana, seja ela individual ou coletiva, sendo estas precedidas, logicamente, pela capacidade teleológica inerente ao ser social.

Para Netto (2007) os projetos societários têm a função de apresentar uma imagem de sociedade a ser estabelecida, tendo como elemento primordial a visão macroscópica. Os projetos societários são revestidos por uma dimensão política que envolve relações de poder e os antagonismos de classe. Sendo assim, os projetos que objetivam res-

10 Esta ingressa no país tardiamente, considerando as particularidades do Brasil, sendo que em outros países da Europa, o neoliberalismo já tinha se estabelecido.

ponder às demandas dos trabalhadores são os mais difíceis de serem concretizados, tendo em vista o embate com os projetos das classes dominantes.

Ainda de acordo com o autor, os projetos coletivos que estão relacionados a uma profissão, como no caso do PEP do Serviço Social, são denominados projetos profissionais. Estes são construídos pelos sujeitos coletivos daquele agrupamento corporativo e correspondem à autoimagem de uma profissão elegendo os valores que a legitimam. Por sua vez, ao fazerem estas escolhas, relacionam-se inevitavelmente com os projetos coletivos de tipo societário. Assim o Projeto Ético-Político, “[...] *se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero*” (NETTO, 2007, p.155- grifos do autor). Este projeto defendido pela categoria tem como característica determinante o antagonismo de seus valores aos afirmados pela sociedade burguesa, ou seja, é um projeto que visa alcançar a emancipação humana, embora se reconheça que o contexto de crise capitalista atual tem se constituído como uma conjuntura totalmente desfavorável à sua materialização.

É preciso destacar, de acordo com Braz (s/d), que o PEP tem como valor central a liberdade – capacidade de escolher entre as alternativas concretas– reforçando valores como a autonomia e a justiça social. Nesse sentido, carece de diversos fatores determinantes para sua materialização. Deste modo destacam-se algumas dimensões que, articuladas, podem contribuir neste processo.

Dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social: É a esfera da sistematização das modalidades práticas da profissão, onde se apresentam os processos reflexivos do fazer profissional e especulativos e prospectivos relacionados a ele.

Dimensão político-organizativa da profissão: Aqui se assentam tantos ao forúms de deliberação quanto as entidades representativas da profissão. Fundamentalmente, o conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal e Regionais de Serviço Social) e as demais associações político-profissionais, além do movimento estudantil representado pelo conjunto de CA’s e DA’s (Centro e Diretórios Acadêmicos das escolas

de Serviço Social) e pela ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social).

Dimensão jurídico-política da profissão: Temos aqui o aparato jurídico e institucional da profissão que envolve um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados. (BRAZ, s/d- grifos do autor).

A materialização deste projeto crítico-analítico, fundamentado pela teoria social ainda,

[...] implica o compromisso com a *competência*, que só pode ter como base o *aperfeiçoamento* intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa *formação acadêmica* qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir via à preocupação com a (auto) formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa. (NETTO, 2007, p.155, grifos do autor).

Para além da capacitação do assistente social, o PEP ainda precisa enfrentar as dificuldades colocadas à sua materialização pelas determinações mais amplas do modo de produção capitalista e sua atual configuração. A sociedade passou por várias alterações, sobretudo no que se refere aos processos de produção e reprodução da dinâmica social, determinados pela reestruturação produtiva e pela contrarreforma do Estado¹¹. o aparelho estatal, nessa conjuntura, prioriza responder aos ditames do capital, respondendo, em contrapartida, de forma minimalista às demandas da população.

Apesar disso, é neste panorama que o Serviço Social brasileiro avança no debate crítico e ostenta conquistas na reformulação de sua base-legal, sendo instituídos o novo Código de Ética da profissão (1993), a Lei 8662/93, que regulamenta a profissão de Serviço Social e as Diretrizes Curriculares do curso (1996) – estas últimas, em substituição ao currículo de 1982 – dentre outras conquistas.

.....
11 Ver Behring (2008).

O espaço propositivo para discussões da nova lógica curricular foi a XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), sucedida em Londrina de 1993. Esse evento foi imprescindível para o fortalecimento da categoria, mobilizando entidades representativas do Serviço Social, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO). O documento da matriz curricular proporcionou novos direcionamentos para a categoria, evidenciando a conjuntura dos anos 1990, período de

[...] profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, determinados pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social, apontando, inclusive, para a alteração das relações entre o público e o privado, alterando as demandas profissionais. (ABEPSS, 2002, p.367).

As novas configurações da questão social, face ao aparelho estatal e as nuances da esfera produtiva, promoveram novas demandas e atualizaram desafios à sua concretização na direção socialmente crítica que veio se consolidando no interior do Serviço Social brasileiro, desde os anos 1970. Este cenário provocou inquietações a respeito do perfil profissional e das habilidades teóricas, técnicas e éticas necessárias à reafirmação desta direção social.

A nova lógica curricular refere-se também, à declaração do trabalho como elemento central no desenvolvimento/construção do ser social. Deste modo, a categoria atravessa um processo de amadurecimento intelectual, político, ético e metodológico, assumindo novas concepções, rompendo com as amarras tradicionais, expondo sua compatibilidade com um projeto societário “contrário à exploração e discriminação de qualquer natureza e com vistas à construção de uma nova sociedade.” (ORTIZ, 2010, p.196). Desta forma, as diretrizes curriculares confirmam os princípios que fundamentam o processo formativo dos assistentes sociais, objetivando orientar a reprodução da categoria profissional e também fornecer parâmetros para a sua execução.

Considerações finais

A recente trajetória profissional é fruto de múltiplas inquietações da categoria, que redirecionou suas bases e avançou no aporte teórico e político desde os anos 1970. A renovação do Serviço Social brasileiro possibilitou, através da intenção de ruptura, a aproximação à teoria social de Marx. Essa aproximação contribuiu para a profissão fazer uma análise crítica da realidade, considerando as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, expressas nas diretrizes curriculares do curso. O trato rigoroso de tais dimensões possibilitou apreender o real em sua totalidade, construindo análises complexas e contraditórias, esquivando-se de compreensões simplistas impostas pelo sistema hegemônico.

Assim, o Serviço Social obteve ganhos importantes no seu aparato legal, com o Código de Ética/1993, a Lei de Regulamentação da profissão nº. 8.662/1993 e as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social da ABEPSS/1996. Todo o aparato legal, juntamente com outras dimensões que constituem o Projeto Ético-Político são orientadores da formação profissional dos assistentes sociais e, comumente, se diz que as novas normativas são as principais expressões materializadas deste projeto.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. In: **Assistente social: ética e direitos**. Coletânea de Leis e Resoluções. 4. ed. CRESS 7ª Região, Rio de Janeiro, agosto, 2002.

ABRAMIDES, M. B.C.; CABRAL, M. do. S. R. O significado do papel político do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS – 1979. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 100, p.728-739, out./dez. 2009.

BARROCO, M.L.S. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, E. R. **Brasil e contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BONETTI, D.A; CARVALHO, A.M.P de; IAMAMOTO. M.V. Projeto de investigação: a formação profissional do Assistente Social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano V, n.14, p.104-143, abr. 1984.

BRAVO, M. I. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 100, p.679-708, out./dez. 2009.

BRAZ, M. O III CBAS de 1979: a virada e o seu legado às novas gerações. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 100, p. 709-727, out./dez. 2009.

_____. **Notas sobre o Projeto ético-político do Serviço Social**. S/d. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:rQsh0Z16r0IJ:locuss.org/joomla-locuss/index.php?option%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D21%26Itemid%3D36+BRAZ,+M.+Notas+sobre+o+Projeto+%C3%A9tico>. Acesso em: mai. 2013.

GUERRA, I. A ontologia do ser social: bases para a formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XVIII, n.54, p. 9-25, jul.1997.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, J.P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. O movimento de reconceituação – 40 depois. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XXVI, n. 84, p. 5- 20, nov. 2005.

_____. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: MOTA,A.E. et al. (orgs.). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. 2. ed. São Paulo: OPAS, OMS,2007, 17-40.

_____. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 100, p.650- 678,out./dez. 2009.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

ORTIZ, F. G. **O Serviço Social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

EIXO

2



Política Social

aspectos
teórico-conceituais
e históricos



APONTAMENTOS SOBRE CAPITALISMO E POLÍTICA SOCIAL NO SÉCULO XX¹

INGREDI PALMIERI OLIVEIRA

Introdução

O modo de produção capitalista tem se modificado ao longo da história, trazendo vários desafios para as classes que o compõe. Contudo, sua essência contraditória não muda, qual seja, a apropriação privada do que é produzido coletivamente, e tal contradição se manifesta em todas as esferas de tal modo e produção.

Assim, não é diferente com o estado e a política social, dois elementos que se relacionam entre si e com o capital. Por isso, se faz necessário entender e desvendar os fundamentos do capitalismo, compreendendo sua lógica e dinâmica para desnudar os elementos e a relação que se gestam na configuração do estado e das políticas sociais, as quais incidem em elementos objetivos e subjetivos da acumulação do capital, com funções econômicas e políticas.

Questões como a lei do valor, a lógica mercantil, as crises do sistema, a questão social, as funções do Estado e das políticas sociais, bem como a forma como ambos se colocam no século XX serão abordadas no presente artigo com o intuito de apreender as conexões entre ambos.

1 O presente artigo compõe um dos capítulos da dissertação de mestrado intitulada: “O exercício profissional do assistente social na política de educação em Aracaju/SE: um estudo de demandas e respostas socioprofissionais”, apresentada no ano de 2014 ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Federal de Sergipe e cuja orientadora foi a Prof^a. Dr^a. Náilsa Maria Souza Araújo.

Estado capitalista e política social: alguns fundamentos

O capitalismo se constitui em um modo de produção e reprodução da vida em sociedade que utiliza a exploração da força de trabalho (trabalhadores) para extração de mais-valia, objetivando acumular e concentrar capital, ou seja, é através das horas de trabalho não contabilizadas no pagamento do trabalhador, mas que continuam gerando riqueza, que o capitalista retira a mais-valia e garante o lucro. Verifica-se, portanto, uma relação de exploração do trabalho, realizada pelo capital. Tem-se, então, a essência contraditória do capitalismo: a apropriação privada de uma parte do trabalho gerado pela coletividade se constitui como base do desenvolvimento das desigualdades, ao tempo em que as aprofundam. Esta contradição é um dos elementos que fundam a questão social.

Como um dos resultados político-sociais desta contradição – produção socializada e apropriação privada – tem-se a emergência das lutas e organização dos trabalhadores, no século XIX, expondo os conflitos entre as classes e exigindo uma intervenção do capital. Este (capital) se manifesta, principalmente, através da ação do Estado, com a implementação de ações que garantem a acumulação do mesmo, ao tempo em que incorporem algumas reivindicações dos trabalhadores, reconfigurando assim as bases de legitimação do Estado na condução e regulação das relações sociais sob a hegemonia do capital. Este cenário traz à tona a questão social, que corresponde:

Ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalho livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. Esse processo é denso de conformismos e rebeldias forjados ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e o exercício da cidadania dos indivíduos sociais. Historicamente a questão social tem

a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigido o seu reconhecimento como classe por parte do bloco do poder, e, em especial, do Estado e do empresariado industrial (IAMAMOTO, 2000, p. 54).

Outra característica necessária para o entendimento e análise dos diferentes processos gestados no capitalismo é a lógica mercantil a ele inerente – responsável por transformar todas as coisas e relações em mercadorias à disposição para serem negociadas na esfera da circulação. Tal lógica se dissemina por todas as esferas da vida em sociedade e, na atualidade, se consolida nos diferentes campos pertencentes à reprodução da coletividade, inclusive no âmbito dos direitos, conjugando-se com os interesses de acumulação do capital, conforme assevera Pereira (2008, p. 28):

De acordo com a lógica apresentada, o capital – na busca incessante por sua sobrevivência e sob a forma de grandes monopólios – joga-se constantemente numa luta feroz por mercados, cria necessidades e avança em todas as esferas ainda não atravessadas pela lógica mercantil, como aquela dos direitos sociais.

Este processo, na atualidade, tem sido exponenciado, em virtude da transformação massiva do conjunto de bens sociais em mercadoria, como forma de enfrentar a operação da lei do valor que põe inexoravelmente o capitalismo em crises cíclicas. Cabe aqui uma breve explicação sobre a lei do valor, visto que esta possui estreita relação com o processo de crises inerentes ao capitalismo, ou seja,

[...] ainda que seja intenso o debate sobre a causalidade das crises, parece não haver dúvidas quanto a sua função: é através delas que a lei do valor se impõe. [...] A lei do valor é, no âmbito da produção de mercadorias, o único regulador efetivo da produção e da repartição do trabalho e funciona à revelia dos homens, como algo completamente fora do seu controle; no modo de produção capitalista, ela comparece

no mecanismo das *crises econômicas* [...] (NETTO; BRAZ, 2006, passim, grifos originais).

Nesta ótica, segundo os argumentos elencados por Netto e Braz (2006), baseados nas ideias marxianas sobre economia política, a lei do valor é uma das principais leis do capitalismo. Na tentativa de garantir o seu processo de acumulação, o capital, num movimento de concentração e centralização, intensifica a extração de mais-valia, ao tempo em que necessita fazer frente à concorrência, que se processa na esfera de mercado. Nesta prerrogativa, o capital se apropria de várias estratégias, dentre elas, a inovação técnica que moderniza a produção e reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias. Todavia, em vez de reduzir o preço das mercadorias, o capitalista as mantém para obter superlucros e, quando o processo é atingido por uma crise, a lei do valor se impõe, pondo fim à diferenciação de preços e restabelecendo a quantidade de trabalho socialmente necessário, provocando perda de lucro e desvalorização de capitais (NETTO; BRAZ, *idem*).

No que se refere ao Estado, Mandel (1985, p. 333-334) expõe as funções que este assume, fornecendo subsídios para o entendimento posterior da relação deste com a política social. Vejamos:

Podemos classificar as principais funções do Estado da seguinte forma:

Criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante;

Reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente através do Exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário;

Integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas [...].

Tais argumentos denotam que o Estado exerce três funções que se complementam: uma repressiva, outra integradora e outra de suporte às condições gerais de produção, sendo esta última caracterizada por se relacionar diretamente com a produção, articulando infra e superestrutura. Dentro desta última função, destacam-se os aspectos voltados para a dimensão econômica como “o estabelecimento de leis, moeda, mercado, Exército e barreiras alfandegárias a nível nacional” (MANDEL, 1985, p. 337).

Ainda dentro da função do Estado de garantir as condições de produção, é importante sinalizar a relação que este assume diante das crises, cujas características acabam incidindo sobre as bases de recomposição e legitimação da ordem ao se utilizar do conceito de cidadania através da implementação das políticas sociais, além de serem acionadas, de acordo com Mota (2008), para a reconstrução de estratégias de hegemonia das classes dominantes.

[...] a “administração das crises” é uma função tão vital do Estado na fase tardia do capitalismo quanto sua responsabilidade por um volume enorme de “condições gerais da produção” ou quanto seus esforços para assegurar uma valorização mais rápida do capital excedente. Economicamente falando, essa “administração das crises” inclui todo arsenal de políticas governamentais anticíclicas, cujo objetivo é evitar, ou pelo menos adiar tanto quanto possível o retorno de quedas bruscas e catastróficas como a de 1929/32. Socialmente falando, ela envolve esforço permanente para impedir a crise cada vez mais grave das relações de produção capitalista por meio de um ataque sistemático à consciência de classe do proletariado. Assim, o Estado desenvolve uma vasta maquinaria de manipulação ideológica para “integrar” o trabalhador à sociedade capitalista tardia como consumidor “parceiro social” ou “cidadão” [...] (MANDEL, 1985, p. 340-341, grifos originais).

Com as crises, observa-se uma reconfiguração das bases da acumulação e alteração na relação entre o Estado, o capital e o trabalho. Consequentemente, ocorrem mudanças nas políticas sociais por conta das estratégias políticas e econômicas que devem ser colocadas em prática

para a saída da crise e retomada da hegemonia e da acumulação. Outra consideração importante sobre as políticas sociais, incorporando-a ao debate de caráter mais econômico e os elementos sinalizados até então, é que esta também se constitui como uma mediação no circuito do valor. Em síntese:

Uma dimensão fundamental e orientadora da análise é a ideia de que a produção é o núcleo central da vida social e é inseparável do processo de reprodução, no qual se insere a política social – seja como estimuladora da realização da mais valia socialmente produzida, seja como reprodução da força de trabalho (econômica e política). Nesse sentido a teoria do valor-trabalho, cuja operação também é histórica e permeável à ação dos sujeitos – não é, portanto, uma espécie de respiração natural do capitalismo -, constitui uma ferramenta importante para pensar a política social, já que esta é uma mediação no circuito do valor. A condição/possibilidade de implementar políticas sociais relaciona-se aos movimentos da taxa de lucro e extração/realização/apropriação da mais-valia socialmente produzida, à relação capital/trabalho, em sentido político e econômico, e que estão na origem dos grandes ciclos econômicos de estagnação e expansão do capitalismo (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p.43-44).

Concomitantemente ao papel do Estado e suas funções, resgata-se o conceito de questão social exposto anteriormente, cuja composição se dá por aspectos de natureza objetiva (produção socializada e apropriação privada da riqueza, com exploração de uma classe sobre outra e extração de mais-valia) e subjetiva (emergência dos trabalhadores enquanto classe no cenário político reivindicando direitos); infere-se que é a partir da necessidade de respostas a esta questão social, objetivando interferir tanto na sua dimensão econômica quanto política, que se verifica o surgimento das políticas sociais.

Articulando as ideias expostas até aqui, resgatam-se os argumentos de Pastorini (1997, p. 91), os quais caracterizam a política social como uma “forma de manutenção da força de trabalho econômica e politicamente articuladas para não afetar o processo de exploração ca-

pitalista e dentro do processo de hegemonia e contra-hegemonia da luta de classes”. A autora explica que existe uma relação múltipla e conflituosa entre as classes hegemônicas, o Estado intermediador e as classes subalternas, na qual as políticas sociais devem ser entendidas como resultado dessa relação conflituosa e tensa que se estabelece entre esses diferentes protagonistas sociais. Pastorini (1997) ainda recomenda o estudo das políticas sociais não focalizando somente seus resultados (os benefícios e os serviços prestados pelo Estado), a fim de não desconsiderar as lutas que antecederam essa ação estatal. Na realidade, não dá para dissociar uma análise sobre políticas sociais das lutas de classes, sendo esta relação conflituosa entre os sujeitos sociais – elemento fundamental para a compreensão das políticas sociais –, pois não se deve considerá-las de forma unilateral. Pelo contrário, é importante levar em consideração o fato de que em todas as políticas sociais há, em determinados momentos, “concessões” e “conquistas” para alguma das partes (sujeitos sociais).

A autora em questão também argumenta que as políticas sociais não podem ser consideradas como simples mecanismos de prestação de serviços. É preciso fazer uma análise aprofundada sobre sua contraparte política, como instrumento de legitimação da ordem, e de seus aspectos econômicos, de liberação da renda dos trabalhadores para o consumo, funcionando como salário indireto e viabilizando uma parte da reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, a reprodução das relações capitalistas. Nesse sentido, Mandel (1985, p. 338), tratando sobre a ampliação da legislação social, que serve de base para elaboração de políticas e serviços sociais, expõe:

[...] Em certo sentido tratou-se de uma concessão à crescente luta de classe do proletariado, destinando-se a salvaguardar a dominação do capital de ataques mais radicais por parte dos trabalhadores. Mas ao mesmo tempo correspondeu também aos interesses gerais da reprodução ampliada do modo de produção capitalista, ao assegurar a reconstituição física da força de trabalho onde ela estava ameaçada pela super-exploração [...].

Portanto, a perspectiva marxista propõe analisar as políticas sociais como mecanismo de integração dos aspectos políticos (promovem consenso social, mobilização ou desmobilização da população, etc.) e econômicos (diminuição dos custos da sustentação e reprodução da força de trabalho, protegendo a acumulação e valorização do capital). Deve-se também levar em consideração na análise o pressuposto da totalidade e a história das lutas de classes, para assim correlacioná-las com os elementos econômicos, sociais e políticos.

Crises do capital e as (re)configurações das políticas sociais no século XX

Em 1929, o capitalismo vivenciou uma de suas maiores crises. De acordo com Behring e Boschetti (2006), a crise de 1929, juntamente com a intensificação dos questionamentos e lutas dos trabalhadores, dirimiu as bases do Estado liberal, o qual disseminava a supremacia do mercado como regulador das relações sociais (esfera da produção e reprodução), em oposição às características anteriores do Estado absoluto. A partir da crise, houve a implementação de estratégias de saída da mesma, com medidas que reativassem o emprego e, consequentemente, o consumo, para continuar garantindo a sobrevivência do capital. Ancoradas nas ideias de Keynes, propunham a intervenção do Estado na economia para garantir a produção e circulação, tornando-o tanto um produtor quanto um regulador das relações econômicas, diferenciando-o dos princípios do liberalismo.

Fazendo um paralelo entre os direitos sociais e sua manifestação através de políticas sociais, Pereira (2008, p. 33) afirma que:

Os direitos sociais permitem aos cidadãos uma participação mínima na riqueza material e espiritual criada pela coletividade, sendo resultado das lutas da classe trabalhadora no século XIX, mas também das necessidades econômicas e ético-políticas do capital, de manutenção do *status quo*.

Assim, fica evidente uma forte relação entre os conflitos de classe no capitalismo e ações que se constituem em políticas sociais, cujo in-

tuito seria atender algumas reivindicações da classe trabalhadora por meio da viabilização de direitos historicamente pleiteados, a fim de manter as bases de acumulação de capital.

Portanto, cabe pontuar que políticas sociais não se constituem como a solução das desigualdades no capitalismo. Conforme relata Pereira (2008, p. 35) ao fazer referência ao período de expansão e consolidação das políticas sociais sob o projeto fordista-keynesiano, a “base programática da cidadania foi a socialização do consumo e não dos meios de produção, tal como na programática socialista”. Todavia, não se pode cair no imobilismo e desconsiderar o papel estratégico das políticas sociais na garantia e efetivação de direitos nos marcos do capital.

O reconhecimento desses limites não invalida a luta pelo reconhecimento e afirmação dos direitos no marco do capitalismo, mas sinaliza que a sua conquista integra uma agenda estratégica da luta democrática e popular, visando a construção de uma sociedade justa e igualitária. Essa conquista no âmbito do capitalismo não pode ser vista como um fim, como um projeto em si, mas como via de ingresso, de entrada ou de transição para um padrão de civilidade que começa pelo reconhecimento e garantia de direitos no capitalismo, mas que não se esgota nele (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 195).

Partindo dessa concepção, podem-se entender os limites e a natureza complexa e contraditória da política social, que compõem o movimento próprio das relações capitalistas, servindo tanto para atender às reivindicações por direitos dos trabalhadores quanto para suprir as necessidades de acumulação de capital e manutenção da ordem vigente.

No final do século XIX, nota-se que o Estado capitalista liberal já começa a assumir e realizar ações sociais de uma forma mais ampla. Tal fato se explica por duas questões: a necessidade da nova fase capitalista, qual seja, a monopólica, na qual o Estado passa a assumir funções econômicas bem definidas; e a luta da classe trabalhadora por direitos políticos e sociais.

No que diz respeito à função econômica do Estado, Mandel (1985, p. 339-340) exemplifica o capital monopolista

Exemplos diretos dessa tendência são o uso crescente dos orçamentos do Estado para financiamento de pesquisas e dos custos do desenvolvimento, e as despesas estatais destinadas a financiar ou subsidiar usinas nucleares, aviões a jato e grandes projetos industriais de todos os tipos. Exemplos indiretos são o fornecimento de matérias-primas baratas mediante a nacionalização das indústrias particulares que as produzem, subvencionando assim, de forma dissimulada, o setor privado. O capital estatal funciona portanto como um esteio do capital privado (e, em particular, do capital monopolista).

Quanto à luta das classes trabalhadoras, esse fator acabou contribuindo para o questionamento e a mudança do papel do Estado em relação à garantia de direitos sociais. As iniciativas deste período estavam ligadas à lógica do seguro social da Alemanha, no governo de Bismarck, exemplo do reconhecimento público de proteção ao trabalhador, apesar do seu caráter não-universalista. Também são importantes, no período, as iniciativas do chamado Estado-providência francês, que estabelece a proteção social aos trabalhadores e a cobertura aos acidentes de trabalho sob responsabilidade estatal.

Essas ideias se concretizaram em mecanismos de intervenção na relação entre capitalistas e trabalhadores, através da política salarial (salário mínimo), do controle de preços, de incentivos fiscais, de uma política tributária mais incisiva e das políticas sociais, a fim de garantir o pleno emprego e uma maior igualdade social por meio do aumento da renda e da oferta de serviços sociais. Assim, na emergência da crise do capitalismo em 1929, as ações para seu enfrentamento, no âmbito estatal, continham a disseminação da implementação de políticas sociais, na perspectiva de intervenção do Estado frente às consequências do colapso e das estratégias de retomada de acumulação. Nesse contexto, a relação entre a crise e as políticas sociais se processa da seguinte maneira:

[...] a política social – funcionando com salários indiretos por meio dos bens e serviços sociais – constituiu-se num dos mecanismos anticrise pela reprodução da força de

trabalho e também do financiamento ao capital para o processo de acumulação capitalista, por intermédio de isenções fiscais e dos subsídios ao capital para que este se pudesse desenvolver, como, por exemplo, o investimento em infraestrutura urbana para a instalação de fábricas (PEREIRA, 2008, p. 35).

Na verdade, o fundo público, que é fruto da contribuição de todos, é utilizado para cobrir os custos de reprodução da classe trabalhadora e para financiar o próprio capital em seu processo de acumulação.

A estratégia exposta anteriormente por Pereira foi posta em ação com base no modelo de acumulação fordista/keynesiano. Vigente até meados dos anos 1970, visava o crescimento econômico aliado à promoção do pleno emprego, no qual o Estado intervia na economia e nas relações de trabalho para garantir a produtividade e a expansão do regime capitalista. Essa fase do capital ficou conhecida como “Anos Dourados” (final da Segunda Guerra ao início dos anos 1970), ou 30 Anos Gloriosos, cujas altas taxas de crescimento econômico, somadas à elevação dos salários reais, à expansão dos gastos sociais do Estado e à redução da miséria e da pobreza nos países centrais são favoráveis tanto aos interesses do grande capital quanto aos da classe trabalhadora, caracterizando assim um período “virtuoso” do capitalismo.

É nesse período que acontece a expansão e generalização das políticas sociais, dada a sua função complementar na reprodução da força de trabalho, viabilizando acesso a direitos e serviços sociais. A universalização do acesso da população à saúde, educação, habitação, transporte e previdência social, disponibilizados pelo Estado keynesiano como forma de salário indireto, garantiam o escoamento da renda dos trabalhadores para o consumo de massa, obviamente na experiência europeia ocidental e outros poucos espaços do planeta.

Os variados modelos de proteção social nos países centrais do capitalismo tiveram suas particularidades de acordo com as características de cada país. Mas a maioria dos autores costuma denominar essa crescente preocupação e inserção do Estado na instauração de políticas sociais como *Welfare State*, tomando como parâmetro o Plano Beveridge, implantado na Inglaterra nesse período. A experiência inglesa intro-

duziu e ampliou serviços sociais como seguridade social, saúde, educação, habitação, emprego e assistência a idosos, crianças e pessoas com deficiência, numa perspectiva de unificação e universalização.

Todavia, no início dos anos de 1970, o capitalismo vivenciou mais uma de suas crises, o que reconfigurou as características da política social a partir de então. Cabe registrar que as crises do modo de produção capitalista fazem parte da sua dinâmica e constituição. Segundo Pereira (2008, p. 28):

A revolução constante das forças produtivas busca formas de máxima extração de mais-valia, o que desemboca nos processos de concentração e centralização do capital, formando os monopólios. Contudo, é uma tendência – observada por Marx (1988) e confirmada ao longo da história da ordem burguesa – a eclosão periódica de crises, decorrentes da superprodução de mercadorias.

Fruto da configuração que o Estado assume nos diferentes momentos e particularidades históricas, que interfere na organização, regulamentação e implementação das políticas sociais, verifica-se uma relação de determinação entre as crises do capitalismo e as configurações que assumem a política social, como exposto anteriormente.

Assim, em contraposição ao período de expansão e consolidação de direitos sociais através das políticas sociais, naquela etapa “virtuosa” do capitalismo, as políticas sociais passam a ser interpretadas e consideradas como uma das causas da crise contemporânea, na perspectiva dos ideólogos do capital, e sofrem uma drástica redução na sua oferta, em consonância com o novo modelo de intervenção estatal baseado em ações mínimas para a esfera social e máximas para a acumulação do capital, sob a perspectiva do neoliberalismo.

Diante do novo padrão de atuação assumido pelo Estado na atualidade, que dita grande parte da configuração das políticas sociais contemporâneas, faz-se necessário entender, de forma mais profunda, os elementos da crise do pós-1970, que engendram as ações do presente.

A superprodução, unida ao subconsumo, foi o fator crucial da referida crise, pois a produção em larga escala estava em desacordo com

a demanda de consumo, gerando assim a perda de investimentos e de rentabilidade do capital, com sua consequente recessão. Houve uma queda notória nas taxas de crescimento e investimento. De acordo com Soares (2002), a crise do pós-1970 tem como elementos característicos a crise do capital financeiro e do comércio internacional, além da inflação crônica associada ao baixo crescimento, cenário que a autora denomina de estagflação².

Foi necessário efetivar mudanças para que o capital tentasse ultrapassar a crise e continuasse garantindo sua acumulação, diga-se de passagem sem grandes sucessos até o momento. Portanto, houve transformações no sistema produtivo, na forma de regulação das relações de trabalho e na função que o Estado desempenhava na regulação da vida em sociedade, para que fosse possível acompanhar e possibilitar a nova dinâmica do capital. Diante de tal quadro, os impactos, consequências e soluções da crise diferem entre os países, de acordo com suas particularidades históricas e posição que ocupam na divisão internacional do trabalho. Os referidos impactos são expressos em respostas sociais e políticas.

A proposta condizente à flexibilização do setor produtivo não deveria ser um Estado forte, rígido, mas sim uma configuração que facilitasse o movimento e a liberdade do capital especulativo e financeiro, deixando o poder decisivo sobre os rumos da acumulação em suas mãos. Segundo Soares (2002), o ajuste neoliberal não é só econômico, mas sim político, social e também das relações sociais. É a partir de então que o Estado começa a se desresponsabilizar de parte dos custos de reprodução direta da vida social, postos nas políticas sociais, repassando parte dessa função para o próprio capital – quando são passíveis de significar nichos de lucratividade –, ao tempo em que minimiza o seu leque interventivo, concentrando e focalizando sua ação em determinadas políticas. É o que se denomina Estado Mínimo, no qual se verifi-

.....
2 O termo “estagflação”, criado por Milton Friedman nos anos 60 do séc. XX, designa uma situação econômica caracterizada pela ocorrência simultânea de estagnação econômica e inflação persistente (disponível em: <http://www.knoow.net/cienciaconempr/economia/estagflacao.htm#vermais>)

ca uma reconfiguração no padrão das respostas estatais às expressões da questão social. Observa-se seu enxugamento em algumas esferas, com o repasse de grande parte das ações ao denominado terceiro setor, destituindo-as de seu caráter público estatal. Essas características estatais remetem ao modelo de Estado Liberal, anterior à época dos “Anos Dourados” e, por isso, é chamado, atualmente, de Estado Neoliberal.

O que se visualiza, na esfera social, é a perda e/ou redução significativa dos direitos sociais e restrição da concepção de cidadania; aprofundamento da separação entre o público e o privado, com o desenvolvimento da esfera da reprodução delegada a este último; legislação trabalhista que não protege a força de trabalho, principalmente se se trata de formações sócio-históricas de capitalismo periférico. Concomitante a esse cenário, na periferia do sistema, onde os graus de miséria e exposição à pobreza são mais alarmantes, as ações são cada vez mais focalizadas na política de assistência, lógica coerente com o individualismo que dá sustentação ideológica a tal modelo, sob a batuta do mercado como regulador. Este panorama expressa e define novas condições das lutas sociais (SOARES, 2002).

Na particularidade da crise do pós-1970, manifestada principalmente nos países centrais, a socialização dos custos da reprodução da força de trabalho via fundo público foi desarticulada e descaracterizada do seu papel funcional à acumulação do capital e foi colocada apenas como responsabilidade das pressões dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e vida e luta pelos seus direitos. Com a crise do socialismo real, tal falácia ganhou o reforço necessário para transferir a responsabilidade pela crise do capital aos trabalhadores, suas organizações e ao Estado.

Esses argumentos não atingem o fundamento da sociabilidade do capital, qual seja a exploração do capital sobre o trabalho, expressa na sua contradição fundamental de socialização da produção e apropriação privada da riqueza daí oriunda. Assim, apesar de a crise ser própria da sociabilidade e da contradição do capital, sua explicação ideológica neoliberal e seu enfrentamento na forma como vem se dando não tocam na sua essência e, quando o fazem, é de forma difusa e superficial.

Nesse movimento histórico de relações sociais capitalistas, várias forças estão em disputa e, nos momentos de crise, sofrem os rebaixamentos da ofensiva do capital na tentativa de reestruturação. Não que as forças contrárias ao capitalismo não sejam passíveis de críticas e revisões, como é o caso do socialismo real na contemporaneidade. Contudo, diante da tendência do capital em não tocar na sua essência excludente, transferindo as consequências do seu colapso para o conjunto das relações sociais, ou seja, naturalizando-as, os trabalhadores e suas formas de resistência acabam sendo os mais afetados pelos impactos da crise do capital.

No caso brasileiro, as particularidades de nossa inserção capitalista imprimem outros elementos na organização da produção e na relação Estado/sociedade, os quais indicam especificidades para as políticas sociais. No âmbito da organização da produção, Iamamoto (2009, p. 29) afirma:

Aquela inserção impõe um ritmo peculiar ao processo de mudanças em que tanto o novo quanto o velho alteram-se em direções contrapostas: a modernidade das forças produtivas do trabalho social convive com padrões retrógrados nas relações no trabalho, radicalizando a questão social.

Aliado a tais configurações, a formação sócio-histórica brasileira impõe características singulares às relações entre as classes sociais, as quais marcam medularmente a configuração do Estado. Sob forte influência das relações coloniais assentadas na propriedade rural, com sua aristocracia agrária e escravidão, o capitalismo no país assentou-se no patrimonialismo, sem romper abruptamente com o poder e a riqueza advindas do meio rural. Segundo Fernandes (2004, p. 426),

a crise do poder oligárquico não é propriamente um “colapso”, mas o início de uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas de poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa.

Assim, o moderno se constrói através do arcaico e as mudanças estruturais acontecem num pacto entre as classes dominantes, ou seja,

através da “revolução pelo alto”³, distante de qualquer tendência democrática. Conjuntamente, a ideologia do favor perpassa as relações entre as classes populares e dominantes, como pressuposto para o ingresso das primeiras à vida social. (IAMAMOTO, 2009)

Podia discordar da oligarquia ou mesmo opor-se a ela. Mas fazia-o dentro de um horizonte cultural que era essencialmente o mesmo, polarizado em torno de preocupações particularistas e de um estranho conservantismo sociocultural e político [...]. Era um conflito que permitia fácil acomodação e que não podia, por si mesmo, modificar a história. Além disso, o mandonismo oligárquico reproduzia-se fora da oligarquia (op. cit., p. 428).

Tais particularidades trazem rebatimentos para a constituição das políticas sociais no país.

Na trajetória da construção dos direitos no Brasil, pesa a determinação de elementos fundamentais da formação histórica brasileira: a grande propriedade territorial, as relações de poder, apoiadas em relações de dependência pessoal, no compadrio e na ideologia do favor [...]. Essa herança favorece o cultivo dos interesses privados, inclusive o uso privado de recursos públicos, impeditivos da constituição de uma cidadania sólida e universal (IAMAMOTO, 2009, p. 35).

No Brasil, até os anos 1980, não ocorreram reformas com base na social-democracia, mas sim sistemas de modernização conser-

3 Segundo Coutinho (2006), os conceitos “revolução pelo alto”, “modernização conservadora” e “revolução passiva” são utilizados pelos pensadores brasileiros Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes. Tais conceitos também possuem relação com elaborações teóricas feitas por Gramsci (“revolução passiva”), Lenin (“via prussiana”) e Barrington Moore Jr (“modernização conservadora”). Basicamente esses conceitos têm como fundamento “que há processos de transição que se dão pelo alto, que resultam do acordo entre frações das classes dominantes e que têm como objetivo principal a exclusão de qualquer protagonismo das camadas subalternas” (COUTINHO, 2006, p.143). Diz ainda que: “A especificidade deste tipo de transição é [...]: que o novo surge na história marcado por uma profunda conciliação com o velho, com o atraso” (COUTINHO, 2006, p. 144).

vadora ou de revolução passiva⁴. Na contemporaneidade, o período compreendido dos anos 1990 até os dias atuais tem sido marcado pela contrarreforma do Estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2006), que difere dos processos de revolução pelo alto, e vem desestruturando e/ou *redirecionando* as conquistas garantidas na Constituição de 1988. As reformas democráticas formuladas na Constituição de 1988 foram influenciadas, em alguns pontos, pelas estratégias social-democratas e pela concepção do Welfare State, sinalizando até chances políticas de reformas mais estruturais no País. Contudo, a ofensiva de retração na implementação dos direitos sociais se manifesta em diversas ações executadas pelo próprio aparelho estatal, descaracterizando o cumprimento das conquistas constitucionais.

Dos anos 1990 em diante, difundiu-se a influência das mal-chamadas “reformas”⁵, principalmente no período de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Nesse período, as “reformas” tinham o foco para o mercado, lembrando que o contexto vigente era de profunda crise econômica que se arrastava desde os anos 1980. Uma das medidas utilizadas foi a adoção de um “novo projeto de modernidade”, o qual ampliava a necessidade de “reformas”, com enfoque nas privatizações e na reestruturação do padrão de previdência social. Esses processos geraram transformações nas condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora.

A necessidade de reformas parte do pressuposto que o Estado é o foco dos problemas, com base no discurso de sua ineficiência e privilégios e suas práticas de corrupção, sendo assim necessário corrigir as distorções e diminuir custos. Diante de tal ideia, essa crise teria partido do Estado, que fez investimentos financeiros no mercado internacional, comprometendo a estabilidade econômica do país. Era

4 Ibid., p.35

5 O uso do termo “reforma”, durante os anos 1990, se expressava como uma apropriação inadequada de seu sentido, pois esta está vinculada ao conteúdo redistributivo de viés social-democrata. Só é comparar essas chamadas “reformas” com as que ocorreram no século XX em nível mundial, que se vinculavam à legislação social e, no pós-guerra, ao *Welfare State*. Estas realmente se configuram como reformas, advindas da luta dos trabalhadores, resultando numa ampliação do papel do Estado; visando, com algumas limitações, a proteção da vida e do trabalho dos trabalhadores (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

preciso reduzir custos para desacelerar e controlar as dívidas internas e externas.

Em consequência disso, há um acelerado processo de privatizações, tendo fortes repercussões no âmbito socioeconômico, para assim afastar o Estado de suas funções produtivas. A ideia defendida, suporte do processo de privatizações, sustentava que era necessário: “atrair capitais, reduzindo a dívida externa; reduzir a dívida interna; obter preços mais baixos para os consumidores; melhorar a qualidade dos serviços; e atingir a eficiência econômica das empresas, que estariam sendo ineficientes nas mãos do Estado” (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 153).

Durante a instalação e expansão desse processo de privatizações, as estatais conseguiram obter um desempenho lucrativo; em contrapartida, a população brasileira só foi lesada com a implantação desse sistema. A fim de estimular o crescimento, reduzir a inflação e diminuir os gastos públicos, a alternativa encontrada pelo Estado foi a redução da participação estatal, desregulamentação e privatização das políticas sociais.

Outro ponto da contrarreforma do Estado foi o Programa de Publicização, que instituiu uma parceria do público com o privado. Há uma regulamentação do chamado terceiro setor⁶ (ONG's, Instituições Filantrópicas, etc.), que começa a se responsabilizar pela implantação de um largo espectro de serviços sociais. A concepção vigente era incentivar a solidariedade da população que, por meio do voluntariado, passa à condição de parceiro na execução das políticas sociais. O Estado minimiza sua intervenção e reduz custos sociais e, desse modo, transfere suas obrigações para a sociedade civil, neste caso, representada pelo terceiro setor. O conceito de terceiro setor “foi cunhado por *intelectuais orgânicos do capital*, e isso sinaliza clara ligação com os

6 De acordo com Montaño e Duriguetto (2010, p. 307, grifos originais) a funcionalidade do terceiro setor, dentre outras, consiste em: “justificar e legitimar o processo de desestruturação da Seguridade Social e desresponsabilização do Estado na intervenção social; desonerar o capital da responsabilidade de cofinanciar as respostas às refrações da “questão social” mediante políticas estatais; despolitizar os conflitos sociais dissipando-os e pulverizando-os, e transformar as ‘lutas contra a reforma do Estado’ em ‘parceria com o Estado’; criar a cultura/ideologia do ‘possibilismo’; Reduzir os impactos (negativos ao sistema) do aumento do desemprego, produto da reestruturação produtiva [...]”.

interesses de classe, nas transformações necessárias à alta burguesia” (MONTAÑO, 2007, p. 53, grifos originais). Esta setorização tem por base uma visão fragmentada e autonomizada entre Estado, mercado e sociedade civil, cujas ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil assumem funções de resposta às demandas sociais, a partir de valores de solidariedade local, autoajuda e ajuda mútua⁷. Além disso, o Estado fragiliza a relação de formulação e execução de políticas sociais, passando a formular suas políticas para que entidades autônomas a executem.

Era forte o descompasso em torno das políticas sociais porque o Estado, em nome da “reforma”, buscava desregulamentá-las, flexibilizá-las, sendo mais incisivo no que diz respeito à seguridade social. Com o agravamento do desemprego e da pobreza, a demanda social aumentou e não obteve respaldo de ações estatais efetivas, desconfigurando o Estado “protetor” e garantidor mínimo de direitos. Behring e Boschetti (2006) analisam que as políticas sociais serão adequadas ao contexto vigente, por isso origina-se o trinômio do neoliberalismo para as políticas sociais – “privatização, focalização/seletividade e descentralização”.

Outro traço das políticas sociais na atualidade é a sua crescente focalização, que se contrapõe à ideia de universalização de direitos. O caminho desta focalização é uma ação voltada aos mais necessitados dentre os mais necessitados, não promovendo uma ação mais ampla e efetiva. A justificativa baseia-se na escassez de recursos e no ajuste econômico.

O problema central da privatização, da descentralização e da focalização consiste na promoção de serviços desiguais, na baixa capacidade de controle social, na fragilização do direito de cidadania e na não concepção de serviços sociais como bens públicos.

.....
7 Ibid., p. 184

Considerações finais

Verificou-se ao longo da análise a necessidade de aprofundar os entendimentos sobre o modo de produção capitalista, conjugando seus aspectos políticos e econômicos para entender as funções assumidas pelo Estado e consequentemente a forma como este implementa as políticas sociais. Além disso, as crises, as particularidades sócio-históricas e o papel que cada país ocupa na divisão internacional do trabalho demonstram as particularidades da execução de tais políticas.

Ficou evidente que na relação capital/trabalho o Estado pode intervir de várias formas, assumindo várias funções que se reconfiguram ao longo do processo histórico e mostrando que, embora funcional à acumulação e concentração do capital, o Estado é um campo em disputa entre as classes sociais e a emergência e implementação das políticas sociais também seguem esta disputa, sempre lembrando que dos limites e possibilidade das mesmas na manutenção da ordem e na conquista de serviços e direitos.

Referências

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 2. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções: o marxismo na batalha das ideias**. São Paulo: Cortez, 2006.

FERNANDES, F. A Concretização da Revolução Burguesa. In: IANNI, O. (Org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Transformações societárias, alterações no mundo do trabalho e Serviço Social. **Revista Ser Social** n° 06. Brasília: Editora UNB, 2000.

_____. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BOSCHETTI et al (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de**

intervenção social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. Coleção Biblioteca básica do serviço social; v. 5. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**: estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão-conquista”. **Revista Serviço Social e Sociedade** nº 53. São Paulo: Cortez, 1997.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social**: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. São Paulo: Xamã, 2008.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2.ed. Coleção Questões da Nossa Época, v.78. São Paulo: Cortez, 2002.



“QUESTÃO SOCIAL” E POLÍTICA SOCIAL: verso e anverso da exploração capitalista

PAULO ROBERTO FELIX DOS SANTOS

“O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquentada e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”.

(Guimarães Rosa).

Introdução

As consequências advindas da expansão do capital, em crise, sempre nos provocam a pensar por quais mediações é possível enfrentar a ampliação da pobreza e da desigualdade social, fenômenos característicos da chamada “*questão social*”. Não raras vezes, o caráter resolutivo desses fenômenos é hipotecado a um maior aperfeiçoamento nos padrões de gestão e execução de políticas sociais e por meio da ampliação de espaços de cidadania. Ledo engado! Por isso nesse embrulhado contexto, de onde parece não haver mais alternativas para além do capital, nos parece ser fundamental assumir a coragem, como alertado nas palavras de Guimarães Rosa, de reiterar um debate caro àqueles que, de fato, almejam a superação das desigualdades sociais. Para isso, trata-se necessário evitar alguns equívocos presentes nesse percurso e é nessa direção que caminha o presente texto.

Percebe-se, nesse intrincado debate, uma tendência à incorporação do aspecto político da “*questão social*”, descolado da sua raiz econômica, da sua base material. Ou quando, de algum modo, se se expressa a origem da “*questão social*” gestada em bases econômicas, há uma

supervalorização da sua dimensão política. Corre-se o risco de reduzir a apreensão desse fenômeno à esfera da política, e acreditar que pela melhoria e aperfeiçoamento das políticas sociais se resolveria a ineliminável contradição entre a produção coletiva da riqueza social e de sua apropriação privada na sociabilidade capitalista.

Convém alertarmos ao atento leitor que o debate acerca da relação entre “questão social” e política social não é novo. Por isso, nosso intento com o presente texto, é, como observa Gramsci (2007, p.96), “difundir verdades já descobertas, ‘socializá-las’” [...]. Desse modo, não intentamos desenvolver uma exegese dos fundamentos da “questão social” e dos processos de intervenção via política social. Intentemos, tão somente, apresentar alguns elementos que entendemos constituir as suas determinações, não só a partir do legado marxiano, mas recuperando um debate caro ao Serviço Social na virada dos anos de 1990 para 2000, e que ainda parece permanecer em aberto, no sentido de *qual conexão podemos fazer entre os determinantes da “questão social” e suas formas de enfrentamento por meio do acesso a direitos e efetivação de políticas sociais.*

Buscando evitar o risco de uma ampla e vaga análise dos determinantes dos elementos que trataremos no texto, e considerando a miríade de autores e debates acerca dessa temática, recuperamos, inicialmente, na linha teórico-metodológica crítico-dialética, os determinantes da “questão social” a partir da crítica marxiana. Para esse intento, é importante recorrermos ao sistema de causalidades do pauperismo, que é produzido a partir da acumulação capitalista, e que só pode ser apreendido, em sua íntegra, levando-se em consideração a apreensão de como se desenvolve a *lei geral da acumulação capitalista*. É o desvelamento dessa lei que nos permite apreender as formas pelas quais se busca intervir nas chamadas expressões da “questão social”, inclusive por meio das políticas sociais.

Ao tornar inteligível o significado histórico, econômico e sócio-político da “questão social”, conformado por intensas lutas de classes, intentamos demarcar a resistência por parte dos segmentos da classe trabalhadora e a posterior intervenção estatal nesse processo como espaço capaz de absorver limitadas demandas desses sujeitos,

com vistas à garantia da expansão do capital. É nessa medida que as políticas sociais, por meio das suas funções, passam a desempenhar um estratégico papel de amoldamento da luta de classes, buscando conformar esse processo em um amplo consenso possível. Se por um lado, trata-se de espaço de amoldamento, por outro, constitui-se como campo de rebeldia que, em face da impossibilidade de resolução da “questão social”, expõe a nu o conjunto de contradições que sustenta o sociometabolismo do capital.

Esperamos que as considerações aqui desenvolvidas possam explicar o plexo de questões que articulam numa totalidade dinâmica os determinantes da “questão social” e suas formas de enfrentamento, via políticas sociais, de modo que tal apreensão nos permita demarcar a impossibilidade de resolução desses determinantes sem a erradicação das bases materiais que as funda, ou seja, a dissolução da sociabilidade do capital.

Exploração do trabalho, pauperismo e os fundamentos da “questão social”

Nas trilhas abertas pela análise marxiana trazemos como hipótese de trabalho que os fundamentos que engendram a “questão social”, bem como as formas de seu enfrentamento, dentre elas a política social, deitam raízes na exploração da força de trabalho realizada sob os auspícios do capital. Portanto, se essa hipótese estiver correta, nosso ponto de partida não poderia ser outro que não estivesse balizado pela análise que permite reunir o plexo de conceitos e categorias mobilizados no interior da crítica da economia política, notadamente aquela empreendida, pioneiramente, por Marx e, desenvolvida, ao longo da tradição marxista. Desse modo, tomamos como base, para o início dessa discussão, as determinações que consubstanciam o que o autor alemão denominara de *lei geral de acumulação capitalista*, a partir do capítulo XXIII desenvolvido no livro I d’*O Capital*.

Ao esmiuçar como se processa a lei geral de acumulação capitalista, Marx (1996) analisa como se dá a composição do capital no processo de acumulação e, assim, como se processa a crescente demanda por

força de trabalho. Desse modo, conforme aponta o autor, a composição do capital tem uma dupla expressão. Sua primeira forma corresponde ao *valor*, ou à *composição-valor*, que diz respeito ao repartimento da proporção do *capital constante* ou *valor dos meios de produção* e *capital variável* ou *valor da força de trabalho*, constituindo-se essas duas repartições em *composição orgânica do capital*.

Também é possível analisar a composição do capital sob a perspectiva da *matéria*, ao que Marx entende corresponder à composição técnica do capital, em que “[...] cada capital se reparte em *meios de produção* e *força e trabalho viva*; essa composição é determinada pela proporção entre, por um lado, a massa dos meios de produção utilizada e, por outro lado, o montante de trabalho exigido para seu emprego” (MARX, 1996, p.234). Há entre essas duas dimensões uma relação intrínseca, não excludente, e cuja expressão remetida à composição do capital corresponde à sua dimensão orgânica.

A compreensão de Marx indica que o crescimento do capital implica o crescimento de seu componente variável, ou seja, daquele componente que se converte em força de trabalho. Desse modo, quanto mais se acumula capital, mais tende a crescer a demanda por força de trabalho. Assim, “a acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado [...]” (Ibidem, p.235). Essa implicação, aparentemente, pode levar a uma interpretação positiva à percepção ao conjunto do proletariado¹, na medida em que indica que quanto mais o volume do capital cresce, mais cresce a demanda e a possibilidade de inserção da força de trabalho, fato que não se explicita como verdadeiro, a partir dos determinantes que configuram a dinâmica que envolve a lei geral da acumulação capitalista, como veremos em linhas posteriores.

Conforme salienta Marx, “[...] o momento de acumulação não se restringe ao momento da composição técnica do capital constante”

.....
1 Apesar de aqui estarmos tomando por referência o termo *proletariado*, respeitando o texto marxiano, estamos cômicos de que o conjunto dessas determinações também pode se espraiar aos demais *trabalhadores assalariados*, sem que isso, contudo, estabeleça uma relação de identidade entre esses segmentos. Por isso, dada essa interpretação, ao logo desse texto usaremos, em alguns momentos, a expressão *proletariado* e noutros referimos à classe trabalhadora, sem prejuízo da diferença entre ambos.

(1996, p. 236). Desse modo, aos fundamentos gerais do sistema capitalista, em seu processo de acumulação, pode-se acrescentar que, “[...] o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação” (Ibidem, p.243). Isso implica que, “[...] o grau de produtividade social do trabalho se expressa no volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, durante um tempo dado, com o mesmo dispêndio de força de trabalho, transforma em produto” (Ibidem, p.243). Decorre que no sistema do capital, é perceptível o crescente volume dos meios de produção (capital constante), sobretudo por meio do investimento em inovações tecnológicas e melhor gestão da força de trabalho, em detrimento ao aumento da força de trabalho (capital variável), posto que o aumento da demanda por força de trabalho não se configura em sua incorporação no processo produtivo. Essa é, nos termos marxianos, a “*lei do crescente aumento da parte constante do capital em relação à parte variável*” (Ibidem, p. 244, grifos nossos).

Diante desse processo, onde se evidencia um aumento da implementação dos meios de produção em relação à absorção da força de trabalho, a fase da “*assim chamada acumulação primitiva*”² desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento do sistema capitalista, lançando as bases para o aumento da produção social do trabalho. Desse modo: “Tomando como base esse fundamento, todos os métodos utilizados para aumentar a força produtiva social do trabalho são métodos para aumentar a produção de mais-valia ou mais-produto, pois ele é elemento indispensável, ou seja, faz parte do processo de acumulação” (PIMENTEL, 2007, p.32). Para Pimentel: “A condição para desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista reside na acumulação do capital” (PIMENTEL, 2007, p.32). O aumento

2 Ainda que, dados os limites do presente texto, não possamos nem esboçar em linhas gerais ao que corresponde esse momento do processo de acumulação capitalista, é digno de nota registrar que se trata de uma etapa fundamental para a constituição do chamado modo de produção especificamente capitalista. Se esse momento por si só não é suficiente para apreendemos como foi possível a generalização da forma-mercadoria, sem a apreensão dele não acreditamos conseguir perquirir os determinantes fundamentais que tornaram possíveis aquela generalização. Para um maior aprofundamento, recomendamos a cuidadosa leitura do capítulo XXIV do livro I d’O *Capital*.

da produção social do trabalho implica no aumento do crescimento do capital social, uma vez que o primeiro “realiza-se no crescimento de muitos capitais individuais”.

Os processos acima evidenciados têm como resultados o crescimento do capital global e que, por seu verso, produz um decréscimo em seu componente variável, ou seja, sua força de trabalho, cuja demanda é reduzida sempre em proporção continuamente decrescente. Com esse movimento, “[...] a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – *uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária*, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital” (MARX, 1996, p.261, grifos nossos). E continuando, afirma Marx que: “Com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa” (Ibidem, p.261).

É assim que se desenvolve o processo de acumulação capitalista, e esse sistema avança na medida em que suas fases vão se desenvolvendo (cooperação, manufatura, grande indústria). Assim, ressalta Pimentel que, “[...] todo o processo de movimentação da indústria moderna é decorrente da transformação constante de parcela da população trabalhadora em força de trabalho desempregada ou semi-empregada” (PIMENTEL, 2007, p.40). Ademais, esse processo no qual o trabalhador se subordina aos ditames do capital só é possível a partir da incorporação do trabalho livre, em que o trabalhador se torna livre³, inclusive para ser explorado pelo capitalista.

Ora, como vimos, o processo de desenvolvimento do sistema capitalista produz um aumento no capital global e, por outro lado, também um aumento do seu componente variável. Ocorre que, “[...] o acri-
.....

3 A liberdade – de compra e venda da força de trabalho – é uma das pré-condições para a constituição da subjetividade jurídica, e do caráter volitivo que conforma o processo de troca entre equivalentes. Não é casual que a liberdade – burguesa – seja uma das pedras de toque do liberalismo. No Brasil contemporâneo esse debate reaparece sob a insígnia da modernização das relações trabalhistas. Ou seja, é necessário que se destravem os anacrônicos mecanismos de regulação do trabalho no país, traduzidos fundamentalmente na forma de direitos e garantias, formulados pela CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas –, de modo a permitir a “livre negociação” entre patrões e empregados.

mo do capital variável não se transforma em mais trabalhadores ocupados, mas, em índice de mais trabalho" (Ibidem, p.41). E mais trabalho significa uma maior extração de sobretrabalho, trabalho não-pago, enfim, mais-valia. Dessa maneira, "[...] *produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção*" (MARX, 1996, p.240, grifos nossos)

De outra sorte, esse processo conduz à formação de força de trabalho excedente, dado que a dinâmica que conforma a produção capitalista, opera uma dupla relação, de demanda e repulsa por força de trabalho. Constitui-se, então, uma *superpopulação relativa*, cujo aumento avança mais rapidamente que a própria revolução técnica do processo de produção e que corresponde a um decréscimo cada vez maior da parte variável em relação ao capital constante. O sobretrabalho de uma parte ocupada conduz a um aumento do "exército de reserva" formada pela parte restante. E, se por um lado, esse movimento conduz ao "alargamento" desse "*exército industrial de reserva*", empurrando grande parte dos trabalhadores ao "ócio forçado", por outro, leva a uma maior pressão sobre a parte de trabalhadores ocupados, tendo estes que se submeterem aos ditames do capital. Desse modo, "[...] a superpopulação relativa é, portanto, o pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão-de-obra se movimenta. *Ela reduz o raio de ação dessa lei a limites absolutamente condizentes com a vividez de explorar e a paixão por dominar do capital*" (MARX, 1996, p.269, grifos nossos).

Esse movimento contraditório impresso pelo processo de acumulação capitalista contribui para gerar "[...] *uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista*". (IAMAMOTO, 2001, p.15-6, grifos da autora). A existência de uma superpopulação relativa, produzida pelo movimento de constante repulsão de parte da força de trabalho é representada em três formas possíveis, segundo Marx (1996), quais sejam: *líquida, latente e estagnada*. Em uma primeira definição temos a parcela de trabalhadores que ora são expulsos, ora atraídos em grande proporção, de modo que há um crescimento na parcela de trabalhadores ocupados, mesmo que em proporção decres-

cente em relação ao montante da escala de produção. Nesse ângulo, temos o que Marx (1996) denominou de *superpopulação na forma líquida ou fluente*. Já a segunda forma pela qual se expressa a superpopulação relativa – a *superpopulação latente* – é assim descrita:

Assim que a produção capitalista se apodera da agricultura, ou à medida que se apoderou dela, decresce, com a acumulação do capital que aí funciona, a demanda de população trabalhadora rural de modo absoluto, sem que sua repulsão, como na indústria não-agrícola, seja complementada por maior atração. Parte da população rural encontra-se, por isso, continuamente na iminência de transferir-se para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência. (Manufatureiro aqui no sentido de toda a indústria não agrícola). Essa fonte de superprodução relativa flui, portanto, continuamente. Mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe uma contínua superpopulação latente no próprio campo, cujo volume só se torna visível assim que os canais de escoamento se abram excepcionalmente de modo amplo (MARX, 1996, p.261).

Em relação à *superpopulação estagnada*, o autor refere-se a um “exército ativo de trabalhadores”, mas, cuja ocupação se dá de maneira irregular, o que se configura em “um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível” (MARX, 1996, p.261). Marx afirma que, além dos citados, outro estrato de população relativa pode ser encontrado. Assim, argumenta ele: “finalmente, o mais profundo sedimento da população relativa habita a esfera do pauperismo” (MARX, 1996, p.262), compondo a parcela de indivíduos que o autor identifica como *lupem-proletariado*. Portanto:

Abstraindo vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, o lupemproletariado propriamente dito, essa camada social consiste em três categorias. Primeiro, os aptos para o trabalho. Basta apenas observar superficialmente a estatística do pauperismo inglês e se constata que sua massa se expande a cada crise e decresce a toda retomada dos negócios. Segundo, órfãos e crianças indigentes. Eles

são candidatos ao exército industrial de reserva e, em tempos de grande prosperidade, como, por exemplo, em 1860, são rápida e maciçamente incorporados ao exército ativo dos trabalhadores. Terceiro, degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. São notadamente indivíduos que sucubem devido a sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, aqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalho e finalmente as vítimas da indústria, cujo número cresce com a maquinaria perigosa, minas, fábricas químicas etc., isto é aleijados, doentes, viúvas etc. (MARX, 1996, p.262).

Aí reside a contradição imanente, da qual se nutre o sistema do capital. É na acumulação irrefreável de capital, de uma parte – e que, aliás, compõe cada vez uma menor parcela da população – que produz o crescimento acelerado do pauperismo de outra (maior) parte da população. Dito de outra maneira, “[...] quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva” (Ibidem, p.263). Nesses termos, a pauperização, cada vez mais constante, não é uma anomalia do desenvolvimento sociometabólico do capital. É, antes, parte integrante da lógica imanente ao seu funcionamento.

Conforme nos indica Netto (2001) o conjunto de determinantes que engendram a “questão social” não a tornam uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital. Ao contrário, sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. E para que não restem dúvidas: “A ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo”. (NETTO, 2001, p.45) Buscando perquirir alguns dos nexos causais que forjam a “questão social”, deparamo-nos com os determinantes da lei geral de acumulação capitalista:

[...] lei segundo a qual uma massa sempre crescente de meios de produção, graças ao progresso da produtividade do trabalho social, pode ser colocada em movimento com

um dispêndio progressivamente decrescente de força humana – *essa lei se expressa sobre a base capitalista, onde não é o trabalhador quem emprega os meios de trabalho, mas os meios de trabalho o trabalhador, de forma que, quanto mais elevada a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão do trabalhador sobre seus meios de ocupação e tanto mais precária, portanto, sua condição de existência; venda da própria força para multiplicar a riqueza alheia ou para autovalorização do capital.* Crescimento dos meios de produção e da produtividade do trabalho mais rápido do que a população produtiva expressa-se, capitalisticamente, portanto, às avessas no fato de que a população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de valorização do capital (MARX, 1996, p.263, grifos nossos)

Para dar conta do aumento da produtividade social do trabalho todos os recursos empregados no sistema capitalista estão alheios à condição individual do trabalhador. Não há, portanto, nenhum compromisso do capital para com o trabalhador. Ou melhor, há um único compromisso: *a auto-expansão do capital.* A força de trabalho, nesse processo, cumpre, tão somente, a função de valorizar o capital. Assim, é impossível, na nossa perspectiva, apreender de fato como se processe o crescimento do pauperismo de grande parte dos trabalhadores sem o preciso conhecimento da lei geral da acumulação capitalista. Sendo assim, “[...] a conexão interna entre o tormento da fome das camadas mais laboriosas de trabalhadores e o consumo esbanjador, grosseiro ou refinado dos ricos, baseado na acumulação capitalista, só se desvela com o conhecimento das leis econômicas” (Ibidem, p.275). Ledo engano acreditar, por exemplo, que a perversa persistência da fome no mundo é apenas um problema de gerenciamento de recursos, de má distribuição dos bens produzidos.

Quanto maior significar a parcela miserável da classe trabalhadora, bem como o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Dessa maneira, não há, a nosso ver, a possibilidade de desvelar os fundamentos materiais que configuram a origem da “questão social” sem a compreensão de como se dá a lei geral da acumulação capitalista, onde se expressa o caráter antagônico de classe, que se

processa na acumulação de capital, e cuja gênese é de ordem econômica. Esses elementos, "são [...] as raízes da denominada 'Questão Social' diretamente imbricada à exploração do trabalho no capitalismo e da luta da classe operária na busca do acesso à riqueza socialmente produzida" (PIMENTEL, 2007, p.53). Trata-se, portanto de um processo econômico, mas também com implicações políticas e das quais trataremos no item a seguir.

Determinantes sócio-políticos da "questão social"

Como evidenciamos, a análise marxiana nos permite apontar que o pauperismo é a primeira grande expressão da gênese da "questão social". Trata-se de um fenômeno especificamente capitalista, posto que pela primeira vez na história da humanidade a pobreza cresceu em escala exponencial em relação à riqueza socialmente produzida. Se em sociedades precedentes registrava-se uma aguda pobreza, tal registro hipotecava-se às condições precárias de desenvolvimento das forças produtivas e à manutenção da escassez, o que impediria uma equânime socialização da produção em atendimento às necessidades de todos. Agora, a riqueza produzida exponencialmente confronta-se com um aumento considerável da pauperização das condições de vida e trabalho de massas consideráveis da população.

Ainda que esse fenômeno novo – o pauperismo – se configure como a primeira expressão da "questão social", ele ainda não explicita o plexo de causalidades que a conforma. A despeito dos determinantes econômicos é preciso demarcar que esses, *per se*, não dão conta de denotar a totalidade dinâmica que constitui os fundamentos da "questão social". A esses determinantes há que se acrescentarem determinantes sócio-políticos, sem os quais a apreensão da "questão social" se dá apenas de forma parcial. Como nos adverte Netto, a designação desse pauperismo pela expressão "questão social" relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos (NETTO, 2001, p.43). Sem esses desdobramentos tornar-se-ia impensável falarmos da existência de uma "questão social". Apontamos que, a despeito da brutal exploração do capital sobre o trabalho, essa movimentação não se dá perante uma condição passiva

do trabalhador. Ao contrário, é a partir da *ineliminável resistência do trabalho ao capital*, que se põem as estratégias de enfrentamento ante às condições de exploração, cada vez mais aviltantes.

Do lado do capital, por seu turno, verificamos a imperiosa necessidade de exploração da força de trabalho, de onde são utilizados diversos métodos coercitivos, de modo a impelir o trabalhador à venda da sua força de trabalho. É nessa linha que verificamos a existência desde o século XV de um conjunto de leis, às quais Marx (1996), acertadamente, denomina de “sanguinárias”, que foram sendo promulgadas a fim de incidir sobre fenômenos crescentes tais como a vadiagem e a ladroagem, forçando até mesmo os desempregados ao trabalho assalariado, buscando submetê-los, a qualquer custo, até mesmo sob tortura, às necessidades de auto-expansão do capital.

De acordo com Santos (2012) outro conjunto de leis atuava de modo a rebaixar salários, contribuir para extensão da jornada de trabalho, de modo a propiciar a extração de mais-valia na sua forma absoluta. Desse conjunto de legislação são destacadas: os estatutos dos aprendizes e dos trabalhadores que puniam a quem pagasse salários acima da tarifa legal estabelecida, além de medidas que proibiam a organização política dos trabalhadores. Também no campo da assistência pública destacamos a lei dos pobres (*poor law*), de 1834, cujo recrutamento ao trabalho forçado implicava na perda de direitos civis e econômicos.

É em meio a esse contexto que as lutas de classes se apresentam não só a partir dos determinantes econômicos, mas vê-se demarcada também pelo ingresso do proletariado na cena política. Disso decorre que as lutas de classes são ineliminavelmente constitutivas da “questão social”. Conforme observa Hobsbawm esse ingresso no cenário político por parte do proletariado tem no ano de 1830 uma angular demarcação. Isso porque,

Qualquer que seja o aspecto da vida social que avaliarmos, 1830 determina um ponto crítico [...] Ele aparece com igual proeminência na história da industrialização e da urbanização, na história das migrações humanas, tanto sociais quanto geográficas, e ainda na história das artes e da ideologia. [...] 1830 determina uma inovação ainda

mais radical na política: o aparecimento da classe operária como uma força política autoconsciente e independente na Grã-Bretanha e na França. [...] na Grã-Bretanha e na Europa Ocidental em geral, este ano determina o início daquelas décadas de crise do desenvolvimento da nova sociedade que se concluem com a derrota das revoluções de 1848 e com o gigantesco salto econômico depois de 1851 (HOBBSAWM, 2005, p.162).

A dinâmica política inerente à “questão social” é demarcada pela constante resistência dos trabalhadores de modo a se confrontar com a sanha do capital. Tal resistência é realizada, a princípio, sem uma organização, representando movimentos espontâneos dos trabalhadores em face do aviltamento as suas condições de vida e trabalho. Trata-se, como observa Hobsbawm (2005) de motins e protestos desesperados, a rebelião sem liderança e a utilização de violência entre os próprios trabalhadores, como foi o caso de inúmeras agressões a imigrantes que eram vistos como inimigos por disputarem os postos de trabalho disponíveis.

Em um segundo momento verifica-se já ação organizada por parte dos trabalhadores, através dos sindicatos, manifestações públicas, constituição de uma imprensa operária e até mesmo a organização de greves gerais. Todavia, como um método comum por parte dos segmentos representativos do capital, tais focos de resistência sempre foram reprimidos, e essas manifestações representavam, para as classes dominantes, apenas desordem e ameaças episódicas, pois não chegavam a colocar o sistema do social em questão. (SANTOS, 2012)

Em face dessas condições um grande acontecimento fez com a classe trabalhadora irrompesse na cena sócio-política como antagonista do capital. Referimo-nos a *junho de 1848*, que representa um momento angular na conformação da “questão social”. Conforme nos mostra Santos:

[...] através das lutas de 1848, de fato, explicita-se, em todas as suas nuances, a “questão social” como resultante dos mecanismos de “exploração do trabalho pelo capital”. Refiro-me não somente ao intenso processo de pauperização

absoluta e relativa dos trabalhadores, à existência da abundante “superpopulação relativa”, mas sobretudo, à problematização desse quadro do ponto de vista político, tendo em vista seus fundamentos e apontando a necessidade de sua superação sob outra forma de organização produtiva (SANTOS, 2012, p.43).

De acordo com Netto (2001), 1848 marca não só uma explosão que afetara somente as expressões ideais (culturais, teóricas, ideológicas) do campo burguês. Essa data demarca também a incidência sobre as bases da cultura política da qual se valia o conjunto dos trabalhadores. Nessa medida, “[...] uma das resultantes de 1848 foi a passagem, em nível histórico-universal, do proletariado da condição de *classe em si* a *classe para si*” (NETTO, 2001, p.44, grifos nossos). Apesar do abalo provocado pelas lutas de 1848, sustentado pelo espectro do comunismo, o que se verificou logo após foi uma espécie de “refluxo” da movimentação operária, e que coincidiu com mais uma fase de expansão capitalista até 1870. A aparente tranquilidade foi, entretanto, rompida com a *Comuna de Paris* (1870) (SANTOS, 2012). Isso demonstra a impossibilidade de, em face das consequências deletérias da exploração capitalista, buscar um desenvolvimento harmonioso e pacífico na dinâmica capital/trabalho. A presença constante de conflito é marca indelével dessa relação.

Longe de reduzirmos os determinantes da “questão social” a um mero economicismo, é preciso demarcar que o plexo de causalidades que jungem o fenômeno da “questão social” está fincado em elementos mais amplos que conformam a totalidade dinâmica das consequências advindas da sociabilidade regida pela expansão do capital. Para Iamamoto, “[...] a questão social expressa, portanto, *disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais*. E continua a autora ao afirmar que ela – a “questão social” –: [...] Envolve uma *luta aberta e surda pela cidadania* (IAMAMOTO, 2001, p.16-17, grifos nossos).

Ora, ao falarmos de cidadania como um dos alvos que envolvem as lutas no enfrentamento da “questão social” é importante termos em mente que tal processo não ocorre sem a intermediação de um terceiro

na relação capital/trabalho. Trata-se da intervenção da *forma política do capital*⁴, o *Estado*, tendo como uma das suas funções atreladas à incidência nas manifestações das expressões da “questão social”. Como nos mostra Iamamoto:

É fato conhecido que historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder e, em especial, pelo Estado. *Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para esfera pública exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos.* Esse reconhecimento dá origem a uma ampla esfera de direitos sociais públicos atinentes ao trabalho – consubstanciados em serviços e políticas sociais – o que, nos países centrais, expressou no *Welfare State*, *Estado Providência* ou *Estado Social* (IAMAMOTO, 2001, p.17, grifos da autora).

Tendo a sua apreensão político-crítica deslizada para o berço do pensamento conservador, com o cariz nitidamente moralizante, a partir da segunda metade do século XIX, a “questão social” passa a constituir-se como alvo de intervenção por parte da burguesia, por meio do Estado. Agora, passa a grassar no interior desses segmentos a atenção ao caráter necessário das “reformas” que devem ser encaminhadas no interior da sociabilidade capitalista, de modo que tudo seja mudado para que se permaneça como está. Em outros termos, as lutas hegemônicas pela classe trabalhadora, a partir dos determinantes econômicos e sócio-políticos, passam a constituir-se em preocupação da qual a burguesia e o Estado lançam estratégias de modo a canalizá-las para alterações possíveis sem que se afete a dinâmica própria de exploração capitalista.

4 Para uma análise acerca dos determinantes que constituem a forma política do capital – o Estado – recomendamos a instigante leitura de Pachukanis (2017), especialmente o capítulo XX. Uma leitura séria, cuidadosa e didática também pode ser encontrada em Mascaro (2013).

É a partir da emergência da “questão social” que se pautarão medidas no intuito de minimizar suas expressões que aviltavam o recente operariado, e que se constituiu como uma ameaça à “ordem” capitalista. Destarte, foram necessárias medidas sistemáticas que pudessem atender a essa demanda e ao mesmo tempo contribuir para a manutenção do círculo do capital. Referimo-nos aqui a relação “[...] indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, o que se encontra na base da exigência de políticas sociais públicas” (Ibidem, p.11). As políticas sociais, portanto, surgem como um conjunto de respostas às demandas inerentes à dinâmica da “questão social”, possuindo com esta uma relação intrínseca.

As políticas sociais como respostas às expressões da “questão social”

Como vimos no item anterior, é na “questão social” que se constitui a base sobre a qual se demandará a intervenção estatal, não de forma fortuita, mas por meio da viabilização de políticas sociais. Apreender esse processo nos exige um esforço teórico e político sem o qual poderemos cair em algumas espinhosas ambivalências que contribuem para obliterar o debate e seu significado histórico. Behring (1993 apud BEHRING E BOSCHETTI, 2006), analisando a virada paradigmática acerca da análise das políticas sociais pelo Serviço Social, identificou alguns limites advindos desse conjunto de ambivalências.

Em primeiro lugar, segundo a autora, identifica-se uma separação entre produção e reprodução social, orientada para uma *centralidade na política como meio pelo qual se é possível solucionar a desigualdade social*, desconsiderando os determinantes do modo de produção capitalista, sobretudo suas particularidades nos países periféricos. Disso deriva um *politicismo* a partir da noção de que a vontade e a ação autônoma dos sujeitos políticos confere à política social um estatuto de “troféu arrancado pelos trabalhadores” (BEHRING, 1993 apud BEHRING E BOSCHETTI, 2006, p.18).

Outro limite apontado pela autora refere-se ao que denomina de *ecletismo teórico* na análise sobre a política social. Para Behring (1993

apud BEHRING E BOSCHETTI, 2006), esse limite incorre em dois problemas. Por um lado, tal apreensão da política social assume uma declarada referência à tradição marxista sem assumir suas consequências principais, por exemplo, tomar como referência o circuito valor. Nessa linha, imagina-se uma política social que passa ao largo do desenvolvimento capitalista e suas engrenagens movidas e moventes. Corresponde a uma análise que, apesar do apoio na tradição marxista, cinde produção e reprodução social, e o papel estratégico e necessário desempenhado pelas políticas sociais. O resultado é que é possível, nessa chave heurística, se apropriar de parte da perspectiva marxista de análise, desconsiderando elementos fundamentais como a teoria do valor-trabalho e a perspectiva da revolução. Isso porque, a análise das políticas sociais desempenha um papel autoexplicativo, e cujas alternativas, no limite, direcionam-se pela melhoria contínua da gestão, execução e monitoramento das políticas sociais, com vistas ao enfrentamento das expressões da “questão social”, visando o fortalecimento da cidadania.

Por outro lado, o próprio debate travado no interior da categoria, inclusive na tradição marxista, tende a agrupar um conjunto de conceitos relacionados às políticas sociais, não raras vezes, com frágil precisão categorial acerca desses elementos, a exemplo do que menciona Behring (1993 apud BEHRING E BOSCHETTI, 2006 p. 18), acerca da pouca “qualificação de termos como cidadania”. A apreensão do seu significado não só semântico, mas, sobretudo, sócio-histórico pode conferir uma leitura peculiar à quais possibilidades estratégicas são possíveis de serem mobilizadas em torno da luta por direitos. Essa leitura exige, a nosso juízo, a necessidade de um rigor teórico-metodológico que apreenda qual o ponto de contato que junte “questão social”, política social e cidadania.

A nosso juízo, não se tratam de expressões sociais transistóricas, mas com natureza e particularidades próprias do Modo de Produção Capitalista (MPC), exigindo do sujeito cognoscente a apreensão radical dos fundamentos que as jungem, articulam e, nessa medida, as articula em uma unidade indissolúvel. Como tentaremos demonstrar, a natureza da política social é impensável sem apreensão dos elementos

que constituem a natureza do próprio desenvolvimento capitalista, e cuja leitura dissociada pode incorrer em problemas de análise e estratégias sócio-políticas.

Aliado a esses fatores, contribui para essa conformação eclética, à qual Behring (1993 apud BEHRING E BOSCHETTI, 2006) faz menção, uma escassa caracterização do Estado. Muitas vezes esse é visto como o meio pelo qual se pode buscar a constituição de políticas sociais de caráter universal, de onde, *pari passu*, poder-se-ia erradicar o conjunto de desigualdades sociais que denotam a exploração capitalista. Em face dessas constatações, autora aponta para os seguintes encaminhamentos:

[...] a necessidade de qualificar a ideia de cidadania e o caráter tático importante de sua defesa, num país como o Brasil, dentro de uma agenda de radicalização da democracia, aqui entendida segundo o princípio ético apontado no nosso Código de Ética do Assistente Social (1993); a necessidade de maior precisão do conceito de Estado no capitalismo; a explicitação das potencialidades da tradição marxista para a abordagem da política social, de modo a contribuir para enfrentar os limites apontados (BEHRING 1993 apud BOSCHETTI E BEHRING, 2006, p.19, grifos nossos).

Desse modo, é a partir das preocupações levantadas pela autora e, buscando perquirir os elementos que contornam as políticas sociais, que, por sua vez, respaldam os determinantes da cidadania, que explicitamos o que entendemos se constituírem as políticas sociais, bem como as suas funções operadas no modo de produção capitalista. A análise das políticas sociais requer entendê-las como “desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo” (BOSCHETTI E BEHRING, 2006, p.51). E, como vimos no item anterior, o fundamento dessas expressões só pode ser apreendido se situarmos as condições em que se gesta um conjunto de relações de exploração do capital sobre o trabalho.

Um ponto de partida para a análise das políticas sociais refere-se à abordagem acerca dos seus determinantes e, portanto, a apreensão do que as constitui. Trata-se de problematizar *o que são as políticas sociais*.

De início, convém rejeitarmos dois equívocos nessa abordagem: a *unilateralidade* e a *perspectiva pluralista*. A primeira, a *unilateralidade da análise*, como nos indicam Behring e Boschetti (2006), tende a situar a emergência das políticas sociais, ou unilateralmente como iniciativas exclusivas do Estado, para responder às demandas da sociedade e garantir hegemonia, ou, em outro extremo, a partir da sua existência exclusivamente como decorrência da luta e pressão da classe trabalhadora.

De acordo com Pastorini (2007) a apreensão da política social como exclusiva e voluntária ação do Estado, via políticas sociais, tende a incorrer em uma análise que considera exclusivamente a regulação e o controle de uma classe (ou fração de classe) sobre as outras. Desse modo, descuida-se do papel por elas – as políticas sociais – desempenhado dentro dos processos econômicos na produção e na distribuição dos bens sociais e a importância social que elas carregam.

Por outro lado, as análises de *caráter pluralista* “[...] limitam-se a discutir a eficiência e eficácia das políticas sociais na ‘resolução de problemas sociais’” (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p.36). Seu limite consiste em não relacionar os determinantes que forjam a sociabilidade capitalista e a necessidade de existência das políticas sociais. Parece que uma pode ser apreendida sem a outra, o que nos permite, por exemplo, um alto investimento em massa crítica e mobilização social destinadas a incidir, no limite, sobre os melhores padrões de gestão das políticas sociais, crendo, por essa via, dar conta do “problema”. Tal abordagem, como nos lembram Behring e Boschetti (2006, p.37), “[...] não consegue ir além da demonstração da conquista dos direitos na sociedade burguesa, sob a égide da expansão políticas sociais”. Trata-se, a nosso juízo, de uma abordagem que se limita a um *viés distributivista*, de *caráter gerencialista* na análise e, conseqüentemente, na gestão das políticas sociais.

É mister apontar que o problema dessas abordagens não se encontra em um mero falseamento da realidade social, mas sim no limite com o qual elas se deparam, fato que as tornam, repetimos, *insuficientes e unilaterais*. Como apontam Behring e Boschetti (2006, p.39) “[...] as políticas sociais não podem ser analisadas somente a partir de sua

expressão imediata como fato social isolado. Ao contrário, devem ser situadas como expressão contraditória da realidade, que é a unidade dialética do fenômeno e da essência”. Não se trata, nesse sentido, de nos limitarmos à dimensão epidérmica do fenômeno, mas de dissecá-lo, fazendo-se explicitar o conjunto dos componentes que permite tornar esse fenômeno inteligível. Apanhar essa *unidade dialética* se constitui como tarefa fundamental àqueles que pretendem apreender o plexo de questões que articulam a política social aos limites estruturais da forma social que lhe dá substância genética: a forma mercantil-capitalista.

Convém salientar que a apreensão dessa unidade nos obriga a situar a análise das políticas sociais em uma perspectiva de totalidade. Isso nos impele a entender que a realização dos interesses mobilizados em torno da operacionalidade das políticas sociais não depende só da estratégia dos atores (*concepção voluntarista*), nem das exigências implacáveis da produção (*concepção determinista*), nem de causas/efeitos imediatos (*concepção mecanicista*), mas de modificações estruturais complexas e dialéticas (FALEIROS, 1980, p.82). Tais modificações só podem ser apreendidas se analisadas do ponto de vista da totalidade. Como nos aponta Faleiros⁵ (2006), é necessário entender que as políticas sociais articulam processos econômicos e políticos, que por sua vez guardam uma intrínseca relação. É nesse sentido, que ao recorremos a uma análise dialética das políticas sociais, nos é permitido apreendê-la em movimento, considerando não só a sua gênese, mas os processos – políticos, econômicos e sociais – que condicionam as particularidades históricas que elas assumem. Conforme indicam Behring e Boschetti:

[...] o estudo das políticas sociais deve considerar sua múltipla causalidade, as conexões internas, as relações entre suas diversas manifestações e dimensões. Do ponto de vista histórico, é preciso relacionar o surgimento da política social às expressões da questão social. Do ponto de vista econômico, faz-se necessário estabelecer relações da

5 Convém registrar o mérito do autor em ser um dos primeiros a tematizar, no âmbito do Serviço Social, o caráter dialético que contorna o processo de emergência das políticas sociais.

política social com as questões estruturais da economia e seus efeitos para as condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora. Do ponto de vista político, preocupa-se em reconhecer e identificar as posições tomadas pelas forças políticas em confronto desde o papel do Estado até a atuação de grupos que constituem as classes sociais e cuja ação é determinada pelos interesses da classe em que se situam. (BOSCHETTI; BEHRING, 2006, p.39)

É essa, portanto, a perspectiva de análise das políticas sociais que subsidia o presente texto, no intuito de evitar dualismos e relacionar o seu desenvolvimento aos processos que conformam a totalidade da sociabilidade capitalista em suas dimensões de produção e reprodução da vida social. Assim, a análise da política social implica, metodologicamente, a consideração o desenvolvimento do capital e, ao mesmo tempo, a movimentação dos sujeitos que se articulam nesse processo, que se organizam em movimentos sociais, tencionam uma correlação de forças, e interpela a ação do Estado.

Para constituírem-se como uma forma pela qual se intervém diretamente nas expressões da “questão social”, as políticas sociais materializam-se cumprindo algumas funções. Dentre estas, Pastorini (2007) destaca duas dimensões: *econômica* e *política*. No que se refere à sua *função econômica*, a autora considera que “as políticas sociais do Estado capitalista contribuem para *reverter o subconsumo*, para o *barateamento da força de trabalho* e, conseqüentemente, para a *acumulação ampliada do capital*” (PASTORINI, 2007, p.87, grifos nossos). E no que tange à *função política* o ponto de partida da autora é a apreensão do Estado e as políticas sociais como expressões da correlação de forças e das lutas presentes na sociedade civil. Daí, é importante sinalizar que as políticas sociais não se constituem como conquistas absolutas dos setores subalternos, mas resultantes produzidas entre as reivindicações e pressões populares e as concessões dos grupos majoritários no poder com o objetivo de obter legitimidade e controle social (PASTORINI, 2007).

Nessa mesma direção apontada por Pastorini, e acrescentando outros elementos, Faleiros (1980) nos indica que as políticas sociais

tendem a cumprir as seguintes funções no capitalismo: **a)** *contra-tendência à baixa tendencial da taxa de lucro*; **b)** *valorização e validação da força de trabalho*; **c)** *reprodução dinâmica das desigualdades*; e **d)** *manutenção da ordem social*. Em relação ao que entende se constituir como a função de agir enquanto *contra-tendência à baixa tendencial da taxa de lucro*, o autor considera, inicialmente, que o Estado capitalista não realiza a política dos capitalistas individualmente tomados. Desse modo, a atuação do Estado no âmbito das políticas sociais se dá na garantia dos “interesses gerais do capital”, como uma instituição especial, independente dos capitais individuais. O fato de o Estado não se constituir como o representante direto dos interesses de capitalistas em particular, o coloca numa situação contraditória, segundo o autor. Dessa forma, “vê-se obrigado a realizar compromissos entre as distintas frações da burguesia (por exemplo, entre o capital financeiro e o industrial), entre as exigências do capital como um todo e as pressões dos trabalhadores e de outras forças sociais” (FALEIROS, 1980, p.64).

Para Faleiros (2006) o Estado capitalista é uma *garantia de manutenção das condições gerais de reprodução do capital e da produção, isto é, da acumulação capitalista*. Ao cumprir essa função, ele assume os investimentos não rentáveis para o capital, disponibilizando recursos públicos, infraestrutura necessária, facilidades jurídicas e, sobretudo, gere a moeda e o crédito em favor da acumulação de capital (Ibidem, p.65, grifos nossos). Esse papel desempenhado pelo Estado é fundamental como mecanismo de realizar uma das contra-tendências em relação à baixa tendencial da taxa de lucro.

Outra função exercida na viabilização das políticas sociais, segundo Faleiros (1980), refere-se à *valorização e validação da força de trabalho*. Para o autor [...] as políticas sociais constituem mecanismos de reprodução da força de trabalho (FALEIROS, 2006, p33), enquanto tal elas contribuem para reiterar as relações de exploração, que nada mais são que o fundamento da sociedade capitalista. Destarte, as políticas sociais não só serviriam à valorização do capital, mas interferem diretamente na valorização e na validação da força de trabalho, como *mercadoria especial*, produtora de mais valia e como *sujeito de direitos* no pacto da cidadania democrática (FALEIROS, 1980, p.70, grifos nossos).

Lembremos que estamos tratando aqui de um dos componentes fundamentais na constituição da forma-capital, qual seja, a força de trabalho enquanto capital variável. Desse modo, a valorização e validação da força de trabalho contribuem para o aumento do capital social total. A “boa dialética” requer a apreensão desse movimento rejeitando uma análise monolítica, mas considerando que se por um lado, as políticas sociais visam cumprir tal função, por outro, é resultante de lutas significativas por parte do conjunto dos trabalhadores.

De acordo com Faleiros (1980) as lutas articulam forças do plano político mais geral e vão traduzindo reivindicações e necessidades em direitos num *pacto* que, ao mesmo tempo, incorpora contraditoriamente interesses dos trabalhadores e interesses do capital *num equilíbrio instável* de compromissos na conjuntura de forças em presença, onde as forças articuladas pelos interesses capitalistas têm exercido sua hegemonia (FALEIROS, 1980, p.70). Ao resgatarmos a noção de “pacto” trazida pelo autor, estamos situando o termo no preciso terreno da luta de classes. Assim, quando nos referimos a um “pacto” estamos denotando um mínimo de consenso possível dentro dos limites de desenvolvimento do capital, e no âmbito do que o próprio autor, resgatando uma expressão do léxico gramsciano, sinaliza como “equilíbrio instável”, isso porque apesar dos acordos momentâneos não há como se suprimir as tensões que se desenvolvem nessa relação. Não há a possibilidade de um pacto de interesses comuns, dado o antagonismo entre capital e trabalho.

Também é possível destacar como uma das funções exercidas pelas políticas sociais a *reprodução dinâmica das desigualdades*. A reprodução da força de trabalho reproduz também a situação de classe e as desigualdades sociais inerentes ao sistema capitalista, na dinâmica das lutas e forças sociais. Quando tratamos, na primeira parte desse texto, dos fundamentos da “questão social” evidenciamos o caráter imanente da reprodução das desigualdades sociais no processo de exploração capitalista. Não se trata de um ponto fora da curva, mas é uma característica imanente a essa forma social. Desse modo, as políticas sociais, como forma de intervenção nessas expressões, contribuem, em

alguma medida, não só para a manutenção, mas, sobretudo, para a contínua reprodução dessas desigualdades. Diríamos, inclusive, que numa dinâmica cíclica as políticas sociais se estruturam a partir dessas desigualdades.

Por fim, Faleiros (1980) aponta outra função exercida pelas políticas sociais referente à *manutenção da ordem social*. Para o autor, a política social é eminentemente *política*. Essa função tem no Estado o seu principal agente articulando recursos de modo a garantir hegemonia e direção no conjunto da sociedade civil, com vistas à garantia de *aceitação e legitimidade*. Nesse sentido, não se trata de uma tarefa desempenhada por um capitalista em particular, ainda que este contribua para a sua viabilização, mas sim de uma rede emaranhada onde se articulam diferentes – e antagônicos – interesses em disputa. A investida do Estado nesse campo visa construir espaços de controle e de institucionalização dos conflitos pelo esvaziamento, desmobilização das forças dominadas.

Também é por meio das políticas sociais que se busca *garantir a integração dos cidadãos à ordem social*, estruturando uma rede de *pertencimento, adesão e lealdades* necessárias para a preservação da estabilidade sociopolítica. Sob o manto de um pretenso bem comum, as políticas sociais tendem a se constituir como um meio pelo qual se objetiva reduzir, atenuar as disputas, operando como um, nas palavras de Pastorini (2007).

Por outro lado, elas são espaços onde esses conflitos se explicitam. Ao serem encaminhadas pela via do Estado, este incorpora, no plano político, o atendimento de um mínimo de condições de reprodução do conjunto da força de trabalho e de institucionalização dos conflitos sociais. Esse mínimo não afeta as relações de exploração e ainda oferece as mesmas condições para todas as empresas contribuindo para a pacificação das relações entre as classes (FALEIROS, 2006). A relação de exploração entre capital e trabalho se rearticula politicamente nas relações entre Estado e sociedade, pois nas lutas específicas de política social os interesses das diferentes frações do capital e dos vários segmentos de trabalhadores se diversificam. As convergências se produzem de forma diferente em cada conjuntura. Desse modo,

Apesar de contribuírem diretamente na produção social, não podemos esquecer que no campo da reprodução, as políticas sociais "retiram" do âmbito da fábrica certos conflitos relativos às condições de trabalho. Os confrontos são encaminhados e tratados por órgãos governamentais específicos que despolitizam os problemas cotidianos dos trabalhadores, através de estudos e intervenções técnicas e procedimentos burocráticos e jurídicos. Pelos estudos e intervenções técnicas, as questões relativas às relações sociais da produção capitalista são entregues ao saber de especialistas que dividem, examinam e esmiúçam os problemas dos trabalhadores (FALEIROS, 2006, p.44).

Nesse processo acima descrito, as políticas sociais contribuem para deslizar do plano estritamente econômico o sentido da luta dos trabalhadores, aprisionando-a no plano político-institucional. Todavia, posto que se trata de um fenômeno que se espraia pela totalidade da sociabilidade capitalista, e considerando que a crise atual coloca em xeque todos os poros dessa forma sociometabólica, não há um espaço em que não se verifica a resistência por parte dos trabalhadores. Ainda que aparentemente constrangida na esfera da política, as lutas empreendidas no enfrentamento da "questão social", que tem na demanda por políticas sociais um espaço privilegiado, colocam na ordem do dia os limites que estruturam esse sistema, reatualizando, portanto, a necessidade de sua superação.

À guisa de apreciações finais

Como intentamos demonstrar no presente texto a base material que articula numa unidade "questão social" e política social está hipotecada às formas de exploração do capital sobre o trabalho. Na nossa óptica o primeiro a demonstrar com radicalidade o conjunto de fenômenos que demarca esse processo foi Marx, a partir da crítica presente em *O Capital*. Lá podemos encontrar os determinantes que forjam a chamada *lei geral de acumulação capitalista* e as primeiras formas de intervenção em suas expressões. Uma leitura dissociada dessa articulação pode, a nosso juízo, incorrer em construções de estratégias polí-

tico-sociais problemáticas, como, por exemplo, acreditar numa pretensão “humanização do capital”, via fortalecimento das políticas sociais.

Envolvendo um emaranhado de determinantes que se articulam em dimensões econômicas e políticas, a relação entre “questão social” e políticas sociais também traz à tona espaços de resistência por parte dos segmentos representativos do trabalho, o que não só explicita o caráter predatório do modo de produção capitalista como também coloca e reatualiza a dinâmica da luta de classes, imanente à dinâmica contraditória e antagônica dessa forma societal.

Esperamos ter demonstrado que não há possibilidade de superação do estado de coisas que conformam o capitalismo por meio da melhoria sistemática das políticas sociais, em que pese o seu significado histórico enquanto espaço de resistência da classe trabalhadora, sobretudo no contexto de uma brutal regressão de direitos. Trata-se, todavia, de um limite objetivo. Se quisermos, para retomar a epígrafe que abre o presente texto, assumir a *coragem* de empreender esforços necessários na superação desse estado de coisas, é fundamental a manutenção de um horizonte sem o qual tal superação torna-se inviável: a dissolução das bases do modo de produção capitalista e a constituição de uma ordem societal baseada na organização de produtores livres e associados, em outras palavras, *a instauração de uma sociabilidade comunista*.

Referências

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. C. **Políticas Sociais**: Fundamentos e História. São Paulo: Cortez, 2006.

FALEIROS, V. P. **A política social do Estado capitalista**: as funções da previdência e da assistência sociais. São Paulo: Cortez, 1980.

_____. **O que é política social**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 1, 2007.

HOBBSBAWN, E. J. **A era das revoluções**: 1789-1848. 19.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. In: **Revista Temporalis** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. v. 2. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, J.P. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Revista Temporalis** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

PACHUKANIS, E. B. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

PASTORINI, A. As políticas sociais e o Serviço Social: Instrumento de reversão ou manutenção das desigualdades? In: MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007;

PIMENTEL, E. **Uma “Nova questão social”?** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. Maceió: EDUFAL, 2007.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.



JUVENTUDES E CONDIÇÃO JUVENIL EM DISCUSSÃO: fundamentos conceituais, condições de existência e políticas públicas para as juventudes¹

ANA PAULA LEITE NASCIMENTO

MARIA HELENA SANTANA CRUZ

Introdução

O artigo se propôs a realizar uma discussão sobre juventudes e condição juvenil, trazendo para a arena do debate os fundamentos conceituais, as culturas e marcadores identitários juvenis, as condições de existência das juventudes, e, ainda as políticas públicas para as juventudes. Nesse sentido, faremos uma abordagem cujo intento será desmistificar a categoria juventudes, registrando estudos sobre os/as jovens e conceitos de juventudes. Traremos ponderações a respeito das culturas juvenis, dos marcadores identitários das juventudes e dos aspectos da condição juvenil, ou seja, das condições de existência que atravessam o cotidiano das juventudes. Elucidaremos acerca das políticas públicas para as juventudes e sua interface com os conceitos de juventudes.

No que se refere aos aspectos metodológicos desse estudo, demarcamos que se caracterizou como uma pesquisa qualitativa. Realizamos levantamento bibliográfico com base nas categorias teóricas e analíticas tratadas nessa pesquisa, com o fito de subsidiar a discussão que nos propomos neste trabalho e as análises e problematizações que fizemos.

1 Elaborado a partir de resultado de pesquisa qualitativa no doutorado em Educação, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, como parte da fundamentação teórica da tese em andamento, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Helena Santana Cruz.

Efetivamos a análise e a interpretação dos dados qualitativos à luz do referencial teórico-metodológico que transversalizou a discussão. Referenciamos a pesquisa a partir dos fundamentos do materialismo histórico dialético, como método que consubstanciou o conjunto de análises e discussões que sistematizamos no estudo.

Desmistificando a categoria juventudes: estudos sobre os/as jovens e conceitos de juventudes

A categoria juventudes que aparece como uma categoria central em nosso estudo é conceituada a partir de referenciais distintos considerados para delimitar as juventudes. É a partir de 1920 que se registra o interesse pela investigação sistemática sobre jovens, notadamente nas áreas da Sociologia e Psicologia Social (CATANI; GILIOLI, 2008). Na América Latina, os estudos sobre juventudes apresentaram tradicionalmente como foco considerações demográficas, biológicas e psicológicas. Estudos relacionados aos enfoques sociológicos e políticos, e, às perspectivas culturais e antropológicas também foram sendo priorizados (UNESCO, 2004). Aqui destacaremos algumas das premissas teóricas que nortearam as investigações sobre as juventudes.

Nos anos de 1920 a Escola de Chicago, liderada por Robert Ezra Park (1864-1944), fundamenta posições com uma linha teórica que tem a juventude como um problema social, devendo ser objeto de contenção ou repressão pelo Estado ou por setores organizados da sociedade civil. Como temas prioritários dos seus pesquisadores estavam: gangues juvenis, delinquentes, marginais, códigos das ruas e outros. A delinquência juvenil concebida como defeito no processo de socialização ganha o centro das discussões, sendo corrigida por medidas correcionais. Estudos que comparavam os jovens ditos normais com outros de comportamento condenável tinham como parâmetros as “tábuas de predição da delinquência juvenil” estabelecidas à época. Os temas sobre boemia, radicalismo político dos jovens, drogas, vestuário e preferências musicais surgiram nas décadas de 1950-1960, resultando numa aproximação de outras tendências e escolas que datam de 1960 (CATANI; GILIOLI, 2008; JOUBREL, 1963).

Na década de 1940 aparece predominantemente a ideia de uma unidade cultural da juventude no mundo. Nessa tendência a juventude é considerada no singular e implica no universalismo, que encobre diferenças significativas entre os jovens. A existência de uma subcultura juvenil genérica, como um todo homogêneo, com hábitos e modos de vida diferentes dos adultos foi defendida pelo sociólogo Talcott Parsons (1902-1979), que manteve a compreensão da delinquência e ativismo político como “desvios” de um padrão de comportamento classificado como “normal”. A juventude era vista como um “problema” (CATANI; GILIOLI, 2008; DAYRELL, 2001).

A Escola de Birmingham nos marcos da década de 1960 contribui para consolidar o entendimento da juventude composta de um sem-número de pequenos grupos sociais com culturas específicas, trabalhando com o conceito de subculturas juvenis com ênfase na diversidade de condições juvenis existentes. Isso culminou no abandono da ideia de uma cultura juvenil homogênea. As subculturas foram tratadas de forma trivializada, naturalizada, domesticada, em que o outro é reduzido ao comum sem merecer atenção especial; ou de forma exótica com o outro sendo folclorizado negativamente. Não obstante os problemas conceituais dessa Escola a noção de subculturas juvenis merece atenção por sugerir um potencial de subversão do sistema nas expressões juvenis que foram foco dos seus estudos (CATANI; GILIOLI, 2008).

Os jovens como temática também estão nos estudos mais recentes que se referenciam em múltiplos olhares sobre a juventude. É a partir da década de 1980 que os estudos relacionados à juventude se convertem em estudos culturais, com análise da significativa influência das culturas juvenis sobre as indústrias culturais, a moda, a comunicação e os cenários da vida cotidiana das cidades. Data da década de 1980 a ocorrência em vários estudos de um movimento de regressão a perspectivas que tinham o jovem como “problema”. A caracterização da juventude como fase de menores responsabilidades associando a condição juvenil ligada ao lazer emerge como outra linha de pesquisa com força a partir da década de 1980 (CATANI; GILIOLI, 2008).

Registrou-se na década de 1990 um movimento de ênfase à juventude como capital humano a ser aproveitado economicamente que

perdura até os dias atuais. O jovem permanece sendo encarado como “problema” social, o elemento diferencial é que a “solução” não consistiria mais nos antigos métodos de repressão dos comportamentos e da rebeldia, ganhavam destaque as políticas públicas como tentativa de integrar os jovens excluídos no mercado de trabalho (CATANI; GILIOLI, 2008).

Com uma perspectiva mais radical estão os estudos norteados pela interpretação de que se vive num sistema baseado no “etarismo” (“idade” + “ismo”) representada por Martín Sagrera, o qual denota que como há o racismo, o machismo, discriminações de classe, dentre outras, a sociedade da atualidade organiza-se de acordo com um sistema “etarista”, refletindo discriminação aos jovens, crianças e velhos. Nessa tendência cada uma das etapas (infância, juventude, maturidade e velhice) deveria adequar-se a um conjunto de normas socialmente definidas, que agregadas a um imaginário social ditam desde o que pode ou não pode fazer em cada idade até o que vestir ou como falar. Desta feita, não seguir tais normas implica “cair no ridículo”, estabelecendo-se, assim, como uma forma de coagir os “desviantes” dessas normas. É nessa perspectiva que ser jovem ou comportar-se como jovem tem significados negativos, dos quais podemos destacar: ter menos credibilidade, ser considerado menos capaz, menos experiente, precipitado e instável, aspectos que ganharam força naquela conjuntura e que ainda encontram destaque na atualidade (CATANI; GILIOLI, 2008; DAYRELL, 2004).

Em se tratando dos estudos e interpretações a respeito da juventude brasileira, é a partir dos anos 1950 que a juventude adquire força como segmento social, resultado que decorre da expansão industrial e urbana posterior à Segunda Guerra Mundial. Deste cenário até os anos de 1970 foi atribuído ao jovem estudante foco de interesse nas pesquisas, considerado, inclusive, parte fundamental do processo de modernização da sociedade acompanhando o fenômeno que se dava na América Latina. De um lado o alongamento da escolarização abria perspectiva de ascensão social e ampliação/consolidação para a emergência de uma classe média; de outro lado, o jovem estudante era visto como importante ator político no processo de mudança social e demo-

cratização (CATANI; GILIOLI, 2008).

As análises da condição juvenil no Brasil apresentaram a partir dos anos de 1980 relativa sintonia com as tendências registradas aqui. Como reflexo, os estudos dos grupos juvenis marginalizados foram impulsionados e igualmente se tinha a preocupação em constituir políticas públicas que estivessem voltadas aos problemas enfrentados pela juventude, episódio que particularmente incide nos anos de 1990. Também foram colocadas na ordem do dia questões do consumo e do lazer que até então recebiam pouca atenção nas pesquisas brasileiras até os anos de 1970, tendo como força motriz a expansão dos meios de comunicação (CATANI; GILIOLI, 2008).

Convém destacar alguns dos aspectos que vem sendo parâmetros de definições para a juventude, a exemplo daqueles relacionados à faixa etária, o par maturidade/imaturidade, critérios socioeconômicos e estado de espírito, estilo de vida ou setor da cultura. Com referência no ponto de vista demográfico observamos que

os jovens são, principalmente, um grupo populacional que corresponde a uma determinada faixa etária que varia segundo contextos particulares, mas que, geralmente, está localizada entre os 15 e os 24 anos de idade. [Em] áreas rurais ou de pobreza extrema, o limite se desloca para baixo e inclui o grupo de 10 a 14 anos; em estratos sociais médios e altos urbanizados se amplia para cima para incluir o grupo de 25 a 29 anos (UNESCO, 2004, p.25)

Identificamos também em Catani e Gilioli (2008, p.13) considerações a respeito da faixa etária como ponto de referência para definir a juventude:

[...] com limites variando de 10 a 35 anos conforme o propósito de classificação. Em outros limites, há os que estabelecem os 10 anos para identificar, por exemplo, a condição de jovens pobres que têm poucas oportunidades de viver a infância e a adolescência, logo se inserindo no mundo do trabalho. Há o marco dos 14 anos em países como o Brasil, que representa a idade mínima legal para

trabalho. No outro extremo, chega-se àqueles jovens de classes sociais mais favorecidas, que podem estender sua juventude ao morar com os pais até uma idade mais avançada, demorando a ingressar no que se convencionou chamar de vida adulta. As caracterizações da juventude por faixa etária são bastante utilizadas em estatísticas, na elaboração de políticas públicas e para determinar, por exemplo, as idades permitidas para o trabalho, a censura na mídia e as responsabilidades civil, penal e eleitoral.

Sob a égide dos enfoques biológicos e psicológicos destaca-se a definição de juventude como “o período que vai desde o momento em que se atinge a maturidade fisiológica até a maturidade social” (UNESCO, 2004, p.25). Essa concepção é sustentada pela determinação da maturidade/imaturidade dos indivíduos a partir do uso de variáveis biológicas e psicológicas. Cabe pontuar que

para alguns segmentos da psicologia e da biologia, o sujeito jovem é pensado como um indivíduo que, biológica, mental e socialmente *progride* da fase infantil para a fase adulta, consistindo a juventude em uma fase intermediária. Ou seja, é o período que marca a passagem da infância para a vida adulta, em uma visão notadamente evolucionista do indivíduo (ANDRADE, 2013, p.1, grifo original).

Também a juventude é definida com base em aspectos socioeconômicos e culturais, como verificamos em Catani e Gilioli (2008, p.13-14, grifos originais):

[...] definição de *critérios socioeconômicos* para estabelecer os limites da juventude – renda, escolarização, casamento, paternidade ou maternidade, ambiente rural ou urbano e independência econômica; [...] *estado de espírito, estilo de vida ou setor da cultura* (valorizados positiva ou negativamente), terminologias relacionadas às expressões culturais e aos comportamentos juvenis. Nesse caso, mesmo alguém que não esteja na faixa etária na qual se costuma delimitar a juventude pode conviver, apresentar-se e expressar-se como jovem.

Desta feita, aludimos que a depender do momento histórico e dos enfoques teóricos utilizados a concepção de juventude vai tendo diferentes definições, como sintetiza Costa (2010, p.95):

ao longo da história, a concepção de juventude passou por inúmeros rótulos referentes ao comportamento dos jovens de cada época, ora estava relacionada a uma determinada faixa etária; em outros momentos, associado a problemas sociais (delinquência juvenil); noutras vezes, foram vistos, também, como alienados, passivos e, até mesmo, como uma juventude protagonista das transformações políticas, sociais e culturais em determinada época ou como aqueles que teriam a responsabilidade de transformar a sociedade.

Em estudos realizados por Pais (1990, p.149) verificamos que propõe um olhar sobre a juventude em torno de dois eixos semânticos:

como aparente unidade (quando referida a uma fase de vida) e como diversidade (quando estão em jogo diferentes atributos sociais que fazem distinguir os jovens uns dos outros). De facto, quando falamos de jovens das classes médias ou de jovens operários, de jovens rurais ou urbanos, de jovens estudantes ou trabalhadores, de jovens solteiros ou casados, estamos a falar de juventudes em sentido completamente diferente do da juventude enquanto referida a uma fase de vida. Tentar uma aproximação científico-analítica ao mundo da juventude exige, nesta ordem de ideias, um radical ascetismo de vigilância epistemológica que nos obriga a partir do pressuposto metodológico de que, em certo sentido, a juventude não é, com efeito, socialmente homogênea. Na verdade, a juventude aparece socialmente dividida em função dos seus interesses, das suas origens sociais, das suas perspectivas e aspirações. Dar importância a este pressuposto metodológico parece tanto mais conveniente quanto é certo que, como se tem vindo a insistir, a noção de juventude é uma das que mais se têm prestado a generalizações arbitrárias.

Ressaltamos também o que registram Esteves e Abramovay (2007, p. 21):

a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc.

Frente às premissas teóricas expostas, demarcamos que *referenciamos este estudo no conceito de juventudes como uma categoria socialmente e historicamente construída. Concebemos as juventudes como sujeitos que devem ser considerados a partir das determinações materiais e históricas imanentes aos processos de produção e reprodução da vida social*, pois concordamos com Marx (1977, p.24) ao afirmar que

o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência.

Nesse sentido, apontamos que quando se pensa em realizar estudos sobre juventudes e investigar cotidiano dos/as jovens para então captar as particularidades da condição juvenil e suas diferentes condições de existência, é forçoso ressaltar, em nossa avaliação, que as bases que venham fundamentar esses estudos e pesquisas não se restrinjam à concepção de juventudes relacionada ao aspecto da faixa etária, embora tenhamos muitas das vezes que fazer um recorte das juventudes a depender do contexto em estudo, mas não por um reducionismo ao enfoque demográfico e biológico.

De igual modo avaliamos que não podemos nos deter aos enfoques biológicos e psicológicos para delimitar as juventudes nas pesquisas que objetivam trazer as juventudes para a cena da discussão. Pois partimos do pressuposto que considerar as juventudes pelo par maturidade/imaturidade na perspectiva de estereotipá-las, implica, por sua vez, em desconsiderar as suas diversidades culturais, de identidades, individualidades e subjetividades. Ao contrário da tendência que ho-

mogeneíza a juventude enquadrando-a numa única cultura juvenil, defendemos, portanto, que é imprescindível partirmos da premissa que existem juventudes que vivenciam a condição juvenil de modo distinto de acordo com as determinações do cotidiano em que vivem, ou seja, a condição juvenil está diretamente vinculada às condições de existência às quais as juventudes estão submetidas.

Endossamos, portanto, a assertiva da juventude como “um período da vida impossível de ser contemplado como uniforme, pois ele é constituído por diversas maneiras de ser e viver que variam de acordo com o gênero, a faixa etária, a classe, a raça, dentre outros” [...] (COSTA, 2010, p.95). Deste modo, concordamos que o estudo sobre os/as jovens devem considerar as diferentes possibilidades de expressão desses sujeitos, isto é, a existência de juventudes e suas diferentes condições de existência. Dadas as premissas discutidas, faremos a seguir uma abordagem sobre as diversidades das culturas e marcadores identitários juvenis, e, aspectos que transversalizam o debate acerca da condição juvenil, ou seja, das condições de existência das juventudes.

Culturas juvenis, marcadores identitários das juventudes e aspectos da condição juvenil

O estudo sobre as juventudes implica no debate das culturas juvenis. Assim, é imperativo tratarmos acerca das manifestações culturais das juventudes, enfatizando as múltiplas culturas nas quais as juventudes se constroem e manifestam no movimento de reprodução e produção cultural. Como vimos, não há um consenso entre os teóricos que trazem à baila concepções que versam sobre a temática das juventudes. Nosso estudo, como já dito, parte da premissa de que não há uma juventude e uma cultura juvenil, localiza-se então no campo dos estudos que considera a existência de juventudes e de culturas juvenis na dinâmica da sociedade.

Tem-se que as culturas se realizam em processos simultâneos, tanto por meio da produção simbólica objetivada em instituições sociais, valores, normas, crenças, bem como através de processos de subjetivação que conformam singularidades e particularidades de

agentes sociais. É importante assinalar que as diferentes formas de manifestações culturais se dão no movimento da totalidade histórico-social, envolvendo os processos da produção material e ainda o conjunto da elaboração simbólica. Nesse sentido, não se dissocia as práticas econômicas e os meios de sobrevivência dos sujeitos da sua produção simbólica, memória, modos de ver e compreender o mundo. Destaca-se que as diferentes culturas constituem um complexo processo de relações de poder que ocorre entre as diferentes gerações e classes. (GUIMARÃES; DUARTE, 2011).

Nesse bojo, as culturas juvenis são resultado de formas específicas que os grupos juvenis possuem de resistir, de responder aos padrões sociais excludentes (desses mesmos grupos), como mecanismo de expressar suas identidades, de chamar a atenção para seus problemas, suas necessidades. As culturas juvenis também são classificadas como resultado de relações intergeracionais que numa conjuntura de reprodução social dão continuidade às culturas de gerações precedentes. (MARTINS; CARRANO, 2011).

Não obstante as culturas juvenis estejam envoltas num movimento de reprodução de culturas antecedentes, convém demarcar que as culturas estão em processo de disputa firmemente, não devendo, portanto, serem concebidas como mera reprodução do mundo adulto e das instituições tradicionais as culturas produzidas pelas juventudes. Pois mesmo que as culturas juvenis tenham pertencimento à cultura geral da sociedade, dispõem da singularidade de um conjunto de bens materiais e simbólicos, que tem significados específicos de seu tempo e das relações sociais que são estabelecidas no cotidiano. (GUIMARÃES; DUARTE, 2011).

Pais (1990) faz uma discussão das culturas juvenis a partir das correntes geracional e classista da Sociologia da juventude. Na corrente geracional, as culturas juvenis são definidas por sua relativa oposição à cultura dominante das gerações mais velhas. Nesta corrente as culturas juvenis, vistas como subculturas, são entendidas como culturas desviantes em virtude do seu distanciamento da cultura dominante destas gerações mais velhas. Na corrente classista, as culturas juvenis são concebidas como uma forma de resistência à cultura da classe dominante. Ressalta seu entendimento de cultura juvenil, em sentido

lato, como “[...] o sistema de valores socialmente dominantes atribuídos à juventude (tomada como conjunto referido a uma fase da vida), isto é, valores a que aderirão jovens de diferentes meios e condições sociais” (PAIS, 1990, p.163), cujos valores “serão mais ou menos prevalentes e diferentemente vividos segundo os meios e as trajetórias de classe em que os jovens se inscrevem².”

Dayrell (2001) demarca que o mundo cultural ocupa um espaço de centralidade na construção dos modos de vida juvenil. Pondera ainda que a relação entre juventude e cultura é um velho tema que se reatualiza. Como ênfase alerta em seus estudos que não podemos falar de uma cultura juvenil homogênea, trazendo o debate de culturas juvenis sem definir um conceito, mas apontando que “o processo de construção das culturas juvenis tem de ser entendido no contexto da origem social e das condições concretas de vida na qual os jovens estão sendo socializados.” (DAYRELL, 2001, p.20).

As culturas juvenis vão dando tom às identidades das juventudes expressadas e manifestadas na vida cotidiana. Em razão disso concordamos com Pais (1993, p. 56) quando apresenta o conceito de culturas juvenis como

[...] um conjunto de símbolos específicos que simbolizam a pertença a um determinado grupo; uma linguagem com seus específicos usos, particulares rituais e eventos, através dos quais a vida adquire um sentido. Esses “significados compartilhados” fazem parte de um conhecimento comum, ordinário, cotidiano.

Inferimos, portanto, que as culturas juvenis são expressões que ao tempo em que vão ganhando materialidade no cotidiano das juventudes vão ao mesmo tempo possibilitando visibilidade aos diferentes modos de ser jovens, que com os inúmeros estilos de vida revelam as identidades individuais e coletivas que os/as diferenciam e os/as assemelham. Corroboramos então com a assertiva de que

.....
2 Ibid., p. 163.

o mundo da cultura aparece como um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais, no qual os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil. [...] os jovens constituem culturas juvenis que lhes dão uma identidade como jovens. Estas culturas, como expressões simbólicas da sua condição, manifestam-se na diversidade em que esta se constitui, ganhando visibilidade por meio dos mais diferentes estilos, que têm no corpo e seu visual uma das suas marcas distintivas. Jovens ostentam os seus corpos e, neles, as roupas, as tatuagens, os *piercings*, os brincos, dizendo da adesão a um determinado estilo, demarcando identidades individuais e coletivas, além de sinalizar um status social almejado (DAYRELL, 2007, p.1110, grifo original).

As culturas juvenis também ressignificam os espaços dando sentidos e significados a determinados territórios, passando a ser configurados como territórios culturais juvenis, mesmo que por vezes sejam territórios simbólicos temporários. Assim, as juventudes tendem “a transformar os espaços físicos em espaços sociais, pela produção de estruturas particulares de significado” (DAYRELL, 2004, p.13). Logo, “as culturas juvenis, para além de serem socialmente construídas, têm também uma configuração espacial” (PAIS, 1993, p.96).

Um ponto que também merece destaque é a questão da relação das culturas juvenis com o mercado cultural, haja vista que em razão dos estilos culturais adotados pelas juventudes, a temática das juventudes passou a interessar política e economicamente à mídia e ao mercado de consumo, que concebia nos jovens um segmento de negócio como consumidor em potencial de roupas, alimentos, músicas, marcas, imagens e objetos diversos. Nota-se o interesse dos meios de comunicação em transformar os estilos juvenis em moda. No entanto, enquanto os estilos se constituem como uma forma de expressão de autonomia das culturas juvenis, sendo inclusive como um meio de tentar escapar à moda; corresponderia a moda à noção de consumismo estimulada pela indústria cultural (ANDRADE, 2013; CATANI; GILIOLI, 2008).

Os múltiplos estilos culturais adotados pelas juventudes constituem-se como expressões de culturas juvenis. Registramos que determinados estilos são aderidos como mecanismos de reinterpretação e

subversão dos códigos normativos e significados dominantes na sociedade. A esse respeito, temos como destaque alguns estilos adotados por jovens que se organizavam e se organizam em movimentos juvenis, a exemplo dos *hippies*, *punks*, *rappers*, *funkeiros*, que com diversos comportamentos relacionados aos modos de se vestir, falar e do uso de códigos buscam alternativas aos discursos tradicionais presentes na política, na religião e na família, tendo como instrumental as suas manifestações culturais. Quanto aos modos de se vestir, cabe salientar que as roupas possuem um vocabulário, isto é, uma linguagem, que não se restringe às peças de roupas, estende-se aos estilos de cabelos, acessórios, maquiagem e ainda a decoração do corpo (DAYRELL, 2001; CATANI; GILIOLI, 2008; LURIE, 1997).

Vê-se que o estilo

[...] se manifesta muitas vezes na criação de uma linguagem própria ou na apropriação de expressões e gírias utilizadas em outros meios; na utilização de elementos estéticos visíveis (roupas ou cortes de cabelos), como também na participação em atividades ou eventos próprios *[das juventudes]*. Dessa forma, asseguram a demarcação de diferenças com o mundo dos adultos e com outros grupos juvenis. Longe de ser uma combinação arbitrária, as expressões culturais levadas a cabo pelos jovens nos mais diversos estilos assumem um papel na recriação das identidades individuais e coletivas (DAYRELL, 2001, p.26, grifo nosso).

A identidade das juventudes quer sejam individuais ou coletivas é tecida em diferentes estilos que estão associados à condição juvenil, pois se inserem em realidades que não são homogêneas, onde questões de inclusão/exclusão, poder aquisitivo, inserção cultural e social como sujeito de direitos/não direitos, condições de saúde, moradia, trabalho, escolarização, segurança, gênero, raça/cor, que aparecem como marcadores identitários, irão influenciar na construção de identidades plurais (ANDRADE, 2013; MARTINS; CARRANO, 2011). Assim, essas questões, categorias, elementos, condições materiais, e, marcadores identitários que aqui foram visibilizados evidenciam a condição juvenil, isto é, as condições de existência das juventudes.

As juventudes vivenciam no cotidiano a condição juvenil de forma heterogênea, posto que as suas trajetórias e histórias de vida são percorridas diferenciadamente, já que as condições de existência não são acessadas igualmente. Discutir a condição juvenil implica considerar os contextos, ou seja, as determinações e as contradições do real que atravessam dialeticamente o cotidiano das juventudes e as constituem enquanto ser social. Dayrell (2007) assinala que quando se fala em condição juvenil devemos destacar sua dupla dimensão: primeiro a que se refere à forma como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento específico do ciclo da vida, no contexto de uma dimensão histórico-geracional; e, numa segunda dimensão relacionar a condição juvenil à sua situação, ou seja, ao modo como essa condição é vivida, segundo os diversos recortes atinentes às diferenças sociais – classe, gênero, etnia, dentre outras.

Na esteira de Esteves et al (2005, p.32) asseveramos que “não há somente uma juventude, mas juventudes que se constituem em um conjunto social diversificado com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder na nossa sociedade”. O lugar social das juventudes traduz a sua condição juvenil, pois é na cotidianidade da vida permeada por desafios, oportunidades, limites e possibilidades que as juventudes se constroem, se envolvem em processos sociais e materializam as suas objetivações ao exteriorizarem a diversidade de suas culturas, identidades, individualidades e subjetividades. Cabe apontar que

para se entenderem os processos sociais em que os jovens se envolvem, é necessário recorrer à forma como expressam seus comportamentos, gostos, opções de vida, esperanças e desesperanças. As condições econômicas, políticas e sociais determinam características peculiares para se entenderem não só os comportamentos individuais, mas, especialmente, os processos sociais em que os jovens estão envolvidos. A história, a tradição e a cultura contribuem para a expressão de seus valores [...] (MINAYO et al, 1999, p. 12).

A condição juvenil é vivenciada de modo distinto, dada as diferentes condições sociais, econômicas, políticas e culturais que vão ga-

nhando concretude ou não em suas histórias de vida. Ao analisar as juventudes deve-se levar em conta tanto a dimensão simbólica como também os aspectos fáticos, materiais, históricos e políticos nos quais a produção social das juventudes se desenvolve (ABRAMO, 2005a). Salientamos que

as diferentes juventudes não são estados de espírito e sim uma realidade palpável, que tem sexo, idade, raça, fases, configurando uma época cuja duração não é para sempre. Tal realidade depende, fundamentalmente, de suas condições materiais e sociais, de seus contextos, de suas linguagens e de suas formas de expressão (ESTEVEZ et al, 2005, p.33).

Vimos em Heller (2008) que o homem nasce já inserido em sua cotidianidade e que a vida cotidiana tem sempre uma hierarquia determinada pela época - pela produção, pela sociedade, pelo posto do indivíduo na sociedade. Logo, são sob estas condições objetivas e subjetivas – as chamadas determinações históricas e sociais como base da vida material – que as juventudes vivenciam a sua condição juvenil na vida social. Considerando esses pressupostos, concordamos com Costa (2012, p.63) ao afirmar que “a história pessoal de todo homem é uma sucessão de acontecimentos [...] entre as possibilidades que estão dadas na vida social”.

É imprescindível assinalar que as condições materiais e sociais exercem determinações nos modos de se constituir como juventudes, por conseguinte, nas formas de vivenciar a condição juvenil, ou seja, os complexos da sociabilidade vão exercendo um peso decisivo sobre a totalidade da vida social. Portanto, essas determinações se relacionam com o construto da condição juvenil. Por isso avaliamos ser importante trazermos considerações a respeito das políticas públicas para as juventudes, haja vista que a necessidade do acesso, o acesso ou não acesso a essas políticas traduzem a condição juvenil e dizem muito sobre os modos de existência das juventudes. Também faremos a discussão das políticas públicas em virtude das similitudes que existem nos fundamentos conceituais sobre juventudes e nos aportes

que fundamentam a elaboração e a execução das políticas públicas para as juventudes como veremos adiante.

Políticas públicas para as juventudes e sua interface com os conceitos de juventudes

O debate sobre juventudes nos leva a necessidade de trazermos à tona uma discussão sobre as políticas públicas para as juventudes, dada às determinações e contradições da realidade que atravessam o cotidiano das juventudes, que, na contemporaneidade, os modos de existência e trajetórias das juventudes se dão nos marcos da sociedade capitalista. Nosso intento será demarcar ponderações em interface aos fundamentos dos conceitos de juventudes, além de apontarmos as particularidades das políticas públicas pensadas e direcionadas para as juventudes. Não faremos uma análise das políticas públicas para as juventudes, mas situaremos e traremos brevemente esse debate em razão da vinculação que há entre concepção de juventudes e as diretrizes que norteiam as políticas públicas para as juventudes no cenário mundial e brasileiro.

Tem-se que é em 1965 que se registra o compromisso da Organização das Nações Unidas (ONU) com a juventude, quando há a assinatura da Declaração sobre o Fomento entre a juventude dos ideais de paz, respeito mútuo e compreensão entre os povos por parte dos Estados-membros. Todavia, somente em 1985 foi que o tema alcançou materialidade, ampliando-se a sua visibilidade com a instituição pela ONU do Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz. Passados dez anos da celebração do Ano Internacional da Juventude foi que a ONU em 1995 propôs aos países-membros a adoção de uma estratégia internacional para enfrentar os desafios da atualidade e desafios futuros da juventude. Quanto às políticas públicas implementadas para a juventude pelos países, demarca-se que a avaliação da ONU era de que as iniciativas permaneciam sendo impulsionadas por estereótipos negativos relacionados aos jovens, aparecendo como foco a delinquência, o uso indevido de drogas e a violência. Em razão disso as Nações Unidas recomendavam que os países implementassem

políticas integradas para a juventude de modo a estabelecer vínculos entre as diferentes áreas prioritárias do Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ) a partir de 2000, cuja atenção especial deveria ser destinada aos direitos dos jovens mais vulneráveis (SILVA; ANDRADE, 2009).

A temática das juventudes no contexto internacional foi apresentando avanços no âmbito da ONU e na agenda dos países-membros da Organização Ibero-Americana de Juventude. Não obstante esses avanços os indicadores de acesso dos jovens aos direitos sociais, culturais e econômicos se apresentavam de forma desoladora no que se refere à concretude dos direitos humanos para grande parte da juventude do mundo, conforme constava no Informe sobre a Juventude Mundial de 2005 da ONU. Neste Informe foi enfatizado que embora a juventude estivesse contemplada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, não era explicitamente mencionada nestes documentos, resultando em invisibilidade dos jovens tanto na interpretação quanto na implementação destes tratados. Alertava ainda para o desafio de encontrar formas sustentáveis para consolidar os direitos humanos dos jovens e romper o ciclo intergeracional da pobreza. O caminho indicado pelas Nações Unidas apontava para a necessidade de intervenções públicas nas áreas de educação, saúde e emprego, como desafios a serem enfrentados pelos Estados e pela sociedade em geral (SILVA; ANDRADE, 2009).

No ano de 2006 aconteceu em Havana, Cuba, a XIII Conferência Ibero-Americana de Ministros e Responsáveis de Juventude, em que os participantes ratificaram a Convenção Ibero-Americana de Direitos da Juventude de 2005, quando assumem o compromisso de apoiar a elaboração de um Plano de Cooperação e Integração da Juventude na Ibero-América, objetivando fortalecer a luta contra a pobreza e a exclusão social dos jovens da região. Convém assinalar que na declaração final desta conferência, os representantes dos países participantes reconhecem a juventude como atores de mudança e transformação social e como etapa com essência própria no processo de desenvolvimento pessoal, devendo ser vivida plenamente com o exercício integral de seus

direitos. Em 2009 na XIV Conferência ocorrida em Santiago, Chile, o Brasil ratificou sua intenção de integrar o grupo como membro pleno, posto que participava dos trabalhos da Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ) como observador, desde 1996, quando da sua criação (SILVA; ANDRADE, 2009).

Vê-se que as concepções que caracterizam a juventude como etapa problemática ou como fase preparatória da vida, apesar do tempo remoto que se referem, ainda estão presentes nas temáticas atuais que tratam dos/as jovens. Com a iminência da chamada onda jovem, como resultado do crescimento populacional do grupo jovem, passou-se a relacionar as juventudes positivamente com o desenvolvimento socioeconômico, implicando no surgimento de uma nova perspectiva sobre as juventudes: tornam-se atores/as estratégicos/as do desenvolvimento. Este novo enfoque impulsiona a reatualização da visão preparatória da juventude, determinando de um lado investimentos maiores na área de educação com o objetivo de possibilitar acúmulo de “capital humano” por parte dos jovens; de outro lado demandando a adesão do corte geracional nos diversos campos da atuação pública, a exemplo da saúde e qualificação profissional, e, ainda resultando no incentivo à participação política das juventudes, referenciados, por sua vez, na noção de protagonismo jovem (AQUINO, 2009).

Outra concepção de juventudes que ganha destaque na década de 1990 está relacionada ao entendimento dos jovens como sujeitos de direitos, sendo determinada pela mobilização social e política dos jovens naquela conjuntura. Assim, a definição das juventudes a partir das incompletudes ou desvios dá lugar às especificidades e necessidades dos jovens que começam a ser reconhecidas no espaço público como demandas cidadãs legítimas (ABRAMO, 2005b). Desta feita, a mobilização social e política protagonizada pelas juventudes resultou na demanda

pela formulação de políticas específicas para a juventude, com espaços para participação e influência direta dos jovens. Do diálogo destes grupos com os poderes públicos, os movimentos sociais, os partidos políticos, as organizações não governamentais (ONGs) e outros atores estratégicos, configurou-se uma agenda que busca ir além

das ações tradicionais. Conceitualmente, estas “políticas de juventude” associam os aspectos de proteção social com os de promoção de oportunidades de desenvolvimento: de um lado, visam à garantia de cobertura em relação às várias situações de vulnerabilidade e risco social que se apresentam para os jovens; de outro, buscam oferecer oportunidades de experimentação e inserção social múltiplas, que favoreçam a integração social dos jovens nas várias esferas da vida social (AQUINO, 2009, p.36).

Do ponto de vista de marco legal destacamos que no Brasil é somente a partir de 2004 que se inicia um amplo processo de diálogo no âmbito federal entre governo e movimentos sociais sobre a necessidade de se instaurar uma política nacional voltada para as juventudes. Constituía-se então o desafio de pensar políticas com vistas à garantia de cobertura das diversas situações de vulnerabilidade e risco social vivenciadas pelos jovens e que pudessem oferecer oportunidades de experimentação e inserção social múltiplas, promovendo a integração dos jovens em várias esferas sociais (CASTRO; ABRAMOVAY, 2003; AQUINO, 2009; SPOSITO, 2003; ABRAMO, 2005a). Algumas iniciativas importantes desse período que merecem destaque foram:

i) realização da Conferência Nacional de Juventude pela Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados, que organizou debates – conferências regionais – em todo o país sobre as principais preocupações dos jovens brasileiros e possíveis soluções para seus problemas; ii) criação do Grupo Interministerial ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), que realizou um extenso diagnóstico das condições de vida dos jovens do país e dos programas e das ações do governo federal voltados total ou parcialmente para a população juvenil; iii) realização do Projeto Juventude, do Instituto Cidadania, que também propôs como metodologia debates regionais e temáticos e organizou uma pesquisa nacional para traçar o perfil da juventude; iv) encaminhamento de projeto de lei (PL) propondo a criação do Estatuto de Direitos da Juventude (PL no 4.529/2007); e v) encaminhamento de PL versando sobre o Plano Nacional de Juventude (PL no 4.530/2004), o

qual estabelece os objetivos e as metas a serem alcançadas pelos governos para a melhoria das condições de vida dos jovens brasileiros. (SILVA; ANDRADE, 2009, p.49-50).

Em 2005 foram instituídos pela Lei nº 11.129 a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), com o objetivo de articular os programas federais de juventude existentes em diversos órgãos do governo federal; o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), órgão de articulação entre o governo e a sociedade civil, consultivo e propositivo; e, um programa de emergência, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), que contava com ações de aceleração de escolaridade, qualificação profissional e execução de ações comunitárias direcionada aos jovens e transferia auxílio financeiro da ordem de R\$ 100,00 (cem reais) para os jovens entre 18 e 24 anos que estivessem fora da escola e do mercado de trabalho. Assim, a Secretaria, o Conselho e o Projovem formaram o tripé inicial da Política Nacional de Juventude (AQUINO, 2009; SILVA; ANDRADE, 2009).

No ano de 2007 com a avaliação dos resultados obtidos nas diversas frentes de atuação dessa política, propõe-se a sua reformulação com a finalidade de ampliar a integração entre ações de cunho emergencial com ações vinculadas às áreas de educação, saúde, esporte e cultura, também de aumentar a escala de sua cobertura para o universo de jovens brasileiros socialmente excluídos, desta vez, abarcando os jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, não trabalham e vivem em domicílios com renda *per capita* de até meio salário mínimo. Entretanto essa reformulação não resultou na extinção ou na readequação das ações anteriores, que foram abrigadas sob a rubrica de um único programa que foi o Projovem Integrado, tendo sua gestão compartilhada entre a Secretaria Nacional de Juventude e os ministérios diretamente envolvidos (AQUINO, 2009).

Acerca das referências conceituais que dão sustentação ao escopo das políticas públicas direcionadas para as juventudes, é imprescindível assinalar que Castro e Abramovay (2003, p. 25) alertam que existem alguns vieses em “paradigmas conceituais sobre juventude que devem ser analisados, pois, em grande medida, são decisivos para a ausência

ou ineficácia de políticas públicas para a juventude”. Traremos aqui breves considerações das particularidades de três destes paradigmas.

O primeiro que daremos ênfase constitui em não conceber os jovens como atores com identidade própria: este deslize permeia desde as políticas públicas de caráter mais conservador àquelas que se proclamam inovadoras. Nesse caso, seus formuladores não percebem a juventude como um ator social independente, com vontade, desejos, pensamentos e ações, sujeitos que sabem decodificar seu cotidiano e devolver à sociedade uma reação, o chamado capital cultural, que traduz o que querem os jovens, o que propõem, considerando suas experiências e trajetórias adquiridas na família, escola, lugar onde vive, enfim, toda a sua vida (CASTRO; ABRAMOVAY, 2003).

O segundo viés refere-se ao fato de não considerar a diversidade entre juventudes: a orientação das políticas públicas formuladas considerando-se a juventude um bloco monolítico, homogêneo, sem especificidades, reflete nitidamente a incapacidade de se perceber que a juventude instrumentaliza diferentes linguagens e enfoques ao manifestar seus anseios e insatisfações. Desse modo, faz-se necessário ressaltarmos o imperativo de conceber que as juventudes assumem faces diferentes de acordo com as condições materiais e culturais que as cercam, segundo, portanto, o território em que se encontram (CASTRO; ABRAMOVAY, 2003).

E em terceiro aparece o viés que prioriza pensar a juventude por um dualismo adultocrata e maniqueísta: esta é uma herança do conflito geracional, que marca, por sua vez, a história das juventudes. Tem-se que os jovens sempre foram vistos como capazes de contestar, de transgredir as leis, reverter a ordem; porém, ao atingirem a etapa adulta do desenvolvimento humano considera-se, outro estereótipo, que entrariam em fase de calmaria, enquadrando-se nas “regras do jogo”. Os jovens são vistos como irreverentes, transgressores, o são como peças modernizantes da sociedade; ao mesmo tempo são considerados como “marginais”, ameaça, e, são idealizados como esperança. Essa perspectiva concebe o jovem quase sempre como o futuro, abandonando a concepção do jovem como agente histórico no presente (CASTRO; ABRAMOVAY, 2003).

Em termos de concepção sobre as juventudes, vê-se que exerce influência direta nas orientações das políticas públicas, e, que até mesmo podem coexistir distintas concepções numa mesma política, como apontam Sposito e Carrano (2003, p.18-19):

vive-se a simultaneidade de tempos no debate sobre a juventude, o que faz a convivência, muitas vezes dentro de um mesmo aparelho de Estado, de orientações tais como as dirigidas ao controle social do tempo juvenil, à formação de mão-de-obra e também as que aspiram à realização dos jovens como sujeitos de direitos. No que pese o maior ou o menor predomínio de determinada tendência ao longo da história, algumas formulações em torno dos segmentos juvenis e da juventude têm sido mais fortemente reiteradas nos últimos anos. Os jovens ora são vistos como problemas ou como setores que precisam ser objeto de atenção.

Acompanhando as recomendações dos organismos internacionais acerca das prioridades para o desenvolvimento de ações destinadas as juventudes, especialmente aquelas socialmente e economicamente mais vulneráveis, o Brasil vem incorporando a temática juvenil na sua agenda pública a partir dessas orientações de atenção prioritária a determinadas juventudes. Como desafio posto, identificamos a necessidade de ampliar o escopo da Política Nacional de Juventude de modo a considerar as particularidades da condição juvenil das juventudes brasileiras e a diversidade dessas juventudes, tendo como premissa que as juventudes são sujeitos de direitos, contrariando a tendência que atribui negatividades as juventudes vistas única e exclusivamente como “problema”.

O desafio a que nos referimos requer, sobretudo, o reconhecimento da diversidade das juventudes presentes na sociedade e das distintas condições de vida e condições de existência vivenciadas na realidade cotidiana das juventudes, ou seja, como vivem a condição juvenil, e, que se confirme a legitimidade de suas demandas e necessidades; logo, sua legitimidade enquanto sujeitos sociais que vivem experiências ainda não institucionalizadas pelo Estado. Isso implica não apenas questionar a capacidade do Estado em apreender o novo que se

apresenta, como se tinha previsto o futuro da sociedade salarial; implica, também, em questionar a capacidade de técnicos, políticos e especialistas das diferentes áreas captarem quem são essas juventudes, o que expressam, o que demandam esses novos sujeitos sociais que não encontram mais no Estado e nem na ordem instituída a alteridade que permite e acolhe a construção de sua identidade social, seja com relação a termos políticos, sociais e/ou culturais, bem como as identidades de classe, gênero e sexual (COHN, 2004; FORACCHI, 1972). Nesse sentido, corroboramos com Aquino (2009, p.37, grifo original) quando pondera que

[...] [é] necessário fomentar a incorporação do olhar atento às especificidades dos jovens na formulação e na execução das ações nas várias áreas, de modo que as estruturas de apoio, os serviços e os programas possam lidar com o público jovem de maneira adequada em suas rotinas. De outra parte, cumpre envolver, de maneira cada vez mais próxima, outras instituições e políticas na atuação integrada em torno das questões da juventude, pois sua complexidade extrapola o âmbito meramente setorial e seu enfrentamento requer o respeito à concepção hodierna deste grupo social como *sujeitos de direitos* que se encontram em fase de experimentação de múltiplas possibilidades de inserção na vida social, política, econômica e cultural do país.

Outro elemento relacionado ao desafio colocado às políticas públicas de/para/com as juventudes está no bojo da discussão entre políticas universais e específicas. Temos como suposto que as especificidades das necessidades apresentadas pelas juventudes não podem desarticular-se do princípio da universalidade como horizonte para o acesso aos direitos; devem se referenciar na premissa que as políticas públicas de/para/com as juventudes precisam dialeticamente se relacionar sendo políticas universais e políticas específicas ao mesmo tempo. Logo, endossamos que

quer pela representação quantitativa no cômputo geral da população, quer pelos direitos humanos dos jovens, estes fazem jus tanto a ser considerados em políticas universais

como a ser sujeitos de políticas específicas. Contudo, tal discussão deve ultrapassar a lógica do senso comum pela qual se consideram as políticas públicas como um elenco de programas. Falta aprofundar mais debates sobre perspectivas políticas em relação aos jovens, considerando inclusive sua diversidade e as desigualdades segundo raça, gênero, classe e outras demarcações sociais. (CASTRO, 2004, p.292).

Avaliamos, por fim, que as demandas e as necessidades dos grupos juvenis devem ser reconhecidas como legítimas, e, que as diversidades das juventudes urgem por serem levadas em consideração na formação das políticas públicas e também nas relações estabelecidas com as juventudes por parte das diferentes instituições e daqueles/as que constituem as equipes técnicas destas instituições por lidarem cotidianamente com as juventudes que demandam as ações que desenvolvem.

Notas conclusivas e propositivas

Considerando que os resultados dos estudos que realizamos devem mediar nossas reflexões cotidianas e subsidiar nossos posicionamentos enquanto sujeito social; considerando que os fundamentos teóricos-metodológicos que consubstanciam essa investigação vão não direção de contrariar o suposto da neutralidade científica, é indispensável expor aqui algumas notas conclusivas e propositivas. Nessa direção, destacamos que ter as juventudes como objeto de estudo nos leva ao comprometimento de pensarmos as juventudes *como uma categoria socialmente e historicamente construída*, contribuindo assim para captarmos a totalidade do ser social e o conjunto das determinações e contradições da realidade cotidiana que as juventudes vivenciam.

Defendemos que as pesquisas que colocam as juventudes em foco precisam ser fundamentadas por conceitos que *concebam as juventudes como sujeitos considerados a partir das determinações materiais e históricas imanentes aos processos de produção e reprodução da vida social, ou seja, como ser social que apresenta uma condição juvenil objetivamente e subjetivamente relacionada às determinações e contradições do real que*

atravessam seus cotidianos de vida e de existência. Desta feita, esses estudos necessitam, em nossa avaliação, se aproximar e fundamentar-se em tendências que consideram as juventudes e as multiplicidades da sua condição juvenil, bem como as suas diversidades de objetivação e subjetivação ao expressarem e manifestarem suas diversidades de culturas, individualidades, identidades e subjetividades.

É importante assinalar que as juventudes como sujeitos de direitos demandam do Estado, através das políticas públicas, a garantia de acesso a serviços, projetos, programas e ações para atendimento às necessidades presentes recorrentemente em seus cotidianos, dado ao agravamento das expressões da questão social (como expressões que atravessam a condição juvenil) como reflexo da dinâmica de exploração da classe trabalhadora a que pertence majoritariamente as juventudes que demandam as políticas públicas nos marcos da sociedade capitalista em que vivem. As ações desenvolvidas através das políticas públicas para as juventudes devem lhes assegurar as condições de suas existências erguendo-lhes horizontes e possibilidades de acessarem numa perspectiva de direito as condições de existência, materializadas a partir do acesso a direitos que historicamente foram e ainda são negados ou são viabilizados por políticas públicas implementadas para as juventudes de forma precarizada, minimalista e cruelmente seletiva em que os mais necessitados socioeconomicamente, jovens que estão e vivem em condições mais miseráveis, são os que poderão acessar determinadas políticas, não obstante juventudes com necessidades semelhantes também precisem acessá-las e não acessam. Esses traços que caracterizam as políticas públicas para as juventudes se impõem como traços do quadro geral das políticas sociais que passam por processos cada vez mais intensos de sucateamento e desfinanciamento de suas ações.

Avaliamos que acessar direitos por meio das políticas públicas para as juventudes impõe a essas políticas a necessidade de considerarem, acolherem e legitimarem as necessidades das condições de existência relacionadas à classe, gênero, raça/etnia, geração, e, a outras demandas e direitos que lhes são legítimos. Concordamos com a prerrogativa de que em razão das condições de existência vivenciada pelas juventudes,

as políticas públicas para as juventudes devem ser elaboradas e executadas considerando a necessidade de ao mesmo tempo se constituírem, dialeticamente, como políticas públicas universais e políticas públicas específicas, pois as juventudes são sujeitos de direitos universais e de direitos ligados às especificidades juvenis.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P.P.M. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005a, p. 37-73.

_____. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virgínia. (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005b.

ANDRADE, Sandra dos Santos. **Juventudes contemporâneas e alguns de seus marcadores identitários: histórias narradas**. 36ª Reunião Nacional da ANPED. Goiânia: 2013.

AQUINO, Luseni Maria C. de. Introdução: a juventude como foco das políticas públicas. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009, p.23-39.

CASTRO, Mary Garcia. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acesando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. (Org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p.275-303.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2003.

CATANI, Afrânio Mendes; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. **Culturas juvenis: múltiplos olhares**. São Paulo: UNESP, 2008.

COHN, Amélia. O modelo de proteção social no Brasil: qual o espaço da juventude? In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. (Org.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p.160-179.

COSTA, Mariane Brito da. As diferentes manifestações da juventude na escola: uma visão dos impasses e das perspectivas. **Conjectura**, Caxias do Sul: UCS, v. 15, n. 1, jan./abr. 2010, p.93-105.

COSTA, Gilmaisa Macedo da. **Indivíduo e sociedade**: sobre a teoria de personalidade em Georg Lukács. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

DAYRELL, Juarez. **A música entra em cena**: o rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte. São Paulo: 2001. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001, 412p.

_____. **Juventude, grupos culturais e sociabilidade**. Observatório da juventude, 2004.

_____. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. In: **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, out., n. 100, 2007, p. 1105-1128.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. (Org.) **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2007, p.19-54.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; NUNES, Maria Fernanda Rezende; NETO, Miguel Farah; ABRAMOVAY, Miriam (Org.). **Estar no papel**: cartas dos jovens do ensino médio. Brasília: UNESCO, INEP/MEC, 2005.

FORACCHI, Marialice. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972.

GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin; DUARTE, Aldimar Jacinto. Juventude e educação: novos processos de socialização. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, jan./jun. 2011, p. 143-155.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

JOUBREL, Henri. **Juventude em perigo**. 2. ed., São Paulo: Flamboyant, 1963.

LURIE, Alison. **A linguagem das roupas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MARTINS, Carlos Henrique dos Santos; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. A escola diante das culturas juvenis: reconhecer para dialogar. **Educação**, Santa Maria, v. 36, n. 1, jan./abr. 2011, p. 43-56.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MINAYO, M. Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de; NJAINE, Kathie; DESLANDES, Suely Ferreira; SILVA, Cosme Marcelo Furtado P. da; FRAGA, Paulo Cesar Pontes; GOMES, Romeu; ABRAMOVAY, Miriam; WAISEL-FISZ, Júlio Jacobo; MONTEIRO, Maria da Conceição N. **Fala Galera**: juventude, violência e cidadania. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, v. XXV, n. 105-106, 1990, p. 139-165.

_____. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; ANDRADE, Carla Coelho de. A política nacional de juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009, p.41-69.

SPOSITO, Marília Pontes. **Os jovens no Brasil**: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003. Disponível em: www.acaoeducativa.org. Acesso em: 17 nov. 2016.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. [s.l], n. 24. Set/Out/Nov/Dez, 2003, p.16-39.

UNESCO. **Políticas de/para/com Juventudes**. Brasília: Unesco, 2004.

ESTADO MODERNO EM TEMPOS DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL:

neoliberalismo e reforma/contrarreforma do Estado brasileiro

EVERTON MELO DA SILVA

ADRIANA CARLA DE JESUS PEREIRA; TAIRES VIDAL DE ALMEIDA

Introdução

O debate que permeia o Estado perpassa por várias perspectivas teórico-analíticas que se debruçam em compreendê-lo ora desvinculando-o da economia, ora defendendo-o enquanto um espaço em disputa, que pode ser captado pela classe trabalhadora. As reflexões aqui empreendidas não se vinculam a nenhuma destas perspectivas. Por isso, de início, devemos delimitar que compreendemos a essência do Estado a partir as reflexões de Friedrich Engels (2012), ao demarca-lo a partir do surgimento da sociedade de classes.

Com a invenção da agricultura e a criação de animais, os homens puderam produzir além das necessidades imediatas dos membros dos grupos, e com essa nova capacidade os homens puderam acumular o excedente econômico, o que implicou em uma nova forma de organização da vida coletiva. A apropriação privada do excedente econômico tornou possível a constituição da propriedade privada enquanto relação social, onde os membros produziam toda a riqueza social e alguns indivíduos se apropriavam privadamente da riqueza coletiva. As novas relações sociais que surgiram a partir da propriedade privada foram permeadas por contradições e conflitos de caráter antagônico e irreconciliáveis, ou seja, os interesses da classe que se apropriava do excedente econômico e da classe que produzia tal excedente se contrapõem na produção e reprodução social.

As novas relações sociais antagônicas demandaram a criação de um instrumento para regular os conflitos de classe, que assegurasse os interesses da classe detentora da propriedade privada. O Estado surge para cumprir este objetivo de garantir que a classe economicamente dominante pudesse se tornar a classe politicamente dominante. A essência do Estado constitui-se no poder político da classe economicamente dominante, possuidora da propriedade privada dos meios de produção. Sua função social consiste em possibilitar os meios de domínio de uma classe sobre a outra.

O Estado Moderno na sociedade capitalista constitui-se enquanto parte integrante e essencial do sistema do capital¹, pois, ele “[...] corporifica a necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural e orientado para a expansão e para a extração do trabalho excedente.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 121). Entre Estado moderno e capital há uma relação dialética de “co-determinação” e “co-existência”, a existência de um é indispensável sem a existência do outro.

István Mészáros apresenta, a partir de uma abordagem genético-ontológica (PANIAGO, 2012), uma reflexão fecunda sobre a teoria da incontrolabilidade do capital e seus meandros fundamentais² como a crise estrutural do capital.

A tese de Mészáros é fundamental para entender o sistema do capital e seus elementos indispensáveis: trabalho, capital e Estado, que “[...] são materialmente constituídas e inter-relacionadas” (ANTUNES, 2011, p. 16). Em sua obra fica claro que é impossível ultrapassar o capital sem extinguir o conjunto que constitui esse sistema, isto é, devemos superar esse tripé (capital, trabalho assalariado e Estado), em sua totalidade, não cabendo soluções parciais ou “etapismo”, como defendem os reformistas.

1 O capital é “[...] um modo de controle sociometabólico historicamente específico, cuja estrutura de comando deve ser adequada em todas as esferas e em todos os níveis, por não poder tolerar absolutamente nada acima de si.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 124). Essa estrutura totalizadora subjaz tudo a sua lógica, onde tudo deve se adaptar, principalmente os seres humanos (MÉSZÁROS, 2011).

2 Mészáros (2011) apresenta as seguintes discussões: a distinção entre capital e capitalismo; os imperativos do capital na antiga URSS (sociedade pós-capitalista ou socialismo soviético); a crise estrutural do sistema do capital; e a relação de complementariedade na base material entre Estado e capital.

A função essencial do Estado moderno é complementar à base material da estrutura totalizadora do capital, dito de outro modo, ele emerge como estrutura totalizadora de comando político do capital, complementando, assegurando e protegendo a produção do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2011). O Estado atua na administração das contradições do sistema do capital, fornece condições políticas, auxiliando no processo de reprodução do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2011), como podemos observar no caso brasileiro em tempos de crise estrutural com a entrada do Neoliberalismo e da reforma/contrarreforma do Estado.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é expor alguns elementos teóricos para pensar a particularidade do Estado brasileiro em tempos de crise estrutural do capital, a partir de pensadores da esteira da teoria social de Marx.

Fundamentos socio-históricos da formação do Estado moderno e as políticas compensatórias do Estado keynesiano

No processo de transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista ocorreram transformações econômicas, sociais, culturais e políticas que fomentaram a criação de forças favoráveis ao fim do regime de servidão. Com o declínio do sistema feudal, o capital pôde dispor de mão de obra suficiente para emergir em sua forma primitiva. Pois, os servos provenientes do sistema de produção feudal em declínio precisavam encontrar meios para a sua subsistência (MARX, 1996).

Somente depois de deixar a condição de servo dos senhores feudais, o trabalhador pôde tornar-se proletariado, ocasionando uma mudança substancial que transformou a exploração feudal em exploração capitalista. Com a mão de obra disponível, o capital buscou consumir a sua dominação. Para isso, o capitalismo precisou impor mecanismos que criassem condições favoráveis à sua dominação a todos os setores da vida social.

Desde a sua pré-história, o modo de produção capitalista demanda do Estado meios para propagar a sua dominação. A expulsão dos

camponeses das terras comunais por meio da expropriação da terra possibilitou a revolução nas condições de produção por meio da separação definitiva desses trabalhadores dos meios de produção. Foi com a expropriação das terras que uma grande massa de camponeses foi lançada à pauperização.

Os camponeses que não se adaptaram à nova realidade do trabalho nas cidades tornaram-se vadios, nesse momento, o Estado, cumprindo seu papel histórico de assegurar a ordem, utilizou, em diversos países, de leis sanguinárias e de rebaixamentos de salário que forçaram a população a se submeter aos trabalhos degradantes (MARX, 1996). Os trabalhadores que se negavam ao trabalho estavam sujeitos a punições. Diante disso, o papel do Estado foi retirar do trabalhador qualquer possibilidade de liberdade de subsistência existente no feudalismo, nas palavras de Marx (1996, p.362) “[...] a sórdida ação do soberano e do Estado, que eleva, com o grau de exploração do trabalho, policialmente a acumulação do capital [...]”.

O capitalismo ia tomando forma, mas ainda precisava ter o controle do Estado para alcançar seu funcionamento permanente: “foi assim que se criou o Estado moderno como estrutura de comando político de grande alcance do capital, tonando-se parte da ‘base material’ do sistema tanto quanto as próprias unidades reprodutivas socioeconômicas”. (MÉSZÁROS, 2011, p.119). O Estado responde a uma necessidade da sociedade dividida em classes, especificamente, em sua modalidade moderna sua ação está intrinsecamente vinculada às necessidades do sistema de produção capitalista, baseado na exploração generalizada da força de trabalho assalariada e na propriedade privada capitalista. Conforme Mézáros (2011, p. 125, grifos originais),

o Estado moderno [...] é, ao mesmo tempo, *pré-requisito* necessário da transformação das unidades inicialmente fragmentadas do capital em um sistema viável, e o quadro geral para a completa articulação e manutenção deste último como sistema global. Nesse sentido fundamental, o Estado - em razão de seu papel constitutivo e permanentemente sustentador deve ser entendido como parte integrante da própria base material do capital.

A estrutura do Estado Moderno tem o papel de assegurar e mediar as formas de controle e domínio sobre a classe que possui apenas sua força de trabalho para vender.

No contexto de transformações ocorridas na transição do feudalismo para o capitalismo, era necessária a legitimação ideológica para dar suporte à classe burguesa no âmbito econômico e político.

Com a dinâmica de formação do modo de produção capitalista, a vida dos homens e a estrutura da sociedade sofreram mudanças substanciais na transição do mundo medieval para o mundo moderno. Com a nova configuração da produção, o modo de produção feudal aos poucos se decompôs e a classe burguesa ascende efetivando novas relações em todas as esferas da sociedade. A partir do novo sistema econômico que surgiu, o latifundiário, os sacerdotes, os guerreiros e os trabalhadores nas condições servis, que produzia para as demais classes, deixaram de predominar na estrutura da sociedade e a figura do banqueiro, do mercador e do fabricante se destacam nas relações econômicas (LASKI, 1973).

Frente a essas mudanças, era necessário na nova sociedade que surgia, um homem dinâmico com referências na própria individualidade, assim, a concepção de homem vai tornando-se, aos poucos, o centro das preocupações, e paulatinamente vai desligando-se das questões transcendentais características da idade medieval.

Em função dessas consequências históricas, “[...] novas condições materiais, [...] deram origem a novas relações sociais [...] e desenvolve-se uma nova filosofia para permitir uma justificação racional do novo mundo que assim nascerá” (LASKI, 1973, p. 09). O liberalismo surgiu com a função de justificar as novas relações sociais baseadas na busca pelo interesse individual e na preservação da propriedade privada dos meios de trabalho. Enquanto um corpo de ideias necessárias para ajustar as necessidades da ordem capitalista na sociedade e justificar os novos hábitos postos pelas relações sociais emergentes, essa doutrina funda-se a partir dos princípios individualistas e na liberdade de mercado, disseminando a centralidade da razão.

Diante da necessidade de subordinar toda a sociedade às condições de apropriação da riqueza social, a nascente burguesia capturou o Es-

tado, enquanto complexo social que atendesse essencialmente os interesses da classe economicamente dominante, e este deveria legitimar seu poder político de acordo com os objetivos da nova classe.

A ideia de liberalismo está historicamente associada à posse da propriedade privada dos meios de produção, onde a motivação da atividade humana passou a ser a busca da riqueza pela riqueza, propagando o bem da coletividade, de modo a superar o conceito de riqueza social preconizado na sociedade feudal (LASKI, 1973).

A igreja, enquanto potência de maior influência na idade média e a maior defensora dos costumes feudais, condenava a usura, o que se apresentou como um obstáculo para a classe de comerciantes que desejavam expandir seus negócios (HUBERMAN, 2011). O movimento das relações econômicas e sociais fizeram com que a Igreja cedesse aos interesses da nova classe dominante. O movimento da Reforma Protestante possibilitou que filosofia liberal e o sistema econômico capitalista se desenvolvessem, contestando os pressupostos ideológicos da Igreja católica.

Na nova concepção de mundo inserida pelo liberalismo, o Estado como autossuficiente substituiu as funções da Igreja, passando a ser responsável pelo ordenamento da sociedade e estabelecer mecanismos políticos para assegurar os princípios liberais, assim, a ideologia da Igreja deveria estar em conformidade com os interesses do Estado (LASKI, 1973).

O Estado Moderno consolidou-se a partir das determinações históricas e das transformações sociais e materiais da Revolução Francesa que eclodiu em 1789 (SOBOUL, 1985). Para a burguesia, a revolução era necessária por dois grandes motivos: no âmbito político, a classe burguesa, visando adquirir poder a partir de 1770, ingressou na crítica a monarquia de direito e aderiu as reivindicações de igualdade civil e fiscal; no campo da economia, a burguesia sabia que “o desenvolvimento do capitalismo exigia a transformação do Estado. O dizimo, a servidão, os direitos feudais e a má repartição de impostos [...] prejudicavam a atividade econômica.” (SOBOUL, 2016, p.59).

Diante desses fatores, compreendemos que as determinações econômicas e sociais do Antigo Regime não eram compatíveis com os

interesses tanto de trabalhadores quanto dos burgueses, por isso, com o apoio dos trabalhadores, a classe burguesa provocou a Revolução Francesa pondo fim ao Feudalismo. É preciso destacar que, embora todos os membros do Terceiro Estado tivessem interesse na revolução, os trabalhadores foram os que mais lutaram, entretanto foi a burguesia que mais lucrou após o término da revolução (HUBERMAN, 2011, p. 136). Somente a burguesia gozou da “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”.

Desse modo, compreendemos que o Estado Moderno nasce sob o ordenamento do modo de produção capitalista, como instrumento necessário para legitimar a estrutura desigual e de interesses antagônicos entre as duas classes fundamentais da sociedade capitalista: a burguesia e o proletariado. No decorrer desse processo, a Revolução Francesa foi essencial para a concretização das ideias liberais, tornando possível a classe burguesa conquistar o poder político, instaurando o Estado Moderno voltado aos interesses e às exigências dessa classe.

Vimos que o Estado Moderno se moldou de acordo com a dinâmica da sociedade capitalista, por isso, apresentaremos a seguir alguns elementos à compreensão dos desdobramentos sócio históricos que precederam a crise estrutural do capital no âmbito das políticas compensatórias do Estado keynesiano, no início do século XX.

O Estado moderno foi o responsável pelo rompimento com os costumes e tradições feudais e pelo crescimento e desenvolvimento das forças produtivas nos moldes capitalistas. Cada indivíduo teria a liberdade³ para montar uma empresa capitalista ou vender sua força de trabalho em troca de um determinado salário, “obedecendo à lei da oferta e da procura”⁴, sendo o mercado o conjunto das relações sociais efetivadas através da troca de mercadorias.

A lógica do mercado excluía inúmeros indivíduos do processo produtivo, surgindo um cenário com uma massa de desempregados

.....
3 Entendida como a livre procura dos interesses individuais e no direito à propriedade privada dos bens de produção.

4 Também conhecida como a Lei de Say, essa teoria explica o funcionamento do mercado e defende que a oferta cria sua própria demanda (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

acompanhada da ampliação da pobreza, violência e tensões sociais. Esse processo de exclusão demonstrou que a liberdade de mercado se direcionava apenas para os detentores dos meios de trabalho. Isso provocou o enfraquecimento das bases de sustentação do liberalismo clássico. Diante desse contexto, surgiram contestações por parte da classe burguesa, emergindo uma vertente no âmbito da doutrina liberal que defendia um Estado economicamente mais ativo com a finalidade de controlar a crise econômica que se instaurava no capitalismo, especificamente com a crise de 1929 (BEHRING; BOSCHETTI, 2007). Essa vertente se expressou na “Revolução Keynesiana” para o enfrentamento das crises que acompanham a sociedade capitalista. As ideias do economista inglês John Maynard Keynes

[...] estavam sintonizadas com a experiência do *New Deal* americano, e inspiravam especialmente as saídas europeias da crise, sendo que ambas têm um ponto em comum: a sustentação pública de um conjunto de medidas anticrise ou anticíclicas, tendo em vista amortecer as crises cíclicas de superprodução, superacumulação e subconsumo, ensejadas a partir da lógica do capital (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.71).

Desse modo, as propostas apresentadas por Keynes para superar a crise e reativar a produção estavam fundamentadas na defesa de uma maior intervenção do Estado na economia.⁵ Para ele,

o Estado, com o keynesianismo, tornou-se produtor e regulador, o que não significava o abandono do capitalismo ou a defesa da socialização dos meios de produção. Keynes defendeu a liberdade individual e a economia de mercado, mas dentro de uma lógica que rompia com a dogmática liberdade conservadora da época (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.84).

Keynes considerava que alguns pressupostos do liberalismo ortodoxo não explicavam os acontecimentos da crise de 1929. Suas argu-

5 O esforço intelectual em compreender os fundamentos da crise de 1929 está empreendido na mais importante obra de Keynes: “A teoria geral do emprego, do juro e da moeda”, publicada em 1936.

mentações, acerca do nível de desemprego no contexto da depressão, divergiam dos liberais clássicos, além disso ele questionava à Lei dos Mercados, “[...] segundo a qual a oferta cria sua própria demanda, impossibilitando uma crise geral de superprodução, e, nesse sentido, colocava em questão o conceito de equilíbrio econômico, pelo qual a economia capitalista é auto-regulável.” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.84). Por isso, para Keynes (apud BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.85), “[...] cabe ao Estado [...] o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão como estímulo à economia.”

Na política proposta por Keynes, o Estado passaria a desempenhar um papel mais ativo na economia, como elemento de regulação entre capital e trabalho e como agente fiscal. Ao utilizar a tributação (o fundo público), o Estado faria investimentos no mercado produtivo, de modo a promover o pleno emprego através da produção privada e dos serviços públicos assegurando, minimamente, as demandas sociais por meio das políticas sociais.

As ações do Estado inspiradas nas ideias de Keynes para combater a crise, aliadas com as práticas do fordismo e aos acordos de trabalho reativaram a produção, o que acabou impulsionando a economia, inaugurando um período chamado de “as três décadas gloriosas”, também conhecido como “anos dourados do capitalismo”. Entre os anos de 1950 a 1970, “o sistema apresentou resultados econômicos nunca vistos e que não se repetiram mais [...]” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 208). Apesar de ter vivido crises cíclicas nesse período, o capital conseguiu diminuir o impacto dessas crises através da intervenção estatal inspirada nas ideias de Keynes que possibilitou à economia taxas de crescimento expressivas (NETTO; BRAZ, 2012).

Neste período, o keynesianismo e o fordismo formaram um pacto com vistas a fomentar a produção, bem como o consumo do que era produzido, mantendo assim o crescimento econômico com grandes ganhos para o capital, mas com um aparente favorecimento à classe trabalhadora com a elevação do padrão de vida. A mudança nas relações de trabalho e no consumo fez com que o movimento operário

abrisse mão de suas lutas mais radicais contra o sistema capitalista em prol da conquista de direitos.

Essa combinação de pleno emprego e acesso ao consumo aliada ao acesso às políticas sociais dava a impressão de uma melhoria substancial na condição de vida dos trabalhadores. Havia quem dissesse que naquele momento a classe trabalhadora “tinha chegado ao paraíso”⁶.

Ao ampliar sua intervenção nas áreas sociais oferecendo serviços de saúde, educação e previdência aos trabalhadores, o Estado, aparentemente, indicava o alcance de dias melhores para a classe produtora da riqueza social. Porém, essas concessões à classe trabalhadora não representaram o paraíso para a classe explorada. Podemos compreender esse processo a partir dos estudos de Lessa (2013) que demonstrou com riqueza de detalhes os equívocos em torno das definições atribuídas ao Estado de Bem Estar Social. Ele argumenta que a expansão das políticas sociais, nos “trinta anos dourados”, significou a continuidade do papel desempenhado pelos trabalhadores na reprodução da base material do sistema do capital, e

defender o “Estado de Bem-Estar” como uma vitória dos trabalhadores e um avanço para uma sociedade mais justa requer uma “forma de loucura” análoga. Deve-se esquecer a história e, mais ainda, substituí-la por fantasias e conceitos que servem para justificar, *a posteriori*, os axiomas tomados como pressupostos. O mito de que entre o Estado absolutista do século 18 e o “Estado totalitário” do século 20 se ergueu o Estado democrático, que teria no Estado de Bem-Estar seu marco decisivo (Lefort, 1987; Chauí, 1987:11), não passa de uma destas “formas de loucura”. Imaginar um Estado que “desmercadoriza” a reprodução social por aplicar políticas keynesianas é outra destas “formas de loucura”; também não tem nenhuma justificativa racional ignorar que a principal e mais importante das políticas públicas nos “30 anos dourados” foram os enormes investimentos no complexo industrial-militar, principal responsável pelo aquecimento da economia, pela geração de empregos; impulsionador direto e indireto do desenvolvimento tecnológico, científico,

6 Alusão ao filme italiano “A classe operária vai ao paraíso” de 1972.

das universidades etc. Não faz o menor sentido postular que houve uma distribuição de renda e de poder nas sociedades que conheceram o Estado de Bem-Estar, pois os dados mais consistentes indicam precisamente o oposto (LESSA, 2013, p.121-122, grifos originais).

Com o enfraquecimento econômico característico do final dos “anos gloriosos do capital” no final dos anos de 1960, o Estado teve uma grande dificuldade de harmonizar seus gastos com os investimentos no crescimento da economia capitalista. Logo, os investimentos em políticas sociais foram culpabilizados pela crise fiscal.

A idealização da dinâmica capitalista característica dos “anos dourados” que anunciava um capitalismo sem contradições chegava ao fim (NETTO; BRAZ, 2012). Diante deste contexto de alteração na dinâmica de acumulação e crescimento, o capital implementou um conjunto de respostas que se articulam sobre o tripé formado pela reestruturação produtiva e financeirização do capital além da retomada das ideias liberais, representada pelo neoliberalismo (NETTO; BRAZ, 2012).

A função do Estado no contexto da crise estrutural capitalista

Buscamos enfatizar anteriormente o processo de formação do Estado Moderno, no qual a doutrina liberal e a revolução burguesa contribuíram para sua consolidação, bem como condensamos o debate acerca dos elementos que envolveram o contexto socioeconômico que antecedeu a crise estrutural do capital, especificamente o período dos “anos dourados”, no qual exigiu um Estado interventor para garantir as condições externas da produção e acumulação capitalista. Coube ao Estado intervir na relação entre capital e trabalho por meio da política salarial, política fiscal, políticas sociais, entre outros mecanismos, que possibilitaram amortecer a crise e elevar as taxas de lucros, isto é, a acumulação de mais valia.

A crise é própria do sistema capitalista que ocasiona dificuldades à sua lógica expansiva e acumulativa. O Estado na modalidade moderna se apresenta como a forma compatível com o sistema do capital, com-

plementando-o ao legitimar as estratégias de dominação e a exploração da força de trabalho, operando de acordo com as demandas do capital. Por isso, buscaremos, neste momento, elucidar os principais traços da crise estrutural do capital e a ação do Estado Moderno neste contexto a partir das formulações teóricas de Mészáros (2011).

Com o esgotamento do período expansivo viabilizado pelas medidas econômicas keynesianas, associadas ao modelo fordista de produção e aos acordos com a classe trabalhadora, a autoexpansão produtiva do capital entra em profundo recesso, culminado na crise estrutural da ordem sociometabólica do capital, na qual o sistema se defronta com seus limites absolutos (MÉSZÁROS, 2011).

Diferente dos períodos anteriores, onde as contradições estruturais do sistema tiveram possibilidades de serem deslocadas, a partir da década de 1970, o desenvolvimento da reprodução do capital teria atingido “[...] seus limites intrínsecos ou absolutos, que não podem ser transcendidos sem que o modo de controle prevalecente mude para um modo qualitativamente diferente.” (MÉSZÁROS, 2011, p.216). Chegado ao fim da ascensão histórica do capital, suas contradições revelam-se de forma acentuada e seu processo de “expansão desimpedida” encontra barreiras significativas.

A razão de ser do sistema do capital é a “extração máxima do trabalho excedente dos produtores [...]” e sua determinação mais profunda baseia-se na “[...] *expansão* e [...] *acumulação*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 99- 100, grifos originais). O sistema do capital é passível de crises cíclicas inerentes ao seu desenvolvimento revelando certa “normalidade”, “[...] crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas de dominação.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 795).

As crises cíclicas, apesar das graves consequências, ativam somente seus limites relativos, que “[...] são os que podem ser superados, quando se expande progressivamente a margem e a eficiência produtiva [...] da ação econômica, minimizando, por algum tempo, os efeitos danosos que surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital. (MÉSZÁROS, 2011, p. 175). O sistema do capital não existe e não existirá sem crises, pois elas são funcio-

nais para o sistema, porém, devido a sua essência, são nocivas para os trabalhadores.

A crise atual que assola a sociedade capitalista é caracterizada fundamentalmente como uma crise estrutural e se manifesta em quatro aspectos principais, que a revela como uma novidade histórica:

- (1) Seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não aquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.);
- (2) Seu *alcance* é verdadeiramente *global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado);
- (3) Sua *escala de tempo* é extensa, continua se preferir, *permanente*, em lugar de limitada ou cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;
- (4) Em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo* de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento mais ou menos temporário” das crescentes contradições perder sua energia (MÉSZÁROS, 2011, p. 795-796, grifos originais).

Na atual fase histórica do capitalismo vivemos uma crise permanente e universal, crise que abrange todas as dimensões da esfera social, crise que extrapola a área econômica e

[...] reverbera ruidosamente em todo o espectro das instituições políticas. Nas condições socioeconômicas crescentemente instáveis, são necessárias novas “garantias políticas”, muito mais poderosas, garantias que não podem ser oferecidas pelo Estado capitalista tal como se apresenta hoje. Assim, o desaparecimento ignominioso do Estado do

bem-estar social expressa claramente a aceitação do fato de que *a crise estrutural de todas as instituições políticas* já vem fermentando sob a crosta da “política de consenso” há bem mais de duas décadas. O que precisa ser acentuado aqui é que as contradições subjacentes de modo algum se dissipam na crise das instituições *políticas*; ao contrário, afetam toda a sociedade de um modo nunca antes experimentado. Realmente, a crise estrutural do capital se revela como uma verdadeira *crise de dominação* em geral. (MÉSZÁROS, 2011, p. 800, grifos originais).

O conceito de crise estrutural refere-se a uma condição que “[...] afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou sub complexos, como também a outros complexos aos quais é articulada e [...] põe em questão a própria existência do complexo global envolvido [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 796-797). A crise estrutural também afeta as instituições que contribuem para a reprodução do sistema de valores do capital, como a família, a Igreja e as instituições de educação formal.

No tocante à origem da crise estrutural, Mézszáros (2011, p.798) afirma que “[...] não se origina por si só em alguma região misteriosa: reside dentro e emana das três dimensões internas”. Dimensões fundamentais do capital, quais sejam: a produção, consumo e circulação/distribuição/realização. Enquanto essas três dimensões estiverem funcionando normalmente, pode haver outros tipos de crise, como as cíclicas (como foi a crise de 1929) que não afetaram essas dimensões no seu conjunto (MÉSZÁROS, 2011). A crise estrutural significa que

[...] a tripla dimensão interna da auto-expansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema. [...] quando os interesses de cada uma deixam de coincidir com os das outras, até mesmo em última análise. A partir deste momento, as perturbações e “disfunções” antagônicas, ao invés de serem absorvidas/dissipadas/desconcentradas e desarmadas,

tendem a se tornar cumulativas e, portanto, estruturais, trazendo com elas um perigoso complexo mecanismo de deslocamento de contradições (MÉSZÁROS, 2011, p.799-800).

O capital conseguiu superar os obstáculos presentes na sociedade feudal e conquistou a hegemonia na sociedade capitalista implantando uma troca mundial de atividades e produtos, com base nos princípios viáveis ao sistema. No entanto, o sistema do capital contém os próprios elementos da sua inviabilidade, tendo em vista que num contexto de crise estrutural os seus elementos “[...] destrutivos [que] avançam com força extrema, ativando o espectro da incontrollabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 100).

Frente à sua própria natureza autoexpansiva (na qual submete o trabalho aos seus desígnios com a finalidade de apropriar-se da mais-valia) o sistema do capital não aceita restrições a sua lógica e não autolimita-se. O capital é incontrollável, ele “[...] *já* se submeteu a *controle* adequado duradouro ou a uma autorestrição racional. Ele só era compatível com ajustes limitados e, mesmo esses, enquanto pudesse prosseguir, sob uma ou outra forma, a dinâmica de autoexpansão e o processo de acumulação.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 100, grifos do autor)

Desse modo, as determinações da crise estrutural estão no processo denominado por Mézáros (2011) de “ativação dos limites absolutos do capital”, que não podem ser superados no âmbito da lógica reprodutiva do sistema do capital. Integram-se à fase destrutiva do sistema e são inelimináveis, avançam e aprofundam-se na dinâmica de reprodução do capital. Para o autor são quatro limites que aglutinam as contradições do capital: o antagonismo entre o desenvolvimento do capital transnacional e os Estados nacionais⁷; a destruição

7 Em relação ao primeiro limite, interliga-se a impossibilidade de constituição de um governo mundial do capital em detrimento à organização mundial de Estados (MÉSZÁROS, 2011).

dos recursos naturais⁸; a luta pela emancipação das mulheres⁹; e o desemprego crônico¹⁰.

Ativados os limites absolutos, o sistema sociometabólico do capital não tem mais disponível a mesma quantidade de recursos que tinha nos períodos anteriores, estando comprometida a manutenção do sistema, com o estreitamento das possibilidades de deslocar suas contradições. (MÉSZÁROS, 2011). Com o afloramento das contradições do sistema do capital a intervenção do Estado é cada vez mais necessária, e as medidas legislativas decretadas demonstram esse fato (MÉSZÁROS, 2011).

O Estado Moderno, enquanto exigência do capital, possui a capacidade de decretar normativas com a finalidade de proteger a alienação do controle dos meios de produção e suas personificações, que produz inter-relações políticas e legais (diretas ou indiretas) nas situações de conflito entre capital e trabalho (PANIAGO, 2001).

O Estado moderno corporifica a “necessária dimensão coesiva” da “orientação expansionista e do imperativo estrutural de extração de trabalho excedente” do sistema do capital. [...] Ele vem responder à necessidade do capital em manter “uma estrutura *separada* de comando político totalizante” sobre suas unidades reprodutivas econômicas, cujo caráter é incorrigivelmente centrífugo, pois, do contrário, o sistema não conseguiria realizar seus objetivos reprodutivos totalizantes e expansionistas. [...] o Estado moderno necessita “articular sua superestrutura legal e política de acordo com suas determinações inerentes e funções necessárias”, sempre em consonância com seu

.....
8 O sistema do capital é incapaz de formular, racionalmente, um planejamento que abrange os recursos humanos e naturais (MÉSZÁROS, 2011).

9 A luta pela emancipação feminina não pode ser atingida sem que a igualdade plena se materialize na sociedade. Dessa maneira a igualdade não deve ser restrita às normativas jurídicas, e, enquanto permanecer o sistema hierárquico e desigual imposto pelo sistema sociometabólico do capital a igualdade em geral e, em particular, para as mulheres, não será atingida (MÉSZÁROS, 2011; PANIAGO, 2001).

10 Acerca dessa força ativada no contexto da crise estrutural, Paniago (2001, p.93) destaca que o desemprego crônico “[...] não pode mais ser dissimulada pela ilusão de ser uma mera disfunção temporária; [...] o desemprego crônico atinge a totalidade do sistema, de modo a contrariar a expectativa de que fosse uma problemática de áreas subdesenvolvidas.”

“papel vital de assegurar e salvaguardar as condições gerais para extração de trabalho excedente”, complementando os elementos reprodutivos matérias do sistema do capital. (PANIAGO, 2001, P. 112-113).

Para impor a sua dominação sob o mundo da produção e alcançar os níveis de dominação necessária, o capital necessitou quebrar a unidade existente em suas formas de produção com o seu controle, consumo e circulação.

Sobre os aspectos dos defeitos estruturais do capital apontados por Mézáros (2011), Paniago (2001, p. 107) ressalta que

na fase expansiva do capital, os defeitos estruturais do sistema puderam ser atenuados pela intensificação da produtividade e pelo deslocamento das contradições internas a outros espaços ainda não incorporados pelo sistema reprodutivo dominante. Mas esses defeitos estruturais não podem ser remediados infinitamente, pois constituem a base da existência contraditória do capital [...]Ao destruir as barreiras interpostas a seu impulso incontrolável à acumulação ampliada, sempre com vistas a uma escala de expansão crescente, o capital gerou “eliminação das restrições subjetivas e objetivas da auto-suficiência” empreendida pelo capital no curso da história, [...] ocorre a “perda de controle sobre o conjunto do sistema reprodutivo social (PANIAGO, 2001, p.107).

No primeiro aspecto (produção e seu controle) dos problemas estruturais do capital, o Estado vai agir protegendo legalmente em favor do capital a relação de forças estabelecida entre capital e força de trabalho. A ação do Estado moderno é necessária para evitar possíveis transtornos que venham surgir da relação do capital com a classe trabalhadora. As legislações sustentadas pelo Estado existem para controlar e alienar os produtores, diante das relações desarmoniosas que surgem da vinculação do capital ao trabalho (MÉSZÁROS, 2011).

O segundo grupo de problemas (produção e consumo) existe devido à expansão descontrolada de produção adotada historicamente pelo capital, extrapola a esfera de suprimento das necessidades reais

e impulsiona necessidades de consumo exacerbadas. O Estado moderno torna-se um impulsionador do consumo, contribuindo eficazmente para que a ruptura entre consumo e produção produzida pelo próprio capital seja atenuada (MÉSZÁROS, 2011).

O terceiro problema estrutural do capital (produção e circulação) acontece porque o capital necessita criar a circulação do que é produzido em escala de empreendimento global. O processo de acumulação, ao impor a expansão de produção e do consumo, precisa eliminar as barreiras locais e regionais que impedem o crescimento do mercado consumidor. Desse modo, o Estado moderno vai delinear as suas ações com vistas a implementar circulação global do que é produzido, a partir das unidades socioeconômicas internamente fragmentadas do capital.

Fica claro, a partir do exposto, que o capital é acometido por crises que são inerentes ao seu metabolismo, mas que abalam seu desenvolvimento. A função social do Estado em cenário de crise é clara. As estratégias de enfrentamento para reverter às crises são variadas, podendo se apresentar em forma de políticas econômicas (com intervenção estatal, como foi no período keynesiano) ou até mesmo na forma onde se defende a auto regulação do mercado, no período pós *Welfare State*, onde começa a vigorar o neoliberalismo, enquanto uma das alternativas para a crise estrutural do capital.

Crise estrutural e Neoliberalismo no Brasil: reforma e contrarreforma do Estado

Diante das particularidades históricas da crise do capital da década de 1970, o Estado, cumprindo seu papel de instituição complementar ao sistema metabólico do capital, possibilitou que o capital adentrasse na esfera pública para impor os seus ditames através das políticas neoliberais.

No Brasil, o momento de ascensão da orientação neoliberal constituiu-se na década de 1990, configurando-se como um momento histórico particular. O final da década de 1980 foi marcada pela promulgação da Constituição de 1988. O Estado, através da constituição cidadã,

garantiu inúmeros benefícios à classe trabalhadora. Todavia, contrariando esse cenário, o neoliberalismo provoca uma série de ataques à classe trabalhadora e aos direitos sociais conquistados.

O Brasil se constitui enquanto um país de capitalismo dependente e subordinado, localizado na periferia desse sistema, marcado “[...] pela herança colonial, agroexportadora e escravista [...]”. (SANTOS, 2016, p.94). Enquanto o capitalismo nos países centrais toma forma por meio das revoluções burguesas, no Brasil o capitalismo se ergue em uma vereda colonial, como aponta Santos (2016, p. 99):

sem uma ruptura concreta com o cunho colonial, sem processo revolucionário [...] a burguesia brasileira não altera as perspectivas econômicas e sociais do país; ela delinea a seu modo o aparato político estatal, absorvendo o liberalismo [...] dando um caráter conservador a essa teoria que a princípio tem um caráter revolucionário por impulsionar a mudança econômica, política e ideológica de uma época.

A burguesia brasileira conciliou os traços de uma sociedade colonial com as novas formas de organização política necessárias à sua independência, isto é, “é na confluência do velho com o novo que o Estado brasileiro irá administrar o país. [...] O Estado brasileiro assume a mediação política do jogo de interesses entre capital nacional e internacional e age de acordo com a sua função.” (SANTOS, 2016, p.100).

Foi nesses moldes de dependência e subordinação aos centros imperialistas do capital internacional que a modernização se impõe no Brasil na década de 1930. Assim, “a debilidade burguesa no Brasil exigirá que o Estado assuma iniciativas que promovam a industrialização no país.” (SANTOS, 2016, p.102). O Brasil se moderniza subordinado ao capital internacional e acompanhado de diversas e grandes transformações no mundo político, que permitem a burguesia realizar os processos decisórios optando pela exclusão das massas das decisões sobre o futuro do país.

Em face à subordinação do Brasil ao capital internacional, nos anos de 1990 o Brasil abre espaço para os ditames neoliberais postos pelos organismos internacionais, que confluem para a contrarreforma do Estado brasileiro.

A lógica da reforma do Estado brasileiro, assim como dos demais países da América Latina, atende às exigências de acumulação do capital diante da crise estrutural. As intensas mudanças nas relações econômicas, sociais e políticas ocorridas no cenário internacional, movidas pela crise estrutural eclodida na década de 1970, demandaram a organização de novas intervenções do Estado nas relações de produção, circulação e distribuição do sistema capitalista, de modo a assegurar a continuidade da reprodução ampliada do capital.

No âmbito do Estado desencadeou-se um movimento dinâmico de reformas com vistas a adequá-lo às exigências do mercado globalizado. Frente à crise estrutural, o capital necessitou expandir-se pelos países periféricos. O Estado brasileiro

[...] passou a desempenhar o papel de receptor de capital excedente do centro do sistema. Ora tomando vultosos empréstimos externos, ora comprometendo-se a pagar a dívida externa com base nos juros agora determinados pelos agentes bancários e de investimentos liberalizados, com liberdade na fixação dos juros, de acordo com os interesses do mercado e do capital global [...]. O Estado entra novamente como agenciador dos apetites insaciáveis do capital. A partir do final dos anos 80, nos países avançados, e dos anos 90, nos países periféricos, o Estado promove a abertura dos mercados e libera o acesso do capital privado àquelas atividades de natureza pública antes delegadas ao Estado. (PANIAGO, 2012, p. 66-67).

Enquanto os países desenvolvidos vivenciavam os 30 anos gloriosos, com significativa expansão econômica, no mundo periférico assistia-se a defesa da modernização, com base no desenvolvimentismo¹¹, com vista à integração a ordem econômica mundial.

11 O termo “desenvolvimentismo” passou a ser propagado, após a 2ª Guerra Mundial, pelos países centrais como sinônimo de crescimento econômico e social para os países de periféricos, com o discurso de ser um modelo de desenvolvimento capaz de tira-los do atraso, de modo a apontar maneiras pelas quais seria possível o avanço nessa região. Tal ideia baseava-se na industrialização, enquanto única alternativa para superar a pobreza e o subdesenvolvimento e na intervenção do Estado para possibilitar a expansão dos setores financeiros.

Na análise de Bresser Pereira (1996), a crise que afetou as economias latino-americanas, a partir dos anos de 1970, é essencialmente uma crise do Estado na qual se manifesta por uma crise fiscal, crise da dívida externa, pelo colapso da forma de intervenção do Estado e sua estratégia de substituição de importações. Para ele, o caráter populista das políticas econômicas adotadas, até esse período, representou “um paraíso de vida curta”, pois as práticas distributivas adotadas nesse estágio fragilizaram a economia favorecendo a crise fiscal. Fundando uma reforma ampla que habilite o Estado a promover ações que possibilitem o enfrentamento à crise de modo a retomar o crescimento econômico.

A crise do Estado é manifestada por uma profunda crise fiscal sendo composta da seguinte maneira: “[...] (1) déficit público; (2) poupanças públicas negativas ou muito baixas; (3) dívida interna e externa; (4) falta de crédito do Estado, expressa na falta de confiança na moeda nacional e [...] (5) falta de credibilidade do governo” (BRESSER PEREIRA, 1996, p.43). Segundo o autor, os países da América Latina deveriam reduzir o déficit público e adotar reformas orientadas para o mercado ou, caso contrário, a crise fiscal se tornaria um problema desencadeando um quadro de hiperinflação.

Para Bresser Pereira (1996), a crise decorre da existência de um Estado enfraquecido e imobilizado pela crise fiscal, o que ocasionou o desordenamento do aparelho do Estado, sendo a finalidade das reformas não atingir o “Estado mínimo” como defendem os neoliberais, mas reduzir o seu tamanho e definir estratégias de desenvolvimentos diante do processo de globalização em curso.

Um Estado essencialmente forte deve ser “[...] capaz de financiar seus investimentos e suas políticas econômicas e sociais com a poupança pública em vez de incorrer em dívidas crescentes” (BRESSER PEREIRA, 1996, p.51), ou seja, a essência da reforma do Estado é a assegurar taxas de poupança para o país e garantir investimentos de forma adequada. O autor aponta a estratégia social-liberal, condensada nas reformas estruturais, enquanto alternativa de desenvolvimento para obter a competitividade interna resultando num crescimento e oferta crescente de produtos para exportação. Em relação as políticas

sociais no âmbito do Estado social-liberal, os serviços de saúde e de educação e outros direitos sociais básicos serão contratados e operacionalizados por intermédio de organizações públicas não-estatais.

No entanto, existiu uma grande dificuldade em implementar as reformas necessárias, sobretudo dado alguns obstáculos políticos resultante do caráter heterogêneo da sociedade brasileira, pois para que a reforma pudesse ser efetivada o país necessitava “[...] definir um pacto político voltado para o desenvolvimento, que assegure a legitimidade às elites políticas.” (BRESSER PEREIRA, 1996, p.197).

As reformas só foram possíveis quando “uma nova coalisão de classes ocupou o centro político e conseguiu celebrar pacto político informal baseado em uma nova interpretação da crise e uma nova estratégia para solucioná-la”. (BRESSER PEREIRA, 1996, p.197). Coube ao governo de Fernando Collor de Mello (1990/1992) iniciar a implementação das reformas econômicas necessárias, representado por um plano de estabilização da economia baseado no ajuste fiscal. O governo Collor passou a investir na reforma do Estado a partir de uma série de emendas à constituição de 1988 que ficaram conhecidas na época como “emendão”, dando início a reforma do Estado Brasileiro.

O programa adotado pelo governo deu frutos para o sistema do capital. Enquanto ocupou a presidência, Collor se dedicou ao combate à inflação. E, aceitando a impopularidade que as medidas necessárias geraram, colocou em prática o ajuste fiscal necessário. No entanto, o Plano Collor não prosperou por um longo período, logo a recessão voltou a tomar conta do Brasil. Assim, apenas em 1994 durante o governo de Itamar Franco que a estabilização da economia foi alcançada¹².

O Plano Real foi o resultado de uma estratégia de estabilização da economia baseada em uma proposta de controle da inflação inercial, ele não foi orientado apenas pelo mercado e ditado pelos organismos internacionais, mas se voltou para resguardar tanto o interesse na-

12 Bresser Pereira (1996) aponta que, diversos foram os planos econômicos para estabilizar a economia mas que nenhum deles conseguiu atingir os seus objetivos de forma concreta até 1994, quais sejam: Plano de estabilização ortodoxo em 1979, 1981 e 1983, Plano Cruzado em 1983, Plano Bresser em 1987, Plano Arroz com Feijão de 1988, Plano Verão em 1989, Plano Êris em 1990, e Plano Marcílio em 1991-1992.

cional quanto o equilíbrio macroeconômico conduzido por Fernando Henrique Cardoso.

A reforma da administração pública tornou-se realidade em 1995 no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a função de modernizar o serviço público de modo a torná-lo eficiente e com um alto nível de profissionalismo. O funcionamento de todo o aparelho estatal precisava se adequar à realidade do Estado em processo de modernização.

No delineamento da crítica à concepção de reforma do Estado imposta pelos dois governos neoliberais, Behring (2008) chama atenção para a errônea explicação propagada sobre a causa da crise contemporânea, na qual para os teóricos a serviço do capital seria ou estaria localizada no Estado. A autora aponta que as transformações em curso correspondem a uma reação do capital ao ciclo depressivo eclodido na década de 1970 (BEHRING, 2008).

A natureza da atual crise estrutural do capital não se compara as crises cíclicas que o sistema vivenciou no passado. Em resposta a este cenário, alicerçado na tríade - Reestruturação Produtiva, mundialização da economia e hegemonia neoliberal (BEHRING, 2008), o capital se apoia no discurso da globalização, de modo a empreender um movimento de internacionalização e captação das economias nacionais desenhando novas funções para Estado com vistas a ampliar a concentração e ampliação da riqueza socialmente produzida.

Segundo Behring (2008), estas propostas reformistas, de inspiração neoliberal, caracterizam-se como uma verdadeira contrarreforma, haja vista seu conteúdo conservador e regressivo, representando “[...] uma forte destruição dos avanços, mesmo que limitados [...]” (BEHRING, 2008, p. 198) principalmente em relação aos direitos sociais reivindicados pelos trabalhadores brasileiros assinalados na Constituição Federal de 1988. A autora ressalta que

A “reforma” do Estado, tal como está sendo conduzida, é a versão brasileira de uma estratégia de *inserção passiva* (Fiori, 2000:37) e a *qualquer custo* na dinâmica internacional e representa uma *escolha político-econômica*, não um caminho natural diante dos imperativos econômicos (BEHRING, 2008, p.198, grifos da autora).

As teorizações de viés liberal-reformista desconsideraram as particularidades da formação socio-histórica do Brasil, o colocando no contexto genérico de desenvolvimento do capital, na dinâmica de intervenção do Estado da mesma forma como ocorreu nos países centrais do sistema, justificando a necessidade da reforma.

O cenário, após a implementação das medidas reformistas, ilustra as configurações de uma contrarreforma do Estado brasileiro, no qual houve a diminuição dos investimentos do Estado em políticas públicas fundamentais, “[...] enquanto a crise fiscal foi aprofundada por custos com um setor parasitário, sustentado pelas altas taxas de juros: um Estado mínimo para os pobres e trabalhadores, e um Estado máximo para o capital financeiro (NETTO, 1993 apud BEHRING, 2008, p.204).

Prosseguindo suas reflexões, Behring (2008) analisa os elementos que considera fortemente representativo para caracterizar a contrarreforma do Estado brasileiro: a flexibilização nas relações de trabalho; as privatizações e a relação com o capital estrangeiro e a condição da seguridade social pública no Brasil.

Sobre a flexibilização nas relações de trabalho implementada no Brasil, Behring (2008) ressalta que a estratégia da ação governamental para a flexibilização do trabalho está imbricada no processo de reestruturação produtiva, impulsionada pelas exigências do novo padrão de acumulação capitalista. A defesa da flexibilização, enquanto elemento constitutivo da reforma do Estado, objetiva retirar os obstáculos para a modernização e a competitividade na esfera industrial, a partir dos custos do trabalho, bem como para garantir condições para atrair capitais estrangeiros para o país.

O custo do trabalho foi colocado em pauta em todos os países, independente de terem vivenciado ou não o pacto keynesiano-fordista, e, para a saída da crise, exigiram-se respostas correspondentes à

[...] redução de custos, por meio da flexibilização das relações contratuais de trabalho, retirando-se o Estado da regulação destas relações, inclusive no que se refere à questão da proteção social, com a redução de encargos sociais [...] nesse sentido também operam estratégias de *passivização* dos trabalhadores, com o objetivo de derruir sua

identidade de classe. A exemplo disso, destaca-se o discurso da qualificação para gerar condições de empregabilidade (BEHRING, 2008, p.214-215).

A intenção da reforma/contrarreforma do Estado brasileiro era flexibilizar as leis trabalhistas preconizadas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) como justificativa para combater o desemprego e retomar o crescimento do país.

Desde a implementação do Plano Real, em 1994, foram introduzidas modificações na legislação trabalhista, cujos resultados foram perversos para a classe trabalhadora e retratou o inverso do anunciado pela proposta reformista: desregulamentação do trabalho era sinônimo de preservação dos postos de trabalho e condição para o crescimento. Altos índices de desempregos, baixos salários, crescimento de empregos informais, precarização, terceirização e superexploração dos trabalhadores foram os resultados das alterações efetivadas.

O cenário da informalização imposto pela flexibilização nas relações de trabalho implicou no agravamento da desproteção do trabalho no sentido do acesso à previdência social que historicamente esteve atrelada, de forma compulsória, aos trabalhadores inseridos formalmente no mercado de trabalho, entretanto, o trabalhador pode contribuir de forma autônoma (o que significa outra problemática considerando uma taxa de contribuição alta diante de baixos salários).

Para adaptar o Brasil à lógica do sistema sociometabólico do capital mundializado, as privatizações foram essenciais para este processo, bem como as “[...] intervenções no plano fiscal, que favoreceram segmentos determinados do capital nacional em forte articulação com a especulação financeira internacional” (BEHRING, 2008, p.228).

A crescente participação do capital estrangeiro na produção orientava-se para serviços de utilidade pública (transporte, telefonia), e, para os defensores da reforma, esta política se justificava pelo fato de poder assegurar financiamento externo, impulsionando a reestruturação produtiva e modernização da economia.

As privatizações são os grandes estímulos deste processo e este cenário, que se apresentou diferente do anunciado pelos dirigentes da

reforma, remete-se à contrarreforma do Estado no Brasil cuja essência é “[...] destrutiva e regressiva, antinacional, antipopular e antidemocrática” (BEHRING, 2008,p.234), tendo em vista a realidade que se observou após a privatização das empresas estatais: o aumento dos preços e tarifas, aumento do número de demissões, compromissos com os fundos de pensão e aposentadorias assumidos pelo Estado, entre outros fatores (BEHRING, 2008).

Assim, as privatizações, ao invés de reduzir a dívida interna e externa, baixar os preços, garantir qualidade e eficiência nos serviços que estavam sendo ineficientes nas mãos do Estado (segundo os defensores da reforma) acometeu ainda uma geração de custos para o Estado.

Para a condição da Seguridade Social pública no Brasil, a contrarreforma foi devastadora. Segundo Behring (2008), a tentativa do Brasil de construir um Estado de direito por meio das garantias postas pela Constituição Federal de 1988 esbarrou na emergência do neoliberalismo.

Os desafios para deslanchar a implementação do conceito ali previsto formalmente já seriam grandes, mesmo em condições nas quais o movimento dos trabalhadores se mantivesse atento e forte, e a crise econômica estivesse sob a condução, no nível de Estado nacional, de segmentos com algum compromisso democrático e redistributivo. Já se sabe que a hegemonia política não foi esta a sequência em 1988, de forma que o conceito retardatário, híbrido, distorcido ou incluso na seguridade social brasileira [...] encontrou dificuldades antigas e novas ainda maiores para consolidar-se. (BEHRING, 2008, p.250)

Perante os ajustes neoliberais, a Seguridade Social ocupa um lugar secundário no cenário estatal, portanto “o conjunto de direitos sociais duramente conquistados no texto constitucional foram, de uma maneira geral submetidos à lógica do ajuste fiscal” (BEHRING, 2008, p.250). A saúde, a previdência e a assistência social como políticas públicas que compõem a seguridade social, bem como a educação, tornam-se focalizadas, distributivas e entregues aos interesses do mercado. Aliado a isso, a autora afirma que houve um retrocesso no cenário

das políticas públicas com retorno das organizações sem fins lucrativos responsáveis por viabilizar o atendimento às necessidades junto aos cidadãos.

Considerações finais

O Estado moderno, desde a sua gênese, se configura como um instrumento da classe dominante, que utiliza seu arsenal institucional para aplicar os mecanismos coercitivos necessários para imprimir a opressão à classe trabalhadora face às demandas de exploração postas pelo capital. A formação de Estado em sua modalidade moderna foi fundada nas necessidades de acumulação capitalista. As crises são inerentes ao desenvolvimento do sistema do capital. Este sistema não existe e não existirá sem as crises, pois elas são essenciais ao seu funcionamento. Porém, em cada momento da história do sistema capitalista, essas crises se apresentam de uma forma diferente, bem como as estratégias que o capital vai usar para enfrentá-las.

A contrarreforma do Estado brasileiro, iniciada no governo Fernando Collor de Melo e impulsionada na gestão do presidente FHC, traduz os interesses da classe dominante para reativar as taxas de lucro do sistema capitalista diante da crise estrutural do capital. Nesse cenário, ocorreram privatizações, centralidade do funcionalismo público e restrição de direitos sociais com o objetivo de conter a crise fiscal e gerar poupança para alavancar o crescimento econômico.

A contrarreforma imprimiu obstáculos que inviabilizaram o cumprimento das garantias de uma Seguridade Social justa e igualitária como foi proposta pelo texto constitucional, por outro lado, devemos compreender que a contrarreforma do Estado brasileiro é parte integrante do sistema sociometabólico do capital, que se apropria, através de mecanismos legais e constitucionais, do orçamento das políticas públicas para potencializar a política fiscal em busca de recuperar o sistema capitalista da crise. O Estado brasileiro cumpre sua função social de garantir a taxa de acumulação de capital, principalmente, neste período de crise estrutural, que particulariza-se como uma crise crônica e permanente (MÉSZÁROS, 2011).

Referências

ANTUNES, Ricardo. Apresentação. In: MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social:** fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil:** Para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Editora 34, 1996.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem.** Tradução de Waltensir Dutra. 22 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

LASKI, Harold. **O liberalismo europeu.** São Paulo: Mestre Jou, 1973.

LESSA, Sérgio. **Capital e Estado de Bem-Estar:** o caráter de classe das políticas públicas. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. V.2. 27. ed. São Paulo: Nova cultural, 1996.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia política:** uma introdução crítica. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **A incontrolabilidade Ontológica do Capital – um estudo sobre Beyond Capital, I. Mészáros.** 2001. 226f. Tese. (doutorado em Serviço Social). Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Keynesianismo, neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do Estado.** 1 ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

SANTOS, Monique Maria Rodrigues da. **Gênese e função social do estado:** o estado brasileiro em tempos de crise estrutural do capital. 2016. 129f. Dissertação (mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Alagoas. Maceió.

SOBOUL, Albert. **História da Revolução Francesa.** 3. ed Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

EIXO

3



Educação
na Cena
Contemporânea



EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A LÓGICA DAS COMPETÊNCIAS¹

LARYSSA GABRIELLA GONÇALVES DOS SANTOS

MARIA LÚCIA MACHADO ARANHA

Introdução

A noção de competência não é nova, mas seu uso nos discursos Acadêmicos e empresariais ganha destaque a partir da década de 1980, no contexto das mudanças econômicas, tecnológicas, políticas e sociais decorrentes da crise e reestruturação capitalistas iniciadas no final dos anos 1960 e início da década de 1970. Nesse contexto, o capital lançou um conjunto de estratégias para retomada do crescimento, a exemplo da reestruturação produtiva, processo em que se alterou a forma de produzir, gerir e conduzir os processos de trabalho, com a inserção de inovações organizacionais e tecnológicas.

A lógica da reestruturação produtiva se espalhou para outras esferas, como a educação, que cumpre o papel de formar para o mercado de trabalho. Assim, a noção de competência se fortaleceu e foi disseminada por meio de instituições, como Banco Mundial (BM) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), através de documentos oficiais que evidenciaram a educação como mola propulsora do desenvolvimento econômico e social, restaurando argumentos que sustentaram a Teoria do Capital Huma-

195

Educação Brasileira e a Lógica das Competências

1 Uma parte da discussão aqui apresentada encontra-se em Santos e Aranha (2017).

no². Diante das novas orientações, os níveis de ensino profissional e superior passam a desempenhar um papel relevante na disseminação das competências, formando para o mercado de trabalho.

Assim, tal lógica das competências foi adotada para o âmbito da educação mediante documentos oficiais que regem o processo educativo. Nesse sentido, o presente trabalho tem o objetivo de apontar algumas considerações sobre as competências e sua inserção na área educacional.

Apontamentos sobre a lógica das competências

A noção de competência ganha maior representatividade no processo de reestruturação produtiva. A retórica dominante considera as competências como o novo modelo que dar respostas as novas demandas do mundo da produção. A reestruturação produtiva advém de uma resposta do capital à crise dos anos 1970, sendo uma crise conjuntural que atingiu os países capitalistas, e consequentemente os países periféricos, em virtude da relação intrínseca entre eles. Além disso, houve uma grande estagnação na ciranda financeira, repercutindo negativamente no aumento das taxas de lucros.

Em razão dessas questões sinalizadas brevemente, o capital necessitou “sair” da crise, para manter seu padrão de produção e reprodução, e para se fortalecer utilizou de múltiplos subsídios para reerguer os sistemas de valorização. Nesse sentido, o capitalismo lançou uma nova proposta de organização da produção, diferente dos padrões for-

2 A Teoria do Capital Humano afirma que uma maior escolarização contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, em função de um aumento de renda que decorre, diretamente, da sua melhor qualificação para o desempenho no mercado de trabalho. Em outras palavras, o incremento da produtividade – decorrente do aumento da capacitação – levaria a que o indivíduo também se beneficiasse pelo aumento dos seus salários. A Teoria do Capital Humano estrutura-se a partir de uma leitura do sistema capitalista na qual não se apreende que a história é feita dentro de relações sociais conflituosas, determinadas pela apropriação desigual da riqueza. A leitura ahistórica desenvolvida por estes teóricos não consegue captar que os fatos sociais não ocorrem no âmbito de particularidades individuais e não são apenas expressões de uma racionalidade humana. A história humana há de ser compreendida por uma totalidade maior que determina o conjunto das ações dos indivíduos. (OLIVEIRA, R. s/a, p. 2).

distas, a *reestruturação produtiva*, caracterizada pela flexibilização na gestão da produção e pelo controle na produção. A nova configuração do modelo de acumulação impõe outra lógica na organização do processo produtivo, considerando os novos padrões de consumo.

Essa estratégia capitalista inova no processo de trabalho com o incremento de tecnologia de ponta, a partir do que há de mais atualizado em se tratando de microeletrônica e robótica. Assim esse

[...] novo modelo de organização da produção ou esse novo regime de acumulação toma como suporte o toyotismo, que se pauta na *segmentação, horizontalização e descentralização* da produção. No lugar de economias de escala, com produção em massa como no fordismo, incrementa-se a economia de escopo, coadunando as características de estoque mínimo com reposição efetuada a partir da demanda – o *kanban*; e de controle da qualidade e do tempo da produção, com os sistemas *just in time*. (ARAÚJO, 2008, p. 52, grifos da autora).

As transformações no mundo da produção atinge obviamente o mundo do trabalho, e os trabalhadores são os principais afetados nesse processo. Com a acumulação flexível, os contratos de trabalho são modificados. De um lado um grupo de trabalhadores temporários assolados constantemente pelo “fantasma” do desemprego, que pode emergir a qualquer momento, sendo substituído por outro sujeito, e o trabalhador polivalente que domina todo o processo de trabalho e recebe estímulos para aumentar a produtividade e os lucros da empresa.

A questão do trabalhador polivalente instiga o indivíduo a se capacitar cada vez mais, para responder aos anseios do capital, o trabalhador torna-se parceiro da empresa, que fiscaliza os outros trabalhadores, incitando a competitividade dos envolvidos nos processo de produção, perdendo assim, o seu reconhecimento enquanto classe trabalhadora. O sujeito é convidado a ser colaborador e “veste a camisa” da empresa, forjado enquanto participe das decisões, o sujeito é protagonista nas respostas ao mercado consumista. É nessa ótica, que o trabalhador/colaborador é também responsável pelos insucessos da empresa, culpabilizando-os pelas baixas taxas de crescimento.

Com a reestruturação produtiva, o sistema intensifica o processo de controle do trabalho, sugando do trabalhador a sua *subjetividade*. É nessa perspectiva que a competência se sustenta na luta incessante de mobilizar as subjetividades do trabalhador, a proposta é desenvolver a capacidade subjetiva para contribuir gestão da produção. Nessa ótica as

[...] competências configuram um modelo de tratamento, controle e organização dos trabalhadores fazendo requerimentos do tipo: capacidade de pensar, de decidir, de ter iniciativa, de fabricar e consertar, de administrar a produção e a qualidade a partir da linha. Isto é, ser simultaneamente operário de produção e de manutenção, inspetor de qualidade e engenheiro. (HIRATA, 1994 apud ARAÚJO, 1999, p. 4-5).

O modelo de competência vai além dos saberes formais, típicos da qualificação, faz- necessário captar todos os conhecimentos, sobretudo os subjetivos, da sua vivência particular, em benefício do empresariado. É preciso mobilizar todos os saberes em prol da resolução dos problemas no âmbito da produção, o trabalhador deve articular os saberes formais, técnicos, habilidades, qualidades pessoais e comunicativas para o bom desempenho na empresa. O trabalho exige cada vez mais que o sujeito, fabrique, pense e tome iniciativa diante do processo de produção, ele deve ter domínio completo do funcionamento do trabalho para que possa oferecer “saídas” pertinentes para cada situação adversa que possa surgir. O modelo, focado numa gestão participativa, incita a liderança e iniciativa individual, articulando a proposta de união do capital com o trabalho.

A disseminação dessa lógica das competências vai se espalhar por várias esferas, especialmente no âmbito da educação, por ser um nicho importante na formação de novos quadros profissionais.

O modelo de competência e sua inserção no Brasil

Com a disseminação da noção de competência no âmbito do trabalho, se constatou a necessidade de regulá-la, mediante a instituciona-

lização do modelo de competência. A aplicação desse modelo ou sistema pressupõe o reconhecimento de competências desenvolvidas pelo indivíduo e o papel relevante dos sistemas educacionais na elaboração de currículos baseados em competências. Em decorrência disso, empresários e organizações governamentais se articularam na tentativa de responder às requisições mercadológicas, por meio desse modelo, construído através de três subsistemas: normalização das competências, formação por competências e avaliação e certificação de competências, estruturados conforme orientação de matrizes investigadora do processo de trabalho. (RAMOS, 2002).

A normalização das competências se refere a um conjunto de normas ou regras, aplicadas nos espaços produtivos, pactuadas entre os sujeitos envolvidos: o governo, os empresários e os trabalhadores. A institucionalização da norma permite ajustar as condutas dos envolvidos no processo de trabalho com vistas a alcançar bons resultados, estimulando a capacidade dos trabalhadores para solucionarem os problemas emergentes na produção. No que diz respeito às normas estabelecidas em ambientes externos à organização produtiva, como o processo educativo, se institui um programa de formação fundamentado nas demandas do mercado.

No que concerne à formação por competências, se verificou a necessidade da formação elaborar os currículos por competências, com foco na aprendizagem individual e no estímulo à capacidade de auto avaliação por parte dos sujeitos. A avaliação ou certificação por competência consiste no processo avaliativo por desempenho do indivíduo, sendo caracterizado por técnicas de perguntas, provas de conhecimento e habilidades, simulações, observações etc. A certificação por competências valora a empregabilidade³ do trabalhador, que deve

3 "O conceito de empregabilidade desenvolve a ideia de que cabe ao trabalhador se qualificar e se tornar empregável para uma diversidade maior de postos de trabalho, colocando como responsabilidade (ou culpa) do próprio trabalhador a sua inserção e permanência no mercado de trabalho. Sendo assim, o conceito de empregabilidade pode ser definido como um conjunto de condições que garantiriam ao trabalhador a obtenção ou manutenção do emprego. Para ter uma boa empregabilidade, o trabalhador deve ter competência profissional, estar preparado para desenvolver diferentes tarefas e atividades, ter disposição para aprender continuamente e ser empreendedor." (JORGE, 2010, p. 1).

estar atualizado com as exigências tecnológicas advindas do mercado, buscando cada vez mais novos certificados. A questão da certificação por competências não se restringe ao trabalhador, serve também para as empresas, que necessitam de certificação e legitimação para operarem. (RAMOS, 2002).

O modelo de competência se desdobra em cada país considerando suas particularidades e condições objetivas, ancorado em diferentes matrizes de investigação do processo de trabalho, com destaque para a funcionalista, a condutivista e a construtivista. Conforme Deluiz (2001), a primeira matriz de investigação do sistema de trabalho se constituiu pela sociologia funcionalista e tem como fundamento teórico-metodológico a Teoria Geral dos Sistemas. Essa teoria não trata os sistemas isoladamente, pelo contrário, pretende analisar a relação entre os sistemas e seu entorno. Assim, os objetivos e metas de uma empresa devem ser organizados respeitando sua relação com o ambiente externo, a exemplo das instituições. No que se refere aos trabalhadores, a função deles é interagir com os outros subsistemas da empresa. O importante para essa matriz são os resultados obtidos, a proposta é descrever produtos e não processos, e para isso decompõem-se as funções em unidades e em elementos de competências, descrevendo os produtos. (RAMOS, 2002).

A matriz condutivista de construção de competências surge nos EUA e se fundamenta na psicologia de Skinner⁴. Parte do pressuposto

4 "Sua obra é a expressão mais célebre do behaviorismo, corrente que dominou o pensamento e a prática da psicologia, em escolas e consultórios, até os anos 1950. O behaviorismo restringe seu estudo ao comportamento (behavior, em inglês), tomado como um conjunto de reações dos organismos aos estímulos externos. Seu princípio é que só é possível teorizar e agir sobre o que é cientificamente observável. Com isso, ficam descartados conceitos e categorias centrais para outras correntes teóricas, como consciência, vontade, inteligência, emoção e memória – os estados mentais ou subjetivos. [...] Os adeptos do behaviorismo costumam se interessar pelo processo de aprendizado como um agente de mudança do comportamento. [...] O conceito-chave do pensamento de Skinner é o de condicionamento operante, que ele acrescentou à noção de reflexo condicionado, formulada pelo cientista russo Ivan Pavlov. Os dois conceitos estão essencialmente ligados à fisiologia do organismo, seja animal ou humano. O reflexo condicionado é uma reação a um estímulo casual. O condicionamento operante é um mecanismo que premia uma determinada resposta de um indivíduo até ele ficar condicionado a associar a necessidade à ação. É o caso do rato faminto que, numa experiência, percebe que o acionar de uma alavanca levará ao recebimento de comida. Ele tenderá a repetir o movimento cada vez que quiser saciar sua fome." (FERRARI, 2011, p. 1).

que os indivíduos realizam bem o seu trabalho a partir dos resultados esperados, estabelecendo o posto de trabalho de acordo com as características de cada indivíduo. A característica central do condutivismo é o desenvolvimento dos processos de aprendizagem a partir dos comportamentos e desempenhos, ou seja, o foco de análise é a ação do indivíduo. Como a matriz funcionalista, a condutivista se preocupa com a descrição de funções e tarefas e estão articuladas estritamente à lógica do mercado. (RAMOS, 2002).

A matriz construtivista, originada na França, tem como representante principal Bertrand Shwartz; caracteriza-se pelo desenvolvimento das relações mútuas e ações concretas entre os grupos sociais e as situações de trabalho. Essa matriz analisa as competências não só a partir da lógica da empresa, mas, também, a contribuição dos trabalhadores em favor das relações coletivas, materializada tanto nas relações trabalhistas, como na individual. Em contraposição à matriz funcionalista e à condutivista, a construtivista avalia como necessária a participação dos trabalhadores, no entanto, ao colocar o trabalhador no centro da gestão são originados procedimentos metodológicos rígidos, favorecedores dos empresários. As matrizes sinalizadas são as principais referências para orientação do modelo de competência, com vistas a incorporar a força de trabalho na lógica empresarial. (DELUIZ, 2001).

Desse modo, o modelo de competência ganha solidez e se difunde internacionalmente, baseado na implementação dos subsistemas e amparado nas matrizes referenciadas. A institucionalização das competências nos países da América Latina se deu mediante as reformas educacionais. Essas são parte de um processo de ajuste⁵ estrutural implementado nos países periféricos, na tentativa de reverter os efeitos

5 "O programa de ajuste requeria um rigoroso esforço de estabilização econômica, equilíbrio fiscal com cortes nos gastos públicos, privatizações e flexibilização do mercado de funcionários públicos, corte das contribuições sociais e reforma da previdência social. No nível microeconômico tratava-se de desonerar fiscalmente o capital para aumentar sua competitividade no mercado internacional. Isto implicaria na flexibilização dos mercados de trabalho e diminuição da carga social e dos salários dos trabalhadores. Por fim, o ajuste macroeconômico requeria um conjunto de reformas estruturais administrativas, previdenciárias e fiscais, consideradas condicionantes para a volta ao sistema financeiro internacional e à renegociação da dívida externa." (DELUIZ, 2001, p. 4).

nefastos da crise. Em razão disso, muitos países recorreram a empréstimos das agências financiadoras, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) para se reestruturarem economicamente. Em contrapartida, esses países tiveram que aceitar reformas. (MARONEZE; LARA, 2009).

Essas reformas estruturais de cunho neoliberal – centradas na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado – assumem uma convergência forçada nas medidas recomendadas pelo Banco Mundial, que ganham força de doutrina constituída, aceita por praticamente todos os países. (SOARES, 2002, p. 17).

Nesse processo de reformas, o BM se apresenta como uma das principais instituições em nível internacional, e se tornou nos anos 1990, grande protagonista e financiador de políticas educacionais, projetadas para atender aos anseios dos mercados, fortalecendo a competitividade entre os países. A proposta do BM para os países emergentes é focalizar no desenvolvimento da educação básica, como medida para aliviar os problemas sociais, como a pobreza. Desse modo, a educação é tratada como ferramenta de ajuste às mudanças capitalistas. Na ótica do BM é preciso garantir o mínimo de educação para os pobres, para que esses sirvam futuramente ao desenvolvimento das potências capitalistas, como os EUA. Ao influenciar as políticas dos países periféricos, o BM defende que se os países seguirem as suas orientações, os investimentos irão ser atraídos, tanto internamente como investimentos estrangeiros. (LEHER, 1998).

Ao priorizar a educação básica escolar, restrita à aprendizagem das habilidades cognitivas básicas, as propostas do Banco Mundial indicam que o discurso da centralidade do conhecimento, a despeito de enunciado, configura-se como um artifício de retórica e adesão às premissas do neoliberalismo, reduzindo o processo de formação a uma visão de racionalidade instrumental, tutelada, restrita e funcional ante o conhecimento universal historicamente produzido. Em contrapartida, essas políticas acarretam

a secundarização de projetos de educação não-formal, o redirecionamento da educação profissional e o processo crescente de privatização da educação, especialmente da educação superior. (DOURADO, 2002, p. 240).

Além do BM, outras instituições como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabelecem regras para adequar a educação ao mundo do trabalho. Essas instituições formulam, supervisionam e financiam políticas educacionais para os países emergentes, a exemplo do Brasil, com a expectativa de capacitar a força de trabalho para suprir as demandas capitalistas. As orientações destas instituições é dar centralidade à educação e adequá-la ao modelo de desenvolvimento flexível, portanto, foram elaborados vários documentos que ressaltam o papel das inovações tecnológicas e das competências no novo cenário.

O relatório “Educação um tesouro a descobrir”⁶ foi elaborado pela Comissão Internacional sobre a educação para o século XXI, com a participação de especialistas convidados pela UNESCO. Esse relatório aponta os rumos da educação no século XXI, ao garantir a necessidade do processo educativo se conectar ao mundo da produção, haja vista as transformações oriundas da chamada sociedade informacional.

As tecnologias da informação e da comunicação poderão constituir, de imediato, para todos, um verdadeiro meio de abertura aos campos da educação não formal, tornando-se um dos vetores privilegiados de uma sociedade educativa, na qual os diferentes tempos de aprendizagem sejam repensados radicalmente. Em particular, o desenvolvimento destas tecnologias, cujo domínio permite um enriquecimento contínuo dos saberes, deveria levar a reconsiderar o lugar e a função dos sistemas educativos, na perspectiva de uma educação prolongada pela vida afora. A comunicação e a troca de saberes já não serão apenas um dos pólos principais

6
Esse relatório ficou conhecido como Jacques Delors, foi iniciado em março de 1993 e concluído em setembro de 1996.

do crescimento das atividades humanas, mas um fator de desenvolvimento pessoal, no contexto de novos modos de vida social. (DELORS, 1998, p. 63).

No Delors, a educação se apresenta como impulsionadora do desenvolvimento social, com a perspectiva de promover aprendizagens contínuas, adaptadas às mudanças desse contexto. A educação é apresentada como estratégia para fins econômicos, formadora de pessoal apto e capaz de utilizar as novas tecnologias, que exigem cada vez mais o desenvolvimento dos aspectos cognitivos e intelectuais dos sujeitos. Para dar respostas ao mercado, a formação deve se estruturar em torno de quatro pilares do conhecimento, a saber: **aprender a conhecer**, processo de aquisição de instrumentos para compreensão; **aprender a fazer**, para agir em determinadas situações; **aprender a viver juntos**, com finalidade de cultivar a cooperação nas atividades humanas e **aprender a ser**, que une as três precedentes. (DELORS, 1998). Esses pilares do conhecimento destacados pelo relatório são compatíveis com a lógica das competências.

O conceito de uma educação que se desenrola ao longo de toda a vida não leva a Comissão a negligenciar a importância da educação formal, em proveito da não-formal ou informal. A Comissão pensa, pelo contrário, que é no **seio dos sistemas educativos que se forjam as competências e aptidões que farão com que cada um possa continuar a aprender**. Longe de se oporem, educação formal e informal devem fecundar-se mutuamente. Por isso, é **necessário que os sistemas educativos se adaptem a estas novas exigências**: trata-se, antes de mais nada, de repensar e ligar entre si as diferentes sequências educativas, de as ordenar de maneira diferente, de organizar as transições e de diversificar os percursos educativos. (DELORS, 1998, p. 121, grifos nossos).

É evidente o caráter ideológico do relatório Delors, que coaduna com a dinâmica do capital internacional, materializada através do processo de reestruturação produtiva. A proposta foi construir bases sólidas e metas a serem alcançadas para favorecer o sistema, traçando orientações para os países, especialmente os periféricos. Além do relatório da UNESCO, a OIT, que controla o funcionamento de assuntos

relativos ao trabalho, também estabeleceu diretrizes em nível internacional. Essa instituição destaca a certificação por competências como resposta às transformações contemporâneas do sistema de produção, numa unidade a ser pactuada pelo Estado, trabalhadores e empregadores. Impulsionado pelas orientações da OIT, o modelo de competência se desdobra nos países em formatos distintos. A institucionalização se concretiza principalmente pelo mercado⁷ e pelos governos⁸ com as reformas educacionais. Assim, os países da América Latina atenderam as pressões das instituições internacionais e aderiram às reformas.

A OIT, por meio do Centro Interamericano de Investigação e Documentação sobre Formação Profissional (CINTERFOR), em parceria com os governos de cada país latino americano, estrutura políticas de formação e de certificação pautadas em competências profissionais. Nesses países, as experiências do modelo de competência, ainda que incipientes, começaram a se delinear. No México, a implementação ocorre pelo Conselho de Normalização e Certificação de Competência Profissional (CONOCER), através de um projeto de Educação Tecnológica e Modernização; no Chile, a educação profissional é regulamentada pelo Ministério de Educação e pelo Ministério do Trabalho, e por isso a competência se destaca nessas duas esferas; na Argentina, a competência ordena as relações educativas, aproximando a educação profissional dos setores produtivos. (RAMOS, 2002).

O Brasil acompanhou outros países latinos e aderiu às reformas educacionais derivadas desses organismos internacionais, portanto, sua política educacional foi elaborada conforme as exigências do mercado. Com a ofensiva do capital internacional, o processo de reestruturação produtiva atinge o Brasil nos anos 1990, que modernizou lentamente seu setor produtivo, articulado com a reforma neoliberal.

7 Nos EUA a estruturação do sistema de competências é realizada pela ação dos próprios mercados, assim, a iniciativa privada se responsabiliza pelo sistema, evitando regulações demasiadas por parte do governo. (RAMOS, 2002).

8 Em países como Espanha, o governo tem papel fundamental na aplicação do modelo de competência, organizado mediante o sistema de formação e aprendizagem profissional. (RAMOS, 2002).

Desse modo, a inserção do país na lógica neoliberal, como coadjuvante no processo de globalização em curso, sintonizado às premissas de liberalização econômica, desregulação financeira, alterações substantivas na legislação previdenciária e trabalhista e, fundamentalmente, na intensificação dos processos de privatização da esfera pública, tem sido apresentada pelos setores dirigentes como um claro indicador de modernização do até então Estado patrimonial. A perspectiva neoliberal é, nesse contexto, ideologicamente difundida apenas como reformulação da gestão do desenvolvimento capitalista, na qual a desigualdade é aceita como norma, e o desemprego, como contingência necessária ao desenvolvimento do capital. (DOURADO, 2002, p. 237).

Concomitantemente a essas transformações, foi discutida pelos órgãos representativos do Estado, dos empresários e dos trabalhadores a necessidade de realizar mudanças drásticas no sistema educacional brasileiro, para se adequar ao ajuste neoliberal. Em decorrência disso, a educação passou por um processo de múltiplas transformações, consagradas no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) com a aprovação de decretos, pareceres, resoluções e especialmente a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n.º 9394/96. A LDB afirma o compromisso da educação com o trabalho, o artigo 2º dispõe sobre essa questão.

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, **tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.** (BRASIL, 1996, p. 1, grifos nossos).

Na LDB⁹, a educação, especialmente a profissional, tem o papel de formar sujeitos para o mercado de trabalho, e os conhecimentos ad-

9 Neste documento não há um tópico específico sobre as competências. No entanto, é a partir da LDB que vários documentos foram aprovados, a exemplo do parecer N° 776/97 e do Edital 4/97. Esses documentos orientaram a flexibilização dos cursos de graduação e a incorporação da noção de competência nos cursos.

quiridos nesta etapa devem ser avaliados e reconhecidos por certificação. Ao enfatizar a lógica do mercado, o Brasil segue a matriz funcionalista como fundamento do modelo de competência (RAMOS, 2002).

A noção de competência se firmou enquanto nova ideologia da educação profissional¹⁰, difundida pelas instituições internacionais e incorporada pelo MEC através de várias legislações¹¹. O termo se propagou em outros documentos como o Decreto-Lei Nº 2.208/97, a Resolução CNE/CEB¹² Nº 04/99, o Parecer CNE/CEB Nº 16/99 etc. O Decreto-Lei nº 2.208/97 retrata a noção de competência no âmbito da elaboração dos currículos plenos dos cursos técnicos. “Para a elaboração das diretrizes curriculares para o ensino técnico, deverão ser realizados estudos de identificação do perfil de competências necessárias à atividade requerida, ouvidos os setores interessados, inclusive trabalhadores e empre-

10 Compreende os seguintes níveis: “I-básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia; II- técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto; III- tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.” (BRASIL, 1997a, p. 1).

11 Além do âmbito da educação, as legislações que incorporaram a lógica das competências se disseminaram por outros Ministérios, a exemplo do Ministério do Trabalho, que implantou o Plano Nacional de Qualificação Profissional (PLANFOR). Esse programa desenvolvido pelo governo federal tem como instrumento a política de qualificação profissional, fundamentado pelo modelo de competências e a ideologia da empregabilidade. “Portanto, o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) insere-se no conjunto das denominadas Políticas Públicas de Trabalho e Renda (PPTR), que são desenvolvidas pelo governo federal e financiadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). [...] A implementação do PLANFOR se deu através da consolidação gradativa de dois mecanismos, que foram: 1) os Planos Estaduais de Qualificação (PEQs), que são executados pelos governos estaduais e 2) as Parcerias Nacionais e Regionais (PARCs), celebradas com entidades não governamentais, cujas ações são complementares às dos PEQs, visando assegurar a consolidação do PLANFOR. Os PEQs e as PARCs são geridos pelo MTE/SPPE (antigo MTB/SEFOR), sob homologação e deliberação do CODEFAT. A integração e articulação desses dois eixos resultam nos projetos: avanços conceituais e articulação institucional. A implementação dos PEQs e das PARCs seguiram a orientação das diretrizes de participação, descentralização e fortalecimento da capacidade de execução local.” (BATISTA, 2009, p. 2-3). Além do PLANFOR, outros programas foram desenvolvidos baseados na lógica das competências, a saber: Programa Nacional de Qualificação e Certificação de Pessoal da Associação Brasileira de Manutenção (ABRAMAN); Programa de Certificação Ocupacional da Confederação Nacional da Indústria/ SENAI; Programa Integrar para Desempregados: Requalificação Profissional e Certificação de Competências etc.

12 Conselho Nacional de Educação (CNE) / Câmara de Educação Básica (CEB).

gadores.” (BRASIL, 1997a, p. 2). O Decreto-Lei destaca que os currículos devem ser estruturados através de módulos, com caráter de terminalidade, para que o discente adquira um certificado profissional.

A Resolução CNE/CEB Nº 04/99 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, considerando as diretrizes um conjunto de princípios e definição de competências profissionais gerais por área profissional. “Entende-se por competência profissional a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho.” (BRASIL, 1999a, p. 2).

Essas Diretrizes elucidam que a formação deve estar centrada no conceito de competências, exigindo do técnico uma atuação polivalente. O Parecer CNE/CEB Nº 16/99 reafirma que a formação profissional deve se ajustar às transformações do mundo do trabalho, sendo necessário superar as qualificações restritas, em virtude do surgimento do modelo de competência. O profissional competente deve estar preparado para mudanças e ter disposição para aprender e se aperfeiçoar no seu ofício. (BRASIL, 1999b). Esses documentos refletem a dinâmica estabelecida internacionalmente sobre a discussão das competências, enquanto mecanismo de formação, controle da força de trabalho e mobilizadora de vários conhecimentos do trabalhador.

O novo trabalhador tem de ser flexível e com maior capacidade de abstração. As pessoas aptas a este novo modelo precisam dominar diversos códigos linguísticos, possuírem adaptação ao uso da computação, preocupada com custos, sensíveis à questão da qualidade e multifuncionais. Além disso, têm que ser facilmente padronizáveis, ou seja pessoas que possibilitem, com facilidade, a padronização, do seu comportamento, habilidades e hábitos pessoais de trabalho. Ao mesmo tempo, espera-se que tenham flexibilidade na conformação a um determinado leque de padrões referentes aos processos e produtos. (JÚNIOR, H., 1994, p. 59).

O surgimento das competências se consagrou como necessidade objetiva do capital para incrementar o processo de trabalho, exigindo da

educação uma formação propiciadora das novas requisições mercadológicas. Além do forte apelo da educação profissional para o desenvolvimento de competências, a educação superior também ingressou nessa lógica, especialmente com a ênfase da UNESCO e do BM nos espaços de discussão e nos documentos oficiais. A educação superior foi tema de discussão em nível internacional por meio de vários debates promovidos pela UNESCO, com o objetivo de traçar os caminhos a serem desenvolvidos pelos países em relação a esse nível de ensino. Em 1993, foi realizada a 27ª Conferência Geral da UNESCO, com o tema “Educação para todos”, precursora na agenda de discussões sobre o ensino superior.

A conferência identificou a necessidade de mudanças nos processos de ensino e formação superior, para o enfrentamento dos problemas sociais, necessidade de melhorias nas capacitações profissionais, formação baseada em competências, inclusão de tecnologias, entre outras questões. Após essa conferência da UNESCO, outros debates ocorreram, ocasionando a elaboração de uma série de documentos, a exemplo da “Política para as mudanças e Desenvolvimento da Educação Superior”, uma síntese das principais tendências da educação superior. (WERNER, 2010). Em 1996, realizou-se em Havana a Conferência Regional sobre Política y Estrategias para la transformación de la Educación Superior en América Latina y Caribe, espaço que fomentou as possibilidades da educação superior para contribuir com o desenvolvimento da sociedade, gerando riquezas e coesão social.

La educación superior, además de ser un derecho humano al cual todos deben tener acceso, en función del mérito respectivo; constituye, al mismo tiempo, un elemento insustituible para el desarrollo social, la producción; el crecimiento económico, el fortalecimiento de la identidad cultural, el mantenimiento de la cohesión social, la lucha contra la pobreza y la promoción de la cultura de paz.¹³ (UNESCO, 1996, p. 6).

13 “A educação superior, além de ser um direito humano a que todos devem ter acesso, dependendo do respectivo mérito; constitui, ao mesmo tempo, um elemento insubstituível para o desenvolvimento social, a produção, o desenvolvimento econômico, o fortalecimento da identidade cultural, a manutenção da coesão social, a luta contra a pobreza e a promoção da cultura da paz.”(UNESCO, 1996, p. 6, tradução nossa).

Na Conferência, se discutiu a necessidade das instituições de ensino superior adotarem estratégias educativas fundamentadas pela flexibilização, com vistas a formar indivíduos criativos e eficientes. De acordo com essa lógica,

A formação das novas gerações da classe trabalhadora foi integrada ao processo geral de produção de valores, de tal forma que as instituições de ensino, na sua função de produtoras da mercadoria força de trabalho, passaram a obedecer à estratificação do mercado de trabalho, definida em termos de graus de complexidade das atividades produtivas. A organização do processo de trabalho nas instituições escolares passou a ser regida pelos critérios do tempo de trabalho e pelas exigências de redução de custos, o que levou à proletarianização do profissional da educação. (BRUNO, 2010, p. 3).

Desse modo, os sistemas educacionais se reestruturaram a partir das mudanças organizacionais aplicadas ao trabalho, orientadas pelos organismos internacionais, que definiram modelos e metas a serem alcançadas pelos países em crescimento. Os debates organizados pela UNESCO foram realizados para fortalecer a perspectiva da educação superior funcional aos processos de valorização do capital, servindo ao desenvolvimento econômico dos países. Essa questão foi reforçada com a Declaração Mundial sobre Educação Superior para o século XXI, realizada em Paris, em 1998, que ressaltou a formação das novas gerações baseada em competências. Conforme essa Declaração, a valorização das competências assegurou a diversidade e uma avaliação não apenas focada na memorização, mas sim no desenvolvimento da capacidade de ajuste, criatividade e perspectiva visionária. A função da educação superior é criar possibilidades para os sujeitos desenvolverem suas competências e habilidades com a finalidade de alcançar a empregabilidade. (UNESCO, 1998).

Ainda no que concerne à educação superior, o BM orientou os países a adotarem algumas medidas flexíveis para as Instituições de Ensino Superior (IES), como: diversificação das instituições, incluindo o desenvolvimento no setor privado; estímulo às instituições públicas

para diversificarem as fontes de investimento, a exemplo da participação dos estudantes nos gastos e do estreitamento dos laços com o setor privado; redefinição da função do governo na educação superior etc. (BANCO MUNDIAL, 1995). A primeira medida se refere à necessidade da existência de universidades públicas e privadas, faculdades, centros universitários, cursos de curta duração, ensino à distância etc. Com relação ao financiamento das universidades públicas, é preciso utilizar-se de verbas do setor privado, através de convênios firmados entre tais universidades e empresas, bem como cobrar dos alunos as taxas de matrículas. Por fim, o governo deve reduzir sua participação e investimento nas universidades públicas.

No Brasil, essas orientações do BM e da UNESCO foram consolidadas na gestão de FHC¹⁴. A prioridade do governo foi o incentivo à universalização do acesso ao primeiro grau (ensino fundamental), para garantir que crianças em condições de vulnerabilidade pudessem pelo menos completar as oito primeiras séries do ensino fundamental. Além disso, outras medidas foram tomadas, a saber: redução do papel do Ministério da Educação como instância executora; estabelecimento de conteúdos curriculares básicos, focalização em padrões de desempenhos e avaliações, dentre outras. (CARDOSO, 2008). Ao tratar o ensino fundamental como principal estratégia da sua política de governo, FHC não deu centralidade ao investimento na educação superior pela via pública, pelo contrário, se investiu bastante no setor privado.¹⁵

14 “Para viabilizar essas medidas que consubstanciam as reformas estruturais preconizadas pelo BM, o Governo criou um ministério próprio para isso, o MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado. Esse Ministério apresentou, em 1995, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado que foi implantado para ampliar a governança do Estado e, conseqüentemente, sua capacidade de implementar políticas públicas de forma eficiente.” (MOREZETE; LARA, 2009, p. 3283).

15 O investimento nas instituições privadas se deu através de decretos e legislações. “[...] a iniciativa de maior impacto para os rumos do ensino superior privado no País foi a resposta, nesses anos de “viração”, ao art. 1º do decreto 2306 (19/8/1997). Esse artigo dispõe que as entidades mantenedoras poderão assumir qualquer das formas admitidas em direito, de natureza civil e comercial, e quando constituídas como fundações serão regidas pelo Código Civil Brasileiro (art. 24). Ou seja, o artigo permitia às entidades mantenedoras das instituições de ensino superior alterar seus estatutos, escolhendo assumir natureza civil ou comercial. Com base nesse dispositivo, passaram a ser classificadas como: entidade mantenedora de instituição sem finalidade lucrativa e entidade mantenedora de instituição particular, em sentido estrito, com finalidade lucrativa.

Essas medidas de FHC convergiram com os interesses do capital, concretizadas através de várias legislações, a exemplo da LDB, que inova e propõe um modelo de gestão e aplicação do ensino no Brasil. “Desta forma, desde 1996, a educação brasileira vem sendo regulamentada pela LDB 9394/96, de inspiração absolutamente neoliberal, privatista, quantitativa (sob a égide de ser qualitativa) e acrítica.” (ALVES, 2011, p. 11). Nesta perspectiva, a LDB passa a tratar a educação na ótica da flexibilização, considerando os desdobramentos das relações sociais e das transformações tecnológicas derivadas do processo de reestruturação produtiva. Destina assim, à educação superior um conjunto de princípios que apontam para várias alterações como os processos de padronização e de avaliações.

A LDB reflete as orientações da UNESCO e do BM e impõe novas determinações à educação superior¹⁶. No exercício de sua autonomia, as IES possuem como uma de suas atribuições a fixação de currículos dos seus cursos, considerando as diretrizes gerais a eles pertinentes. (BRASIL, 1996). Em 1997, o Conselho Nacional de Educação (CNE) criou o Parecer Nº 776/97, aprovado em 31/12/97, que se referiu a “Orientação para as Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação”, em oposição à rigidez dos Currículos Mínimos estabelecidos anteriormente. O Parecer Nº 776/97 assegurou a necessidade de se formarem quadros flexíveis, tanto na organização dos cursos de graduação como

As últimas, ainda que de natureza civil, quando mantidas e administradas por pessoa física, ficam submetidas ao regime da legislação mercantil no que diz respeito aos encargos fiscais, parafiscais e trabalhistas; em outras palavras, passam a responder como entidades comerciais.” (SAMPAIO, 2011, p. 31). “Em 1994, das 851 IES, 192 (22,5%) eram públicas e 659 (77,5%) eram privadas. Em 2002, das 1.637 IES, 195 (11,9%) eram públicas e 1.442 (88,1%) eram privadas. Nesse período de oito anos, as IES privadas passaram de 77,5% para 88,1%. O número de IES cresceu 92%; o de IES públicas permaneceu estável; o das IES privadas cresceu 118%.” (SGUISSARDI, 2006, p. 1028).

- 6 “Art. 44º. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino; II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo; III - de pós -graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino; IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.” (BRASIL, 1996, p. 17).

na estruturação das carreiras, destacando que a graduação é apenas uma etapa do processo educativo. O MEC implantou as Diretrizes em substituição aos Currículos Mínimos, desencadeando um processo de mudanças nos cursos de formação superior. Nesta direção, as instituições tiveram autonomia para elaborar os projetos pedagógicos dos cursos, conforme as particularidades e especificidades de cada região.

Na perspectiva do MEC, as Diretrizes dos cursos tinham a proposta de incentivar o desenvolvimento de capacidades para o domínio de conhecimentos, preparando o discente para enfrentar as transformações societárias e mercadológicas, como alude o Parecer Nº 776/97. Desta forma, foram delineados os princípios norteadores das diretrizes curriculares.

Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas; estimular práticas de estudo independente, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno; encorajar o reconhecimento de conhecimentos, **habilidades e competências** adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive as que se referiram à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada. (BRASIL, 1997b, p. 3, grifos nossos).

Observa-se a competência como um dos princípios norteadores das Diretrizes, que reforça a necessidade de um novo perfil de formando. Em 1997, o MEC, através da Secretaria de Educação Superior (SESu), solicitou às IES que elaborassem propostas para as novas Diretrizes Curriculares dos cursos superiores. O Edital 4/97 da SESu/MEC propôs outras orientações para as Diretrizes como: perfil desejado do formando, competências e habilidades, conteúdos curriculares, duração dos cursos, estruturação modular dos cursos, estágios, atividades complementares e conexão com a avaliação institucional. No que concerne às competências, o edital não explicita o que se entende por competência, apenas sinaliza a sua relevância em relação à nova dinâmica flexível. O MEC incorporou a noção de competência na educação superior sem

abrir espaços de discussão, que possibilitassem entender os processos que envolvem o debate das competências.

Considerações finais

O discurso das competências se intensifica no processo de reestruturação produtiva, sendo esse fato consenso entre os teóricos que discutem sobre o tema. Por ser uma dimensão que perpassa múltiplas áreas do conhecimento, como a sociologia, administração, educação, entre outras, há muitas questões a serem exploradas, haja vista a pluralidade de reflexões sobre as competências. Assim, ao tratar sobre competência é preciso considerar as transformações no mundo do trabalho, e as implicações para o conjunto dos trabalhadores.

Ao propagar fortemente a lógica das competências, os organismos internacionais enfatizaram a necessidade de elaboração de documentos oficiais, a exemplo do relatório Delors, exigindo a dinâmica das competências para a preparação de novos profissionais. Esse documento foi disseminado para os países, especialmente para os periféricos, com a finalidade de formar sujeitos baseados no discurso competente para responder as demandas mercadológicas. Desse modo, no Brasil, tal lógica das competências foi se alastrando e incorporada em vários documentos no âmbito da educação.

Referências

ALVES, R. S. P. NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: uma década de intervenções do Banco Mundial nas Políticas Públicas do Brasil (2000 – 2010). In: **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300894657_ARQUIVO_artigoNEOLIBERALISMOEEDUCACAO.pdf>. Acesso em: jul. 2015.

ARAÚJO, N. M. S. **Hegemonia burguesa no Brasil contemporâneo: o governo Lula-PT como seu instrumento ideológico**. 2008. 230f. Tese (Serviço Social). Escola de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://minerva.ufrj.br/F?RN=516551476>> Acesso em: fev.2017

ARAÚJO, R. **Competência e qualificação**: duas noções em confronto, duas perspectivas de formação dos trabalhadores em jogo. Caxambu – Minas Gerais. 1999. p.1-20. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/ce/gepte/imagens/artigos/qualificacao%20e%20competencias%20-%20anped.pdf>>. Acesso em mar. 2017.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior** – Las lecciones derivadas de la experiencia. Washington, 1995. Disponível em: < <http://documentos.bancomundial.org/curated/es/1995/01/5861676/higher-education-lessons-experience-la-ensenanza-superior-las-lecciones-derivadas-de-la-experiencia> >. Acesso em: mar. 2015.

BRASIL Constituição (1988). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Decreto-Lei Nº 2.208**, de 17 de abril de 1997a. Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 17 abr. 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>>. Acesso em: jun. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB Nº 04/99**, de 08 de dezembro de 1999a. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, 04 dez. 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB04_99.pdf>. Acesso em: abr. 2015

BRUNO, L. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, v. 16, n. 48, p. 545- 562, set.-dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a02.pdf>>. Acesso em: jun. 2015.

DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. 10. ed. São Paulo: Cortez e MEC/ UNESCO, 1998. Disponível em: <<http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/ue000009.pdf>>. Acesso em: mar. 2017.

DELUIZ, N. O modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação: implicações para o currículo. **Boletim Técnico do Senac**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 1-16, 2001. Disponível em: <http://www.senac.br/bts/273/boltec273b.htm>>. Acesso em: fev. 2017.

DOURADO, L, F. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educ. e Soc.** Campinas, vol. 23, n. 80, p. 234-252, set. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12931.pdf>>. Acesso em: fev.2017.

FERRARI, M. **Burrhus Frederic Skinner**. 2011. Disponível em: <<http://educarpara-crescer.abril.com.br/aprendizagem/bf-skinner-307060.shtml>>. Acesso em: ago. 2015.

JORGE, T. A. S. Empregabilidade. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA,

L. M. F. (orgs.). **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <<http://www.gestrado.org/pdf/264.pdf>>. Acesso em: mai. 2015.

JÚNIOR, H. P. de S. Forma e conteúdo na construção ideológica do discurso da qualidade. In: FIDALGO, F.S.; MACHADO, L. R. de S. (orgs.). **Controle da qualidade total: uma nova pedagogia do capital**. 2. ed. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1994.p.53-62.

LEHER, R. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza**. 1998. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MARONEZE, L. F. Z; LARA, A. M. de B. A política educacional brasileira pós 1990: novas configurações a partir da política neoliberal de Estado. In: **IX Encontro Nacional de Educação – EDUCERE**. PUCPR, Paraná, 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3126_1394.pdf>. Acesso em: mar. 2017.

OLIVEIRA, R. **A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional**. Boletim SENAC. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/bts/271/boltecc.htm>>. Acesso em mai. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Conferencia Regional sobre Políticas y Estrategias para la Transformación de la Educación Superior en América Latina y el Caribe**. Havana, 1996. Disponível em: <<http://www.bnm.me.gov.ar/giga1/documentos/EL000528.pdf>>. Acesso em: jun. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação**. Paris, 1998. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/DireitoaEduca%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao/Imprimir.html>>. Acesso em: jun. 2015.

RAMOS, M. A educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais. **Educ. Soc.** Campinas, n. 80, vol. 23, p. 401-422, set.2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: mar. 2017.

SGUISSARDI, V. Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 27, n. 96 – especial, p. 1021-1056, out. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12931.pdf>>. Acesso em: mai. 2015.

SOARES, L.T. R. **Os custos sociais do ajuste neoliberal no Brasil**. Buenos Aires, 2002. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101003020857/9cap08.pdf>>. Acesso em: fev. 2017.

WERNER, R. C. **Desafios contemporâneos na formação profissional**: o desenvolvimento de competências e habilidades no Serviço Social. 2010. 186 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=11156>. Acesso em: jan. 2015.



PATRIARCADO, GÊNERO, PAPÉIS SOCIAIS SEXUADOS E IDENTIDADES:

em foco as relações sociais e os processos
educativos que atravessam o cotidiano¹

ANA PAULA LEITE NASCIMENTO

MARIA HELENA SANTANA CRUZ

Introdução

Neste artigo nos propomos a discutir as conexões entre patriarcado, gênero, papéis sociais sexuados e identidades, e, a partir destas intersecções colocar em foco as relações sociais, os processos educativos e as práticas sociais e políticas que atravessam o cotidiano no intuito de refletir sobre as construções sociais de gênero e as relações de gênero. Inicialmente traremos apontamentos do patriarcado e gênero, abordando as relações sociais mediadas por processos educativos e a divisão de trabalho entre os sexos. Em seguida, registraremos elementos da emergência e fundamentos do conceito de gênero, enfatizando as construções sociais de gênero e as relações de gênero que perpassam a vida cotidiana. Por fim, demarcaremos o gênero como constituinte das identidades dos sujeitos, trazendo ponderações a respeito dos papéis sociais sexuados e das relações de gênero transversais ao debate que ganha centralidade neste estudo.

219

Patriarcado, Gênero, Papéis Sociais Sexuados e Identidades

1 Esse artigo foi elaborado a partir de resultado de pesquisa qualitativa no âmbito do doutorado em Educação, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil, como parte da fundamentação teórica da tese de doutoramento em fase de elaboração sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Helena Santana Cruz. A versão do texto da tese avaliada e aprovada no Exame de Qualificação em 22 de março do corrente ano foi intitulada: “*JUVENTUDES EM CENA: EDUCAÇÃO, TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO NO COTIDIANO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE*”. Cabe assinalar que o aprofundamento da pesquisa e sistematização final da tese se dará ao longo do processo de doutoramento, com prazo de defesa até fevereiro de 2019.

Acerca da metodologia do trabalho apontamos que o estudo caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa. Recorremos ao levantamento bibliográfico e fichamento do referencial para fundamentar a discussão teórica e análises que nos propusemos. Procedemos à análise, interpretação e organização dos dados qualitativos expostos neste artigo a partir das determinações e contradições do real e do diálogo que fizemos um esforço de realizar com os interlocutores empíricos que subsidiaram a nossa discussão. Utilizamos o materialismo histórico dialético enquanto método que perpassou o estudo, haja vista que se constitui como o método que procura captar as mediações que explicam as relações dos complexos com a totalidade para desvendar o real a partir de suas contradições e determinações; que, partindo-se dos fenômenos aparentes e através de um processo de abstração, busca-se chegar à sua essência, reproduzindo-se a realidade pesquisada no plano do pensamento, enquanto real pensado. (KOSIK, 1976).

Patriarcado e gênero: relações sociais mediadas por processos educativos e divisão de trabalho entre os sexos

A ideia de “superioridade” dos homens propagada historicamente ao tempo em que se alastram explicações acerca da “inferioridade” social das mulheres tem íntima relação com o patriarcado. Embora reinante em distintas sociedades com particularidades e diferentes graus no domínio exercido por homens sobre as mulheres, a natureza do fenômeno da subordinação das mulheres aos homens é a mesma, bem como a legitimidade que é atribuída a sua naturalização (SAFFIOTI, 2004).

No entanto, assim como a exploração do homem pelo homem não é um dado natural, salientamos que a dominação não se deve a um processo natural, pois se fosse não teria sentido lutar contra a opressão e dominação de gênero, nem mesmo contra a exploração do homem pelo homem. Cabe apontar que em determinadas condições históricas e sociais os indivíduos mantinham relações sociais igualitárias, a exemplo da vivência nos marcos da sociedade primitiva. A respeito disso ponderamos que “a vida dos primitivos se resumia [devido às condições objetivas de existência] em os machos saírem para caçar e as fêmeas

buscarem alimentos com a coleta” (SILVA, 2016, p.19). Vale também enfatizarmos que “as formas de vida comunitária predominavam independentemente de qual sociedade primitiva estejamos falando: nas tribos africanas, na Austrália, na Ásia ou nas Américas” (LESSA, 2012, p.17). Tem-se que “em todas as sociedades primitivas a colaboração e a união dos esforços eram a chave para a sobrevivência”². Sendo assim, “[...] a forma como os primeiros homens buscavam seus alimentos determinava as primeiras relações sociais” (SILVA, 2016, p.19).

Os papéis atribuídos aos sexos são construções sociais, mediadas por processos educativos cotidianos, devido ao papel que ocupa na produção e reprodução social. Nessa mesma direção, as identidades sociais femininas e masculinas são construídas social e historicamente. Portanto, considerando a historicidade das relações sociais, convém demarcarmos que nas sociedades primitivas

tal como a vida de cada indivíduo estava intimamente associada à sobrevivência de todos, a vida de cada criança era protegida por todos: não havia nada semelhante à figura da mãe e do pai que hoje conhecemos. Nem as tarefas de criação dos filhos, preparação dos alimentos, etc. eram femininas ou masculinas; eram atividades coletivas que envolviam pessoas de ambos os sexos e de todas as idades. Pouquíssimas tarefas eram atividades divididas segundo o sexo e, quando o eram, era frequente caber aos homens atividades que hoje são tidas por femininas. E, além disso, a divisão das tarefas não implicava uma hierarquia de poder nem cancelava a autonomia de cada pessoa (LESSA, 2012 p.18-19).

Com o surgimento da propriedade privada não temos “[...] a gênese de uma ‘coisa’, mas de uma nova relação social, de uma nova forma de os homens organizarem a vida coletiva” (LESSA, 2012, p.23). A propriedade privada é “fundada por uma nova forma de trabalho, o trabalho alienado (explorado): a transformação da natureza nos meios de produção e de subsistência será realizada, agora, por meio da explo-

.....
2 Ibid., p. 17.

ração do homem pelo homem”³. Estão dadas aí as condições objetivas para a constituição da nova forma de organização da vida social, a saber, a sociedade de classes. É nesse contexto que a família “se desloca do coletivo e se constitui em núcleo privado: essa nova forma de organização de família é a família monogâmica ou família nuclear”⁴.

Desse modo, concordamos com Engels (2012, p. 87) que “o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia” e também que coincide “a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino”⁵.

Novas atribuições de papéis sexuais masculinos e femininos implicam que novas significações ou ressignificações são dadas aos trabalhos realizados pelos homens e pelas mulheres. Pois bem, “[...] o trabalho doméstico das mulheres perdia agora sua importância, comparado ao trabalho produtivo do homem; este trabalho passou a ser tudo, aquele, uma insignificante contribuição” (ENGELS, 2012, p.204). Portanto, esta “divisão de trabalho entre os sexos retirou a mulher da vida coletiva e a isolou no interior do lar” (LESSA, 2012, p.33). Logo, “ser masculino e ser feminino incorporam, agora, essa nova determinação: aos homens cabe pensar os grandes problemas e decidir o destino da humanidade”⁶, enquanto que “às mulheres está reservado o pobre horizonte de cuidar dos filhos, dos alimentos e da casa”⁷. É imprescindível registrar que a “retirada das mulheres da vida coletiva não se deu nem voluntariamente nem de forma tranquila”⁸. Mesmo que “historicamente estabelecida a superioridade das sociedades de classe ante o modo de produção primitivo, o espaço de reação e resistência para as mulheres [tenha diminuído], [...] jamais desapareceu por completo”⁹.

3 Ibid., p. 23.

4 Ibid., p.26.

5 Ibid., p. 87.

6 Ibid., p. 33.

7 Ibid., p. 33.

8 Ibid., p.36.

9 Ibid., p. 36.

Destacamos neste estudo que “a família, tal como hoje a conhecemos, não surge como resultado do amor entre os indivíduos. Surge como a propriedade patriarcal de tudo o que é doméstico” (LESSA, 2012, p.31). Verificamos que com a emergência do regime patriarcal houve uma substituição do consenso até então existente pela dominação – como base do patriarcado - na relação entre os homens e as mulheres, isto é, nas relações sociais de gênero, cujos impactos também ocorrem nas relações sexuais, pois o patriarcado introduziu um novo conteúdo no próprio ato sexual em que de uma relação entre pessoas autônomas, passa-se a uma relação sexual entre maridos e esposas ou entre senhores e prostitutas (LESSA, 2012). Salientamos que no caso da relação sexual que ocorre entre maridos e esposas, a finalidade é

um herdeiro que possa perpetuar a acumulação de riqueza da família. Esta, por sua vez, tem seu *status* na sociedade a partir da propriedade que possui. A garantia de que o filho será mesmo do marido é a virgindade da esposa – por isso cabe ao primogênito masculino a herança. A virgindade passa a ser imprescindível para a mulher destinada à esposa, com o que o desenvolvimento de sua sexualidade fica comprometido pela repressão que acompanha esta situação. Ser atraente para o sexo oposto implica, para a mulher destinada à esposa, limitar seu desenvolvimento às atividades domésticas, “locais”, a cozinhar, a bordar, etc. – a suportar com resignação a repressão do desenvolvimento de sua personalidade, o que inclui o da sua sexualidade. Ao mesmo tempo, o fato de serem o polo dominante não significa que os homens escapam das consequências alienantes do casamento monogâmico. Toda alienação é uma relação social e, por isso, implica na alienação dos dois lados da relação. Aos homens cabe, agora, o desenvolvimento de sua sexualidade dissociada de qualquer relação afetiva. [...]. Ele agora deverá ter iniciativa, seu “desempenho” deve corresponder a um dado padrão, ele deverá ser dominante na relação. Na mesma proporção em que à mulher é negado o direito ao prazer, aos homens é requerida uma volúpia incontrollável. As mulheres, diz a ideologia patriarcal, podem viver sem sexo; os homens, jamais (LESSA, 2012, p.31-32, grifo original).

As mulheres no regime patriarcal “são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras” (SAFFIOTI, 2004, p.105). Observamos que diferentemente dos homens “como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores”¹⁰. Isto posto, temos que “as relações hierárquicas entre os homens, assim como a solidariedade entre eles existente, capacitam a categoria constituída por homens a estabelecer e a manter o controle sobre as mulheres”¹¹. Logo, a “[...] soma/mescla de dominação e exploração é [...] entendida como opressão [...]”¹².

O patriarcado é concebido como “um sistema sexual de poder no qual os homens possuem poder e privilégio econômico e controle sobre o corpo das mulheres através de diversas manifestações” (CRUZ, 2005, p.39). Nesses termos, a “opressão fundamental vem do sistema de classe sexual, que se inicia na família biológica e se expande na divisão sexual hierárquica da sociedade e nos papéis sexuais que são atribuídos a uns e outros”¹³. Salientamos, pois, que Castells (1999, p.169) classifica o patriarcalismo como

[...] uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, consequentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo. É essencial, porém, tanto do ponto de vista analítico quanto político, não esquecer o enraizamento do patriarcalismo na estrutura familiar e na reprodução sociobiológica da espécie, contextualizados histórica e culturalmente.

10 Ibid., p. 105.

11 Ibid., p.104.

12 Ibid., p.105.

13 Ibid., p. 39.

Em Cruz (2005, p.38) vimos que “[...] a sociedade patriarcal, ao deslocar as mulheres das posições de poder e delimitar suas esferas de atuação, abriu espaço para outras formas de existência criadas pelas mulheres”. Convém destacarmos que

se o esquema de dominação patriarcal põe o domínio, a capacidade legitimada de comandar, nas mãos do patriarca, deixa livre aos seus subordinados, homens e mulheres, especialmente estas últimas, a iniciativa de agir, cooperando neste processo, mas também solapando suas bases. Eis aí a contradição que perpassa as relações homem-mulher na ordem patriarcal de gênero (SAFFIOTI, 2004, p.118).

Concordamos com Saffioti (2004, p.117) ao afirmar que “o processo de dominação só possa se estabelecer numa relação social”. Logo, “[...] está dada a presença de, no mínimo, dois sujeitos. E sujeito atua sempre, ainda que situado no polo do dominado”¹⁴. Em razão desses pressupostos endossamos que seria um equívoco não considerarmos que no patriarcado se desenvolve uma relação com atuação das partes que estão em pólos distintos. Assim, não referendamos a assertiva de que na ordem patriarcal de gênero as mulheres não detém nenhum grau de poder (SAFFIOTI, 2004).

Portanto, tem-se em Cruz (2005, p.40) que o patriarcado é arquitetado “como sistema sexual de poder, como a organização hierárquica masculina da sociedade, que se perpetua através do matrimônio, da família e da divisão sexual do trabalho”. Não podemos deixar de demarcar que com o advento do capitalismo, principalmente com a Revolução Industrial, a subordinação das mulheres se amplia, cujos impactos se perpetuam na divisão sexual do trabalho, que agora supõe traços mais substanciais de exploração - que não se restringem à dinâmica de vida das mulheres, mas estendem-se aos demais indivíduos. Com o capitalismo a força de trabalho explorada na produção não é exclusividade do homem, a força de trabalho da mulher é também incorporada na produção, vez que a força de trabalho feminina era explorada e su-

.....
14 Ibid., p.118.

bordinada somente no ambiente doméstico. Concordamos com Cruz (2005, p. 40) que “o surgimento do capitalismo veio confirmar que a subordinação das mulheres perpetuava-se resultando na divisão sexual do trabalho”. Daí a necessidade de nos atentarmos nesta pesquisa para a premissa teórico-metodológica de que uma análise das relações de gênero não pode prescindir da apropriação da análise de outras categorias, a exemplo da classe social, dada a totalidade que constitui o ser social. Por isso expomos aqui essa discussão.

Nas relações sociais e processos educativos cotidianos que lhes são transversais identificamos que a predominância da ideologia patriarcal ainda perdura. Todavia, as bases do patriarcalismo vêm sendo colocada em xeque na medida em que a “família patriarcal, base fundamental do patriarcalismo, vem sendo contestada neste fim de milênio pelos processos, inseparáveis, de transformação do trabalho feminino e da conscientização da mulher” como assevera Castells (1999, p.170), e, igualmente por processos de novas mentalidades e de práticas sociais e políticas dos indivíduos que se constroem mediados por feminilidades e masculinidades distintas, resultado que advém certamente do legado que se ergue a partir dos estudos de gênero e das relações de gênero na cotidianidade da vida social, capturando aqui o gênero no seu aspecto relacional, e, ainda como categoria de análise e enquanto categoria histórica, conforme discussão mais aprofundada a respeito da categoria gênero sublinhada a seguir.

Emergência e fundamentos do conceito de gênero

A categoria gênero perpassa o nosso cotidiano, aspecto que demarca a necessidade de apropriação teórico-analítica do conceito para a explicação da organização da vida social e seus rebatimentos, haja vista que por meio das relações sociais e dos processos educativos transversais presentes na vida cotidiana vamos nos construindo social e historicamente, por conseguinte, construindo nossas identidades e subjetividades. Além disso, participamos, nos expressamos ou silenciemos no cotidiano tendo como influências as construções sociais às quais experienciamos, com ênfase para as construções sociais de gênero como discussão e análise a ser tratada neste tópico.

Portanto, iniciamos a exposição com o debate do feminismo que dá as bases para os fundamentos e a emergência da categoria gênero, que também será objeto de debate. O feminismo como um movimento social organizado data do século XIX, no Ocidente (LOURO, 1997). Segundo Cruz (2014, p.21) “o movimento feminista ganhou força, sendo endossado tanto por homens quanto por mulheres que defendem a igualdade entre os sexos” e se consolida como “[...] um discurso de caráter intelectual, filosófico e político que busca romper os padrões tradicionais, acabando assim com a opressão sofrida ao longo da história da humanidade pelas mulheres” (CRUZ, 2014, p.21).

Na virada do século XIX manifestações contra a discriminação feminina tiveram visibilidade e culminou no chamado “sufragismo”, consagrado como movimento que tinha pauta reivindicatória do direito ao voto estendido às mulheres. O sufragismo foi reconhecido como “primeira onda” do feminismo (LOURO, 1997). O mote foi a luta pela igualdade de direitos para homens e mulheres. A organização e protesto das mulheres “contra as diferenças contratuais, a diferença na capacidade de conquistar propriedades e ainda contra os casamentos arranjados que ignoravam os direitos de escolha e os sentimentos das mulheres” (CRUZ, 2014, p.21) marcou esse momento. Destacavam-se campanhas pelos direitos sexuais, econômicos e reprodutivos. Mulheres buscavam o direito pelo próprio corpo, respeitando seus sentimentos e desejos. Resultados dessas reivindicações foram gradativos no século XX (CRUZ, 2014).

O conceito de gênero emerge vinculado ao debate do feminismo, diga-se à história do movimento feminista contemporâneo; sua emergência se dá no contexto da “segunda onda” do movimento feminista, no final da década de 1960, quando este volta sua prioridade para as construções propriamente teóricas e mantém suas preocupações sociais e políticas. Louro (1997, p.14) aponta que o conceito de gênero é “constituente desse movimento, [...] está implicado linguística e politicamente em suas lutas [...]”. É neste contexto que se engendra e se problematiza o conceito de gênero (LOURO, 1997).

É imperioso demarcar aqui o movimento protagonizado por grupos feministas que perdurou até 1980, recebendo o slogan “o pessoal é po-

lítico” – como princípio máximo que consubstanciava a práxis política do movimento feminista naquela ocasião -, cujo objetivo se constituía em “[...] ressignificar, politizar o cotidiano, e entender que existe uma estrutura de poder por trás do que, até então, era visto como ‘natural’” (CRUZ, 2014, p.21). Essa fase identificava “o problema da desigualdade como a união de problemas culturais e políticos, encorajando as mulheres a serem politizadas e combaterem as estruturas sexistas de poder”¹⁵. Nesta conjuntura o movimento feminista contemporâneo se torna verdadeiramente revolucionário: o movimento não somente renasce, mas cria estratégias de luta por meio da troca de experiências e vivências das mulheres e reflexão coletiva. Insurge aí sua práxis política. (SARDENBERG, 2002).

O processo de socialização das experiências permitia às mulheres constatar que os problemas vivenciados nos respectivos cotidianos como indivíduos apresentavam raízes sociais, demandando respostas e soluções coletivas. Em razão disso sustentava-se a afirmativa: “o pessoal é político”, enquanto retórica fundamental do feminismo contemporâneo, dada a perspectiva de que a separação entre a esfera privada, concebida pela vida familiar e pessoal, e, a esfera pública era tão somente aparente. Esses pressupostos interrogavam a concepção do político tradicionalmente limitada à definição das relações na esfera pública, que eram relações vistas como diferentes em termos de conteúdo e teor das relações e interações na vida familiar, isto é, na vida “privada”. Do ponto de vista da perspectiva de gênero feminista essas diferenças são apenas ilusórias, vez que a dinâmica do poder existe nas duas esferas. Logo, as relações interpessoais e familiares são igualmente relações sociais e de poder entre os sexos e entre as gerações. E como não são relações “naturais”, se constituindo, porém, como relações socialmente construídas, e, historicamente determinadas, são então passíveis de transformação (SARDENBERG; COSTA, 1993; SARDENBERG, 2011).

A “terceira onda” ou fase do movimento feminista “concentra-se na análise das diferenças, da diversidade, da alteridade e da produção

.....
15 Ibid., p. 21.

discursiva da subjetividade” (CRUZ, 2014, p.22). Nas três ondas ou fases do movimento feminista o intento das estudiosas feministas destes primeiros tempos foi tornar visível a mulher que vinha sendo ocultada, pois a segregação social e política a que as mulheres estiveram historicamente submetidas resultava na ampla invisibilidade delas como sujeito na vida social cotidiana e invisíveis como sujeito da Ciência, delegando-as a esfera privada, ou seja, o mundo doméstico, como o seu “verdadeiro” universo (LOURO, 1997).

A “quarta onda” do feminismo na perspectiva teórico-acadêmica explicitada por Matos (2010a), refere-se ao feminismo do Sul (ancorado em teorias latino-americanas e brasileiras) e para o Norte global (ancorado em teorias anglo-saxônicas), pautados nas teorias feministas de dimensões sócio-históricas e culturais brasileira e latinoamericana. Para Matos (2010b) o “fluxo horizontal do feminismo” ou “quarta onda” constitui uma experiência inovadora para os estudos e teorias feministas, pela importância da interlocução entre o local e o global como forma de contribuir para a construção contínua do conhecimento político e acadêmico, aprofundamento sobre as particularidades que o campo empírico da pesquisa apresenta em interconexão com os fenômenos de ordem global. Essa “quarta onda” para Matos traz os desafios da horizontalização dos movimentos feministas e da construção coletiva do diálogo intercultural e intermovimentos, um processo de “democratização de gênero no âmbito das instituições e da reformulação de políticas públicas”, ou seja, inaugura-se um movimento de reorganização do Estado que passa a se organizar com o intuito de promover a justiça social, não apenas para realizar uma redistribuição econômica, mas, para pensar de forma interseccionada os fenômenos de raça, gênero, sexualidade, classe e geração desdobrando-se na necessidade de se pensar em micro e macro estratégias de ação articuladas, integradas, transversais e intersetoriais, construídas em conjunto pelo Estado e pela sociedade civil. A “quarta onda” evidencia que a luta feminista e a luta por direitos humanos reforçam o princípio da não-discriminação com base na raça/etnia, idade/geração, orientação sexual, nacionalidade ou religião.

Inicialmente como “estudo de mulheres” ou “estudos feministas”, depois como “estudos de gênero” e, agora, mais recentemente, como estudos vinculados ao “campo feminista de gênero”, os estudos protagonizados pela luta feminista das mulheres, desta vez no âmbito acadêmico, têm contribuído de modo substantivo para alterar a paisagem das teorias no campo social, cultural e político, seja aqui no Brasil ou no exterior. Precisamos enfatizar o caráter político dos estudos feministas como uma marca significativa, em que “objetividade e neutralidade, distanciamento e isenção, que haviam se constituído, convencionalmente, em condições indispensáveis para o fazer acadêmico, eram problematizados, subvertidos, transgredidos” (LOURO, 1997, p.19).

Com isso, o debate vai sendo travado por meio de uma nova linguagem, constituindo-se aí a emergência do gênero como um conceito fundamental. Assim, passam a distinguir os estudos feministas dos estudos de gênero: nos feministas o foco “se dá principalmente em relação ao estudo das e pelas mulheres, mantidas as estreitas relações entre teoria e política-militância feminista” (CRUZ, 2014, p.22); os estudos de gênero indicam “uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’” (SCOTT, 1990, p.3), que no uso mais recente do termo “gênero” que aparece “[...] primeiro entre as feministas americanas [...] queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (IBID., p. 3). O conceito “serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política” (LOURO, 1997, p.21). Há de se registrar que uma das “razões do recurso ao termo *gênero* foi, sem dúvida, a recusa ao essencialismo biológico, a repulsa pela imutabilidade implícita em ‘*a anatomia é o destino*’, assunto candente naquele momento histórico” (SAFFIOTI, 2004, p.110, grifos originais). Devemos atentar para as reflexões de Cruz (2005, p.43) ao afirmar que

[...] as dúvidas postas sobre as “representações do sexo biológico” levaram os pesquisadores a incursões por outros campos do saber, à procura de iluminações para os significados das relações sociais, o significado do masculino e do feminino, entendendo-se que as relações sociais entre homens e mulheres são pensadas enquanto relações entre

o que é definido como masculino e feminino: os gêneros. Por que o uso do gênero como categoria analítica? Porque justamente ele constrói uma relação ao mesmo tempo social e simbólica, sem estabelecer uma mecânica de determinação.

Concordamos que “ao iniciar uma reflexão sobre gênero, o primeiro desafio que se apresenta é o de reconhecer que ser homem ou ser mulher não é simplesmente um feito natural, biológico” (SARDENBERG; MACEDO, 2011, p.33), pois vários fatores de “ordem econômica, social, política, étnica e cultural [...] contribuem [...] para a maneira como pensamos, como nos comportamos e atuamos enquanto homens ou mulheres”¹⁶. Porém, muitos estudos nem sempre levam em consideração esses diversos fatores quando se procura compreender as diferenças entre homens e mulheres. Por vezes é comum que maior importância seja conferida apenas aos aspectos biológicos, em que se toma como “naturais” essas diferenças, que ao contrário são construídas socialmente com base em outros elementos (SARDENBERG; MACEDO, 2011).

Isso nos impulsiona a atentarmos que as diferenças entre homens e mulheres não devem perpassar pelo viés da dimensão natural enquanto centralidade, mas considerar a premissa de que são diferenças que se dão a partir de construções sociais, ou seja, possuem um caráter social, devendo também considerar a historicidade dos processos em que são construídas socialmente essas diferenças. Louro (1997, p.21-22) alude que “ao dirigir o foco para o caráter ‘fundamentalmente social’, não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados”. Assevera que “[...] não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (LOURO, 1997, p.22).

O conceito de gênero passa a ser usado com um forte apelo relacional, vez que é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros (LOURO, 1997). O gênero “[...] é visto, ao mesmo tempo, como uma categoria social estrutural e como uma construção, que é sempre, de algum modo, fundamentalmente, *uma questão de relações sociais*”.

.....
16 Ibid., p. 33.

(CRUZ, 2014, p.22, grifo original) Apesar de os estudos continuarem priorizando análises sobre as mulheres, passam de modo mais explícito a se referir aos homens. Os estudos contextualizam o que se afirma ou se supõe sobre os gêneros, no intuito de evitar afirmações generalizadas a respeito da “mulher” ou do “homem”. Desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e os sexos para as relações de gênero (LOURO, 1997; CRUZ, 2014). A perspectiva de gênero interroga, portanto,

a superação do patriarcalismo tal como ele se *expressa no cotidiano* – mediante as atribuições de papéis, caminha no sentido de documentar o lugar das diferenças, pensar as especificidades culturais, como objeto de reflexão, no interior das disciplinas, identificar outras categorias de análise para a atividade científica. Impõe-se a necessidade de documentar a experiência vivida como possibilidade de abrir caminhos novos (CRUZ, 2014, p.22, grifo original).

Salientamos que “diferenciando ‘sexo’ de ‘gênero’ as pensadoras feministas pretendem, portanto, ressaltar o caráter arbitrário de ‘masculino’ e ‘feminino’, razão pela qual ‘gênero’ tem sido objeto de contínuas teorizações” (SARDENBERG; MACEDO, 2011, p.36-37). Gênero torna-se “conceito-chave do campo de estudos sobre as relações entre homens e mulheres e a condição feminina”¹⁷. O termo gênero faz parte “das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens” (SCOTT, 1990, p.19).

No Brasil as feministas passaram a se utilizar do termo gênero no final dos anos 1980, processo que ocorreu no início de modo tímido e que depois se alastrou rapidamente nos marcos da década de 1990. Daí tem-se que no Brasil houve uma nítida articulação entre o feminismo e a emergência dos estudos de gênero (MACHADO, 1999; LOURO, 1997; SAFFIOTI, 2004; CORRÊA, 2001). Neste estudo, endossamos a assertiva de Scott (1990, p.21) quanto à definição de gênero de que “o núcleo essen-

.....
17 Ibid., p.37.

cial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições”, a saber: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1990, p.21). Gênero não se resume a uma “categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. *Gênero* também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual” (SAFFIOTI, 2004, p. 45, grifo original).

O conceito de gênero refere-se a um sistema de relações de poder fundamentadas a partir de um conjunto de qualidades, papéis, identidades e comportamentos opostos atribuídos a mulheres e homens. Nesse sentido, as relações de gênero, bem como as de classe e raça ou etnia, são determinadas pelo contexto social, cultural, político e econômico. (SCOTT, 1990). Louro (1997) alerta que o caráter fundamentalmente social e relacional do conceito de gênero não deve nos levar a pensá-lo como referindo à construção de papéis masculinos e femininos. Pois pondera que

papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar [...]. Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas (LOURO, 1997, p.24).

Apropriar-se do conceito de gênero deve então nos possibilitar análises da interpretação ou apropriação cultural e social que as pessoas fazem das diferenças sexuais e também nos fornecer elementos para analisarmos quais as consequências disso nos diversos contextos da vida social cotidiana, a exemplo dessas manifestações na família, na escola, no trabalho, dentre outros espaços da vida cotidiana. Por isso ressaltamos a importância de “se entender o fazer-se homem ou mulher como um processo e não como um dado resolvido no nascimento” (LOURO, 1992, p.57).

Referendamos a afirmação de Beauvoir (1967, p.9) “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Logo, os processos educativos nos quais fêmeas e machos se inserem quando do nascimento e que perpassam suas vidas contribuem cotidianamente para que se tornem homens e mulheres, cujas feminilidades e masculinidades diversas são construídas socialmente. Com isso temos que

nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo (BEAUVOIR, 1967, p.9, grifo original).

Não devemos nos furtar ao importante registro de que a luta de Beauvoir (1908-1986) contra o essencialismo biológico, ancorado no mote “a anatomia é o destino”, a faz enveredar – e também protagonizar, mesmo com as condições objetivas teóricas da época –, pela ação da sociedade na transformação do bebê em mulher ou em homem. Concordamos que na sua afirmação categórica de que “ninguém nasce mulher, mas se torna mulher” estão os fundamentos do conceito de gênero, isto é, reside nesta assertiva a manifestação primeira do conceito de gênero, não obstante não tenha formulado o conceito de gênero (SAFFIOTI, 1999; 2004). Assim, “[...] é preciso aprender a ser mulher, uma vez que o feminino não é dado pela biologia, ou mais simplesmente pela anatomia, e sim construído pela sociedade” (SAFFIOTI, 1999, p.160). Obviamente Beauvoir não possuía “o arsenal de conceitos e teorias com que contamos na atualidade, mas se dirigiu certeira-mente ao ponto essencial”¹⁸. Beauvoir então lança “as bases

.....
18 Ibid., p. 160.

para a posterior formulação de uma postura que vai defender a construção social das relações entre (e intra) sexos, isto é, das relações de gênero” (SARDENBERG; MACEDO, 2011, p.35), e, dessa forma mostra que as relações de gênero “[...] vão muito além da regulação da relação homem-mulher, também entre as mulheres e entre os homens”¹⁹.

É o aporte de gênero que nos auxilia teórica, analítica e historicamente a entendermos as nuances do processo de construir-se como homens e mulheres, notadamente das particularidades do processo de construção social do ser masculino e feminino, porque o gênero diz respeito “às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas” (SAFFIOTI, 2004, p.116). Alertamos, pois, que “o masculino e o feminino são construídos através de prática sociais masculinizantes ou feminizantes, em consonância com as concepções de cada sociedade” (LOURO, 1992, p.57).

Se fazer referência à categoria gênero fosse igualmente referir-se à construção de papéis sociais sexuais masculinos e femininos, temos que registrar que discutir a aprendizagem de papéis masculinos e femininos remeteria a análise para os indivíduos e para as relações interpessoais como alude Louro (1997). Assim, as

desigualdades entre os sujeitos tenderiam a ser consideradas no âmbito das interações face a face. Ficariam sem exame não apenas as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades, como também as complexas redes de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos [...]) constituem hierarquias entre os gêneros (LOURO, 1997, p.24).

Os estudos de gênero vêm sendo desenvolvidos numa perspectiva histórica, social, cultural e relacional, na perspectiva de darem conta do caráter dialético da categoria gênero. Corroboramos com a premissa de que o construto gênero diz respeito “a um princípio universal,

.....
19 Ibid., p. 35.

organizador tanto do mundo exterior (o ‘social’, econômico, político) quanto interior, ou seja, que diz respeito à construção das subjetividades e das identidades” (SARDENBERG; MACEDO, 2011, p.38). Ratificamos então que as relações entre os sexos devem ser pensadas como relações de gênero e ainda como relações sociais, concebidas, portanto, “[...] como relações determinadas não ‘naturalmente’ pela biologia dos sexos, mas sim por forças sociais, econômicas, políticas, culturais e ideológicas historicamente específicas”²⁰.

O desafio posto consequentemente incide na “[...] busca da compreensão dos vários espaços e relações em que o gênero se constrói como o contexto educacional, o mercado de trabalho, a família, as instituições, as políticas públicas, os meios de comunicação etc.”²¹, haja vista a influência das experiências e relações vivenciadas nestes espaços na construção das identidades e das subjetividades do ser mulher e do ser homem, bem como na construção das feminilidades e masculinidades (de acordo com a discussão que iremos expor no tópico subsequente deste artigo), sem aqui reforçarmos o processo de regulação dos gêneros, se impondo como outro desafio a necessidade de indagarmos as regulações existentes e problematizarmos os efeitos que produzem.

O gênero como constituinte das identidades dos sujeitos: papéis sociais sexuados e relações de gênero

O gênero insurge como sendo constituinte das identidades dos sujeitos. Neste estudo partimos do pressuposto que os sujeitos possuem identidades múltiplas, dado os diversos processos de identificação e diferenciação que estão inseridos, por isso usamos aqui o termo identidades no plural. A identidade e a diferença se constituem como “[...] faces de um mesmo processo, razão pela qual não se admite que as relações sociais tenham lugar no terreno exclusivo da semelhança” (CRUZ, 2005, p.49-50).

.....
20 Ibid., p. 38.

21 Ibid., p.40.

Louro (1997, p.25) afirma que “o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo)”. Entretanto nos alerta que essa assertiva refere-se “[...] a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a idéia é perceber o gênero *fazendo parte* do sujeito, constituindo-o”²². A identidade é um

fenômeno social, estruturando-se em um contínuo processo de identificação estabelecido através da rede de relações sociais, construídas nas diferentes esferas do cotidiano - na fábrica, no sindicato, na casa, no bairro, [na escola], nos movimentos sociais -, enfim, nos diferentes lugares onde homens e mulheres vivem sua experiência individual e coletiva. (CRUZ, 2005, p.49).

É no cotidiano das instituições e das práticas sociais que vão se constituindo os gêneros e igualmente estas e aquelas vão sendo constituídas pelos gêneros. Logo, estas

práticas e instituições “fabricam” os sujeitos. [...] a justiça, a igreja, as práticas educativas ou de governo, a política, etc. são atravessadas pelos gêneros: essas instâncias, práticas ou espaços sociais são “generificados” — produzem-se, ou “engendram-se”, a partir das relações de gênero (mas não apenas a partir dessas relações, e sim, também, das relações de classe, étnicas, etc.) (LOURO, 1997, p.25).

Louro (1997, p.26, grifo original) alude que “[as] *identidades sexuais* se constituiriam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as”. Pondera que “por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas *identidades de gênero*”²³. Assim, as

22 Ibid., p. 25, grifo original.

23 Ibid., p. 26.

[...] identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito freqüentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente. No entanto, elas não são a mesma coisa. Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc). O que importa aqui considerar é que — tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade — as identidades são sempre *construídas*, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento (LOURO, 1997, p.27, grifo original).

Concordando com a premissa de que as identidades são construídas processualmente não podemos eleger uma etapa da vida que se coloque como específica para o estabelecimento ou momento definitivo da constituição das identidades sexual ou de gêneros, pois

não é possível fixar um momento — seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade — que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja “assentada” ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação (LOURO, 1997, p.27).

Cruz (2005) faz um alerta quanto à cristalização das construções sociais das identidades ancoradas nas diferenças biológicas ao assinalar que “a identidade sexual e a relação entre os sexos são, portanto, construções sociais que se cristalizam em torno de diferenças biológicas e variam no decorrer da história” (CRUZ, 2005, p.48). Assim, é mister nos atentarmos para os processos de construção que os sujeitos estão submetidos e vão experienciando, considerando que é nas relações sociais e por meio das diferentes relações cotidianas que vão se construindo individualmente e coletivamente. Neste estudo a ênfase se dá para as práticas sociais e educativas cotidianas atravessadas pelas construções sociais de gênero que marcam as trajetórias, experiências, práticas sociais e políticas dos sujeitos. Para tanto, nos referenciamos no pressuposto de que

a identidade é, então, compreendida como construção do nós, do fazer de cada coletividade; o trabalho, a cultura e as práticas políticas [e educativas] são elementos formadores do indivíduo, enquanto pertencente a um grupo no qual um se define e é definido pelos laços de sociabilidade, sem, entretanto, anular as diferenças individuais (CRUZ, 2005, p.49).

De igual modo temos como referência em nosso estudo os pressupostos de que

[...] as identidades de gênero [...] estão continuamente se construindo e se transformando. Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também transformando-se na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe [...](LOURO, 1997, p.28).

Dada à cristalização das construções sociais das identidades dos indivíduos essencialmente a partir das diferenças biológicas, é imperativo que tratemos aqui do debate dos papéis sociais sexuados que historicamente foram atribuídos às distintas categorias de sexo como mecanismo de reforçar estereótipos e alimentar preconceitos direcionados àqueles sujeitos que constroem suas identidades (sexual, de gênero, social e profissional) contrariando as expectativas das feminilidades e masculinidades hegemônicas heteronormativas e subvertendo os papéis sexuais delegados a homens e mulheres, que os caricaturizam a ponto de exaltá-los/as e/ou inferiorizá-las a depender das identidades, práticas sociais e políticas que assumem e expressam na vida cotidiana.

O processo de compreensão e identificação dos papéis sociais sexuados se dá na mais tenra idade no convívio familiar, nas relações estabelecidas na escola e nos diferentes espaços de relações sociais

que os indivíduos estão inseridos. Registramos com base em Heilborn (1999) que em muitas das chamadas “culturas ocidentais modernas” as pessoas aprendem desde cedo concepções que se referem a papéis sociais ligados ao sexo, como nos casos em que reproduzem que as meninas são dóceis e os meninos devem ser assertivos. A partir destes moldes são reforçadas as diferenças por meio de estereótipos sexistas atinentes aos diversos aspectos da vida social.

Saffioti (1987, p.8) demarca que a “identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo”. Pontua ainda que a “sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que *pode* operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que *pode* atuar o homem”²⁴. Não obstante a cristalização dos comportamentos sob a forma de papéis sociais sexuais cabe enfatizar que “não é pelo fato de assumir um sistema de valores previamente construído que o portador de um ‘papéis’ converte sua função em ‘papéis’” (HELLER, 2008, p.117).

Embora existam diferenças de classe, tradicionalmente as mulheres vêm sendo socialmente responsabilizadas pela manutenção da ordem da casa, criação e educação dos filhos. A sociedade investe muito na naturalização deste processo, associando inclusive a atribuição do espaço doméstico delegado à mulher como decorrente de sua capacidade de ser mãe (SAFFIOTI, 1987). Devemos nos atentar para a questão de que

quando se afirma que é *natural* que a mulher se ocupe do espaço doméstico, deixando livre para o homem o espaço público, está-se, rigorosamente, *naturalizando* um resultado da história. Dada a desvalorização social do espaço doméstico, [...] [há um] interesse em instaurar a crença de que este papel *sempre* foi desempenhado por mulheres. Para a solidificação desta crença nada melhor do que retirar desta atribuição de papéis sua dimensão sociocultural. Ao se afirmar que *sempre* e em *todos os*

.....
24 Ibid., p. 8, grifos originais.

lugares as mulheres se ocuparam do espaço doméstico, eliminam-se as diferenciações históricas e ressaltam-se os característicos “*naturais*” destas funções. Tais papéis passam a se inscrever na “natureza feminina”. Desta forma, a ideologia cumpre uma de suas mais importantes finalidades, ou seja, a de mascarar a realidade (SAFFIOTI, 1987, p.11, grifos originais).

A caracterização dos papéis destinados a ambos os sexos é resultado de um sistema de significados capaz de moldar a percepção dos indivíduos para aceitarem os fenômenos que ocorrem à sua volta (BELO; SOUZA; CAMINO, 2010). Todavia, considerando que no conjunto das relações sociais os indivíduos não ficam apenas em polos de subserviência aceitando as imposições dos papéis sociais e sexuais que lhes atribuem, mas resistem a muitas das imposições, é imprescindível destacarmos que os sujeitos se constroem e constroem suas identidades também a partir da recusa dos papéis que tentam lhes impor. Concor damos com Heller (2008, p.138) ao afirmar que

o homem é mais do que o conjunto de seus papéis, antes de mais nada porque esses são simplesmente as formas de suas relações sociais, estereotipadas em clichês, e posteriormente porque os papéis jamais esgotam o comportamento humano em sua totalidade. Assim como não existe nenhuma relação social inteiramente alienada, tampouco há comportamentos humanos que se tenham cristalizado absolutamente em papéis. [...] as funções de tipo “papel” são condicionadas, antes de mais nada, pelo conjunto da sociedade. Mesmo nos contextos mais manipulados, produz-se constantemente a “recusa do papel”. Em todos esses contextos, há excêntricos, rebeldes e revolucionários.

Ante o exposto, endossamos que “[...] os seres humanos nascem machos ou fêmeas. É através da educação que recebem que se tornam homens e mulheres. A identidade social é, portanto, socialmente construída” (SAFFIOTI, 1987, p.10). Dada à perspectiva crítica que adotamos neste estudo, avaliamos ser relevante salientarmos que é “de extrema importância compreender como a *naturalização* dos pro-

cessos socioculturais de discriminação contra a mulher”²⁵, bem como de outras categorias sociais cujas masculinidades e feminilidades subvertem os papéis sociais e sexuais hegemônicos, se impõe como “[...] o caminho mais fácil e curto para legitimar a ‘superioridade’ dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos”²⁶, e, também para reforçar os mecanismos de dominação, exploração e opressão que atravessam e marcam a realidade social cotidiana dos sujeitos sociais.

Algumas considerações para continuar refletindo

242

Ana Paula Leite Nascimento; Maria Helena Santana Cruz

A ideologia patriarcal atravessa não apenas as relações sociais de produção, mas as relações de reprodução material e da vida social com desdobramentos significativos para as questões atinentes às relações sexuais, cujas sexualidades das mulheres e dos homens também são controladas ao tempo em que se regulam os modos de se constituírem como indivíduos femininos e masculinos, ou seja, de construir suas identidades e subjetividades. Embora as bases do patriarcado remontem a tempos longínquos, seus fundamentos se fazem presente na contemporaneidade como uma realidade ainda muito atual na dinâmica da vida em sociedade. Esse contexto nos fornece elementos para entendermos e também refletirmos acerca das razões pelas quais as relações sociais e os processos de construção das identidades e subjetividades são atravessados por regimes de controle e regulações que implicam em regimes de opressão para feminilidades e masculinidades que não se encaixam nos padrões hegemônicos e heteronormativos de (re)produção dos papéis sociais sexuados. Daí a importância de refletirmos sobre as construções sociais de gênero e relações de gênero.

Portanto, com base nos pressupostos discutidos, nas reflexões e nas análises que buscamos priorizar e expor nesse estudo, é imperioso reforçar que gênero não se refere ao sexo, pois são conceitos distintos e a apropriação teórica e criticamente desses conceitos possibilita ressig-

.....
25 Ibid., p.11, grifo original.

26 Ibid., p. 11.

nificar as relações de poder presentes na sociedade, relações que exercem determinações na definição de papéis sociais sexuados atribuídos aos homens e às mulheres. Isto posto, nos cabe referendar que o termo gênero foi proposto como uma alternativa ao termo sexo, haja vista que homens e mulheres, masculino e feminino apresentam-se como categorias sociais que são historicamente produzidas e é em razão disso que não devem ser reduzidas a uma categoria biológica.

Desta feita, concebemos o gênero como um elemento constitutivo de relações sociais tendo como fundamento as diferenças entre os sexos, com ênfase aqui para o aspecto relacional do conceito de gênero e para o caráter social destas diferenças entre os sexos. Temos então como premissa que essas diferenças referem-se a uma construção social e histórica dos sexos; estão, portanto, relacionadas a processos construtores de diferenças, que (re)produzem desigualdades e hierarquias como expressões das relações de poder. Nessa direção, demarcamos que os indivíduos vivenciam processos cotidianos que abarcam relações sociais, processos educativos, práticas sociais, políticas e educativas que, marcados pelas relações de gênero, classe, etnia, e, outras relações sociais e culturais, vão se construindo como sujeitos e vão acessando condições, elementos e experiências que se apresentam como construto de suas identidades sexuais e de suas identidades de gênero, bem como de suas subjetividades enquanto ser social.

Demarcamos que as premissas teóricas e a dinâmica do real evidenciam dialeticamente as contradições que vivenciamos e experenciamos cotidianamente ao tempo em que nos leva a necessidade de refletirmos acerca destes processos que marcam nossas trajetórias e vidas, que por serem construídos e determinados social e historicamente podem e devem ser desconstruídos, nos impondo a necessidade de enfrentarmos e subvertermos esses processos de “naturalização” da dominação, exploração e opressão que atravessam o cotidiano das relações sociais e a vida em sociedade. Avaliamos que são essas reflexões e nossas posturas de enfrentamentos e subversões que ampliam as possibilidades e condições objetivas e subjetivas de transformação social da realidade que vivenciamos e alimentam e dão fôlego ao horizonte que se ergue numa perspectiva de concretização da construção

coletiva de outro modo de existência em que a dominação, exploração e opressão de classe, gênero, raça/etnia não atravessem as condições de nossas existências, ou seja, as nossas histórias pessoais e coletivas, as condições socioeconômicas, as identidades de gênero e sexuais, as nossas diversidades culturais, étnicas/raciais, religiosas, enfim, a totalidade das categorias, conexões e intersecções que são fundantes e constituintes do ser social.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. v.II. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BELO, Raquel Pereira; SOUZA, Tâmara Ramalho de; CAMINO, Leoncio. Análise de repertórios discursivos sobre profissões e o sexo: um estudo empírico na cidade de João Pessoa. **Psicologia & Sociedade**, n. 22, 2010, p.23-31.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade. v. 2. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, n.16, Dossiê: feminismo em questão, questões do feminismo, 2001, p. 13-30.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Trabalho, gênero, cidadania**: tradição e modernidade. São Cristóvão: UFS, Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

_____. A crítica feminista à ciência e contribuição à pesquisa nas ciências humanas. **Revista de Estudos de Cultura da UFS**. 2014, p. 15-27. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/revtee/article/viewFile/2949/2596>. Acesso em: 07 dez. de 2016.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HEILBORN, M. L. **Sexualidade**: olhar das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LESSA, Sérgio. **Abaixo a família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero. **Teoria & Educação**. Porto Alegre: Pannonica, n. 6, 1992, p. 53-67.

_____. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda., 1997.

MACHADO, Leda Maria Vieira. **A incorporação de gênero nas políticas públicas**. São Paulo: Annablume, 1999.

MATOS, Marlise. Movimento e Teoria Feminista: É possível reconstruir a Teoria Feminista a partir do Sul Global? **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, jun., 2010a, p. 67-92. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200006>. Acesso em: 7 jan. de 2017.

_____. Desdobramentos das agendas dos feminismos contemporâneos: a quarta onda. In: MATOS, Marlise. (Org.). **Enfoques feministas e os desafios contemporâneos**. V. I. Debates acerca do feminismo: antigos e novos desafios. Belo Horizonte: UFMG, 2010b.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Primórdios do conceito de gênero. In: **Cadernos Pagu** – Simone de Beauvoir e os feminismos do século XX, n.12. Pagu: Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, Campinas, SP, 1999, p.157-163.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. Coleção Brasil Urgente. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARDENBERG, Cecília M. B. Da Crítica feminista à ciência à uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília M. B. (Org.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: NEIM/UFBA: REDOR, 2002.

_____. Considerações introdutórias às pedagogias feministas. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; VANIN, Iole Macedo. (Org.). **Ensino e gênero**: perspectivas transversais. Salvador: UFBA - NEIM, 2011, p.17-32.

SARDENBERG, Cecília M. B.; COSTA, Ana Alice. Feminismo, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, M.; BINGHEMER, M. Clara. **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1993.

SARDENBERG, Cecília M. B.; MACEDO, Márcia S. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; VANIN, Iole Macedo. (Org.). **Ensino e gênero**: perspectivas transversais. Salvador: UFBA - NEIM, 2011, p.33-48.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**, Porto Alegre: Vozes, v. 16, n. 2, jul/dez, 1990.

SILVA, Everton Melo da. **Um pouco da história da humanidade**: modo de produção, relações sociais e desenvolvimento do homem. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió. 131p.



EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: particularidades na Educação¹

INGREDI PALMIERI OLIVEIRA

Introdução

Na atualidade, verifica-se que a educação é vista como a salvadora da nação, como o caminho digno para a transformação da realidade e melhoria da condição de vida da população e, portanto, acaba sendo alvo de intervenção de diversos segmentos da sociedade.

Além disso, a educação ocupa uma posição estratégica nas esferas da produção e reprodução das relações sociais, pois mantém uma estreita relação com o setor produtivo, atendendo às exigências de qualificação da força de trabalho e contribui com a produção e a difusão do conhecimento, necessárias ao desenvolvimento científico e tecnológico, que impacta diretamente na produção de riquezas.

Outra função importante da educação situa-se no nível da reprodução das relações sociais, pois constrói e dissemina – através do ensino – cultura, valores, comportamentos e modos de vida presentes em to-

1 O presente artigo é fruto de dados e discussões da dissertação de mestrado intitulada: “O exercício profissional do assistente social na política de educação em Aracaju/SE: um estudo de demandas e respostas socioprofissionais”, apresentada no ano de 2014 ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Federal de Sergipe e cuja orientadora foi a Prof^a. Dr^a. Náilsa Maria Souza Araújo. Alguns dos dados aqui publicados também foram expostos e/ou submetidos nos seguintes eventos: XV Encontro Nacional de Pesquisadores(as) em Serviço Social - ENPESS (2016), VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas - JOINPP (2017), XI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade” - EDUCON (2017) e I Colóquio Internacional IV Colóquio Nacional sobre o Trabalho do/a Assistente Social (2017).

do o contexto social, ou seja, molda uma determinada ideia de homem e de sociedade e acaba servindo à construção de ideologia para e de hegemonia pela classe dominante. Porém, frente à contradição inerente ao movimento do real, a educação configura-se, no capitalismo, como uma arena de disputa para a tomada da direção dos rumos desta sociedade.

O presente artigo discute o exercício profissional do assistente social na educação expondo dados de uma pesquisa realizada em Aracaju/SE, que contou com a participação de quatorze assistentes sociais que trabalham na área de educação. Para isso, traz apontamentos sobre a educação na contemporaneidade, bem como sobre a constituição do Serviço Social enquanto profissão, pontuando sobre suas demandas e respostas profissionais para assim discutir o exercício profissional na educação a partir dos dados coletados.

Apontamentos da educação brasileira na atualidade

O germe da educação universal, obrigatória, gratuita e subordinada aos interesses do Estado já era encontrado no Século das Luzes (século XVIII). Com o advento da Revolução Francesa, no final do século XVIII (1789), a educação adquire uma concepção de direito do cidadão, passando inclusive de estatal para nacional e fazendo parte da declaração dos direitos do homem e do cidadão (PEREIRA, 2008). O objetivo desta alteração explica-se pela necessidade de imprimir uma cultura relacionada aos interesses da burguesia que, a partir deste marco histórico, se afirmava enquanto classe política que dirigia o Estado. A educação afirmava-se enquanto

possibilidade de ascensão social em decorrência do talento individual, constituindo-se como uma necessidade de todos [...]. O Estado, portanto [...], deveria oferecer a educação ao cidadão, com a função de criar uma consciência nacional essencialmente burguesa. (ibidem, p. 39)

Porém, a relação da educação com as relações sociais capitalistas acontecia com tensões. Ao tempo em que o acesso à educação atendia

à necessidade de distinção entre o capitalismo e as formas servis do antigo regime, tinha que se organizar para reproduzir a força de trabalho por meio da disciplina e subordinação às novas formas de produção (FRIGOTTO, 2010). Ou seja, ela tinha que ajudar a romper as práticas do passado, mas não criar elementos para ruptura desta ordem.

Diante da consolidação do capitalismo e da estruturação de sistemas nacionais de ensino, a organização da educação acaba incorporando um caráter dualista, constituindo-se, então, em uma educação disciplinadora e adestradora para a classe trabalhadora e formativa para as classes dirigentes². Contudo, outra ordem de tensões, para além das que aconteciam dentro do próprio ideário capitalista, emergia. Enquanto que, historicamente, para as classes dominantes, a educação dos trabalhadores deve objetivar a habilitação técnica, social e ideológica para o trabalho, subordinando sua função social de forma controlada para atender às necessidades do capital, a perspectiva da classe trabalhadora é de uma educação que proporcione o desenvolvimento de potencialidades e apropriação do saber historicamente produzido pela humanidade, expresso num conjunto de conhecimentos e habilidades, atitudes e valores, para buscar a melhor compreensão da realidade (FRIGOTTO, 2010)

Segundo Neves (2005, p. 17), na atualidade, a especificidade dos sistemas educacionais “deve ser buscada nas repercussões econômicas e político-sociais das aplicações diretamente produtivas da ciência no processo de trabalho”. Cabe pontuar que o modo de produção capitalista assenta-se na constante revolução das forças produtivas que reconfiguram sua base técnica sob a relação trabalho-ciência. A aplicação tecnológica da ciência no processo de produção passa a imprimir transformações nos meios de produção e na organização do processo produtivo.

O acesso e produção do conhecimento que possibilitam a produção científica e sua aplicação técnica se colocam no horizonte de disputas entre as classes. Para o capital esta se configura enquanto fator com-

.....
2 Ibidem.

petitivo na concorrência intercapitalista, na medida em que aumenta o trabalho morto (máquinas) e diminui o trabalho vivo, produzindo mercadoria com menor custo. Para os trabalhadores, possibilitam a ampliação da capacidade de satisfação das necessidades humanas, liberando tempo livre para liberdade e fruição. (FRIGOTTO, 2010)

Por isso, não se pode vincular as transformações na educação somente às necessidades de acumulação do capital. Assim como nas demais políticas sociais, elas têm a dimensão de luta dos trabalhadores. A educação, enquanto reprodutora das relações sociais, expressa o espaço de luta de classes contido em tais relações, veiculando ideologias dominantes e contraditórias. Portanto, com referência na concepção gramsciana, a educação se constitui enquanto aparelho privado de hegemonia, necessário para a conquista de direção da sociedade civil e inserida na dimensão da luta de classes (NEVES, 1991 apud PEREIRA, 2008).

É importante observar que a expansão da educação, no marco do capitalismo monopolista³, não se deu de forma homogênea. Nos países periféricos, de uma maneira geral, esta era funcional à ideologia desenvolvimentista, colaborando com a ideologia anticomunista que propagava a educação como instrumento para a passagem do subdesenvolvimento ao desenvolvimento, sem o questionamento da ordem vigente e amortecendo as tensões. Nos países centrais, a educação possuía uma perspectiva mais progressista, ancorada na concepção de direito conquistado (NEVES, 1991 apud PEREIRA, 2008).

No caso do Brasil, o aspecto dual de educação para as elites e para os trabalhadores é acentuado pela particularidade do desenvolvimento desigual e combinando característico da inserção do país no desenvolvimento capitalista. Segundo Frigotto (2010, p. 39), em síntese diante

3 Tem-se como traços do capitalismo monopolista: “1) concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada neste capital financeiro, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) formação de associações internacionais monopolistas de capitais, que partilham o mundo entre si; 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes” (Lênin, 1977, I, p. 641-642 apud NETTO; BRAZ, 2006, p. 180).

da relação que faz entre a educação e a formação social e econômica brasileira, “hoje, continuamos a ser colonizados mediante à integração subordinada ao grande capital”.

Cumprir registrar que no cenário da constituição da educação enquanto política social no Brasil, alguns sujeitos sociopolíticos se destacam. Além da classe trabalhadora e da classe dominante, a Igreja católica e os organismos internacionais também fazem parte desse processo. A partir de tais atores, a configuração da educação, em linhas gerais, caracteriza-se pelo caráter dual e privatista, sob forte hegemonia das elites, não destoando da cultura nacional que tenta encobrir as crises e diluir o conflito capital/trabalho, a desigualdade social e a discriminação por meio do patrimonialismo e clientelismo⁴.

Diante da crise do pós-1970 houve a reconfiguração do Estado de bem estar nos países centrais, engendrando a disputa pelo fundo público; nos países de capitalismo periférico, efetiva-se uma tensão na ideologia do desenvolvimentismo.

De acordo com Leher (1998), a ideologia do desenvolvimento constituiu-se a partir da afirmação da hegemonia política e econômica dos EUA. Ela tinha como objetivo “‘manejar’ as tensões sociais decorrentes da pobreza”, visto que ela (pobreza) “é a mãe do comunismo, pois subdesenvolvimento sem *algum* desenvolvimento gera instabilidade”. O autor ainda destaca que “A promessa de desenvolvimento a todos aqueles que compartilhassem do ‘mundo livre’ funcionou como um meio de garantir a ordem social”⁵.

A década de 1980 demonstra a abertura ao processo democrático, recolocando vários protagonistas na cena política do país. A elaboração da Constituição dá a tônica do período, com a discussão e inserção de vários direitos sociais com diversos tensionamentos e disputas. Assim, afirmando uma abordagem da educação enquanto política social com organização própria, entendida como um direito social, a Constituição Federal de 1988 estabelece:

.....
4 Ibidem

5 Ibid., p. 51

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Tal prerrogativa denota a obrigatoriedade do Estado na sua efetivação, enquanto política pública. Assim, a educação insere-se num contexto mais amplo de lutas para efetivação de direitos, principalmente por parte da classe trabalhadora, entendida como um direito social.

Todavia, as disputas de diferentes ordens para a implementação dos diversos direitos constitucionais, dentre eles a educação, dificultou e, muitas vezes, retardou sua efetiva aplicabilidade. Prova disso foi o longo período de tramitação da LDB após a promulgação da Constituição de 1988, devido à oposição das forças conservadoras e do capital privado, expressa nos cortes ao texto original que defendia uma educação pública, laica e unitária.

Além disso, os ajustes e transformações oriundos da crise do capitalismo do pós-1970, na tentativa de retomada de suas taxas de lucro, reconfiguram as bases políticas e econômicas do modo de produção capitalista. Tais elementos, em consonância à Terceira Revolução Industrial, que traz inovações à base técnica do processo produtivo, corroboram um novo perfil de trabalhador e demandam alterações para a qualificação, a formação e, conseqüentemente, para a educação.

No que diz respeito ao tensionamento da ideologia do desenvolvimento nos países periféricos no bojo da crise do pós-1970, registra-se ainda que, em consonância com os preceitos do neoliberalismo e sob a direção dos organismos internacionais representantes do capital, principalmente o Banco Mundial, nos anos 1990, ocorre uma alteração da ideologia do desenvolvimento para a ideologia da globalização (LEHER, 1998).

Essa transição enseja a reformulação da estratégia de “superação” da pobreza para a de “alívio” da pobreza, num processo de naturalização da exclusão social, que é configurada como estrutural e não mais temporária. Esse contexto traz para a educação um papel fundamental, posto que ela “é chamada a operar ideologicamente as con-

tradições para as quais o capital [...] não tem alternativas a oferecer, constituindo o núcleo sólido da ideologia da globalização”⁶.

Resgatando a relação existente entre os momentos de crise do capital, reconfiguração do Estado e alterações para as políticas sociais de uma forma geral, tenta-se desvendar como tal conexão se processa no âmbito educacional. No processo de constituição e recomposição das bases de hegemonia depois do período de crise, tem-se a necessidade de intervenção na cultura e daí emerge a importância estratégica da educação na construção de uma cultura que se proponha hegemônica. Assim, não causa estranheza o conjunto de reformas que têm sido processadas na política educacional, alterando tanto sua gestão quanto seu financiamento.

Aliando-se aos preceitos neoliberais difundidos pelo mundo, a educação configurou-se enquanto uma mercadoria necessária e valiosa à necessidade de expansão do capital, bem como foi reduzida a instrumento de alívio da pobreza, principalmente nos países periféricos, conforme sinalizado anteriormente por Leher (1998). Castro (2009) tece uma crítica a essa relação entre pobreza e baixa escolaridade, afirmando que diversas variáveis como sexo, região, cor, dentre outras, perpassam esse debate – o que impossibilita esta relação de ser tomada de forma linear. Além disso, a autora afirma que tal ideia de vinculação entre educação e pobreza não faz referência à questão central da causa da desigualdade – a renda – e defende que nada confirma a tese de que a educação reduza a desigualdade. Todavia, verifica-se na reforma educacional do Brasil nos anos 1990 o reaparecimento da educação como elemento de combate à pobreza.

Assiste-se também a difusão da ideia de ascensão social por meio da educação no contexto de crise da atualidade, pregada principalmente por organismos internacionais como Banco Mundial, UNESCO⁷, OIT⁸, CEPAL⁹, entre outros (BATISTA, 2012). Em consonância com tal ideia, verifica-se a propagação de que as reformas educacionais, que inte-

.....
6 Ibid., p. 52

7 Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura.

8 Organização Internacional do Trabalho.

9 Comissão Econômica para América Latina e o Caribe.

gram o conjunto de reformas direcionadas às diversas políticas sociais, através da reconfiguração do Estado, contribuem para a redução das desigualdades, na medida em que promovem a igualdade de oportunidades (CASTRO, 2009).

Tais ideias são alvo de análises críticas, visto que o cerne das desigualdades resulta da própria dinâmica do modo de produção capitalista e não da configuração da educação na atualidade, ainda que não se possa desprezar a contribuição que a educação tem na formulação de consensos de classe, no processo de disputa hegemônica e na construção de conhecimentos que se expressam enquanto força produtiva através da ciência e tecnologia. Assim, é necessário cuidado na análise e exposição de tais opiniões no sentido de não falsear o movimento da realidade iludindo, principalmente, a classe trabalhadora.

Segundo Batista (2012), vivencia-se, na época, um revigoramento e adaptação de conceitos e ideologias da era de ouro do capitalismo: a formação com enfoque na teoria do capital humano no contexto do capitalismo global; afirmação também expressa por Castro (2009). Esse revigoramento associa-se com o discurso da empregabilidade, empreendedorismo e noção de competências, articuladas aos pilares do capitalismo no século XXI: saber fazer, saber aprender, saber ser, saber viver juntos, saber sonhar (BATISTA, 2012). Tem-se, então, uma ideologia da educação voltada para o trabalho e a cidadania e na qual o ser é dotado de capacidades extraordinárias para resolução não só de problemas rotineiros, mas inusitados¹⁰.

Tal concepção de cidadania, alardeada principalmente pelos organismos multilaterais, a exemplo especificamente da CEPAL e da UNESCO, e composta por princípios neoliberais, propaga que a educação voltada para a cidadania conduziria o indivíduo à participação na sociedade, garantindo-lhe autonomia, acesso à informação e capacidade de exercer sua cidadania de forma crítica.

Além disso, percebe-se a disseminação de uma educação focalizada no mercado de trabalho, por meio da capacitação e qualificação profis-

.....
10 Ibid.

sional, disseminando a ideologia de que este modelo é capaz de gerar novas competências e habilidades profissionais, visto que proporciona a empregabilidade dos indivíduos em qualquer situação, uma vez que o mesmo pode sobreviver no mercado como empreendedor.

Diante das configurações assumidas pela educação ao longo do capitalismo, verifica-se a funcionalidade da mesma como estratégia que assume a função de redentora das consequências nefastas deste sistema. No caso do Brasil, quando o país era caracterizado como subdesenvolvido, a teoria do capital humano colocava a educação enquanto ferramenta produtora do desenvolvimento. Atualmente, com o aumento vertiginoso da exclusão e desigualdade, a educação é vista como solução para o fim de ambas.

Sob a ótica das transformações no sistema produtivo e da construção de uma cidadania política que desconsidera as questões de classe e a contradição capital/trabalho, a educação e a escola deveriam dar conta da formação de um novo perfil de trabalhador, por meio da construção de algumas competências e habilidades, as quais seriam os novos desafios educacionais. São elas: compreensão, pensamento analítico e abstrato, flexibilidade de raciocínio para entender novas situações e solucionar problemas, iniciativa, liderança, capacidade de tomar decisões, autonomia no trabalho, habilidade de comunicação.

Uma sagaz crítica à concepção de cidadania política defendida pela reforma do capitalismo manipulatório, inserida no contexto da globalização, é feita por Batista (2012). Segundo o autor, a concepção de cidadania fica reduzida à aparência e secundariza os fatos reais de desemprego, trabalho precário, temporário, subcontratado e que exerce múltiplas funções. Diante da crença de que o mundo atual não é mais marcado pelas contradições do capital com o trabalho, decorrentes dos antagonismos de classe, numa postura de aversão à crítica ao sistema, a reforma exige uma educação escolar voltada para valorização da ética, da austeridade e da convivência mais solidária.

A escola deve desenvolver também os “códigos da modernidade”: ler, escrever, contar, expressar-se e resolver problemas, dando prioridade ao atendimento das necessidades primárias de aprendizagem, visto que estes são instrumentos necessários para a vida na sociedade

da informação, onde o conhecimento é fator decisivo para a melhoria de vida, desenvolvimento produtivo com equidade e exercício da cidadania. Frente ao exposto, Batista (2012) tece as seguintes ponderações a fim de captar a essência que se esconde nessa propagada concepção de educação na atualidade:

[...] Como pensar, na sociedade do estranhamento, na ética da austeridade? Como argumentar a favor de uma construção da solidariedade por meio da cidadania política e, ao mesmo tempo, articulá-la com os conceitos burgueses de produtividade e competitividade? Como pensar em indivíduos solidários, quando se é negada toda a possibilidade de transformar a realidade para construir outra forma de sociabilidade? Isso só se explica se considerarmos a ideologia do capitalismo manipulatório, porque desde o século XIX a crítica marxiana já “desocultou” o fato de a “essência” do mercado constituir-se no lucro (Ibidem, p. 29, grifos originais).

Verifica-se na reforma uma concepção instrumental e reducionista da educação, atrelada às demandas do processo produtivo, com uma visão utilitária que desvincula política de histórica, se prende ao presente (hoje e agora) e não se importa com o passado e com o futuro, pois não reconhece a possibilidade de transformação da realidade através dos interesses coletivos de classe, prometendo uma emancipação independente da sociedade em que se vive. Tal desprezo pela história nega a importância da transmissão do conhecimento, já que este é considerado ultrapassado, retrógrado e autoritário e valoriza o que o indivíduo aprende sozinho a partir de suas experiências. Em síntese:

[...] a retórica que persiste na necessidade de elevar a educação e qualificação do indivíduo – visando garantir-lhe a emancipação conquistada pela inclusão no mercado de trabalho por meio de competências cognitivas, voltadas para a construção da empregabilidade, garantindo, assim, a sua cidadania – é um embuste ideológico. Esse serve para ocultar e falsear a realidade, negando as contradições concretas de uma sociedade alienada, reificada e fetichizada (Ibidem, p. 32).

A partir dos anos 2000, mais especificamente nos governos Lula e Dilma, percebe-se a expansão do acesso ao ensino através de vários programas que ampliam a quantidade de vagas, principalmente no ensino técnico e tecnológico e superior¹¹. Contudo, questiona-se se tais propostas se coadunam às propostas de educação defendidas pela classe trabalhadora e em que medida reforçam ou vão ao encontro das proposições do capital, sinalizadas via reformas e ajustes dos organismos internacionais.

Verificou-se que o aumento de vagas no ensino público nem sempre tem ultrapassado as do ensino privado. No ensino superior na rede pública, mesmo com a retomada do crescimento nos últimos anos, em 2001 esta correspondia a 30,2% das matrículas e em 2010 este percentual caiu para 27,3% (ARAÚJO, 2012).

Além disso, indica-se uma pulverização das formas de avaliação dos diversos níveis de ensino com a adoção de diversos indicadores, mas problematiza-se se as responsabilidades dos sujeitos envolvidos nos processos educativos estão devidamente estabelecidas como, por exemplo, a emblemática reinvidicação para a alocação de 10% do PIB para a educação que não foi contemplada no Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação. “É evidente que aplicar 10% do PIB em educação pública contraria a lógica conservadora vigente que prioriza o uso do fundo público para apagamento da dívida pública” (ibidem, p.152).

Outra questão a ser colocada é a crescente agenda de lutas de professores e funcionários para fazer frente às investidas do capital na educação via governos Federal, Estadual e Municipal, expressas nas múltiplas greves ocorridas nos últimos anos.

Avalia-se que, apesar de afirmar-se enquanto direito, a educação vem sendo praticada pela mediação dos interesses do capital. Tal fato é perceptível através da utilização cada vez mais recorrente do fundo público para que os empresários da educação a desenvolvam. Tal utilização de recursos públicos pelo capital tem como pano de fundo as decisões dos organismos internacionais e a assunção dos governos

11 Educação à distância, REUNI, FIES, PROUNI, PRONATEC foram as principais propostas dos governos de Lula e Dilma para expansão de vagas na educação.

nacionais quanto aos gastos nas e das políticas sociais, principalmente da educação na atualidade, exemplificados na priorização de recursos para o Ensino Fundamental (LEHER, 1998) e na utilização do orçamento público para financiar a educação privada (PROUNI¹², PRONATEC¹³ e EaD¹⁴), a fim de cumprir as metas estabelecidas pelos organismos internacionais e aprofundar a lógica de compartilhamento da oferta de ensino com o setor privado, principalmente em níveis de ensino não obrigatórios.

O quadro analítico traçado aqui demonstra que a política educacional brasileira está engolfada na mesma lógica das demais políticas sociais: reestruturada para responder aos interesses de ampliação da mercantilização da vida social; distante cada vez mais das demandas oriundas dos seus usuários; mecanicista, dualista, desigual e excludente. É com esta realidade que têm de conviver os trabalhadores da educação, dentre eles o assistente social.

Apontamentos sobre demandas e respostas no exercício profissional do assistente social

O Serviço Social se caracteriza como uma especialização do trabalho coletivo que dispõe de um conjunto de técnicas para execução de políticas e serviços sociais, objetivando intervir nas expressões da questão social que se colocam no cotidiano das classes subalternas para, assim, colaborar com o processo de reprodução das relações capitalistas, por meio de ações que incidem sobre a reprodução tanto material quanto ideológica de tais classes.

Importante pontuar que a questão social, base para as ações profissionais, advém da contradição fundamental da sociedade capitalista, qual seja, a apropriação privada do que é produzido pelo conjunto da sociedade através da mais-valia (trabalho não pago) retirada dos trabalhadores. Em decorrência disso tem-se a emergência de contestação e

.....
12 Programa Universidade para Todos.

13 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

14 Educação à Distância.

luta por parte da classe trabalhadora, expondo o conflito entre as classes sociais e exigindo intervenções que serão realizadas pelo Estado, principalmente através das políticas sociais. De acordo com Iamamoto (2000, p.54), a questão social corresponde:

Ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalho livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. Esse processo é denso de conformismos e rebeldias forjados ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e o exercício da cidadania dos indivíduos sociais. Historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigido o seu reconhecimento como classe por parte do bloco do poder, e, em especial, do Estado e do empresariado industrial.

É a partir da intervenção do Estado monopolista na questão social, por meio de políticas sociais dirigidas à classe trabalhadora, que se tem a necessidade de uma profissão que se insere na divisão sociotécnica do trabalho. Ou seja, o Serviço Social surge histórica, política, social e economicamente situado. A organização monopólica no capitalismo caracteriza-se pela tentativa de manter e aumentar os lucros através do controle de mercados. Para isso, grandes empresas se fundem e ocorre o redimensionamento do papel dos bancos, que se associam aos grandes industriais para formar o capitalismo financeiro, elevando-se a centralização de capitais (NETTO; BRAZ, 2006).

Tais características não são idênticas em todos os países. O circuito necessário à supercapitalização e concentração de capitais requer uma divisão internacional da produção e do trabalho, implicando situações de exploração cada vez mais diversas entre os países periféricos e centrais do capitalismo, os quais, diante de suas particularidades sócio-

-históricas, expressam a sua vinculação à fase monopolista do capital de maneiras diferenciadas.

Dessa maneira, ocorrem mudanças também na esfera estatal para que este deixe de assumir somente funções políticas e abarque a economia, garantindo êxito ao objetivo monopolista dos superlucros. Assim, ocorre a refuncionalização do Estado, que intervém também na organização e dinâmica econômicas, unindo funções econômicas¹⁵ e políticas.

Um dos principais traços diferenciadores das funções do Estado vai se configurar na sua intervenção junto à classe trabalhadora, com ações para garantir sua reprodução e manutenção e possibilidades de consumo, além de buscar a incorporação sócio-política de tal classe para ampliar sua legitimidade, bem como institucionalizar as demandas conflitivas que questionavam a ordem, principalmente as de cunho revolucionário.

[...] o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatos (NETTO, 2005, p. 29).

Dessa forma, a questão social receberá respostas diferentes das que aconteciam no capitalismo concorrencial, deixando de ser “caso de polícia” para ser “caso de política”, através de políticas sociais, as quais acabam configurando-se como instrumento de legitimação e consolidação de hegemonia. A partir de então, surge a demanda para a inserção profissional do Serviço Social, a fim de operacionalizar tais políticas. Percebe-se, portanto, que o Estado, ao implementar

.....
15 No que diz respeito às funções econômicas assumidas pelo Estado temos: atuação como empresário nos setores básicos não rentáveis; controle de empresas capitalistas com dificuldades para socializar perdas; subsídios imediatos aos monopólios; entrega de complexos construídos com fundo público aos monopólios; compras a grupos monopolistas para assegurar a valorização de capitais excedentes; investimentos em transporte e infraestrutura; gastos com pesquisas e preparação da força de trabalho (NETTO, 2005).

majoritariamente as políticas sociais, se constitui como campo privilegiado de atuação profissional, legitimando a demanda por assistentes sociais.

Não se pode esquecer que a política social possui um viés legitimador do Estado, que é hegemonizado pela classe dominante (burguesia), apesar de atender às necessidades reivindicadas pela classe trabalhadora. Isso implica uma prática profissional tensionada, permeada por contradições, uma vez que o assistente social é contratado pelo Estado para trabalhar com demandas das classes subalternas, ou seja, a demanda profissional não deriva dos que são alvo de seus serviços (classes subalternas), mas sim do patronato, que, segundo objetivos relacionados à ação com setores dominados, remunera o assistente social para intervir junto a tais segmentos, revelando assim um nítido caráter de classe das demandas conferidas oficialmente pelo Estado, através de um suporte jurídico-institucional para se impor ao usuário (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

Apesar de ser demandado pelo Estado, empresa ou instituições do Terceiro Setor, que estabelecem uma relação de assalariamento com o profissional e são responsáveis pelas demandas a este colocadas, as necessidades sociais com as quais o assistente social trabalha são oriundas e se apresentam majoritariamente nas classes subalternas, tendo nelas o seu ponto de partida, ou seja, são para estas necessidades que as ações profissionais vão se dirigir, reafirmando o caráter tenso e contraditório que permeia as demandas profissionais.

Nessa direção, Montaño (2009) trata a legitimidade profissional em duas dimensões: a hegemônica e a subalterna, as quais devem ser percebidas em sua unidade, derivando do processo de necessidade/demandas/respostas. Apesar da contradição deste processo, ele é travestido numa dualidade de relações, na qual “retira-se do imaginário profissional o vínculo direto com a verdadeira demanda social, aparecendo ao profissional sua relação com a população como mediada pelo Estado e organizações”¹⁶.

.....
16 Ibid., p.65

Essa contradição, presente na gênese da profissão, se estende até a atualidade. Ela tem vinculação com os antagonismos presentes na relação entre o capital e o trabalho, bem como na disputa de classes engendradas pelos mesmos, ou seja, a contradição está presente na sociedade e se apresenta na constituição das demandas e respostas da profissão desde sua constituição. Compreender o movimento contraditório das relações sociais e das classes abre possibilidades ao profissional de se colocar a serviço de um projeto de classe alternativo àquele para o qual é chamado a intervir.

No que diz respeito às respostas profissionais, essa tensão também se revela, considerando que a profissão não reproduz monoliticamente os interesses da classe burguesa, pois participa das respostas às necessidades legítimas de sobrevivência dos trabalhadores; mas por serem mediatizadas por instituições que possuem caráter de classe, as respostas às necessidades de sobrevivência dos trabalhadores são subordinadas aos interesses político-econômicos de tais instituições (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006). Todavia, deve-se ter em conta o poder de pressão dos movimentos políticos das classes subalternas.

Diante disso, pode-se afirmar que o que demanda a profissão de Serviço Social é a necessidade de respostas à questão social numa particularidade sócio-histórica dada, considerando que a questão social supõe elementos objetivos e subjetivos. Todavia, a análise das demandas postas à profissão reside na captura da particularidade desses elementos que se manifestam em suas expressões, visto que a sua essência, inerente ao modo de produção capitalista, não é alterada. Sobre isso, Iamamoto (2000, p.53) expõe a necessidade de “resgatar a origem da questão social, imanente à organização social capitalista, o que não elide a necessidade de apreender as múltiplas determinações que assume”.

Verifica-se que a questão social é consequência de relações sociais contraditórias. Entretanto, a realidade não é estática, mas movimento, revelando seu caráter histórico. Os processos contraditórios entre o capital e o trabalho, com o advento do trabalho livre e da apropriação privada da riqueza produzida socialmente através do não pagamento do trabalho excedente do trabalhador (mais-valia) são a base de sustentação do capitalismo.

A eliminação dessas contradições, que também fundam a questão social, possibilitaria a extinção do capitalismo. O que se quer dizer é que os elementos que constituem a questão social só têm a possibilidade de inexistir com a superação da ordem do capital. Porém, o fato da base de sustentação da questão social permanecer inalterada não significa que o trabalho do assistente social não seja requisitado a atender questões diferenciadas. Como afirmado anteriormente, a sociedade está em movimento e essa contradição fundamental assume diferentes modos de se apresentar na realidade, ou seja, diversas expressões, que são alimentadas por processos de cunho social, econômico, político e cultural.

Desta feita, o que se reconfigura não é a questão social em si, mas a forma de expressão dos elementos que a compõem, ou seja, a configuração do seu elemento objetivo (as formas de organização da produção do processo de trabalho), bem como o seu elemento subjetivo (as formas de organização das classes sociais e sua relação com o Estado). Decorre daí a necessidade de o profissional, através de estudos da realidade, acompanhar tais processos, a fim de captar as novas e diversas expressões da questão social que estão no fundamento das demandas profissionais.

Nesse sentido, as políticas sociais acabam assumindo um papel de destaque, pois incidem sobre a reprodução da vida em sociedade, atuando em aspectos políticos e econômicos presentes na questão social. Assim, colaboram com o consenso social e legitimação da ordem estabelecida, tentando atender as reivindicações dos trabalhadores, como também contribuem para minimizar e socializar os custos de manutenção e reprodução da força de trabalho, funcionando como salário indireto e liberando a renda dos trabalhadores para o consumo, ao tempo em que fortalece a reprodução do capital, protegendo a acumulação e liberando parcelas de capital para a valorização.

Tratando das novas e antigas demandas para o Serviço Social na educação, Santos (2009) expõe exemplos como o analfabetismo, a exploração do trabalho infantil, os sujeitos em situação de rua, a violência, a gravidez na adolescência, a drogadição e as formas de discriminação, além da precarização das condições de trabalho dos educadores e do sucateamento da infraestrutura escolar. Souza (2008, n.p.)

também informa que “casos de dificuldades de aprendizagem, agressividade, evasão escolar e maus-tratos” são demandas frequentes ao assistente social na escola. Tais questões desdobram-se em ações de gestão e execução, as quais se desenvolvem numa dinâmica complexa e burocrática dentro da política educacional. No âmbito da gestão

Sua capacidade interventiva pode ser materializada através da ação interdisciplinar, junto à equipe de gestores, coordenadores, assessores, consultores e demais profissionais; da intersetorialidade, por meio da proposição e da sua capacidade de articulação entre os órgãos, setores e serviços do governo, da sociedade civil, ou até mesmo do setor privado, se considerar necessário; da contribuição do seu conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo; e principalmente, do seu poder de convencimento e argumentação [...].

Na esfera do gerenciamento, pode contribuir na mobilização de informações, seja através do diagnóstico, de caracterizações para subsidiar construções de ações; promoção de atividades que debatam as expressões da “questão social” na educação; acompanhamento e monitoramento e avaliação dos programas sociais educacionais para ter um retorno do trabalho executado; contribuir na formulação de ações que considerem a dinâmica das relações sociais e a realidade do usuário (SANTOS, 2009, p. 61-62).

Verifica-se ainda que as ações que historicamente cabiam ao assistente social na educação, a exemplo do trabalho com as famílias e com a assistência ao estudante, foram ampliadas, incorporando a complexidade da realidade educacional como também a reconfiguração das políticas sociais na atualidade. Isto vem expandindo tanto seu perfil educativo e político quanto de gestão. O assistente social na educação:

[...] deve estar habilitado para desenvolver estratégias de atuação não apenas a determinados perfis de educandos (carentes, desassistidos) e suas famílias, mas, também, contribuindo com a formação social dos educadores, na elaboração e operacionalização de ações conjuntas do Projeto Político-Pedagógico, decifrando a realidade social onde a escola se insere [...] (SOUZA, 2008, n.p).

Percebe-se também que tal realidade relaciona-se com o quadro mais geral posto ao conjunto dos trabalhadores pela reestruturação produtiva do pós-1970, qual seja, a mínima separação entre concepção e execução de tarefas para intensificar o ritmo de trabalho e consequentemente a extração de mais valia, apropriando-se do elemento intelectual e cognitivo do trabalhador; além da requisição de múltiplas funções a um mesmo profissional. Do mesmo modo, essa nova exigência decorre da própria reorganização do mercado de trabalho profissional com as alterações e transferências de funções do Estado na perspectiva da terceirização de serviços, bem como da complexificação da própria questão social.

O atual processo de organização social estruturado na flexibilização da produção e das relações de trabalho; a subproletarização, precarização do emprego, terceirização, trabalho informal e parcial e desemprego estrutural; aliados à heterogeneidade e fragmentação da classe trabalhadora e à redução do Estado nas suas responsabilidades sociais se configuram como as novas expressões da questão social trazidas pelas alterações da dinâmica produtiva, as quais demandam competências que consigam captar e entender as transformações em curso. Ao tempo, exige-se a reformulação das alternativas de intervenção profissionais, garantido assim a legitimidade da profissão e o atendimento das exigências a ela requeridas, visto que o quadro atual é de agravamento das expressões da questão social.

Demandas e respostas do assistente social na educação em Aracaju/SE

Diante do exposto sobre a política de educação na atualidade, verificou-se que houve uma expansão no acesso à mesma no Brasil, porém sua efetivação enquanto direito está sendo distorcida, mediante a ampliação de vagas no setor privado com recursos públicos. Cenário este, aliás, que tem trazido novas configurações para a educação e demandado a atuação de vários profissionais, dentre eles o assistente social. Estes profissionais têm sido requisitados

a responder novas demandas, mas estas não deixam de revelar o caráter contraditório tanto da profissão quanto do seu objeto de intervenção – a questão social.

Na pesquisa realizada, identificou-se que as expressões da questão social que mais se apresentam na realidade institucional da educação em Aracaju/SE, de acordo com as assistentes sociais pesquisadas, dizem respeito a: falta de informação sobre políticas e direitos (12 respostas); violência intrafamiliar/doméstica (11 respostas) e precariedade/falta de acesso a políticas e direitos (10 respostas). As que apresentam menor incidência são: distorção idade-série (1 resposta); trabalho infantil e preconceito religioso (com 2 respostas cada); preconceito de orientação sexual (3 respostas); dificuldade/restrição de participação política e em instâncias de controle social, analfabetismo funcional, preconceito étnico-racial (com 4 respostas cada). Na categoria “Outra”, foram relatadas questões relacionadas a “bullying”, inadimplência de mensalidades e de lanches, no caso das instituições particulares, mudança de emprego de familiares, dificuldade de mobilização por parte dos estudantes, deficiências e déficits cognitivos, desmotivação para o estudo, baixo rendimento acadêmico, negligência, descaso, falta de cuidado e humanização, assédio moral, falta de recurso financeiro e sua melhor organização.

Tais respostas sinalizam que as maiores expressões da questão social na educação estão relacionadas à violência, violação de direitos e falta de acesso a políticas, seguidas de questões de ensino-aprendizagem; corroborando com a ideia de que as instituições de educação são um reflexo do contexto social e que os fatos ocorridos “extra-muros” da escola se manifestam também dentro desta, particularizando-se em expressões concernentes às questões educacionais. Como o assistente social é um dos profissionais habilitados a intervir nas expressões da questão social e estas se manifestam no contexto educacional, fica visível a necessidade deste profissional na educação em um quantitativo e com condições de trabalho que consigam minimamente intervir nas questões apresentadas. Contudo, não obstante à retomada do debate sobre a inserção do assistente social na política de educação e à presença dos mesmos em instituições de diferentes naturezas e níveis

de ensino, a presente pesquisa identificou, à época¹⁷, a ausência deste profissional na educação municipal.

Em Aracaju, grande parte dos profissionais de Serviço Social da educação encontra-se em instituições particulares (5 profissionais), seguida das públicas federais (4 profissionais) e públicas estaduais e filantrópicas (2 profissionais em cada uma). Ao se agrupar tais dados, tem-se os quantitativos de 6 profissionais para a categoria “público”, com a junção do público estadual e federal e 8 profissionais para a categoria “não público”, somando-se as opções particular, filantrópica e ONG.

Reforça-se que, dadas as crescentes investidas governamentais para ampliação da oferta e do acesso à educação, muitas das quais orientadas pelas metas dos organismos internacionais, principalmente no que diz respeito ao Ensino Fundamental, os espaços educativos são ocupados e requisitados por uma diversidade de públicos em diferentes situações sociais, e a presença do assistente social em tais espaços pode contribuir para implementação de serviços e políticas direcionadas ao acesso, permanência e gestão democrática. Contudo, apesar de o setor privado estar reconhecendo esta necessidade, não se pode esquecer que tal setor tem a primazia da lucratividade em detrimento da efetivação de direitos e o setor público, que deve primar pelo cumprimento e viabilização dos mesmos, deixa a desejar, não reconhecendo, em algumas esferas, a necessidade tanto do assistente social quanto de outros profissionais.

Nesse sentido, salienta-se que o Conjunto CFESS/CRESS lançou, no ano de 2012, uma campanha para realização de concurso público para assistentes sociais, entendendo a necessidade de inserção e/ou aumento do quantitativo deste profissional na esfera pública em todos os níveis governamentais e objetivando colaborar com a efetivação de melhores condições de trabalho para a categoria, além da viabilização

.....
17 Hoje, outros dados se colocam para alterar esta realidade, como a aprovação da Lei Municipal 4825/2016, que trata da **inserção de psicólogos e assistentes sociais nas escolas públicas da rede municipal** de ensino. Além disso, a atual secretária municipal de educação de Aracaju/SE é assistente social.

de acesso a direitos e a prestação de serviços de qualidade nas diversas instituições públicas¹⁸.

Quanto aos níveis de ensino das instituições pesquisadas, verificou-se que uma mesma instituição pode ofertar diferentes níveis, sendo que, na maioria dos casos, os profissionais que lá trabalham desenvolvem ações com todos os níveis ofertados, com exceção de dois espaços sócio-ocupacionais pesquisados. Assim, identificou-se que a Educação Infantil e o Ensino Fundamental (8 instituições em ambas) foram os que apresentaram maior número de ofertantes, seguidas do ensino médio (7) e da educação superior (6).

No que diz respeito às demandas profissionais propriamente ditas, importante ressaltar o seu entendimento, qual seja: tudo aquilo que o espaço/instituição de trabalho requisita a determinado profissional. Contudo, nem tudo o que é demandado faz parte das competências e habilidades estabelecidas para uma dada profissão. Na pesquisa em tela, verificou-se que as maiores demandas postas ao assistente social na educação em Aracaju dizem respeito a: “ampliação/garantia do acesso à educação”, “ampliação/garantia da permanência” e “execução de programas e projetos institucionais” (todas com 11 respostas); “ajustamento de condutas e comportamentos dos usuários”; “gestão institucional” e “supervisão de estágio” (10 respostas cada). Com menor incidência, aparecem demandas que dizem respeito à educação popular (3 respostas) e a ações de cunho assistencialista (4 respostas).

Além dessas, outras demandas foram sinalizadas e agrupadas na categoria “outras”: renegociação de mensalidades, com combate à inadimplência; intervenção em conflitos e desentendimentos familiares em relação à condução da educação do filho, à separação de pais, à agressividade e ao “bullying”; acompanhamento do rendimento escolar e orientação a familiares e estudantes bolsistas; ações de voluntariado e solidariedade; ações de bem-estar com funcionários; orientação a

18 O Conselho Regional de Serviço Social da 18ª Região – Sergipe lançou, na Semana do Assistente Social de 2017, a Campanha “Assistentes Sociais nas Escolas, eu digo Sim” para sensibilizar a sociedade e o poder público da necessidade e importância do (a) assistente social na educação.

funcionários, estudantes e familiares; acompanhamento de vítimas de abuso; demandas de outras políticas operacionalizadas pela instituição (saúde, assistência social), algumas na perspectiva da intersetorialidade; situações que professores não conseguem lidar em sala de aula; promoção de eventos (gincana); participações em atividades inerentes ao servidor público (fiscalização de contratos, sindicância); realização de matrículas; contato com familiares sobre frequência dos discentes; ouvidoria; humanização; articulação com a rede de serviços e políticas.

Diante do exposto, infere-se que a maioria das demandas possui relação com as competências estabelecidas ao assistente social, apesar da sua diversidade e da quantidade elevada. Algumas não dizem respeito às atribuições do profissional ou dão margem a isso, como: realização de matrículas, questões que os professores não conseguem lidar em sala de aula, promoção de eventos e ajustamento de condutas e comportamentos. Outras, apesar de não serem tão comuns, circunscrevem-se na relação contraditória entre as classes, na qual o profissional está inserido e desenvolve suas ações, como a questão de renegociação de dívidas e combate à inadimplência.

Juntamente ao “acesso à educação” e à “execução de programas e projetos institucionais”, a “permanência”, que diz respeito à assistência estudantil, foi a demanda mais requerida ao assistente social na educação em Aracaju/SE. No caso do ajustamento de condutas e comportamentos dos usuários, apesar de não ser a demanda com o maior quantitativo, ela se apresenta entre as maiores incidências encontradas.

Todas as pesquisadas avaliaram as demandas postas na educação para o assistente social em Aracaju como efetivas expressões da questão social, o que pode, inicialmente, ser considerado um aspecto positivo, visto que as expressões da questão social são o objeto de intervenção para o profissional e estão em consonância com suas competências. Todavia, há que se ponderar que algumas demandas elencadas pelas profissionais pesquisadas não condizem com as competências do assistente social, a exemplo de “ajustamentos de condutas e comportamentos” (com 10 respostas) e “ações assistencialistas” (com 4 respostas). E mais, quando avaliam se as demandas elencadas para o Serviço Social na instituição não condizem às competências profissionais, ape-

nas três profissionais afirmam tal avaliação. Ou seja, alguns profissionais podem estar avaliando equivocadamente que estas demandas são passíveis de resposta do Serviço Social.

As demais avaliações que se apresentam com expressividade sobre as demandas são: “complexidade e desgaste elevado” (10 respostas), “grande volume” (6 respostas) e “variam frequentemente” (6 respostas). Diante do caráter complexo da própria questão social em suas expressões e das tensões inerentes aos processos e relações de trabalho, estas outras avaliações são pertinentes, reafirmando as implicações que a ação profissional pode trazer à saúde do trabalhador. Tecendo uma avaliação das demandas profissionais de uma forma geral, Montaña (2009, p.106-107, grifos originais) diz:

[...] o tipo de demanda encaminhada ao assistente social, por parte do contratante – que fragmenta e autonomiza a realidade social, que transforma a “questão social” em “problemáticas” isoladas, as contradições estruturais em “disfunções” individuais, as consequências em causas, a “demanda social” em “demanda por serviços institucional-profissionais”, os processos mediatizados pelas lutas de classe em questões imediatas e emergenciais – usualmente não exige conhecimento teórico-crítico das teorias sociais e atualização acadêmica, numa perspectiva de totalidade, que permita o domínio dos fundamentos da “questão social” [...]. Pede-se ao assistente social atividades de triagem, encaminhamento, relatórios, comunicação e divulgação das ações, coordenação de grupos etc., ou seja, respostas imediatas e demandas emergenciais.

Porém o profissional qualificado, comprometido e crítico não se conforma com tais demandas imediatistas e rotineiras. Ele procura ir além delas e desenvolver outro tipo de prática – que incorpore demandas (do empregador), mas que as transcenda (atingindo a compreensão das verdadeiras causas das necessidades/demandas da população e intervindo nesta perspectiva de totalidade).

Quanto às respostas profissionais do Serviço Social na educação em Aracaju/SE, as maiores incidências estão em: “atendimento direto aos

usuários” (13 respostas), “ações socioassistenciais” e “ações socioeducativas” (ambas com 12 respostas). Também foram expressivas as alternativas: “ações junto a famílias” (11 respostas), “investigação, planejamento e gestão” e “estudo socioeconômico para fins de benefícios e serviços sociais” (com 10 respostas cada). As respostas que são menos executadas são: “assessoria, capacitação e formação profissional” (2 respostas), “ações com a comunidade” (4 respostas), “mobilização, participação e controle social” e “vistorias, perícias, laudos e pareceres” (ambas com 5 respostas).

As ações junto às famílias apresentam quantitativo significativo, confirmando uma ação historicamente executada pelo assistente social em diversas políticas, inclusive na educação. Mantendo relação com as ações voltadas à família e extrapolando-a, tem-se as ações de cunho socioeducativo, que também tiveram incidência expressiva como respostas implementadas pelas profissionais. Essas podem ser efetivadas para os diferentes públicos da realidade escolar e, considerando os dados sobre o público-alvo (não expostos no presente artigo por limitações de espaço), pode-se inferir que ações socioeducativas são executadas tanto com os familiares de estudante, com os funcionários da escola e com os estudantes.

Além disso, o assistente social pode, através de ações socioeducativas, trabalhar alguns temas transversais que integram os currículos escolares, a exemplo de ética, trabalho, meio ambiente, cidadania, saúde e orientação sexual. Assim, além das diversas possibilidades, as ações socioeducativas também podem fortalecer a organização de uma nova cultura no âmbito educacional, referenciadas em princípios e valores expressos tanto no projeto ético-político profissional quanto nos educadores que concebem a educação numa perspectiva crítica (MARTINS, 2007).

Ressalta-se ainda que as técnicas/instrumentais mais utilizados são: atendimento individual e reuniões (14 respostas); seguidos de encaminhamentos (13 respostas); estudos socioeconômicos, relatórios (12 respostas) e visitas domiciliares, visitas institucionais, entrevistas (11 respostas). O menos utilizado é o trabalho comunitário (3 respostas).

De acordo com os dados expostos e com base no documento “Subsídios para atuação do assistente social na educação” elaborado pelo

CFESS, é mister um olhar crítico sobre a baixa incidência de respostas no que diz respeito à mobilização, participação e controle social. Diante das relações conflituosas entre as classes sociais e da consequente hegemonia da classe burguesa na sociedade, como um todo, e na política de educação em particular, ações de mobilização, participação e controle social pensadas e executadas por assistentes sociais são mais que necessárias, pois colaboram com a democratização da condução política no âmbito de tal política social, fortalecendo assim os usuários da classe trabalhadora da educação. Relacionando este dado com outros sobre público alvo que foram coletados na pesquisa, pode-se inferir que as ações de mobilização, participação e controle social, na realidade da educação aracajuana, encontram-se minimizadas e devem ser potencializadas.

As respostas/ações profissionais precisam assentar-se no conhecimento teórico-metodológico, na vivência cultural e política que enseja elementos éticos e na experiência cotidiana, apoiada nos conhecimentos adquiridos (SOUZA, 2008). Diante disso, avaliar e repensar a prática, a partir de como percebe suas respostas, perpassa pela reflexão crítica e pela pesquisa para (re)construção de novos saberes e respostas, adensando os elementos necessários à autonomia. Contudo, poucas profissionais avaliaram que a dimensão investigativa consegue ser efetivada em suas respostas. A pesquisa, juntamente ao conhecimento teórico, são essenciais para implementação de estratégias de adensamento da legitimidade social e da autonomia. De acordo com Montaña (2009, p.107, grifos originais):

[...] Um profissional crítico, teoricamente sólido e atualizado é um ator que questiona, que propõe, que tem autonomia relativa (política e intelectual), mas é, fundamentalmente, um profissional que não responde “imediatamente” às demandas finalistas e emergenciais da organização. Desde a demanda até a resposta, este profissional interpõe reflexão crítica, análise de realidade, organização e/ou participação dos usuários. Quer dizer, este profissional desenvolve *uma resposta crítica e mediata* [...], duas características que o organismo demandante (e a classe por ele representada) pode não estar querendo. E, neste caso, a organização

poderá opor sua burocracia contra esta atitude profissional, incentivando e premiando a rápida (e mais “eficiente”) resposta, alienada e terminal (imediate), desestimulando e castigando o profissional “lento” que medeia sua resposta com reflexão crítica e participação popular.

Outro fator relevante quanto às avaliações das pesquisadas sobre as respostas profissionais dão conta que estas últimas atendem tanto às necessidades dos usuários quanto às da instituição. Assim, entende-se que os profissionais conseguem compreender as necessidades da instituição e dos usuários como diferentes e que as respostas por eles acionadas ampliam a cidadania dos usuários (12 respostas) e consideram a sua autonomia profissional (11 respostas), mantendo assim relação com o Projeto Ético-Político Profissional (11 respostas). Contudo, sinalizam que tais respostas profissionais exigem maior qualificação (11 respostas). Pode-se inferir que tais respostas fundamentam-se no caráter contraditório da natureza da profissão, na qual:

[...] a demanda de sua atuação não deriva daqueles que são alvo de seus serviços profissionais – os trabalhadores – mas do patronato, que é quem diretamente o remunera, para atuar, segundo metas estabelecidas por estes, junto aos setores dominados. Estabelece-se, então, uma disjunção entre intervenção e remuneração, entre quem demanda e quem recebe os serviços do profissional. O que deve ser ressaltado é que esse profissional, embora trabalhe a partir e com a situação de vida do trabalhador, não é por ele diretamente solicitado [...]. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 83-84).

Constata-se também que as respostas elencadas possuem relação com as competências e atribuições estabelecidas para o profissional de Serviço Social, conforme legislações e documentos que regulamentam a profissão. Apesar da diversidade de demandas institucionais, sendo algumas fora da alçada do assistente social, este profissional consegue efetivar respostas que afirmam os conhecimentos estabelecidos pela sua formação profissional, assegurando sua posição na divisão socio-técnica do trabalho.

Considerações finais

Ressalta-se que os dados encontrados apontam limites e possibilidades para a categoria de assistentes sociais quanto a efetivação do direito à educação enquanto política pública, sendo que tais questões são colocadas não apenas no âmbito da organização do estado e sociedade na elaboração da política educacional de uma maneira geral, mas também no âmbito dos sujeitos profissionais que nela se insere. Algumas fragilidades ficaram evidentes em algumas análises feitas pelos profissionais e na pouca efetivação de algumas ações profissionais, como um trabalho incipiente no que diz respeito à mobilização, participação e controle sociais e nos seus desdobramentos com movimentos sociais, instâncias de controle social e educação popular. Obviamente que as limitações aqui apresentadas não têm o objetivo de culpabilizar as profissionais pesquisadas, mas sim apontar questões que podem ser revistas e aperfeiçoadas. Nesse sentido, destacam-se ainda as limitações da presente pesquisa que não conseguiu captar outras mediações para o melhor entendimento dos fatos expostos, como também as limitações presentes na realidade de trabalho.

Frente às fragilidades, pondera-se a efetivação do compromisso de luta da educação enquanto um direito social de qualidade, que deve ser implementado pelo Estado, compromisso este que lança bases para consolidação e reconhecimento deste campo de atuação profissional. Sem isto, a luta neste âmbito pode ficar reduzida à inserção e ampliação de mais um espaço de trabalho para o assistente social, descaracterizando a luta pela educação enquanto política pública, minimizando o processo histórico de construção do Serviço Social nesta esfera. Ainda que as respostas profissionais identificadas pela presente pesquisa consigam atender às necessidades dos usuários e efetivem a cidadania, numa conjuntura de ameaça a direitos conquistados, faz-se necessário o posicionamento ético-político e o rigor teórico para mantê-las e ampliá-las.

Verificou-se ainda que a marca as ações da categoria para a política educacional na atualidade, embasada no seu projeto ético-político, é a objetivação de um compromisso profissional com a efetivação e a qua-

lidade das políticas sociais na ótica da luta pela cidadania e efetivação de direitos, para além de mais um espaço de inserção do assistente social no mercado de trabalho.

Referências

ARAÚJO, Luiz. Financiamento educacional na ordem do dia. **Universidade e Sociedade**. Ano XXII, N°. 50. Brasília: ANDES, 2012.

BATISTA, Roberto Leme. A ideologia do capital na crise: Trabalho, educação e cidadania. In: ALVES, G; BATISTA, R. L; MONTEIRO, A. (Orgs.). **Trabalho e sociabilidade: perspectivas do capitalismo global**. Bauru: Canal 6, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988.

CASTRO, Alba Tereza Barroso. Tendências e contradições da educação pública no Brasil: a crise das universidades e as cotas. In: BOSCHETTI et al (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação**. Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Vol. 3. Brasília: CFESS, setembro de 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Transformações societárias, alterações no mundo do trabalho e Serviço Social. **Revista Ser Social** n° 06. Brasília: Editora UNB, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2006.

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização**: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio da pobreza”. 1998. 268f. Tese. Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1998.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social**: elo para a construção da cidadania. 2007. 267f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo; **Capitalismo monopolista e serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no Brasil de hoje**. 4. ed. Coleção *Questões da Nossa Época*. v. 36. São Paulo: Cortez, 2005.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social**: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. São Paulo: Xamã, 2008.

SANTOS, Fábio do. **Os (des)Caminhos da institucionalização do Serviço Social na Educação**: desafios para a efetivação do projeto ético-político profissional. 2009. 132f. Monografia. Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2009.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social na Educação**: saberes e competências necessários no fazer profissional. 2008. 248f. Tese. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2008.

ADRIANA CARLA DE JESUS PEREIRA.

Estudante do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Foi bolsista do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC) no período 2014-2016. Realizou estágio curricular na Secretaria Municipal da Saúde de Aracaju no período de 2016-2017. E-mail: adrys.social2013@gmail.com.

ANA PAULA LEITE NASCIMENTO

Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS). Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS/2009); especialização em Escola e Comunidade (UFS/2010); mestrado em Serviço Social (UFS/2014); doutoranda em Educação (UFS/2015). Realiza pesquisas nas áreas de Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho, Política Social, Assistência Estudantil, Educação, Juventudes, Gênero, Sexualidades, dentre outras. Participa do Grupo de Pesquisa: Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero (UFS). Autora do Livro “*Assistência Estudantil no IFS*”. E-mail: paulajcbrasil@yahoo.com.br.

CLARISSA ANDRADE CARVALHO

Assistente social. Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Santos (1987), mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2000), doutora em Serviço Social pela

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2010) e é professora adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Tem experiência na área de Serviço Social com ênfase em Seguridade social e ética profissional em Serviço Social e na Antropologia. Atualmente desenvolve atividades de extensão e pesquisa na área de ética, política e marxismo. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM/UFS). É membro do núcleo de Pesquisa em Inclusão escolar da pessoa com deficiência (NUPIEPED/UFS). E-mail: clarissa.dss.ufs@gmail.com.

EVERTON MELO DA SILVA

Assistente social. Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). É professor substituto do Departamento de Serviço Social/UFS. É membro-pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM/UFS). No mestrado discutiu sobre a relação entre desenvolvimento do homem e modos de produção. Tem interesse nas seguintes áreas temáticas: história, trabalho, Estado e fundamentos do Serviço Social. E-mail: evertonmsilva@outlook.com.br.

INGREDI PALMIERI OLIVEIRA

Graduada (2009) e Mestre (2014) em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe - UFS. Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS (Campus Aracaju) desde 2009. Atuou ainda como Assistente Social do Hospital de Urgências de Sergipe - HUSE (2010-2011) e na equipe técnica do Programa Mulheres Mil/PRONATEC, vinculado ao IFS (2014). Compôs duas gestões do Conselho Regional de Serviço Social – 18ª Região – CRESS/Sergipe (2011-2014) (2014-2016). Atualmente compõe a Gestão do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE – Seção Sergipe (2016-2018). Desenvolveu pesquisas na área de Trabalho, Educação, Formação e Exercício Profissional do Assistente Social. Faz parte do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Profissional Tecnológica do IFS – NEPEPT/IFS. E-mail: ingredi.palmieri@gmail.com.

LARYSSA GABRIELLA GONÇALVES DOS SANTOS

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (2013) e mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (2016). Professora substituta do Departamento de Serviço Social da UFS. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM). É colaboradora do Programa de Educação Tutorial (PET). Tem estudo nas áreas de Formação Profissional, Exercício Profissional e Serviço Social. No mestrado estudou “A noção de competência no Serviço Social.” E-mail: laryssasantos21@yahoo.com.

MARIA HELENA SANTANA CRUZ

Professora Emérita da Universidade Federal de Sergipe (UFS) dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Serviço Social. Doutora e Mestra em Educação (UFBA). Pós-Doutora em Sociologia da Educação. Líder do Grupo Pesquisa/CNPq: Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero. Coordenadora Executiva da Rede Feminista Norte, Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR/2016-2018). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero (NEPIMG/UFS). Publicou, dentre outros, os livros: Educação e Igualdade de Gênero; Gênero e Governabilidade; Gênero e Trabalho: Trabalho, Gênero, Tradição e Modernidade; Diversidades de Experiências em Educação e Comunidades Tradicionais; Mapeando Diferenças de Gênero no Ensino Superior da UFS; Educação Feminina: Memórias e trajetórias de alunas do Colégio Sagrado Coração de Jesus em Estância-SE (1959-1970); Pluralidade de Saberes e Territórios de Pesquisa em Educação sob Múltiplos Olhares dos Sujeitos Investigadores; Múltiplos Enfoques e Espaços Plurais da Pesquisa no Campo da Educação; Feminismo, Desenvolvimento e Direitos Humanos. Membro do Conselho Científico de várias revistas científicas. Pesquisadora nas áreas de Educação e Ciências Sociais, com ênfase nos temas: trabalho, formação de professores, gênero; políticas sociais, movimentos sociais e cidadania; violência. E-mail: helenacruz@uol.com.br.

MARIA LÚCIA MACHADO ARANHA

Possui graduação em Serviço Social (1981) e Especialização em Educação (1984) pela Universidade Federal de Sergipe/UFS. Tem mestrado (1992) e doutorado (1997) pela Universidade Metodista de Piracicaba/UNIMEP. É professora Titular da UFS, onde atua na Graduação e na Pós- Graduação em Serviço Social, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. Trabalho, gênero, formação profissional, diretrizes curriculares e Serviço Social são as principais áreas/linhas de investigação. Tem atuado, desde 2003, como avaliadora de cursos de graduação junto ao INEP/MEC. De 2006 a 2008 respondeu pela Chefia do Departamento de Serviço Social. É Tutora do Grupo PET (Programa de Educação Tutorial) de Serviço Social da UFS. Foi Pró-Reitora de Assuntos Estudantis da UFS no período 2012-2016. E-mail: maluaranha10@gmail.com.

PAULO ROBERTO FELIX DOS SANTOS

Graduado em Serviço Social (UFS/2009); Especialista em Escola e Comunidade (UFS/2010); Mestre em Serviço Social (PPGSS/UFAL, 2012); e, atualmente, Doutorando em Serviço Social (PPGSS/UFRJ). É Professor Assistente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (DSS/UFS), e Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas – GEPEM/UFS. Seus campos de pesquisa têm se concentrado nas áreas de Teoria Social, Marxismo, e Serviço Social, com ênfase nos seguintes temas: Direitos, Trabalho e Formação Profissional. E-mail: felix.ufs@gmail.com.

TAIRES VIDAL DE ALMEIDA.

Estudante do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Foi voluntária da Ação de extensão “Que Universidade é essa? Conhecer para permanecer”, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão – PIBIX, no período de 2015 a 2016. E-mail: tairesvda@hotmail.com.

Formato	15cm x 21cm
Tipografia	Linux Libertine
Software de editoração	Adobe InDesign
Número de páginas	284
Versão	E-book
Edição	Criação Editora

